



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**WILLIAM PAULINO ROSA**

**“AQUILOMBAR É O QUE DÁ FORÇA”:  
REDES DE AFETO, DE FAZER POLÍTICO E DE PRODUÇÃO DE  
CONHECIMENTO EM UM COLETIVO NEGRO DE  
UNIVERSITÁRIOS DE MEDICINA**

**Campinas  
2022**

WILLIAM PAULINO ROSA

“AQUILOMBAR É O QUE DÁ FORÇA”:  
REDES DE AFETO, DE FAZER POLÍTICO E DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO  
EM UM COLETIVO NEGRO DE UNIVERSITÁRIOS DE MEDICINA

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Facchini

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELO ALUNO WILLIAM  
PAULINO ROSA, E ORIENTADA PELA  
PROFA. DRA. REGINA FACCHINI.

Campinas  
2022

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

R71a Rosa, William Paulino, 1991-  
"Aquilombar é o que dá força" : redes de afeto, de fazer político e de produção de conhecimento em um coletivo negro de universitários de Medicina / William Paulino Rosa. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Regina Facchini.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Programas de ação afirmativa. 2. Movimentos sociais. 3. Interseccionalidade. 4. Relações raciais. 5. Ensino superior. 6. Subjetivação. I. Facchini, Regina, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** "Becoming part of a quilombo is empowering" : networks of affection, political engagement and knowledge production within a black students' group of a Medical School

**Palavras-chave em inglês:**

Affirmative action programs

Social movements

Intersectionality

Racial relations

Higher education

Subjectivation

**Área de concentração:** Antropologia Social

**Titulação:** Mestre em Antropologia Social

**Banca examinadora:**

Regina Facchini [Orientador]

Flavia Mateus Rios

Gleicy Mailly da Silva

Silvia Aguião Rodrigues

Silvia Maria Santiago

**Data de defesa:** 01-02-2022

**Programa de Pós-Graduação:** Antropologia Social

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3134-961>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0745567681285929>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelas Professoras Doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 01/02/2022 considerou o candidato William Paulino Rosa aprovado.

Profª. Drª. Regina Facchini (Presidenta)

Profª. Drª. Flavia Mateus Rios (Titular)

Profª. Drª. Gleicy Mailly da Silva (Titular)

Profª. Drª. Silvia Aguião Rodrigues (Titular)

Profª. Drª. Silvia Maria Santiago (Titular)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Dedico esta dissertação à Dulce, minha mãe, por sempre incentivar os meus sonhos; ao Léo, companheiro de vida; aos estudantes que compõem o Quilombo Ubuntu; e a todas as pessoas que lutam por uma universidade pública mais diversa e democrática.*

## AGRADECIMENTOS

Para tecer estes agradecimentos, primeiramente, fiz um exercício de olhar para os caminhos que trilhei para chegar onde estou. Enquanto relembrava das experiências vividas nestes dois últimos anos, celebrava por ter chegado até este momento. Acredito que a elaboração dos agradecimentos se constitui em um importante exercício de reconhecimento. Reconhecimento do trabalho realizado, das relações estabelecidas, das tantas pessoas que contribuíram para que ele continuasse e do esforço recompensador para chegar até o seu desfecho. Ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) era um desejo que, em grande medida, parecia distante da minha realidade. Não cresci vendo as pessoas próximas a mim ingressando no ensino superior, o que dirá em cursos de pós-graduação de universidades públicas. Sendo assim, para que eu conseguisse chegar neste lugar e ocupá-lo apropriadamente, foram necessárias muitas mãos. Mãos que me puxaram, me empurraram, me abraçaram e sobretudo, indicaram-me os caminhos.

Desse modo, sinto que não estaria concluindo esta dissertação se não fosse pela fé que minha mãe deposita em mim e no que posso fazer. Dulce foi a pessoa que não duvidou da minha capacidade de voar alto, mesmo em momentos nos quais eu não me sentia apto nem para voos mais próximos do chão. Agradeço pela força, pela ternura e pelo afeto, elementos sem os quais eu não poderia seguir caminhando. Minha mãe esteve comigo em todas as minhas conquistas e em todos os momentos em que precisei retroceder, dando-me força e carinho. Já que estou iniciando meus agradecimentos por minha família, agradeço ao Leonardo, companheiro de vida, que me acompanha desde antes do ingresso no mestrado. Vivemos de maneira intensa nos últimos dois anos, sobretudo em razão da pandemia de Covid-19, mas também pelos inúmeros planos que buscamos executar juntos. O primeiro ano do mestrado foi extremamente desafiador, e agradeço pela paz, pelo amor e pela confiança que me passava. Agradeço pelo apoio e incentivo, decerto, foram essenciais para seguir. É um presente caminhar ao teu lado.

À minha orientadora, Regina Facchini, agradeço por me acompanhar e por me ajudar a lidar com as angústias e ansiedades que atravessam o trabalho acadêmico, do início ao fim. E, por me indicar caminhos e possibilidades. Agradeço por acreditar em minhas ideias e, sobretudo, por ter apostado e me incentivar a seguir em direção a elas. Agradeço pela parceria e por encarar este trabalho comigo. Sinto-me honrado de saber que seguiremos caminhando

juntos nos próximos anos, ao longo do doutorado que irei realizar pelo PPGAS/Unicamp, para o qual fui aprovado.

Agradeço à banca de qualificação composta pelas professoras Flavia Mateus Rios, Silvia Aguião Rodrigues e Silvia Maria Santiago, obrigado pelo aceite e pela disponibilidade. O momento da qualificação foi um bálsamo, especialmente porque tive a oportunidade de contar com a participação de professoras tão generosas, e que fizeram leituras atentas e críticas acerca do que eu estava produzindo. Este momento foi crucial para as escolhas e caminhos pelos quais segui para concluir esta dissertação. Agradeço por aceitarem estar em minha banca de defesa, junto da professora Gleicy Mailly da Silva, a quem também agradeço pelo aceite de avaliar este trabalho e pelo acompanhamento ao longo do percurso. Agradeço aos professores Gustavo Rossi e Paulo Victor Leite Lopes por aceitarem compor a banca como suplentes.

Agradeço aos colegas que ingressaram comigo no PPGAS, em 2020. Nossa experiência de pós-graduação foi atravessada completamente pela pandemia. Tivemos a oportunidade de estarmos juntos, fisicamente, apenas na primeira semana de aulas. Na sequência, todas as atividades presenciais da Unicamp foram suspensas. Seguimos juntos e distantes, esta dupla relação fez com que estabelecêssemos relações muito particulares uns com os outros. Espero que ainda tenhamos a oportunidade de celebrar, da maneira como fizemos no último dia de aula presencial naquele bar, em Barão Geraldo. Bons ventos a todas e todos vocês.

Agradeço, mais uma vez, às professoras Gleicy Mailly da Silva e Regina Facchini pela disciplina Gênero, Raça, Diferença e Subjetivação, ofertada em 2019 no âmbito do PPGAS/Unicamp, na qual pude estar matriculado como aluno especial, antes de meu ingresso no mestrado. As leituras realizadas ao longo desta disciplina foram de grande importância para a pesquisa e para a feitura desta dissertação. Agradeço à professora Joana Cabral que, na ocasião de nosso ingresso, estava como coordenadora do PPGAS e ministrou a disciplina de Seminário de Projetos e Etnografia I. Agradeço à Joana por ter nos acompanhado de perto ao longo, sobretudo, do primeiro ano. Por nos escutar e acolher nossas demandas, por ter estado sempre aberta às nossas propostas e compreender que, durante a disciplina, éramos todos atravessados de maneiras muito distintas pela pandemia. Agradeço também ao professor Rodrigo Toniol, que ministrou a disciplina de Teorias Antropológicas I, no primeiro semestre de 2020. Lembrome que a pandemia foi decretada justamente no dia em que seria apresentado o primeiro seminário de sua disciplina. Agradeço por ter estado sempre aberto ao diálogo e às mudanças que foram necessárias ao longo do curso. Ao professor Omar Thomaz, que ministrou a disciplina de Teorias Antropológicas II, agradeço por suas aulas, sempre leves e divertidas,

ainda que teoricamente densas. E, também, por estar disponível quando solicitávamos. Agradeço à professora Taniele Rui, pois tive a oportunidade de, no quarto semestre do mestrado e enquanto escrevia a dissertação, participar como PED da disciplina de Pesquisa Antropológica ministrada para os estudantes da graduação em Ciências Sociais. Minhas manhãs de terça ganharam outras cores e sentidos por ter sido PED em sua disciplina. Foram meses de ricas discussões e valiosos aprendizados. Agradeço, ainda, a todas as professoras e professores do PPGAS, por seguirem fazendo com que ele seja um espaço fértil e de excelência para o fazer antropológico.

Agradeço às pessoas que compõem o grupo de pesquisa coordenado pelas professoras Regina Facchini e Isadora Lins França no Pagu/Unicamp. Obrigado, Aline Ribeiro, Analice de Silva, Brume Iazzetti, Bruno Nzinga, Caobe de Sousa, Carla Gomes, Elis Rosa, Francisco Miguel, Gabriela Nardy, Gleicy Mailly, Guilherme Oliveira, Inácio Saldanha, Jeferson Batista, Macarena Modesto, Marcella Betti, Mateo Cárdenas, Nicolas Wasser, Paulo Lopes e Tayná Mesquita. Agradeço por tanto aprender com as discussões dos projetos e trabalhos em andamento. Acompanhar as distintas pesquisas contribuiu para que eu compreendesse que escrever é um exercício constante de continuar escrevendo. Agradeço à leitura atenta e generosa que realizaram dos meus textos. Com toda a certeza, o que eu estou produzindo hoje é resultado das trocas que estabelecemos. A partir do grupo de orientação foi criado o projeto “Bem(con)viver: desafios e boas práticas relacionadas à permanência de estudantes da UNICAMP”, com apoio da FAEPEX, coordenado pela professora Regina Facchini, do qual tive a oportunidade de fazer parte.

Estendo os meus agradecimentos às professoras e funcionárias que integram o Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, do qual tive a honra de participar como pesquisador discente ao longo do mestrado. Agradeço, também, ao coletivo Leilane Assunção. Foi um presente poder caminhar lado a lado de pessoas tão engajadas com a democratização do acesso ao ensino superior público. Obrigado.

À Tatiana Yoshida, que estava como secretária do PPGAS quando ingressei no mestrado, à Sonia Miranda e agora à Geane Monteiro, agradeço pela rapidez em responder aos meus enormes e-mails com dúvidas e pedidos de ajuda. Foi menos desafiador lidar com a burocracia da universidade sabendo que poderia contar com vocês. Agradeço aos funcionários da Secretaria de Eventos com os quais a Comissão de Organização das Pré-Jornadas 2020 e das Jornadas de Antropologia John Monteiro 2020 lidou mais diretamente. Obrigado pela paciência e pela prontidão. Esses eventos discentes não teriam ocorrido sem o suporte da Secretaria.

Estendo os meus agradecimentos a todos os funcionários do IFCH que fazem com que a engrenagem continue girando.

Ainda, é preciso dizer que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço por este apoio, permitindo-me a dedicação exclusiva ao mestrado, sobretudo, em um contexto tão crítico e de sucessivos desmontes que estão afetando diretamente o acesso à educação pública e à produção científica brasileira.

Agradeço à família que escolhi: os meus amigos e amigas. Agradeço a minha amiga Jéssica Cardoso, com a qual divido as angústias e os brindes, a cada parágrafo escrito, a cada apresentação realizada e a cada disciplina finalizada, eu no PPGAS e ela no DPCT/Unicamp. Agradeço a Gabriela Nardy, vizinha de casa e também parceira de antropologias, uma vez que integramos o mesmo grupo de pesquisa. Agradeço o fato de termos, em determinado momento, tomado a decisão de dividir o mesmo teto, Jéssica, Gabriela e eu. Agradeço também ao Tchê (vulgo Antônio Araújo) que também tem acompanhado a minha trajetória, e a quem eu tenho me aproximado, sobretudo nos últimos anos. Agradeço a todos os amigos e amigas com os quais rezo e tanto me divirto no Núcleo Espiritual Rosa de Luz. Agradeço por este espaço lindo e mágico, espaço no qual me edifico. O Rosa, como chamamos, é um grande laboratório no qual podemos experimentar tantas de nossas ideias. Espaço do qual cuidamos e no qual somos cuidados. Agradeço à Amanda, Ana Cátia, Ana Araújo, Anna Mey, Carol, Débora, Doca, Isadora, Lare, Marcella, Marcello, Natália, Pedro, Thiago e a todos os amigos e amigas que encontrei nos mais diversos espaços e que estão caminhando junto comigo, pessoas em quem confio, acredito e amo ter por perto. Agradeço pelo companheirismo de sempre.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Quilombo Ubuntu, coletivo negro universitário no qual meu trabalho de campo ocorreu. Espaço que acolheu e confiou em minha proposta de pesquisa. Agradeço a todos os estudantes membros do coletivo e futuros médicos por abrirem este espaço para mim. Agradeço especialmente aqueles com os quais estabeleci uma interlocução de forma mais sistemática e aqueles que tive a oportunidade de entrevistar, vocês sabem quem são. Nas conversas e nas entrevistas, compartilhamos nossas vidas, sonhos, traumas, histórias de luta e tantas outras experiências sem as quais essa dissertação, por certo, não existiria. Desejo bons ventos em seus caminhos e que vocês sejam médicas e médicos brilhantes. Avante!

Para finalizar, quero sublinhar que o processo de escrita destes agradecimentos se constituiu em uma retrospectiva a partir da qual pude defrontar-me com a minha trajetória ao

longo do mestrado. Posso afirmar que foi um percurso enriquecedor, de muitos aprendizados e permeado por afeto e cuidado. A partir da elaboração destes singelos agradecimentos, entrei em contato de maneira saudosa com as memórias e as experiências que compartilhei com muitas das pessoas que mencionei nas linhas anteriores. Este ato, o de agradecer, fez-me constatar algo que venho escutando constantemente de meus colegas: o trabalho científico é, sobretudo, coletivo. É produzido em relação, de forma aberta e generosa, como já diria Tim Ingold. Por fim, é preciso dizer que, ao longo do mestrado, fui agraciado pois estive em meio a colegas de ofício, amigos e familiares com os quais dividi alegrias, angústias e dúvidas, com os quais celebrei e compartilhei experiências que, com toda a certeza, tornaram possível a produção desta dissertação. Obrigado!

*Existe um só mundo, pelo menos por agora, e esse mundo é tudo o que existe. Consequentemente, o que temos em comum é o sentimento ou, melhor, o desejo de ser, cada um do seu jeito, seres humanos por inteiro. Esse desejo de plenitude de humanidade é algo que todos compartilhamos. O que agora, aliás, nos é cada vez mais comum é a proximidade do longínquo. É o fato de recebermos em partilha, queiramos ou não, este mundo que é tudo o que existe e tudo o que temos.*

*- Achille Mbembe, Crítica da Razão Negra.*

## RESUMO

A implementação de políticas de ação afirmativa racialmente orientadas, ao longo das duas últimas décadas, tem contribuído significativamente para a democratização do acesso às universidades públicas brasileiras. Como consequência disso, cursos de graduação de um modo geral, e aqueles considerados mais concorridos e de prestígio como os de Medicina, em particular, vêm passando por significativas mudanças na composição de seus quadros discentes. Junto a este processo, tem sido possível, também, assistir à proliferação de coletivos negros nas universidades brasileiras. Em espaços como esses, estudantes acolhem-se e formam-se politicamente, e pesquisas recentes indicam que sua emergência tem contribuído diretamente para a chegada e para a permanência de pessoas negras no ensino superior. Até pouco tempo atrás considerados exceções na Medicina, estudantes negros têm tensionado a formação acadêmica ao passo em que se afirmam como sujeitos dos processos de produção do saber e da prática médica. Por conseguinte, este processo tem impulsionado mudanças na produção de conhecimento, nos temas de pesquisas, nos eventos acadêmicos da área, nos currículos e nas Ligas Acadêmicas. Em vista disso, esta dissertação dedicou-se a explorar as relações entre cotas raciais, acesso e permanência universitária, produção de identificações, identidades e diferenças, processos de produção de conhecimento e mobilidade social. O fez a partir do Quilombo Ubuntu, coletivo criado e gestado por estudantes negros do curso de Medicina da Unicamp. O trabalho de campo ocorreu ao longo de 2021, com metodologia eminentemente etnográfica, conduzida integralmente online, sendo realizadas observação participante nas reuniões do Quilombo Ubuntu, entrevistas com seus membros e diálogos informais por WhatsApp. Acompanhando os integrantes do coletivo, foram etnografados, ainda, eventos dos quais participaram e realizadas conversas informais com outros participantes dos mesmos; foram acompanhados também eventos institucionais abertos promovidos pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Filmes sobre o tema, literatura acadêmica recente e matérias de mídia relativos ao tema das ações afirmativas no período foram incluídos na análise.

**Palavras-Chave:** Programas de ação afirmativa; Movimentos sociais; Interseccionalidade; Relações raciais; Ensino superior; Subjetivação.

## **ABSTRACT**

The implementation of racially oriented affirmative action policies, over the last two decades, has significantly contributed to the democratization of access to Brazilian public universities. As a result, undergraduate courses in general, and those considered more competitive and prestigious such as Medicine, in particular, have been showing significant changes in the composition of their students. Alongside this process, it has also been possible to witness the proliferation of black students's groups in Brazilian universities in which the freshpeople are welcomed and get in touch with activism. Recent researches have been showing how the emergence of such groups has directly contributed to the access and permanence of black students in higher education. Until recently considered an exception in Medicine, black students have strained academic education while asserting themselves as subjects of the processes of knowledge production and of medical practice. Consequently, this process has driven changes in the production of knowledge, in research topics, in academic events in the area, in school subjects and in Academic Leagues. Due to it, this dissertation explores the relations between racial quotas, university access and permanence, production of identifications, identities and differences, knowledge production process and social mobility. It did so from researching Quilombo Ubuntu, a group founded and led by black students from Unicamp Faculty of Medical Sciences. The research took place in 2021, through an ethnographic methodology conducted entirely online with participant observation in the meetings of Quilombo Ubuntu, interviews with its members and informal dialogues via WhatsApp were also carried out. Events in which the students attended were also ethnographed, with informal conversations being held with other participants. Open institutional events promoted by the Faculty of Medical Sciences at Unicamp were also followed. Films on the topic, recent academic literature and media pieces on the theme of affirmative action in the period were included in the analysis.

**Key-words:** Affirmative action programs; Social movements; Intersectionality; Racial relations; Higher education; Subjectivation.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Instagram do Quilombo Ubuntu .....	85
Figura 2 – Cartaz do evento “Saúde para quem?” .....	158
Figura 3 – Cartaz da campanha “Maio Múltiplo” .....	170
Figura 4 – Cartaz da aula inaugural da Liga Acadêmica de Saúde da População Negra (LASPNE) .....	182
Figura 5 – Nota do Quilombo Ubuntu no portal da FCM .....	184
Figura 6 – Ilustração médica de Chidiebere Ibe.....	186

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEM	Associação Brasileira de Educação Médica
ABLAN	Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AMFAC-RJ	Associação de Medicina de Família e Comunidade do Rio de Janeiro
BBB	Big Brother Brasil
CA	Centro Acadêmico
CAC	Coordenadoria de Assuntos Comunitários
CAVU	Comissão de Averiguação do Vestibular da Unicamp
CoMAU	Congresso Médico Acadêmico
COMVEST	Comissão Permanente para os Vestibulares
CONSU	Conselho Universitário
CRUSP	Conjunto Residencial da USP
DENEM	Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina
ENNEGREX	Encontro Nacional do Coletivo NegreX
EUA	Estados Unidos
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
FPC	Frente Pró-Cotas
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa
GT	Grupo de Trabalho
HC	Hospital das Clínicas
IB	Instituto de Biologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEE	Instituto de Energia e Ambiente
IES	Instituição de Ensino Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFMSA	Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina

IG	Instituto de Geociências
NCN	Núcleo de Consciência Negra
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMAR	Universidad del Mar
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

<b>APRESENTAÇÃO DA PESQUISA</b>	19
Encontro com o campo: desenredar os fios para tecer uma dissertação	34
A pesquisa antropológica e a pandemia de Covid-19: aspectos éticos e metodológicos	40
Estrutura da dissertação	45

### CAPÍTULO I.

<b>DAS LUTAS QUE NOS ANTECEDERAM</b>	48
Ações afirmativas, para que servem?	50
“Cotas sim, cortes não! Contra o golpe e pela educação, permanência e ampliação”	54
<i>Especiais, diferenciados e com rendimento excepcional?</i>	62
Sobre a institucionalização da Medicina no Brasil e suas tradições	67
Os impactos dos estereótipos para a chegada e permanência na universidade	70
O <i>contraste</i>	77
“Eu sou porque nós somos”: a emergência do Quilombo Ubuntu	84

### CAPÍTULO II.

<b>PRODUZINDO IDENTIFICAÇÕES, IDENTIDADES E DIFERENÇAS</b>	94
O <i>acolhimento</i> no cotidiano	96
“Eu me senti mais pertencente”: construindo redes	101
Sobre a emergência da interseccionalidade	108
Escolher ingressar por cotas raciais e a possibilidade de ter esta escolha	110
Tornando-se negro	121
“Eu não sou igual, mas não sou tão diferente assim”: as bancas de heteroidentificação e as faces da <i>negritude</i>	132

### CAPÍTULO III.

<b>MODOS DE FAZER POLÍTICA, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E MOBILIDADES</b>	145
Produzindo conhecimento, disputando epistemologias	147
Refletindo sobre saúde e suas intersecções: o Quilombo Ubuntu e a saúde da população negra	155
A <i>interseccionalidade</i> na educação médica: trânsitos de uma categoria	162
“Aquilombar é o que ajuda, é o que dá força”: políticas dos <i>afetos</i>	167

Construindo pontes, movendo-se para outros e novos espaços	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	186
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	193
Sites, portais e reportagens online	200
<b>ANEXO I</b>	203
<b>ANEXO II</b>	204

## INTRODUÇÃO APRESENTAÇÃO DA PESQUISA<sup>1</sup>

A implementação de políticas de ação afirmativa racialmente orientadas, ao longo das duas últimas décadas, tem contribuído para a democratização do acesso às universidades públicas brasileiras. Como consequência deste processo, observa-se mudanças nos quadros discentes, nos processos de produção de conhecimento, nos temas de pesquisa, nos eventos acadêmicos e na extensão universitária. Ainda, como um dos reflexos desse cenário em transformação, há uma profusão de iniciativas denominadas de coletivos negros universitários. Nesses espaços, estudantes forjam identidades e diferenças, estabelecem relações de identificação, *formam-se politicamente, acolhem-se*, compartilham experiências e produzem conhecimento, contribuindo diretamente para os processos de chegada e permanência de discentes negros nas universidades públicas. Em vista disso, esta dissertação tem como propósito compreender as relações entre cotas raciais, acesso e permanência universitária, identificação, identidades e diferenças, processos de produção de conhecimento, disputas epistemológicas e mobilidade social a partir do Quilombo Ubuntu, coletivo criado e gestado

---

<sup>1</sup> Esta nota é dedicada a explicitar as convenções textuais adotadas para a escrita desta dissertação, a fim de facilitar sua compreensão. As categorias nativas e estrangeirismos estão todos grafados em itálico. Aspas duplas serão utilizadas para identificar títulos de documentos, livros, artigos, filmes e eventos. Citações de até três linhas são marcadas com aspas duplas e encontram-se no interior dos parágrafos. Já as longas encontram-se recuadas ao longo do texto. O mesmo padrão de formatação das citações segue para os excertos das entrevistas e diálogos informais realizados que serão reproduzidos ao longo da dissertação. As identidades dos sujeitos de pesquisa foram anonimizadas, e em seu lugar encontram-se nomes fictícios. Exceto nos casos em que faço referência às pessoas que estiveram em eventos públicos, em entrevistas veiculadas em redes sociais ou outros meios de comunicação de acesso público, e figuras públicas.

por universitários negros do curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Esta última, instituição de ensino superior pública do estado de São Paulo, localizada no interior paulista, na cidade de Campinas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>2</sup> ao divulgar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2019, sublinhou que, no ano anterior, “os pretos ou pardos passaram a ser 50,3% dos discentes de ensino superior da rede pública, porém, como formavam a maioria da população (55,8%), permaneceram sub-representados”. Neste mesmo ano, algumas outras reportagens foram publicadas acerca dos dados divulgados pelo IBGE, argumentando sobre as transformações que estavam ocorrendo no ensino superior brasileiro, especialmente no que diz respeito à composição dos quadros discentes. Tais matérias chamavam a atenção para algo que é relevante para minha pesquisa, indicando que, não apenas o aumento de pessoas negras não era suficiente para representar de forma equânime a população autodeclarada preta e parda brasileira, como também não chegava a reverberar nessa mesma proporção em cursos mais concorridos, como os de Medicina.<sup>3</sup>

A “Demografia Médica 2020”, pesquisa que opera como uma espécie de Censo da área, divulgou as características do perfil de estudantes de diferentes cursos de Medicina, retratando um contexto que vai ao encontro do que apresentaram as reportagens supracitadas e das minhas indagações durante o trabalho de campo. Dos concluintes em cursos de Medicina, em 2019, tanto de instituições públicas como privadas, “24,3% se declararam pardos, enquanto 3,4% se autodeclararam da cor ou raça preta (Scheffer *et al.*, 2020:112)”.<sup>4</sup> Isto posto, considero pertinente perseguir as seguintes questões, ainda que parte delas ultrapasse o escopo desta dissertação: onde estão as médicas e médicos negros no Brasil? Estão compondo os quadros de funcionários de hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), clínicas ou outros aparelhos espalhados ao redor do país? Fazem parte de programas de residência? Dando alguns passos para trás, pessoas negras e outras não brancas estão ocupando as vagas nos cursos de Medicina, sejam eles públicos ou privados?

<sup>2</sup>Cf.: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Último acesso em 20 de novembro de 2020.

<sup>3</sup>Cf.: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/presenca-de-negros-avanca-pouco-em-cursos-de-pontas-das-universidades.shtml>> e <<https://oglobo.globo.com/brasil/negros-sao-maioria-na-universidade-publica-mas-nao-nos-cursos-concorridos-24089329>>. Último acesso em 01 de outubro de 2020.

<sup>4</sup> Em um dos capítulos da publicação, há uma seção chamada “Perfil sociodemográfico do estudante de Medicina”, que é dedicada a mostrar o perfil dos concluintes de 2019. É possível verificar, além do percentual de estudantes que se autodeclararam pretos ou pardos supracitados que “67,1% se autodeclararam da cor ou raça branca; [...] Os demais se declararam de cor ou raça amarela (2,5%) e indígena (0,3%), além de 2,4% que não quiseram declarar” (Scheffer *et al.*, 2020:112). Cf.: <<https://www.fm.usp.br/fmusp/noticias-em-destaque/lancado-o-estudo-demografia-medica-no-brasil-2020>>.

Em 2020, a formação em Medicina tornou-se alvo de holofotes na mídia quando Thelma Freitas ganhou a edição número 20 do programa televisivo Big Brother Brasil (BBB)<sup>5</sup>. A presença de Thelma, mulher negra e médica, desde seu ingresso no programa até o dia em que ganhou o prêmio, acendeu discussões acerca das desigualdades de acesso, permanência e sobre o racismo presente nas faculdades de Medicina<sup>6</sup>. Em matéria publicada após a vitória da participante, intitulada “Coletivos negros na Medicina lutam por mais 'Thelmas' e saúde democrática”<sup>7</sup>, universitários do referido curso relataram os inúmeros desafios, mas também as alegrias que atravessaram suas trajetórias ao longo da graduação. Neste sentido, um ex-aluno da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) acreditava que por nunca ter sido atendido por médicos negros, esta profissão não lhe competia. Já outra aluna, também da UFRB, comentava que o percurso de formação e os eventos e congressos, para além de serem excessivamente caros, não buscavam dialogar “com a realidade dos nossos”. Na perspectiva desta estudante, temas relacionados à saúde da população negra e às relações raciais costumam ser residuais ao longo do percurso de formação e em eventos da área.

Ao encontro da lacuna presente tanto na formação quanto nos eventos no que tange às discussões sobre relações raciais e saúde, e à própria presença de universitários e médicos negros, surge o coletivo NegreX. Durante o “Congresso Brasileiro dos Estudantes de Medicina” realizado em Belo Horizonte, em 2015, Monique Silva, a então coordenadora geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), fez um convite para que as pessoas negras presentes participassem de uma reunião direcionada apenas aos universitários negros, “dos cerca de 300 estudantes presentes no congresso, 12 negros presentes atenderam ao convite. Esse pequeno percentual foi o que chamou a atenção e foi pauta da primeira reunião” (Silva; Souza, 2018:128).

Os encontros com os alunos e alunas negras duraram os quatro dias do Congresso. No encerramento das reuniões realizadas paralelamente às suas atividades, o NegreX<sup>8</sup> foi

<sup>5</sup> Big Brother é um *reality show*, um gênero de programa televisivo baseado na “vida real”. Isso significa que, em teoria, eles não possuem roteiros para guiar seus personagens. No caso deste programa, as pessoas inscrevem-se para participar e permanecem dentro de uma casa sem contato com o “mundo exterior” por um certo período de tempo. As pessoas confinadas são cotidianamente filmadas e suas vidas transmitidas em rede nacional. No Brasil, o Big Brother teve sua primeira edição em 2002. O programa foi originalmente criado por um executivo holandês da empresa Endemol, e seu nome é inspirado em um personagem de “1984”, livro clássico de George Orwell.

<sup>6</sup>Cf: <<https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/thelma-assis-conta-sobre-episodio-de-racismo-em-teste-de-residencia-enfermeira-foi-mais-cedo-24674256>>. Último acesso em 10 de outubro de 2020.

<sup>7</sup>Cf: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/05/06/coletivos-negros-na-medicina-lutam-por-mais-thelmas-e-saude-democratica.htm?cmpid=copiaecola>>. Último acesso em 15 de janeiro de 2021.

<sup>8</sup> O uso do X na grafia de NegreX explicita a preocupação do coletivo em usar pronomes neutros e denota a busca por constituir-se em um espaço inclusivo. Ainda, o X faz alusão ao nome de Malcolm X, um importante ativista

fundado. O objetivo do recém-criado coletivo era o de se tornar uma organização nacional, com o propósito de formar seus membros acerca de temas que perpassam as relações raciais e a saúde, bem como o de refletir criticamente sobre as desigualdades cotidianas e o racismo institucional dentro dos cursos de Medicina. Dois anos após sua fundação, o NegreX contava com cerca de trezentos membros espalhados em dezessete estados brasileiros, já tendo realizado o Encontro Nacional do Coletivo Negrex (ENNEGREX), em Recife/2018, e em Salvador/2019. A mesma estudante que apontou, na matéria supracitada, para os altos preços de eventos da área e a falta de representatividade, sublinha: “quando participei do encontro nacional do NegreX, em Salvador, fiquei maravilhada. Foi a primeira vez que vi tanto médico preto junto falando sobre a realidade que vivi.”

Autoras e autores como José Jorge de Carvalho (2006), Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2009), Alex Ratts (2011), Márcia Lima (2015), Flavia Rios e Regimeire Maciel (2018), Antônio Guimarães, Flavia Rios e Edilza Sotero (2020), Regina Facchini, Íris Carmo e Stephanie Lima (2020) e Stephanie Lima (2020) indicam que o aumento do número de pessoas negras e de outros grupos sociais que estavam na condição de exceção nas universidades públicas brasileiras está no bojo de um processo ainda em curso de ampliação do acesso ao ensino superior. Já em relação aos coletivos negros universitários, alguns estudos pontuam que sua profusão também é reflexo deste mesmo processo de democratização, mas está relacionado mais diretamente à implementação de políticas de ação afirmativa racialmente orientadas, como as cotas raciais (Ratts, 2011; Lima, M., 2015; Rios; Maciel, 2018; Guimarães; Rios; Sotero, 2020; Facchini; Carmo; Lima, S., 2020; Lima, S., 2020). A emergência de iniciativas criadas e gestadas por estudantes negros nas universidades tem estimulado movimentos distintos nestes espaços, como a reivindicação por intelectuais negros nas bibliografias de disciplinas, o aumento de pesquisas relacionadas às relações raciais, o fluxo desses estudantes por instâncias institucionais a fim de participar da tomada de decisões, a realização de eventos concernentes às relações raciais e suas interseccionalidades e a emergência de um sujeito político negro universitário (Lima, S., 2020).

É importante salientar que no contexto brasileiro, antes de se tornarem sujeitos de conhecimento na área da saúde, em um primeiro momento, os negros foram tomados como objetos do saber médico (Machado, 1978; Schwarcz, 1993; Corrêa, 2001; Stepan, 2004). Sobre este assunto, considero relevante trazer para a minha reflexão o caso de Jacinta Maria de

---

e defensor dos direitos dos afro-americanos nos Estados Unidos (EUA), e que foi assassinado em 21 de fevereiro de 1965, em Nova York.

Santana. Para tanto, volto minha atenção para uma matéria jornalística publicada pela A Ponte, intitulada “Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos.”<sup>9</sup> De antemão, indico que este caso revela uma outra faceta do racismo presente na área médica, pois além de não estarem como sujeitos da produção de conhecimento, pessoas negras não eram tomadas sequer como sujeitos aos quais se dirigia o conhecimento médico produzido.

Em 26 de novembro de 1900, Jacinta, mulher bastante conhecida por circular pelo centro da cidade de São Paulo, sentiu-se mal e foi levada à Santa Casa de Misericórdia, chegando ao hospital já sem vida. Desta história, interessa-me particularmente o que ocorreu com seu corpo após sua morte. Jacinta, depois de seu falecimento foi entregue a Amâncio de Carvalho, na época, professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito de São Paulo. Este médico teve importante papel no desenvolvimento da Medicina Legal, esta última, especialidade intimamente relacionada com o Direito, por colocar o conhecimento médico à serviço da Justiça e, dentre outras coisas, elaborar perfis de sujeitos tidos como potencialmente perigosos e criminosos (Corrêa, 2001). Ainda, Amâncio era um notável cirurgião, e também ocupou a vaga de presidente honorário da Sociedade Eugênica de São Paulo.

Neste ponto, é relevante sublinhar que as relações entre Medicina, raça e saúde ganharam proeminência no Brasil a partir da chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e da conformação das primeiras Escolas de Medicina no país (Machado, 1978; Schwarcz, 1993; Stepan, 2004). Algum tempo depois de sua criação em terras brasileiras, a eugenia emerge como uma ciência que tem como um de seus objetos de estudo a raça e o negro. Em sua perspectiva, o “atraso”, o adoecimento e a degenerescência estariam atreladas ao negro recém-liberto do sistema escravista, e estas seriam as justificativas para a lenta modernização do país. Dessa forma, para transformar este cenário a única maneira seria caminhar em direção ao embranquecimento da população brasileira (Machado, 1978; Schwarcz, 1993; Corrêa, 2001; Stepan, 2004; Carneiro, R., 2017). Nancy Stepan (2004:338), uma estudiosa sobre a eugenia no Brasil, indica que a “raça e relações raciais eram aspectos centrais da realidade social e dos debates ideológicos sobre a ‘capacidade’ brasileira e o destino nacional.”

Voltando-me para o caso de Jacinta, de acordo com Amâncio de Carvalho, ela era uma mulher “preta de cerca de trinta anos, hóspede habitual da polícia por sua desmedida

---

<sup>9</sup> Cf: <<https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/>>.Último acesso em 06 de dezembro de 2021.

intemperança” (Roque, 2021). O plano do médico era o de embalsamá-la, e assim o fez.<sup>10</sup> Um ano após sua morte e o embalsamamento, ela foi exposta pela primeira vez na vitrine da Charutaria do Comercio. Mas, pouco tempo depois, Jacinta foi levada de volta para a Faculdade de Direito onde Amâncio lecionava, e lá permaneceria por mais três décadas. Seu corpo fora utilizado em aulas, mas também durante os trotes realizados por estudantes da universidade de forma debochada e de modo a ridicularizá-la, até que, em 1929, seu corpo finalmente recebeu um desfecho digno. Jacinta, então, foi sepultada como sujeito, como ser humano. Algo que o estudante e o personagem principal do longa metragem “M8 - Quando a morte socorre a vida”, lançado no ano de 2020, buscava fazer com o corpo sobre o qual se debruçava em suas aulas de anatomia, no início de sua formação no curso de Medicina.

O filme dirigido por Jeferson De mostra o cotidiano de Maurício, um jovem negro da periferia do Rio de Janeiro que ingressou no curso de Medicina de uma universidade federal por cotas raciais. Seu mote é retratar o que passa a acontecer na vida do estudante quando ele se dá conta de que os corpos utilizados para as aulas de anatomia são todos negros. A partir desta constatação, Mauricio passa a buscar pela identidade de um deles, mas a única explicação dada a ele pela universidade é a de que a pessoa, provavelmente, havia falecido como indigente. Então, ao chegar à universidade foi identificada apenas como M-8. Uma vez que os corpos negros utilizados para as aulas de anatomia mostrados no longa metragem não eram corpos relevantes, suas identidades e trajetórias eram sequer explicitadas, de modo muito semelhante ao que ocorreu com Jacinta quando exposta após seu embalsamamento. Em outras palavras, eram corpos de pessoas negras que, em grande medida, foram marginalizados socialmente. E, em vista disso, saber suas identidades ou suas histórias não consistia em algo pertinente.

Há, ainda, um outro elemento relevante que o filme suscita para esta dissertação. Para além da trama principal, que gira em torno da busca por identificar aquele corpo e dar-lhe um desfecho digno, o filme mostra-nos o desenvolvimento da chegada de Maurício ao curso de Medicina e as distintas estratégias empreendidas por ele para continuar estudando. Entre festas, aulas, o estranhamento sentido ao chegar à universidade, a dificuldade em se sentir parte e o início de um relacionamento amoroso com uma colega, o filme mostra como todos esses elementos compõem a experiência universitária. Ainda que o longa-metragem faça coro a um debate relevante acerca do acesso e da permanência de negros no ensino superior e a importância das ações afirmativas, ele mostra um personagem que não representa a diversidade

---

<sup>10</sup> Daniel Salomão Roque, responsável por escrever a reportagem publicada pela A Ponte, conta que Suzane Jardim, na época mestranda em Ciências Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC), tem se dedicado a estudar e resgatar a história e memória de Jacinta.

dos sujeitos e trajetórias encontradas em meu trabalho de campo. É evidente que se trata de uma obra cinematográfica e, neste sentido, cumpre um importante papel em chamar a atenção para um debate socialmente relevante. Todavia, é válido sublinhar que nem todo universitário negro de Medicina é *cotista*, ou reside na periferia, ou faz parte de uma comunidade de fé de matriz africana ou tem as mesmas dificuldades que o protagonista teve quando na universidade.

Levando em conta o que indiquei nos parágrafos anteriores, considero profícuo refletir sobre o assunto à luz de uma passagem do livro “Silenciando o Passado: poder e produção da história”, de Michel-Rolph Trouillot (2016).<sup>11</sup> No início do capítulo III, o autor narra dois episódios por ele vividos em sala de aula que são relevantes para compor a minha reflexão. No primeiro, enquanto ministrava um curso chamado “A Experiência Negra nas Américas”, uma aluna levantou-se e vociferou: “Você pede para lermos todos esses autores brancos. O que sabem eles da escravidão? Onde estavam eles quando saltávamos dos navios?” (*Ibidem*:118). Em relação às indagações da aluna, Trouillot conclui que ela se surpreendeu negativamente com o referencial teórico de um curso ministrado por um professor que, assim como ela, era negro. O antropólogo segue dizendo que esta aluna e outros alunos negros tinham expectativas que ele próprio não poderia satisfazer, e talvez devesse ter pensado melhor sobre o nome do curso, pois os estudantes estavam buscando, em sua percepção, “uma vida que nenhuma narrativa lhes poderia dar, nem mesmo a melhor ficção. Eles queriam uma vida que somente eles mesmos poderiam construir, aqui e agora” (*Ibidem*:118).

Dez anos mais tarde em outra aula, uma nova aluna expressa seu aborrecimento, dessa vez por outra razão: “‘Estou cansada’, disse, ‘de ouvir isso de escravidão. Quando vamos ouvir a estória dos milionários negros?’” (*Ibidem*:119). Trouillot, por sua vez, ficou surpreso com as palavras dessa estudante e questionou-se “Tinham os tempos mudado tanto assim, ou eram as distintas abordagens sobre a escravidão reflexo de diferenças de classe?” (*Ibidem*:119). Por fim, o autor afirma que gostaria de colocar as duas alunas em uma mesma sala para que pudessem compartilhar suas histórias, àquelas que não são hegemonicamente relatadas. Histórias que precisam ser reescritas, e que nenhum livro ou sala de aula podem nos contar. Histórias que explicitam a diversidade dos sujeitos de maneiras que não encontramos nos livros publicados.

Considero emblemático trazer essa passagem do livro para sublinhar que, em um primeiro momento, essa dissertação versa sobre a chegada e a experiência universitária de

---

<sup>11</sup>Neste trabalho, o autor examina os eventos silenciados nos relatos históricos hegemônicos acerca da Revolução Haitiana, e reflete sobre como se dão as escolhas do que deve ser dito ou silenciado na produção da História, e quais são os regimes de visibilidade que legitimam tais escolhas.

peessoas diversas, com histórias, trajetórias e interesses múltiplos, assim como as alunas apresentadas por Trouillot. Ainda que eu tenha me debruçado sobre o acesso e a permanência universitária, os processos de produção de identidades, identificação e diferenças, as estratégias para a produção de conhecimento, as disputas epistemológicas e a mobilidade social de universitários negros que compõem o Quilombo Ubuntu e cursam Medicina, é preciso sublinhar, como já pontuado pela tese de doutoramento de Stephanie Lima (2020), que sujeitos negros não são apenas negros. Tais sujeitos, possuem trajetórias, experiências de vida e ambições que ora se cruzam, ora se distanciam e os fazem “ser muitas coisas”, conforme disse Isadora – uma das interlocutoras desta pesquisa, e que será apresentada mais à frente no texto –, em uma de nossas conversas.

A partir do que explicitarei até aqui – a irrisória presença de pessoas negras em cursos de Medicina como estudantes, o caso de Jacinta Maria de Santana, o filme “M-8-Quando a Morte Socorre a Vida” e as reflexões realizadas por Trouillot –, torna-se possível afirmar que este trabalho está diante, não apenas das desigualdades presentes para o ingresso e permanência de negros na Medicina, mas também está defronte de um biopoder articulado pelo Estado (Foucault, 1999) que ora faz viver, ora deixa morrer sujeitos específicos. Para Foucault (*Ibidem*:294) o biopoder constitui-se em “uma tecnologia do poder sobre a ‘população’ enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de ‘fazer viver’” (*Ibidem*:294).

Tendo em vista as formulações de Foucault, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) questiona quem é o sujeito que pode viver e quem é aquele que pode morrer. Em suma, “que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?” (*Ibidem*: 7). É olhando para os escritos de Foucault sobre o biopoder e indicando a importância de articulá-los ao sequestro, à escravização e à diáspora africana, bem como as consequências deste período histórico para a contemporaneidade, que emerge aquilo que Mbembe (2018) denominou de necropolítica. Esta última não se trata apenas de um biopoder perpetrado pelo Estado para fazer viver e deixar morrer. Para Mbembe, um Estado que está baseado na necropolítica para atuar elege quais são os corpos que merecem ter suas vidas mantidas em detrimento daqueles que são elegidos como matáveis e passíveis de exclusão.

A necropolítica não está circunscrita apenas à morte biológica, mas a todo um aparato tecnológico que mantém desigualdades e marginaliza socialmente os sujeitos (*Ibidem*). Ela também está intimamente relacionada à desvalorização dos saberes e ao epistemicídio. Este

último pode ser compreendido como um eficaz instrumento “da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento” (Carneiro, S., 2005, *apud.* Santos, 1997:96). Em suma, a necropolítica está atrelada ao extermínio físico e subjetivo, e ao aniquilamento dos saberes produzidos por determinados sujeitos ou grupos. Está, também, relacionada com a falta de políticas públicas ou com a precária manutenção daquelas existentes, como as políticas de saúde, educação, promoção de trabalho e renda, e cultura.

Direcionando a atenção para a adoção de ações afirmativas pela Unicamp, neste ponto vale mencionar, mesmo que eu vá debruçar-me sobre este assunto ao longo da dissertação e mais detidamente na primeira seção do capítulo I, que o processo para a implementação das cotas raciais na Universidade tem as suas particularidades. Considerando que as cotas raciais são apenas uma das modalidades de ação afirmativa existentes, antes de adotar esta política, a Unicamp, em 2004, já havia criado o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS). Um Programa de bonificação que adiciona pontos para autodeclarados pretos e pardos e candidatos oriundos de escolas públicas. Contudo, é apenas partir de 2016, com a ampliação do bônus concedido pelo PAAIS<sup>12</sup>, que foi possível assistir a um crescimento expressivo do número de estudantes negros e advindos de escolas públicas compondo o quadro discente da Universidade.

Segundo dados divulgados pela Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest)<sup>13</sup>, o PAAIS já vinha contribuindo para a mudança no perfil dos estudantes de graduação e para a ampliação da inserção de negros na Universidade, de um modo geral e, no curso de Medicina, em particular, com a modalidade de aplicação de bonificação no vestibular articulando quesitos sociais e raciais. Mas, tendo em vista o processo de implementação de

<sup>12</sup> Cf: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/05/28/vestibular-bonus-maior-ja-em-2016>>. Último acesso em 05 de janeiro de 2022.

<sup>13</sup>A Comvest possui, em seu portal na internet, dados socioeconômicos dos inscritos no vestibular e dos matriculados nos cursos de graduação da Unicamp. Ao fazer uma pesquisa a partir do quesito raça/cor dos matriculados no curso de Medicina, foi possível constatar que no ano de 2015 havia 10 pessoas autodeclaradas negras no curso (sendo 2 autodeclarados pretos e 8 pardos), seguindo uma tendência de menos de 10% de autodeclarados pretos e pardos matriculados no curso de Medicina da Unicamp. Já em 2016, ano em que acontecem as mudanças nos critérios da bonificação no PAAIS, o número de autodeclarados no mesmo curso sobe para 34 (sendo 30 pardos e 4 pretos). Nos anos seguintes, considerando as várias formas de ingresso, PAAIS, ENEM-Unicamp, livre concorrência no Vestibular Unicamp ou a opção por cotas raciais que se torna possível a partir do vestibular de 2018, foi possível constatar o contínuo crescimento do número de autodeclarados pardos e um aumento considerável de universitários que passaram a autodeclarar-se pretos. A partir de 2019, estudantes negros (pretos e pardos) passam a compor uma média consistente de 41,5% dos matriculados no curso de Medicina da Unicamp Cf: <<https://www.comvest.unicamp.br/estatisticas-comvest/estatisticas-sociais/perfil-socioeconomico/perfil-socioeconomico-geral/>>. Último acesso em 10 de dezembro de 2021.

cotas raciais por universidades estaduais e federais, os questionamentos acerca da efetividade do sistema de bônus e as demandas internas à comunidade universitária pela adoção de uma política afirmativa na modalidade de reserva de vagas, a Unicamp aprovou em 2017, e implementou no vestibular do ano seguinte as cotas raciais e o vestibular indígena como novas maneiras de acesso às vagas para o nível de graduação. Em menos de uma década, os estudantes autodeclarados pretos e pardos matriculados no primeiro ano do curso de Medicina passaram de menos de 10%, a aproximadamente 30% a partir de 2016, e a uma média consistente de 41,5% entre 2019 e 2021.

Tendo em vista as transformações nas formas de ingresso na Unicamp e seus efeitos sobre o perfil racial dos estudantes matriculados no curso de Medicina, é preciso sublinhar que, nas páginas que seguem, as considerações sobre a implementação das cotas raciais dizem respeito ao adensamento no processo de ampliação do acesso de estudantes negros ao curso, mas mais especialmente, a processos relacionados à permanência desses estudantes. Como será possível acompanhar ao longo destas páginas, há processos simultâneos de incremento de tensões raciais pela via da explicitação de estereótipos dirigidos aos negros e aos *cotistas*, e da emergência de rumores relacionados ao racismo institucional, de organização política de estudantes negros em torno do Quilombo Ubuntu e de participação desses universitários em redes político-acadêmicas que focalizam temas como saúde da população negra e as relações entre saúde, diferenças e desigualdades. Neste sentido, é ao optar pelo ingresso por cotas raciais e/ou chegar ao curso de Medicina como *cotistas*, que os estudantes vivenciam o aprofundamento do processo subjetivo de se reconhecerem e de se tornarem negros (Souza, 1983), e buscam estabelecer relações de identificação com outros universitários, a fim de se *aquilombarem*.

A Lei Federal 12.711 de 2012, conhecida popularmente como Lei de Cotas, representa uma vitória da sociedade civil organizada, especialmente dos movimentos negros, na busca por equidade no acesso à educação pública superior no Brasil. Não obstante, por ser uma lei federal ela não vale para as instituições estaduais, como a Unicamp. Este fato não as exime da responsabilidade frente ao assunto, dado que algumas já haviam implementado a política de cotas antes mesmo da promulgação da própria Lei, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) (Carvalho, 2005b).

Em relação à Unicamp, antes das mobilizações concernentes às cotas raciais tomarem conta do campus até culminar na greve de 2016<sup>14</sup> e, posteriormente, na aprovação das cotas raciais e do vestibular indígena, o que era discutido institucionalmente e tido como algo importante feito pela Universidade eram as cotas sociais e o sistema de bonificação. Segundo João Feres Júnior *et al.*, (2018) e Danielle Araujo (2019a, 2019b), as universidades estaduais paulistas, a saber Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade de São Paulo (USP), possuíam uma forma de política afirmativa para ingresso baseada na bonificação e foram resistentes à adoção de uma política nos moldes da reserva de vagas. De acordo com a literatura, tais universidades resistiam ao que entendiam como um suposto abandono de critérios baseados no mérito.

Consequentemente, retardaram a implementação de uma política racialmente orientada com reserva de vagas. Se nos dias atuais as universidades acima referidas contam com cotas raciais para o ingresso, este processo é constitutivo do contexto das relações raciais nas instituições, que provavelmente é manejado de maneiras distintas em cada uma delas e em cada uma de suas unidades. No que toca à Unicamp, é importante mencionar que a instituição conta também com o desenvolvimento de uma política institucional voltada para a diversidade étnico-racial<sup>15</sup>, que emergiu junto a um conjunto de políticas de promoção dos Direitos Humanos na universidade a partir de 2017, em um contexto em que tais políticas passaram a ter seu sentido mais amplamente disputado no cenário político nacional.

Todavia, mesmo com a ampliação das políticas de ação afirmativa racialmente orientadas, chegar e permanecer no curso de Medicina, conforme disse uma aluna em resposta a meu interesse de pesquisa, “não é nada fácil”. A começar pelo ingresso, pois ele está entre os mais concorridos, ou seja, o caminho para a aprovação no exame vestibular pode ser longo. É comum para muitos candidatos – *cotistas* ou não – realizar a prova repetidas vezes até conseguir pontuação suficiente para ocupar uma vaga no curso. Sendo aprovado, a próxima etapa é a matrícula e o ingresso, mas caso a pessoa candidata seja *cotista*, é necessário passar pela heteroidentificação fenotípica realizada por uma banca<sup>16</sup>. Por fim e após este percurso, ao

---

<sup>14</sup>Irei deter-me de maneira mais esmiuçada sobre a greve de 2016 mais à frente, na segunda seção do capítulo I. Mas, considero relevante pontuar que ela emergiu como resposta a um plano de contingenciamento anunciado pelo então reitor da Universidade. Por hora, para mais detalhes, ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1770130-alunos-da-unicamp-protestam-contracorte-de-verbas-e-ocupam-reitoria.shtml>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

<sup>15</sup> Ver: <<http://www.direitoshumanos.unicamp.br/diversidade-racial/quem-somos/>>. Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

<sup>16</sup>As comissões que realizam a heteroidentificação de candidatos *cotistas* devem ser criadas em todas as instituições federais. No entanto, as estaduais também as têm adotado (Miranda; Souza; Almeida, 2020). Elas são comumente compostas por representantes da sociedade civil, professores e estudantes, e são responsáveis por aferir,

chegar à universidade alguns discentes negros deparam-se com um cenário do qual não se sentem parte. Sendo assim, como permanecer se a sensação é a de que você não deveria estar ali? Para esta pergunta, inúmeras respostas são possíveis. Mas, para aqueles com quem dialoguei ao longo do trabalho de campo, fazer parte do Quilombo Ubuntu e participar de suas atividades, ou apenas saber de sua existência naquele contexto, eram maneiras de fazer com que se sentissem parte do espaço no qual buscavam tão avidamente estar.

Um dos principais estímulos para a criação do coletivo no qual esta pesquisa ocorreu, foi a necessidade que partiu dos primeiros estudantes *cotistas* de criar um espaço de *acolhimento* para pessoas negras na FCM. A partir disso, iniciou-se sua estruturação e o Quilombo Ubuntu nasceu no final de 2019. Sua proposta é a de *formar e acolher* pessoas negras do curso. De acordo com sua página no Instagram, os universitários afirmam:

Vimos instaurar um Quilombo dentro da FCM, criar, ocupar e ressuscitar nosso espaço, fabricar nosso espaço de ‘comunhão existencial’ em um espaço dentro da saúde, dentro da Medicina, no qual há pouco nem podíamos existir (Trecho extraído da página do coletivo no Instagram)<sup>17</sup>.

De acordo com alguns de seus membros, o coletivo conta, atualmente, com cerca de setenta universitários do curso de Medicina em seu grupo de WhatsApp. Contudo, cerca de vinte estudantes participam de suas reuniões, e o núcleo que se engaja a fim de organizar os temas e os encontros conta com um número mais reduzido de estudantes. Ao olhar para a emergência do Quilombo Ubuntu e de outros coletivos negros em cursos de Medicina, é possível dizer que estamos assistindo a um processo no qual aqueles que antes eram tomados como objetos de estudo do campo médico (Machado, 1978; Schwarcz, 1993; Corrêa, 2001; Stepan, 2004), estão tornando-se sujeitos de conhecimento nesta área do saber e, por conseguinte, estão questionando e produzindo reflexões críticas sobre o saber e a prática médica e sobre o seu próprio lugar dentro do espaço acadêmico.

Isto posto, as perguntas norteadoras desta pesquisa foram: como é compreender-se negro depois do ingresso em um curso de Medicina? E, como esta constatação articulada à outras diferenças sociais impactam o cotidiano dos discentes e a própria formação universitária? Estas indagações explicitam ambiguidades e busco, ao longo da dissertação, explorar alguns dos sentidos que elas anunciam. O primeiro diz respeito à presença e quais são os efeitos desta aparição, nos termos de Frantz Fanon (2008 [1952]), para os estudantes e para o espaço

---

fenotipicamente, se os candidatos ingressantes por cotas raciais cumprem os requisitos, a saber: possuir traços físicos que os fazem ser reconhecidos como pessoas pretas ou pardas. Sobre este tema, o analisarei de forma mais cuidadosa na seção 2.1 do Capítulo II.

<sup>17</sup>Cf: <<https://www.instagram.com/p/CLpnZqbHMxm/>> . Último acesso em 20 de março de 2021.

universitário. Para este autor a aparição é um processo que explicita as diferenças raciais, impelindo a enunciação do sujeito negro. O segundo sentido diz respeito ao processo subjetivo de se entender negro neste contexto específico. Tornar-se negro não é algo dado a priori (Souza, 1983). Para Neuza Souza (*Ibidem*), este processo está intimamente relacionado com a busca pela ascensão social, com a constatação da diferença racial e com a elaboração de uma nova consciência acerca da condição do sujeito negro na sociedade.

As páginas que seguem irão mostrar que os sujeitos mobilizam a raça como uma categoria comum, no sentido em que a identificação racial é o que os interconecta naquele contexto específico e estimula a criação do Quilombo Ubuntu. Entretanto, a identificação estabelecida entre os estudantes e as identidades negras dos universitários forjadas no coletivo acontecem de maneira contextual, e transformam-se ganhando outros sentidos à medida que os sujeitos se movimentam e estabelecem novas relações no espaço universitário (Brah, 2005; Hall, 2008). Diante disso, debates clássicos acerca das relações raciais no Brasil costumam as análises construídas ao longo do trabalho (Oliveira e Oliveira, 1974; Nogueira, 1985; Sansone, 1996; Munanga, 2001, 2019 [1999]; Campos, 2013). Busquei contribuir com o que vem sendo produzido sobre a temática, sobretudo porque a implementação de cotas raciais demanda que olhemos para as nuances que atravessam o autorreconhecimento racial e os modos como os sujeitos classificam-se.

Em contrapartida, uma vez que os discentes articulam raça à outras diferenças para falar de suas experiências, é necessário sublinhar que a intersecção entre raça, gênero, sexualidade, classe e idade deve ser pensada na atuação articulada dessas categorias de diferenciação social e no fato de tais diferenciações produzirem-se mutuamente (Brah, 2005; Collins, 2019 [2000]; Collins, Bilge, 2021), denotando que os sujeitos não são negros, apenas (Lima, S., 2020). Os estudantes com os quais estabeleci interlocução mobilizam as diferenças de maneira interseccional para narrar suas experiências e trajetórias, ainda que a pauta principal de atuação do coletivo e o que os interconecta seja a identificação racial. Neste sentido, não só há múltiplas formas de compreensão mobilizadas acerca das identidades negras, como também as pessoas que integram o coletivo são mulheres, homens, bissexuais, gays, com idades variadas e partindo de lugares, também, variados.

A partir do trabalho de campo no coletivo, esta dissertação se deteve sobre os múltiplos processos de produção de identificações, identidades e diferenças, sobre as formas possíveis de agência dos sujeitos quando na universidade e sobre seus modos de fazer política. Aqui, a diferença é compreendida de maneira ambígua, pois sua produção pode resultar em

processos de identificação ou desigualdade, sendo contingente e relacional (Brah, 2006; Hall, 2008). Já a agência, por sua vez, é vista como modalidade de ação, e não como “sinônimo de resistência em relações de dominação” (Mahmood, 2006:123), e está, também, em constante mudança. Sem ofuscar ou deixar de reconhecer as relações sociais de poder e ambiguidades que perpassam o espaço universitário e os coletivos, e mesmo os estereótipos (Hall, 2009) que atravessam seus processos de chegada e permanência, os sujeitos desta pesquisa transitam e fazem-se presentes em instâncias de tomada de decisão, produzem conhecimento, demandam mudanças curriculares, enunciam suas identidades e constroem espaços de *apoio mútuo* com vistas ao *acolhimento*, à *formação política* e ao *aquilombamento*.

Ainda que o trabalho de campo tenha ocorrido no e a partir do Quilombo Ubuntu, a minha atenção voltou-se, também, para o movimento dos sujeitos da pesquisa e para as relações que estes estabeleciam com outras organizações e pessoas. Direcionar o meu olhar para o trânsito dos universitários fez-me constatar que o coletivo faz parte de um campo discursivo de ação abrangente (Alvarez, 2014). Um campo no qual os seus atores compartilham sentidos e enquadramentos em comum para as suas ações. Ter isso em vista, fez-me compreender que a emergência dos coletivos negros universitários não é recente e pode ser associada a um processo anterior de ingresso de ativistas dos movimentos negros no ensino superior público e à emergência dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) nas universidades (Ratts, 2011). Contudo, há também diferenças e possíveis mudanças nos modos de fazer política e nas ferramentas utilizadas pelos coletivos para tanto, como poderá ser visto ao longo deste trabalho (Guimarães; Rios; Sotero, 2020; Facchini, Carmo, Lima, S., 2020; Lima, S., 2020).

Nesta dissertação, o Quilombo Ubuntu é visto como um dos atores de um campo discursivo de ação (Alvarez, 2014) mais amplo relacionado aos movimentos negros e que se situa em uma porção dessas teias de relações na qual o acesso e a permanência de negros na Medicina, o acolhimento, a interseccionalidade e a produção de conhecimento aparecem de modo importante e compartilhado nos enquadramentos para suas ações. A partir disso, foi necessário direcionar-me, também, para as disputas epistemológicas que surgiam a partir da entrada dos estudantes *cotistas* na Medicina. Para tanto, volto-me para as reuniões do coletivo realizadas em parceria com outros atores e para eventos de outras organizações. Meu objetivo é explicitar como a implementação das cotas raciais, a chegada de universitários negros e a emergência de coletivos nos cursos de Medicina favorecem a elaboração de um conhecimento corporificado e situado (Haraway, 1995 [1988]) sobre saúde, de modo a questionar e refletir criticamente sobre as formas como o saber e a prática médica são produzidos e ensinados. Neste

sentido, a reivindicação de um conhecimento médico interseccional que leva em consideração a promoção da saúde da população negra (Werneck, 2016; Caldwell, 2017; Carneiro, R., 2017; Milanezi, 2019) parece tornar-se cada vez mais relevante para os atores engajados nas teias deste campo discursivo de ação.

Tendo em vista o que elenquei até este ponto, é preciso enfatizar que foi necessário partir de um esquema analítico que permitisse movimentar a minha atenção do particular ao extra local, e vice-versa (Abu-Lughod, 2018 [1991]), uma vez que os efeitos deste último manifestam-se apenas localmente, e são “produzidos nas ações de indivíduos vivendo suas vidas particulares, inscritos em seus corpos e palavras” (*Ibidem*:207). As escolhas teóricas adotadas ao longo desta dissertação levaram-me por um caminho analítico que me distanciou de afirmações generalistas, e estimulou-me a situar e analisar as ambiguidades, as nuances do contexto e das relações estabelecidas entre os sujeitos, e destes últimos com o Quilombo Ubuntu e com o espaço universitário. Ainda, é relevante situar de antemão que, ao longo do texto, optei por não separar a descrição etnográfica da análise, ou seja, para tecer a etnografia que será lida nas páginas que seguem, busquei entremear cuidadosamente o que foi vivido com a teoria. A fim de “colocar no texto – em palavras sequenciais, em frases que se seguem umas às outras, em parágrafos e capítulos – o que foi ação vivida” (Peirano, 2014:386), considerando que este processo se constitui em “um dos maiores desafios da etnografia – e não há receitas preestabelecidas de como fazê-lo” (*Ibidem*:386).

Chegando ao fim da apresentação desta pesquisa, sublinho, uma vez mais, que a implementação de políticas públicas como as cotas raciais transformam as universidades de múltiplas formas. Tais mudanças, conforme dito em linhas anteriores, não se limitam apenas ao perfil de quem está ingressando ou à chegada destes alunos em maior quantidade no espaço universitário, mas implicam também a permanência universitária e os modos como os estudantes têm elaborado estratégias com vistas a permanecer e procurar deixar suas marcas neste espaço. Em matéria publicada pelo Jornal da Universidade de São Paulo (USP)<sup>18</sup> intitulada “Coletivos ajudam estudantes negros na busca de representatividade e acolhimento na USP”, relatos de estudantes de distintos cursos indicam que a emergência de coletivos negros universitários está intimamente relacionada ao desejo de construir espaços de acolhimento no ambiente acadêmico. A reportagem ainda mostra que a existência de coletivos tem se mostrado

---

<sup>18</sup>Ver: <<https://jornal.usp.br/universidade/coletivos-ajudam-estudantes-negros-na-busca-de-representatividade-e-acolhimento-na-usp/>>. Último acesso em 10 de agosto de 2021.

eficiente para dirimir a solidão de alguns discentes, de modo a acolhê-los em um espaço que pode ser potencialmente hostil<sup>19</sup>.

A pesquisa que gerou esta dissertação ocorreu em um espaço estudantil como os descritos pela reportagem supracitada. Ao longo do trabalho de campo realizado no Quilombo Ubuntu, atentei-me para os distintos processos de produção de identificação, identidades e diferenças vividos pelos estudantes, seus modos de fazer política, seu trânsito por espaços institucionais e ativistas, suas formas de produzir conhecimento, e para como a emergência do coletivo e suas atividades têm contribuído para *acolher* e *formar politicamente* estudantes negros do curso de Medicina. Todas as atividades construídas pelo grupo visam o *acolhimento* e a *formação política*, não como esferas distintas, mas entrelaçadas, ou seja, para se *formar politicamente* é preciso de *acolhimento* e vice-versa. Tendo isso em vista, ao longo da dissertação procurei operar com uma perspectiva de análise que me possibilitou entrelaçar e explicitar como todos os elementos até aqui elencados compõem os processos de chegada e permanência na universidade que acompanhei em campo.

### **Encontro com o campo: desenredar os fios para tecer uma dissertação**

Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada.

- Abdias do Nascimento, 2016: 47

Em “Escrita contra a cultura”, Lila Abu-Lughod (2018 [1991]) dedica-se a refletir acerca da posicionalidade dos antropólogos quando em campo, e em como tal posicionalidade atravessa o próprio fazer antropológico e, conseqüentemente, as etnografias construídas. Para a autora, as representações etnográficas não são apenas “verdades parciais” (*Ibidem*:198, *apud*. Clifford, 1986a:6), mas também e sobretudo, são verdades posicionadas, uma vez que o antropólogo que as elabora ocupa determinado lugar nas relações sociais de poder que impacta não apenas o que é visto, mas como o que é visto será refletido e transposto em formato de texto. É neste sentido que a produção feminista e de pesquisadores que, também, são nativos dos grupos nos quais estudam levantaram importantes questionamentos para a produção do conhecimento antropológico e para outras áreas do saber (Haraway, 1995 [1988]; Stengers,

<sup>19</sup> Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml>>. Último acesso em 30 de agosto de 2021.

2002; Fox-Keller, 2006; Abu-Lughod, 2018 [1991]), produzindo inflexões nos modos como o trabalho de campo é realizado e nas estratégias textuais mobilizadas para a escrita etnográfica (Abu-Lughod, 2018 [1991]). Sob esta perspectiva, é imprescindível realizar uma reflexão crítica acerca de nossas posicionalidades e de seus impactos para as pesquisas, para as escolhas metodológicas e teóricas que realizamos.

É tendo em vista tais discussões que, como podem ser vistas, estão no cerne do fazer antropológico, que dou início a esta seção com uma citação de Abdias do Nascimento (2016). Este último, um importante intelectual negro brasileiro que se dedicou a produzir um conhecimento crítico, posicionado e de grande relevância política acerca da condição do negro neste país. Ainda que eu não esteja vinculado ao curso de Medicina ou mesmo ao Quilombo Ubuntu como um membro, considero-me como parte da matéria investigada pois, também sou um estudante negro da mesma universidade pública que os sujeitos desta pesquisa. E, também, porque assim como Nascimento, A., sublinha quando escreve “O Genocídio do Negro Brasileiro”, “não posso e não me interessa transcender a mim mesmo” (*Ibidem*:46).

Por volta dos meus quinze anos, quando estava próximo a formar-me no ensino médio, em 2006, cheguei à conclusão de que deveria ingressar no ensino superior. Esta decisão estava atrelada a uma crença de que ao obter um diploma universitário eu seria capaz de transformar minha realidade e ascender socialmente. Decidi, então, que seria médico, sobretudo pelo valor atribuído a esta profissão em nossas sociedades altamente medicalizadas (Stengers, 2002; Sarti, 2010). Para tanto, precisaria ingressar em uma universidade pública, já que entrar em uma particular para cursar Medicina beirava o impossível, pois as mensalidades eram e continuam sendo excessivamente caras para minha condição socioeconômica. Assim, para dar cabo ao meu desejo, me matriculei em um curso pré-vestibular popular, e durante cerca de um ano passei meus sábados inteiros nesse curso. Sua carga horária era excruciante e eu sentia não estar absorvendo o conteúdo que deveria ter aprendido quando no ensino médio regular. Constatar este fato fez-me, pouco a pouco, ir deixando o curso e, também, o meu desejo.

Ironicamente, neste mesmo período, em um almoço de família, ao compartilhar com as pessoas presentes meu desejo de cursar Medicina, e como o caminho para alcançar tal objetivo estava sendo exaustivo, ao ponto de me desmotivar, uma tia, casada com o irmão de minha mãe, questiona-me: “Por que você não tenta ingressar por cotas?”. Em resposta, a única coisa que me lembro de ter feito foi um movimento de assentir com a cabeça. Confesso que, naquele momento, não compreendi completamente o porquê ela havia me feito tal pergunta e, tampouco, recordo qual foi minha resposta completa.

Por motivos outros, cheguei à conclusão de que eu não queria mesmo ser médico. Mas, mesmo tendo optado por não seguir em frente com aquele desejo, continuei questionando-me sobre as motivações que fizeram minha tia, naquele almoço, indagar-me sobre ingressar em Medicina por cotas raciais. Nunca tinha passado pela minha cabeça tal possibilidade, e eu não estava acompanhando qualquer tipo de discussão ou notícia sobre o tema. Na verdade, eu pouco sabia sobre o assunto. Ao fim e ao cabo, fiquei me perguntando, em vez de interpelar diretamente a minha tia, por qual razão ela havia dito para que eu tentasse ingressar na universidade por meio da política de ação afirmativa. Posteriormente, ficou explícito que minha tia via-me como uma pessoa negra, algo que, naquele momento, não era evidente para mim, pois eu mesmo não enunciava-me como tal, no máximo como pardo, mas sem saber o que ser pardo significava politicamente no Brasil, e sobretudo, para os movimentos negros.

Curiosamente, este acontecimento emergiu em minha memória apenas depois do início do trabalho de campo. Porém, esta não foi de forma consciente uma das motivações que me levou a realizar a pesquisa que gerou esta dissertação. Mas, defrontar-me com essa memória fez-me refletir o quanto eu pouco sabia, na época, sobre as múltiplas fronteiras e obstáculos que circundam o acesso ao ensino superior público no Brasil, e que ganham outros contornos quando falamos de cursos de alta concorrência e prestígio, como os de Medicina. Fez-me indagar se a escolha por ingressar por cotas raciais também gera dúvidas em outros estudantes que, assim como eu, reconhecem-se negros mas possuem pele clara, levando-os a questionar se devem ou não optar por esta modalidade de ingresso no momento da inscrição para o exame vestibular. Acaso ou não, quinze anos depois, vejo-me escrevendo esta dissertação de mestrado, trabalho fruto de uma pesquisa realizada junto aos universitários que compõem o Quilombo Ubuntu e estão vinculados ao curso de Medicina da Unicamp, muitos dos quais são *cotistas*.

Em relação à realização da pesquisa, ingressei no mestrado no início de 2020, mas foi apenas tempos depois que finalmente encontrei o campo – ou teria ele me encontrado? – Fato é que fui apresentado a Renato, um estudante de Medicina com inquietações semelhantes às minhas no que se refere à permanência de estudantes negros LGBT em um espaço tradicionalmente ocupado por uma elite branca, como os cursos de Medicina. Renato tornou-se, ao longo da pesquisa, um interlocutor próximo e com quem eu sentia-me bastante confortável para dialogar sobre as dúvidas que emergiram à medida que realizava o trabalho de campo. Foi com ele que travei longas conversas acerca de nossas trajetórias até chegar onde estamos hoje, ele no curso de Medicina da Unicamp e eu no PPGAS da mesma universidade.

Do frutífero diálogo e trocas de percepções que travamos, surgiu o convite para que eu conduzisse uma reunião do Quilombo Ubuntu – coletivo que acabara de ser criado por estudantes negros do curso de Medicina da Unicamp –, cujo tema era afetividade negra entre pessoas LGBTQIA+. De minha parte, o aceite ao convite teve alguns motivos: em primeiro lugar, porque considerava relevante discutir sobre questões que atravessam a vida de pessoas LGBT negras em um espaço que não tinha como foco pautas relacionadas diretamente à gênero e sexualidade. Em segundo, considerando a escassez de espaços de sociabilidade em decorrência da pandemia, estar presente naquela reunião era uma oportunidade de construir relações com estudantes cujas vivências eram semelhantes à minha.

Em diálogos prévios com Renato, combinamos que o encontro se constituiria em uma roda de conversa para compartilhar nossas experiências, reflexões e dúvidas. Eram cerca de 20h10 quando entrei na sala onde a reunião aconteceria, no Google Meet. Naquele momento, sentia-me tenso pois não tinha clareza sobre o que esperar do encontro. Aguardamos cerca de dez minutos na expectativa da chegada de outros estudantes que fazem parte do coletivo, e quando a sala estava com cerca de dezoito pessoas, Renato disse que eu poderia dar início. Aquela participação afetou-me por completo e via-me estabelecendo uma dupla relação com o coletivo e com os estudantes. Explico. Embora sujeito estrangeiro àquele grupo, sentia-me parte por reconhecer no Quilombo Ubuntu um espaço de afeto, troca e resistência política capaz de fortalecer os laços que contribuem para a chegada e para a permanência de estudantes negros, assim como eu, em um ambiente potencialmente hostil. Eu, antropólogo em formação, inserido em um grupo de médicos em formação. Ainda que neste ponto de minha vida, subjetivamente e politicamente, eu soubesse o que representa autodeclarar-me negro, pela primeira vez encontrava-me em um espaço exclusivo de sujeitos que compartilhavam algumas experiências comuns às minhas.

Após o encontro, segui por dias refletindo sobre a relação médico – paciente, sobretudo em contextos do serviço público de saúde, onde a maioria dos usuários é composta por pessoas pretas e pardas. Quais os impactos que o aumento do número de pessoas, que antes estavam na condição de exceção, neste contexto, tem para a construção do saber médico e para o exercício da Medicina, para as pesquisas, atendimentos e diagnósticos dos usuários dos aparelhos de saúde? Ainda, perguntava-me se a criação daquele espaço estava intimamente conectada à chegada de mais estudante negros no curso de Medicina e com a implementação das cotas raciais. Até momentos antes da reunião eu não tinha delimitado onde e, tampouco,

sabia como se daria o meu trabalho de campo. Após o encontro, constatei que era no coletivo o espaço onde ele deveria acontecer.

Ainda, há um outro evento que me impulsionou ao recorte empírico deste estudo: o adoecimento da minha mãe. A partir de março de 2020, boa parte de meu cotidiano foi composto por idas sistemáticas ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP). Isso tornou possível meu contato com muitos médicos já formados, residentes e universitários<sup>20</sup> de Medicina em período de internato, e esta experiência vinha ao encontro de minhas perguntas de pesquisa. Uma vez que, ao menos aparentemente, era irrisória a presença de médicos negros nos corredores do HC.

Em uma das suas consultas de rotina, estávamos em uma sala com o médico endocrinologista e cerca de seis discentes. A esta altura, eu já me encontrava realizando o trabalho de campo, o que me fez considerar aquela situação bastante interessante, diferentemente de minha mãe, que parecia não estar gostando tanto e sentia-se exposta. Em determinado momento, o médico levou minha mãe para ser examinada em outra sala e eu permaneci com os estudantes. Compartilhei com eles sobre o quanto fiquei assustado com o seu rápido adoecimento, aproveitando para fazer algumas perguntas sobre seu quadro e sobre os cuidados necessários em relação à sua doença. Após respondidas as minhas questões, contei sobre minha pesquisa de mestrado, e uma das alunas questionou-me, dando sorrisos: “Quer dizer, então, que você está nos pesquisando?”. Em resposta, neguei: “Não, estou direcionado para o curso de Medicina da Unicamp”. Então, a mesma aluna interpelou-me: “Me parece que o perfil dos estudantes de Medicina da Unicamp está mudando, né?”. Assenti com a cabeça, mas respondi que esta era uma das perguntas para a qual eu estava buscando resposta com a pesquisa.

Dedico algumas linhas para falar sobre esse episódio, pois a convivência periódica com médicos e estudantes, e acompanhar minha mãe a múltiplos exames em seu tratamento acabaram, também, por contribuir para a formulação de algumas das perguntas que orientaram este estudo. Os momentos que vivenciamos, para além de angustiantes e exaustivos, aproximaram-me do universo dos sujeitos desta pesquisa. Afinal, estão todos em um percurso para se tornarem médicas e médicos. Eu estava convivendo com discentes do curso de Medicina, em função do trabalho de campo, e dialogando continuamente com profissionais,

---

<sup>20</sup>Grosso modo, o internato é o período do curso no qual discentes passam a atuar diretamente nos hospitais universitários (HU) ou em unidades básicas de saúde (UBS), e compreende os últimos anos do curso de Medicina. É quando os estudantes têm a oportunidade de colocar em prática, de maneira mais sistemática, tudo aquilo que estudaram ao longo do curso.

residentes e estudantes em um hospital universitário, em razão do adoecimento de minha mãe. Este trânsito mostrou-se, no mínimo, interessante para o curso da pesquisa.

Como pode ser visto, esta dissertação é fruto de um caminho tortuoso. Mas, o ofício antropológico *per se*, desde a definição de um tema de pesquisa, às negociações com os sujeitos, o trabalho de campo e o processo de escrita são e estão emaranhados, ainda que procuremos, na medida em que seja possível, realizá-los separadamente (Strathern, 2014). Em um primeiro momento, partimos de um projeto que nos confere lastro para seguir. Realizamos o trabalho de campo para reunir uma série de fios soltos que serão organizados e costurados durante o desafiador processo de escrita, no qual revisitaremos o que foi a experiência vivida. Sob esta perspectiva, a “etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (Peirano, 2008:3).

Considero relevante trazer os encontros que me levaram em direção ao campo – a reunião com o coletivo sobre afetividade negra entre pessoas LGBTQIA+ e a convivência com médicos e estudantes em um hospital universitário –, para dar sentido a eles e incorporá-los à feitura desta pesquisa. Esses encontros, inegavelmente, contribuíram para a produção desta dissertação em um momento tão particular como o de uma pandemia. Faço este movimento reflexivo amparando-me em uma pergunta feita por Veena Das (2020) em um artigo escrito no início da pandemia de Covid-19, no ano de 2020. Tal pergunta norteou-me durante as incertezas da vida e do trabalho de campo, especialmente em um momento tão delicado e marcado por instabilidades. Das (2020), em “Encarando a Covid-19: meu lugar sem esperança ou desespero”, reflete sobre como podemos prosseguir com ou iniciar nossas pesquisas que estão tão ancoradas no trabalho de campo e no “estar lá”. Após discorrer sobre os impactos do atual contexto na vida e no trabalho antropológico, em determinado momento do texto ela afirma estar direcionando para seus alunos uma questão que costuma mobilizar suas próprias pesquisas:

Quando sou atingida por um desastre – pessoal, nacional, profissional – faço o que antropólogos do meu tipo fazem, eu pergunto: “Há qualquer ação ou conhecimento útil que eu possa produzir?”. Agora levo as mesmas questões para meus alunos, enquanto me preparo para este ano e o próximo e possivelmente o seguinte (*Ibidem*:3).

Direcionar a atenção para os contextos nos quais Das faz suas pesquisas, contextos atravessados por eventos críticos (*Idem*, 1995), e refletir sobre o excerto supracitado auxiliaram-me a realizar o trabalho de campo em um momento tão adverso do ponto de vista pessoal e global. Por fim, não me restam dúvidas de que o que remontei até aqui faz parte do desenvolvimento desta pesquisa, tornando possível a existência desta dissertação. E, se a

antropologia é a própria teoria vivida, conforme assinala Mariza Peirano (2008), torna-se relevante apresentar o processo de minha introdução como antropólogo neste campo. Foi a partir dos caminhos e descaminhos descritos acima que se tornou possível a confecção do que será lido neste trabalho.

### **A pesquisa antropológica e a pandemia de Covid-19: aspectos éticos e metodológicos**

Um dos elementos que torna o trabalho de campo desafiador é ele ser realizado tendo em mente uma atividade muito diferente: a escrita.

- Marilyn Strathern, 2014: 345

A antropologia é aberta porque seu objetivo não é chegar a soluções finais que encerram a vida social, mas, antes, revelar os caminhos pelos quais ela pode continuar.

- Tim Ingold, 2020:85

O trabalho de campo e a escrita antropológica são desafiadores por suas assimetrias, e “a relação entre esses dois campos, portanto, pode ser descrita como ‘complexa’, no sentido de que cada um deles constitui uma ordem de envolvimento que habita ou toca parcialmente, mas não abrange a outra” (Strathern, 2014:346). Contudo, é inegável que a pandemia de Covid-19 atribuiu novos contornos a esta, já complexa, tarefa. Com sua irrupção em 2020, a pandemia atravessou integralmente o processo de feitura de minha pesquisa e a escrita desta dissertação. Tivemos apenas uma semana de aulas presenciais em 2020, após meu ingresso no PPGAS. Ao menos pude, nesta primeira semana, conhecer os colegas que ingressaram comigo e alguns docentes.

Já em relação ao grupo de pesquisa do qual faço parte, coordenado pelas professoras Regina Facchini e Isadora Lins França, foram alguns poucos integrantes que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Pouco tempo depois do início do semestre letivo, no dia 12 de março, foi decretada a suspensão de aulas e de muitas outras atividades da Universidade. O que pensamos durar apenas alguns meses, persiste até os dias em que escrevo esta dissertação. Durante a pandemia, o isolamento social se constituiu em uma das principais medidas de segurança para combater o contágio pelo vírus. Logo, a internet tornou-se indispensável para que as pessoas conseguissem realizar seus trabalhos, estudar, falar com familiares, amigos, manter relações sociais, fazer compras etc, trazendo à tona, inclusive, as disparidades em

relação ao acesso à internet, evidenciando que boa parcela da população brasileira ou tinha acesso intermitente ou não tinha<sup>21</sup>.

Em “Critical Events”, Veena Das (1995) examina como eventos críticos transformam a moralidade e a forma como os sujeitos organizam seus cotidianos e suas relações sociais. A partir de eventos como a Partição da Índia e o desastre de Bhopal, Das retrata como tais episódios, naqueles contextos, fizeram emergir “novos modos de ação que redefiniram categorias tradicionais, como códigos de pureza e honra, o significado do martírio e a construção de uma vida heróica” (*Ibidem*:6, tradução minha). A antropóloga preocupa-se em descrever os modos como tais eventos transformaram radicalmente o cotidiano e a maneira como os sujeitos estabeleciam relações e viviam suas vidas. Trago brevemente o argumento de Das sobre este tema, pois a pandemia e as formas como ela atravessou nossas vidas parece caber perfeitamente no que a antropóloga compreende como um evento crítico. Ter isso em vista enquanto fazia a pesquisa, contribuiu para que eu conseguisse lidar da maneira que fosse possível com as contingências e limitações impostas por esta situação de exceção que, infelizmente, tornou-se ordinária.

Na sessão anterior, descrevi o meu encontro com o Quilombo Ubuntu e como fui afetado por ele. Contudo, foi necessário participar de uma outra reunião para contar sobre meu interesse em realizar o trabalho de campo no coletivo. Ainda que minha intenção de pesquisa tenha sido bem recebida pelos estudantes quando a apresentei nesta segunda ocasião, eles estavam preocupados com a possibilidade de a minha presença inibir os membros do coletivo nas reuniões de *acolhimento* do grupo. Afinal, na percepção dos estudantes, um pesquisador estaria o tempo todo tomando notas enquanto as pessoas estariam compartilhando episódios delicados e permeados por emoção de suas vidas. Em resposta à essa preocupação, contei que não estava almejando apenas observar de forma passiva as atividades do Quilombo Ubuntu. A ideia e o próprio pressuposto do trabalho antropológico, disse, é o de observar e participar, ou seja, não estaria nas reuniões apenas para tomar notas acerca do que iria ver e escutar. Inclusive, afirmei que me interessava menos apenas observar, pois estava buscando, na medida em que fosse permitido, participar ativamente das atividades. Após esta reunião, os estudantes elaboraram um formulário online que foi replicado para as pessoas que compõem o grupo no WhatsApp, com vistas a verificar se todas estavam de acordo com minha participação. Após a circulação do formulário, a minha proposta e participação foram aceitas.

---

<sup>21</sup> Cf: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml>>. Último acesso em 10 de maio de 2021

. Meu trabalho de campo compreendeu diálogos informais por WhatsApp – aplicativo sobre o qual detalharei o funcionamento e utilização no contexto da pesquisa mais à frente nesta seção –, a utilização do Google Meet<sup>22</sup> e entrevistas realizadas com discentes que compõem o Quilombo Ubuntu. Sobre este assunto, é válido sublinhar que, para a realização desta pesquisa, obtive a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) e a autorização da FCM, uma vez que minha pesquisa lidava diretamente com seus estudantes, ainda que com um grupo de universitários que estava circunscrito ao Quilombo Ubuntu. Para além dos inúmeros diálogos e das entrevistas, participei de reuniões *formativas* e de *acolhimento* realizadas pelo coletivo. Em um primeiro momento, minha participação nos encontros era negociada à medida em que eram marcados. Nunca fiz parte do grupo do coletivo no WhatsApp, mas recebia as informações sobre a programação de reuniões que aconteciam quinzenalmente, às sextas. Como a realização da pesquisa se deu de modo integralmente digital, considero relevante dizer que acompanhei, de forma síncrona, eventos relacionados ao curso de Medicina da Unicamp, as reuniões do Quilombo Ubuntu e outras atividades encontradas na internet e que dialogavam com o tema da pesquisa. Alguns eventos e atividades assisti de forma assíncrona, a partir de gravações. Como participei de muitos eventos online, pude perceber que à medida que ganhamos com a possibilidade de gravar e armazenar atividades diversas, perde-se parte do contato que é possível estabelecer quando estamos presencialmente nelas. O que nos resta, em grande medida, são as interações pelo *chat*.

Acompanhei as postagens das páginas de Instagram do coletivo e do Centro Acadêmico Adolfo Lutz da FCM, em relação a este último, também acompanhei alguns eventos públicos realizados. As redes sociais se constituem em espaços nos quais são compartilhadas fotos, vídeos, programações de eventos, cursos, aulas, posicionamentos políticos e uma série de outras informações consideradas relevantes por seus usuários. Como o isolamento social foi indispensável para o combate à pandemia, essas redes, que já eram amplamente utilizadas, tornaram-se espaços para transmissões ao vivo, aulas abertas, reuniões, debates etc. Ainda, como será visto ao longo do texto, fiz amplo uso de matérias jornalísticas que tangenciavam o tema desta pesquisa, e que contribuíram para que eu realizasse mediações entre o que eu estava encontrando em campo com questões macrossociais. Durante a realização da pesquisa, seguindo as atividades do coletivo, estabeleci relações com discentes que ingressaram antes da

---

<sup>22</sup>O Google Meet é um programa que pode ser acessado por meio de navegadores que se encontram instalados em computadores e dispositivos móveis com acesso à internet. Este aplicativo permite que seus usuários realizem chamadas de vídeo, compartilhem suas telas e interajam através de um *chat*. Foi amplamente utilizado por IES para aulas e reuniões ao longo da pandemia.

aprovação das cotas raciais, com os quais dialoguei a fim de compreender suas percepções acerca do acesso e da permanência, e com outros que ingressaram pela política propriamente dita. Em um contexto mais próximo do ideal, minha proposta seria a de ir à FCM diariamente. Estando lá, eu faria a observação participante. Entretanto, o que eu tinha para substituir isso era um celular, um computador, internet e o diário de campo.

No que diz respeito à operacionalização do trabalho de campo, amparei-me nos trabalhos de diversos pesquisadores que, ao longo das duas últimas décadas, realizaram seus trabalhos sobre o/no digital como Don Miller e John Slater (2004), Carolina Parreiras (2015), Thiago Falcão (2017), Christine Hine (2020) e Beatriz Lins, Carolina Parreiras e Eliane Freitas (2020). Esses trabalhos, em conjunto com o curso ministrado pela professora Carolina Parreiras, no início do primeiro semestre de 2020, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, e a aula publicada pelo antropólogo Daniel Miller, em sua página no *Youtube*<sup>23</sup>, subsidiaram a forma como eu estabeleci relações e transitei pelo campo.

Reformular meu projeto e realizar a pesquisa de modo integralmente digital quando, em um primeiro momento, meu desejo era poder estar em campo presencialmente foi, no mínimo, frustrante. Felizmente, minha proposta de pesquisa permitia sua operacionalização de forma online. Ainda assim, eu nutria a expectativa de que seria possível realizar um período do trabalho “estando lá”, fisicamente. Algo que, com o passar do tempo, foi se mostrando totalmente inviável. Recordo-me que, em 2020, a professora Regina Facchini, minha orientadora durante o mestrado, organizou uma reunião com a pesquisadora Camila Pierobon, para que esta última pudesse compartilhar conosco como estava desenvolvendo suas pesquisas durante a pandemia. Dentre as inúmeras perguntas, Pierobon tecia comentários e possíveis saídas para as nossas angústias em relação à operacionalização de nossos trabalhos de campo. Em dado momento, ela mencionou o WhatsApp e a sua importância para realizar seus trabalhos atuais.

A partir daquele momento, passei a olhar para esse aplicativo de mensagens instantâneas como um de meus melhores aliados. Ao ser instalado em um celular ou mesmo em um computador, ele permite o envio de mensagens em forma de texto, ligações de vídeo, áudios, fotos e arquivos diversos, como documentos em formato pdf. Felizmente, todos os universitários com os quais estabeleci interlocução tinham acesso à internet e usavam o aplicativo, o que facilitou o nosso diálogo. Assim, como os sujeitos com os quais dialoguei

---

<sup>23</sup> Cf: <<https://www.youtube.com/watch?v=NSiTrYB-0so>>. Último acesso em 15 de outubro de 2020.

utilizavam o WhatsApp, era este o aplicativo, então, que eu teria de usar para estabelecer contatos. Dessa forma, inspirei-me, também, no trabalho de Jorge Cárdenas (2020), professor da Universidad Del Mar (UMAR), em Oaxaca, México, que desenvolveu uma pesquisa sobre o cotidiano de discentes da mesma instituição em que leciona, e sobre como a pandemia estava impactando os estudos e a vida universitária. Cárdenas (2020) mostrou, assim como Pierobon, como o WhatsApp foi uma ferramenta ímpar para estabelecer contatos com os estudantes e para a realização do seu trabalho de campo.

Ironicamente, ao mesmo tempo em que o aplicativo me aproximava dos discentes, também me distanciava. Muitas vezes, sentia-me à deriva, exatamente por não conseguir estabelecer um contato mais direto. Trocava mensagens de texto e áudios semanalmente, mas, às vezes, não obtinha respostas para minhas manifestações e perguntas. E, às vezes, eu mesmo não dava uma resposta tão prontamente. Mais tarde, cheguei à conclusão de que este foi um ônus, mas também, uma espécie de bônus em relação a empreender o trabalho de campo dessa maneira. Digo isto pois as mensagens recebidas por meio do WhatsApp podem ser respondidas a qualquer momento. Em outras palavras, podemos responder na hora em que recebemos, mais tarde no mesmo dia ou até mesmo dias depois. Isso não se configura em algo necessariamente negativo, é apenas uma característica desta modalidade de comunicação que resolvi articular a meu favor. Percebi, no final das contas, que a possibilidade de escolher o melhor momento para responder às mensagens pode contribuir para que possamos dialogar com calma e no melhor momento possível.

Por fim, se o já clássico trabalho de Miller e Slater (2004) aponta para o aspecto entrelaçado que o online e o off-line estabelecem, e Hine (2015) sublinha que a internet precisa ser vista como incorporada, corporificada e cotidiana na contemporaneidade. Tanja Ahlin e Fangfang Li (2019), por sua vez, atentam-nos para a importância de levarmos em conta que estamos vivendo em um mundo altamente móvel e atravessado por novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), que demandam a constante reformulação dos procedimentos metodológicos de nossas pesquisas. Ao que Ahlin e Li (2019) pontuam, eu apenas adicionaria que a constante reformulação, em grande medida, pode ser uma demanda dos próprios eventos contingenciais que nos assolam de maneiras inesperadas, como uma pandemia, uma doença ou outras situações que não estão apenas atreladas ao aumento do uso de diferentes TICs, mas ao próprio curso de nossos cotidianos e dos eventos que os perfazem (Das, 1995, 2020 [2006]).

## Estrutura da dissertação

Esta dissertação é composta por três capítulos, Introdução e as Considerações Finais. Seu propósito é o de analisar as relações entre o Quilombo Ubuntu, sua emergência após a adoção das cotas raciais pela Unicamp e sua importância para o *quilombamento* de seus membros; a produção de identificações, identidades e diferenças; os modos de fazer política elaborados pelos universitários; os processos de produção de conhecimento forjados no/pelo coletivo e pelos estudantes que dele fazem parte; e a mobilidade social e o trânsito dos sujeitos pelo espaço universitário.

Na “Introdução”, apresento o tema da pesquisa e o campo, dando especial atenção para as particularidades existentes na Medicina e as transformações pelas quais vem passando este curso, na Unicamp, após a adoção de políticas afirmativas racialmente orientadas. De forma introdutória, exponho a percepção dos estudantes sobre o papel que o Quilombo Ubuntu tem exercido para a chegada e para a permanência universitária a partir do ano de 2019, ano em que ocorreu a chegada dos primeiros discentes que utilizaram as cotas raciais para ingresso na Unicamp. Por conseguinte, descrevo os caminhos percorridos que me levaram ao recorte empírico da pesquisa. E, por fim, apresento os desafios éticos, metodológicos e os impactos da pandemia de Covid-19 para a realização do trabalho de campo e para a escrita da dissertação.

No primeiro capítulo, intitulado “Das lutas que nos antecederam”, focalizo brevemente o processo histórico de lutas pelas ações afirmativas racialmente orientadas, especialmente no que diz respeito à atuação dos movimentos negros no âmbito nacional, incluindo suas articulações em nível internacional, com o intuito de combater o racismo institucional e democratizar o acesso à educação pública superior no Brasil. Em seguida, retomo o processo de adoção de cotas raciais pelos cursos de pós-graduação do IFCH da Unicamp, a fim de explicitar sua relação com as mobilizações realizadas por coletivos, discentes, docentes e funcionários em direção à implementação das cotas raciais e do vestibular indígena nos cursos de graduação da mesma universidade. A partir da descrição etnográfica da aula inaugural do curso de Medicina, analiso o discurso institucional que permeia a aula magna e como ele atravessa a chegada e a permanência de discentes *cotistas*. Ao encontro disso, debruço-me sobre a literatura que versa sobre as particularidades que conformam os cursos de Medicina no Brasil, dando especial foco para as distintas desigualdades históricas existentes para o acesso ao curso. Em seguida, analiso os processos de tensões raciais que tiveram lugar no contexto imediato de implementação das cotas raciais, e suas relações com a mobilização de estereótipos, criação de

rumores e a operação cotidiana do racismo institucional no ambiente universitário. Ainda, dedico-me a refletir sobre o *contraste* que pôde ser percebido pelos estudantes com o contínuo crescimento do número de universitários negros no curso de Medicina da Unicamp. Ao final do capítulo, explicito como o processo de emergência do Quilombo Ubuntu esteve intimamente relacionado com as mudanças pelas quais vêm passando a composição racial do corpo discente da FCM. Na última seção, reflito, ainda, sobre os processos de agenciamento dos estudantes que se dão de maneira individual e coletiva, com vistas a produzir o *aquilombamento*.

Em “Produzindo identificações, identidades e diferenças”, segundo capítulo desta dissertação, debruço-me, em um primeiro momento, sobre os sentidos da noção de *aquilombamento*. Desse modo, a minha proposta é refletir acerca da importância da categoria para as ações do coletivo, buscando explicitar como ela e outras adjacentes, como o *acolhimento* e o *pertencimento*, são mobilizadas pelos estudantes e compõem seus modos de fazer política. Em seguida, analiso como a emergência do coletivo e sua atuação no contexto da FCM têm impelido seus membros a construírem redes, de modo a fazer com que se sintam mais *pertencentes* à FCM e ao próprio Quilombo Ubuntu. Procuo explicitar como o coletivo é tomado pelos seus membros como um espaço de identificação que tem como base a identidade negra, mas esta última, por sua vez, articula-se com outras diferenças sociais contribuindo para que o Quilombo Ubuntu seja um espaço no qual os discentes produzam suas identidades, mas também, suas diferenças. Nas duas seções seguintes, reflito sobre como a possibilidade de ter a escolha de ingressar por meio das cotas raciais impeliu os estudantes a refletirem sobre sua identidade racial. A escolha pela política afirmativa, explicito, esteve intimamente relacionada com os processos de se tornar negro, bem como as suas complexidades, vividos pelos sujeitos e em seu adensamento quando chegam a um curso majoritariamente composto por pessoas brancas. Na última seção do capítulo, analiso como as bancas de heteroidentificação exercem um papel relevante na operacionalização da política de cotas raciais, especialmente no que diz respeito à prevenção de possíveis fraudes nas declarações dos candidatos. Em contrapartida, exploro como essas mesmas bancas e o processo de heteroidentificação geram tensões e conflitos para o processo subjetivo de se tornar negro e, conseqüentemente, para a identificação racial dos sujeitos.

No terceiro e último capítulo, “Modos de fazer política, produção de conhecimento e mobilidades”, parto das disputas epistemológicas que pude assistir ao longo do trabalho de campo e que eram travadas pelo coletivo e, também, por outras organizações. Desse modo, almejo explicitar que a atuação do Quilombo Ubuntu não se dá de modo isolado, uma vez que

ele faz parte de uma teia por meio da qual são compartilhados e circulam, além de pessoas, enquadramentos e categorias comuns. Analiso como as ações promovidas pelo coletivo e por seus membros em alianças com outras organizações ou iniciativas, como o Centro Acadêmico Adolfo Lutz e a Liga Acadêmica de Saúde da População Negra (LASPNE), contribuem para a produção de um conhecimento situado sobre saúde, que impele os universitários a refletir criticamente e questionar a formação e o saber médico. Para tanto, volto-me para um conjunto de eventos nos quais os estudantes e outras organizações tinham como objetivo refletir sobre processos de saúde e adoecimento a partir da intersecção entre diferenças e desigualdades. Volto a minha atenção para como os encontros realizados pelo Quilombo Ubuntu e os temas mobilizados tornaram-se uma forma de os estudantes discutirem sobre assuntos que consideram relevantes para a sua formação, como temas relacionados à saúde da população negra, por exemplo. Ainda, na seção seguinte, direciono a atenção para a política dos afetos. Meu intuito, neste ponto, é o de evidenciar a sua importância para os modos de fazer política do coletivo e dos universitários. Porém, a política dos afetos leva-me a explicitar, também, as tensões que emergiram entre os estudantes a partir de distintos processos de produção de identidades e diferenças. Por fim, olho para como o ingresso no curso de Medicina é visto como uma forma de os estudantes se moverem socialmente. Todavia, busco explicitar como a mobilidade que encontro no campo não diz respeito apenas à possibilidade de mudanças na condição socioeconômica dos discentes, mas às novas relações estabelecidas, aos espaços pelos quais os sujeitos passam a transitar e aos lugares que passam a ocupar, seja em organizações ativistas, seja em esferas institucionais.

Nas “Considerações Finais” retomo o percurso analítico traçado ao longo da dissertação, bem como busco reforçar os principais argumentos elaborados neste trabalho. Desse modo, meu intuito é o de sublinhar as principais contribuições que esta etnografia oferece aos estudos antropológicos sobre ações afirmativas, movimentos negros universitários, relações raciais, interseccionalidades e modos de produzir conhecimento. Sendo assim, revisito os capítulos a fim de realizar uma breve síntese sobre os principais temas tratados, para, então, costurá-los com vistas a explicitar as compreensões elaboradas a partir da conclusão da pesquisa.

## **CAPÍTULO I. DAS LUTAS QUE NOS ANTECEDERAM**

O que precisamos imaginar é uma política do humano que seja, fundamentalmente, uma política do semelhante, mas num contexto em que, cabe admitir, o que partilhamos logo de início são as diferenças. E são elas que, paradoxalmente, precisamos pôr em comum. Isso passa pela reparação, isto é, por uma ampliação da nossa concepção de justiça e responsabilidade.

- Achille Mbembe, 2018: 307

Não me parece possível iniciar este capítulo sem fazer referência à célebre frase dita certa vez por Jurema Werneck: “nossos passos vêm de longe”. A frase faz alusão à ancestralidade, aos caminhos já trilhados, aos obstáculos já ultrapassados, às lutas travadas e as batalhas porvir, e a uma sorte de experiências já vividas que podem servir como referência para trilhar novas e outras rotas. Sob esta perspectiva, a emergência do coletivo Quilombo Ubuntu e a de tantos outros que estão surgindo nas universidades brasileiras nos últimos vinte anos pode ser vista como um dos resultados do intenso trabalho de ativistas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que trilharam e sedimentaram caminhos para que aqueles que viessem depois pudessem guiar-se. Diante disso, parece-me pertinente, no primeiro capítulo desta dissertação, olhar para os passos que vieram de longe. Passos esses que servem como molas propulsoras para uma série de transformações que estão diretamente relacionadas com o aumento da diversidade étnica, racial, de gênero e sexual nas universidades públicas. E, também, com as tensões e transformações nos processos de produção do conhecimento acadêmico.

“Das lutas que nos antecederam” é o primeiro capítulo desta dissertação. Minha proposta é a de olhar em retrospecto para as batalhas que me antecederam e antecederam os sujeitos desta pesquisa. Em um primeiro momento, busco refletir sobre as ações afirmativas racialmente orientadas e sua importância para a democratização do acesso à educação pública superior. Evidencio como a reivindicação pelas cotas raciais está intimamente relacionada com a luta antirracista encabeçada pelos movimentos negros em âmbito nacional e internacional. Localizando um pouco mais, retomo os embates e estratégias políticas elaboradas pelos estudantes, docentes, funcionários e outros sujeitos que tinham como objetivo a aprovação das cotas raciais e do vestibular indígena na Unicamp. Após esta primeira caminhada, centralizo a minha atenção na FCM e procuro refletir sobre a aula inaugural ministrada no início do semestre letivo de 2021. A minha proposta é a de analisar o discurso institucional e descrever como é realizada a recepção dos estudantes que estão chegando naquele espaço. Ainda, olho para a constituição dos cursos de Medicina em terras brasileiras, tomando como eixo de análise as desigualdades que atravessam a sua criação e institucionalização, e em como elas, historicamente, têm contribuído para restringir o acesso ao curso.

. Por conseguinte, olho para como diferentes estereótipos (Hall, 2009) e suas relações com rumores (Das, 2020 [2006]) e com o racismo institucional afetam as distintas chegadas, permanências e as experiências dos estudantes *cotistas* no espaço universitário. Em contrapartida, detenho-me nas estratégias empreendidas pelos membros do coletivo para subverter positivamente a categoria *cotista* e, conseqüentemente, a experiência dos estudantes que ingressam pela política afirmativa. Evidencio como esse processo impele a emergência, entre os discentes, de processos de identificação que contribuem para que se sintam mais *pertencentes* ao espaço universitário. Sigo caminhando em meio a um contexto em franca transformação, que resulta, por sua vez, em um cenário visivelmente *contrastado* na FCM, em razão do aumento de negros em seu quadro discente. Por fim, direciono a minha atenção para o processo de emergência do Quilombo Ubuntu, coletivo composto por estudantes negros do curso de Medicina da Unicamp no qual a pesquisa foi realizada. Neste ponto, descrevo não apenas o seu processo de criação, mas também os processos que levaram os estudantes a constituir um espaço de *quilombamento* em um ambiente como a FCM.

## Ações afirmativas, para que servem?

Neste momento histórico que as instituições de ensino superior vivem, é imprescindível dizer que não somos apenas nós que devemos nos adaptar à universidade, mas ela também deve se adequar aos novos saberes e vivências que trazemos conosco. Como diversos negros e negras têm denunciado, é impossível falar em democracia em um país tão racista e desigual: com as cotas sociais e étnico-raciais, hoje mudamos a universidade. Em breve, transformaremos o Brasil.

- Letícia Chagas<sup>24</sup>

Eu sempre estive em ambientes muito brancos e aí, quando as cotas foram implementadas deu aquele start, porque tinha muita gente. Tem muita gente querendo acessar a faculdade, né? [...] só que é desleal a competição, mesmo já sabendo disso antes, eu nunca tinha me deparado de uma forma tão concreta, eu acho. E aí que, sabe, veio na minha cabeça que a bonificação não coloca ninguém na universidade, o que coloca são as cotas nesse momento.

- Em conversa realizada com Isadora por WhatsApp em 2021.

Políticas de ação afirmativa racialmente orientadas, como as cotas raciais implementadas nas universidades públicas, têm como propósito principal dirimir as desigualdades sociais relacionadas ao ingresso à educação superior. Ainda que seu objetivo principal seja contribuir para a democratização do acesso, seus impactos estão para além disso, como é possível ver nos excertos citados no início desta seção. Um deles foi extraído de uma das conversas que tive com Isadora, estudante de 21 anos, bissexual e *parda-negra*. Durante o ensino fundamental ela estudou em escolas particulares, já no ensino médio estudou em instituições públicas de ensino técnico, e morou ao longo de sua vida na cidade de São Paulo, até ingressar na Unicamp. Ela me contou que se compreendeu como uma mulher *parda-negra* pouco antes do ingresso na Universidade, quando ainda estava no curso pré-vestibular, pois eram poucos os estudantes pretos e pardos naquele espaço. A discente ingressou na FCM em 2018, pelo PAAIS, ou seja, um ano antes da primeira turma de *cotistas* chegar à Unicamp.

Na percepção de Isadora, como é possível ver, a implementação das cotas raciais ampliou ainda mais o número de estudantes negros na FCM, diversificando o quadro discente daquela Instituição. Outros sujeitos da pesquisa reforçaram como a política afirmativa tem provocado transformações que não podem ser circunscritas apenas à democratização do acesso, pois elas fomentam processos de subjetivação diversos, tocam no sentimento de *pertencimento* de estudantes ao espaço universitário e também nas maneiras como o conhecimento acadêmico

---

<sup>24</sup>Este trecho foi retirado da seção Expressão de Opinião do Jornal Folha de São Paulo, publicado em 1 de novembro de 2020. A autora do excerto foi Letícia Chagas, a primeira presidente negra do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da USP.

é produzido e legitimado (Carvalho, 2006; Figueiredo; Grosfoguel, 2010; Ratts, 2011; Guimarães; Rios; Sotero, 2020; Facchini; Carmo; Lima, S., 2020; Lima, S., 2020)

Tais medidas não se constituem em um fenômeno contemporâneo, e sua implementação, desde as primeiras universidades brasileiras que as adotaram até a promulgação da Lei de Cotas, em 2012, é o resultado de um longo e árduo processo de disputas e embates políticos liderados, sobretudo, pelos movimentos negros contemporâneos e outros sujeitos que se aliaram à luta antirracista. Dessa forma, de acordo com Carvalho (2006:88), políticas como as cotas raciais provocam “um reposicionamento concreto das relações raciais no nosso meio acadêmico, começando pelo universo discente da graduação, porém com potencial para se estender à pós-graduação, ao corpo docente e aos pesquisadores.”

As ações afirmativas podem ser vistas como um “conjunto de medidas de cunho público ou privado, que visam à promoção de ações de caráter redistributivo ou de reconhecimento da participação e importância de grupos minoritários na sociedade brasileira” (Lima, M., 2015:35). Logo, a política de cotas raciais representa apenas um dos modelos de ação afirmativa possível e não estão restritas ao ensino superior, sendo utilizadas, também, para o mercado de trabalho e em concursos públicos, por exemplo. Tendo em vista as desigualdades sociais presentes no contexto brasileiro, Wilson Mattos (2018:320) salienta que tais políticas têm como propósito maior “instituir igualdade de oportunidades e de condições”.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu um marco e impeliu, de forma mais contundente, os movimentos negros “a desenvolver um intenso trabalho na área de defesa dos direitos civis dos negros, principalmente aqueles garantidos pela nova carta, que tornou os ‘preconceitos de raça ou de cor’ crime inafiançável e imprescritível” (Guimarães, 2003:248). Todavia, tornou-se evidente que era necessário ir além desta importante conquista, e as organizações da sociedade civil passaram a reivindicar por ações afirmativas semelhantes às já existentes nos Estados Unidos e discutidas, também, no contexto sul-africano (*Ibidem*). Márcia Lima (2015), em concordância com Antônio Guimarães (2003), sublinha que a aprovação, bem como a implementação de ações afirmativas como as cotas raciais, são resultados de longos processos de disputas empreendidos pelos movimentos sociais de maneira mais contundente a partir da década de 1990. É também nesta década que passou a acontecer, de forma mais sistemática, aproximações entre movimentos sociais e o Estado, contribuindo para ações de caráter mais efetivas no que tange às questões raciais (Lima, M., *op. cit.*).

Para que as demandas por ações afirmativas racialmente orientadas fizessem sentido no Brasil, era preciso ter o reconhecimento público de que se vivia em um país

atravessado pelo racismo. Desse modo, “os movimentos sociais negros lutaram duramente para arrancar da voz oficial brasileira a confissão de que esta sociedade é também racista” (Munanga, 2001:35). Tal reconhecimento público ocorreu, em um primeiro momento, em Brasília, na “Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, em 1995 e, posteriormente, mas desta vez em âmbito internacional, na “III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, realizada em Durban, África do Sul, em 2001 (*Ibidem*).

Assim, durante a “Marcha Zumbi” na qual foi entregue, ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o “Programa para a Superação do Racismo e da Desigualdade Étnico-Racial”, já se fazia presente a demanda por ações afirmativas racialmente orientadas para o ensino superior e o mercado de trabalho (Gomes, 2012). Por outro lado, há um consenso entre pesquisadores que a “Conferência de Durban” foi um evento emblemático no que diz respeito aos diálogos entre movimentos sociais e Estado, e os posteriores caminhos trilhados que culminaram na promulgação da Lei de Cotas e na implementação da política nas instituições de ensino, o que tornou essa Conferência um importante marco nas discussões antirracistas (Carneiro, S., 2002; Gomes, 2012; Feres Júnior *et al.*, 2018).

Durante os três anos que a antecederam, foram realizadas inúmeras reuniões e a formação de grupos de trabalho preparatórios. Este período foi relevante para colocar em pauta as discussões sobre o racismo de uma forma mais imperativa na sociedade brasileira. E, de acordo com Sueli Carneiro (2002) e João Feres Júnior *et al.* (2018), os preparativos, ao menos no contexto brasileiro, tiveram um impacto quase tão importante quanto a Conferência em si. Neste sentido, a organização do movimento de mulheres negras brasileiras nas atividades prévias e na Conferência propriamente dita, impulsionou seu protagonismo no combate ao racismo e em ações antirracistas (Carneiro, S., *op. cit.*). Foi em Durban que “o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para sua superação, entre elas as ações afirmativas na educação e no trabalho” (Gomes, 2012:739). Por fim, a partir da “Conferência de Durban” nasce o Plano de Ação que almejava, por meio de uma série de medidas, o combate à discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas (Carneiro, S., *op. cit.*; Gomes, *op. cit.*; Feres Júnior *et al.*, 2018). Feres Júnior *et al.* (*Ibidem*) atestam que cerca de duzentas pessoas compuseram a delegação brasileira enviada a Durban, com diferentes representantes da sociedade civil, sendo os movimentos negros representado por um número significativo de membros.

Olhar e reconhecer a importância da “Batalha de Durban” (Carneiro, S., 2002) não é afirmar que foi apenas a partir de seu Plano de Ação que as políticas de ação afirmativa passaram a ser instituídas nas universidades brasileiras. Conforme já mencionei, com base no que denotam Munanga (2001), Carneiro, S., (2002), Guimarães (2003), Gomes (2012), Lima, M., (2015) e Feres Júnior *et al.*, (2018) os movimentos negros historicamente têm como pauta importante de sua agenda a implementação de ações afirmativas racialmente orientadas, tanto para a educação quanto para o mercado de trabalho. Na época da Conferência, inclusive, algumas universidades já estavam em processo de implantação de algum tipo de política afirmativa racial. No início dos anos 2000, na região sudeste do país, a UERJ e a UENF adotaram uma medida baseada na reserva de vagas. Em um primeiro momento, se tratava de uma reserva de 50% para estudantes oriundos do ensino público e, posteriormente, dessas vagas foram reservadas 40% para autodeclarados pretos e pardos. Neste mesmo período, mas na região nordeste do país, a UNEB seguia pelo mesmo caminho e adotava cotas raciais para todos os seus cursos de graduação e pós-graduação (Feres Júnior *et al.*, 2018).

Outro ponto importante é que a UnB, ao adotar cotas raciais para o seu vestibular, “nacionalizou a discussão” (*Ibidem:75*), alçando-a para além das universidades estaduais que já tinham adotado a política. A UnB, ao aprovar essa modalidade de ingresso, em 2003, tornou-se a primeira federal a implementar uma política de reserva de vagas para negros. A polêmica fez com que a adoção das cotas raciais nesta universidade tomasse, na época, proporções grandiosas nos noticiários e em debates acadêmicos. Todavia, o alarde girava mais em torno da criação de uma “comissão de verificação racial” (*Ibidem:76*) e menos na importância da política propriamente dita.

O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), designado em 2007, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), instituído em 2010 e a promulgação da Lei de Cotas, em 2012, fazem parte de uma série de estratégias para a ampliação do acesso ao ensino superior que têm possibilitado diversificar consideravelmente os quadros discentes e os perfis universitários (Lima, M. 2015; Feres Júnior *et al.*, 2018; Facchini; Carmo; Lima, S. 2020; Lima, S. 2020). Olhando especificamente para as universidades estaduais paulistas, Danielle Araujo (2019a, 2019b) apresenta-nos um contexto de disputas, e reflete sobre a resistência dessas instituições para adotar as cotas raciais como uma das modalidades para ingresso. Não só foram algumas das últimas universidades a implementar a política, como buscavam atestar que o sistema de bonificação era suficiente para fazer com que candidatos menos favorecidos economicamente pudessem ingressar no ensino

superior público, uma vez que o problema estava circunscrito à classe, não à raça. Nesse discurso, era relevante ter em vista a classe social, o perfil socioeconômico e a manutenção do ingresso por meio do “sistema de bonificação” (*Ibidem*:2208). Dessa forma, essas universidades consideravam que a bonificação era suficiente para fazer com que pessoas de camadas populares, e pessoas pretas e pardas acessassem o ensino superior público, não tendo a necessidade de implementação de uma política de reserva de vagas racialmente orientada (*Ibidem*). Em relação a uma das estaduais paulistas, a Unicamp, na seção seguinte atendo-me especificamente a como se desenvolveu o processo de adoção de cotas raciais e a criação do vestibular indígena nesta Instituição.

**“Cotas sim, cortes não! Contra o golpe e pela educação, permanência e ampliação”<sup>25</sup>**

A aprovação das cotas raciais e do vestibular indígena na Unicamp foi fruto de um longo percurso de embates políticos. E, esteve atrelada, também, à promulgação da Lei de Cotas, à aprovação de uma política afirmativa racialmente orientada com reserva de vagas nos programas de pós-graduação do IFCH, em 2015, e ao interesse de discentes e docentes em democratizar o acesso à Unicamp. Antes de deter-me sobre os eventos que levaram essa universidade a adotar a política para seus cursos de graduação, é necessário direcionar a atenção para seus antecedentes, neste caso, olharei para o que ocorreu no IFCH, em um primeiro momento.

Em relação à aprovação de cotas raciais nos programas de pós-graduação do Instituto, Mário Medeiros (2016:158) descreve que este foi um processo longo e “nem sempre coeso e articulado, em que houve interesse de indivíduos e grupos ao longo da experiência histórica de vivenciar o espaço universitário da Unicamp e entendê-lo como excludente”. O intervalo entre os anos de 2012 a 2014 favoreceu o encontro de novos docentes e discentes de graduação e pós-graduação no IFCH, alguns desses últimos vinculados ao Núcleo de

---

<sup>25</sup>O nome desta seção é proveniente do mote da greve que ocorreu na Unicamp, em 2016.

Consciência Negra (NCN)<sup>26</sup> e à Frente Pró-Cotas (FPC)<sup>27</sup> (*Ibidem*). Tanto professores recém-contratados, quanto universitários vinculados às duas iniciativas supracitadas compartilhavam o mesmo desconforto em relação à composição étnica e racial do IFCH, Instituto ao qual muitos deles estavam vinculados. Em 2014, docentes e discentes trabalharam conjuntamente para a organização de debates públicos com vistas a discutir e refletir sobre ações afirmativas, bem como as dificuldades e as possíveis estratégias para levar o assunto para dentro do IFCH (*Ibidem*).

A esta altura, indicado pela Congregação do Instituto, já havia sido criado um GT para realizar discussões sobre ações afirmativas. Os momentos decisivos neste processo, conforme detalha Medeiros (2016), ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2014. No último mês do ano, tendo em vista o acúmulo de discussões sobre o tema, o assunto relacionado às cotas raciais para o ingresso nos programas de pós-graduação do IFCH foi levado à instância máxima decisória daquela unidade. A partir disso, foi aprovado o princípio das ações afirmativas no Instituto, tendo em vista que, para tanto, seria necessário fomentar a diversidade e discutir sobre as desigualdades concernentes ao acesso à pós-graduação; a constituição de um grupo composto por docentes de cada departamento do Instituto para analisar a viabilidade da reserva de vagas em seus programas; e a incumbência de apresentar os resultados das discussões realizadas no âmbito do GT à Congregação, em março do ano seguinte (*Ibidem*).

O próximo passo do GT foi realizar um balanço sobre as ações afirmativas no ensino superior brasileiro, e elaborar uma pesquisa sobre a composição étnica e racial do IFCH. O documento final formulado continha as informações supracitadas e outros materiais relacionados às cotas raciais, apresentando discussões e reflexões relevantes sobre a possibilidade de implementação da política e, se a medida seria apenas paliativa ou contribuiria para dirimir as desigualdades no acesso à pós-graduação; sobre como e se a política racializava os mecanismos de acesso à educação e quais as implicações desse processo; e sobre seus possíveis impactos para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária (*Ibidem*).

---

<sup>26</sup>De acordo com a página do NCN no Facebook “O Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP foi fundado no final de 2012, a partir da iniciativa de estudantes que impulsionaram a organização das atividades no mês da Consciência Negra, realizadas em conjunto com outros setores da Unicamp. A partir desta mobilização, foi possível articular vários grupos organizados da comunidade negra, dentro e fora da universidade, para promover a luta racial, a partir do acúmulo de uma série de conquistas do movimento negro e da necessidade de propiciar um espaço de politização das relações raciais no Brasil.” Cf: <[https://www.facebook.com/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/NucleoDeConscienciaNegraUnicamp/about/?ref=page_internal)>. Último acesso em 30 de novembro de 2020

<sup>27</sup>Em sua página no Facebook, a FPC denomina-se como “um grupo formado em 2012 por alunos da Unicamp dispostos a construir a luta pela democratização do acesso à universidade.” Cf: <[https://www.facebook.com/frenteprocotasdaunicamp/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/frenteprocotasdaunicamp/about/?ref=page_internal)>. Último acesso em 30 de novembro de 2020.

Por fim, o documento apresentado argumentava em favor das cotas, e tinha em vista defender a viabilidade de sua implementação por parte dos programas e departamentos do Instituto, sendo implementada no ano de 2015. Assim, Medeiros (2016) sublinha que olhar para o percurso trilhado para a aprovação das cotas raciais no IFCH nos dá pistas para o que estava prestes a acontecer na própria Unicamp. Especialmente porque alguns dos atores envolvidos na aprovação da política no Instituto, estavam diretamente implicados com a greve que irrompeu em 2016, sendo este o evento que impulsionou a aprovação das cotas raciais e do vestibular indígena na Universidade para os cursos de graduação.

O Conexão Preta, coletivo de estudantes negros da Unicamp de Limeira, realizou no dia 15 de abril de 2021 uma roda de conversa virtual denominada “Quando a Unicamp falou sobre cotas?” O objetivo do evento era apresentar e refletir sobre as estratégias empreendidas para a aprovação da política e compartilhar com quem estava chegando à Universidade os eventos que antecederam sua aprovação. Para tanto, duas alunas da Unicamp envolvidas nesse processo foram convidadas para falar. A partir deste evento, pude tomar conhecimento sobre alguns dos caminhos trilhados, as estratégias e alianças construídas, bem como as disputas travadas para que as cotas raciais e o vestibular indígena fossem aprovados e implementados. A realização de um encontro com pessoas que estiveram engajadas diretamente nos eventos que culminaram na aprovação da política fez-me perceber que todo este caminho foi resultado do engajamento de coletivos universitários e de outros atores parceiros, de um acúmulo de trajetórias ativistas que se somaram e, sobretudo, do desejo por transformação da universidade pública.

A greve de 2016 irrompeu em um contexto político complexo, marcado, de um lado, pelo processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e, por outro, pelo anúncio, por parte da Unicamp, de um plano de contingenciamento e contenção de despesas que impactaria negativamente a Universidade, seus funcionários e discentes (Silveira *et al.*, 2016). Em vista da conformação de um cenário que prejudicaria diretamente a vida universitária, no dia 10 de maio de 2016, em uma assembleia geral realizada com um número expressivo de discentes, docentes e funcionários da comunidade acadêmica, foi decidida pela construção de uma greve e pela ocupação da reitoria da Universidade sob o mote “Cotas sim, cortes não! Contra o golpe e pela educação, permanência e ampliação”<sup>28</sup> (Inada, 2018).

---

<sup>28</sup> Cf: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1770130-alunos-da-unicamp-protestam-contras-corte-de-verbas-e-ocupam-reitoria.shtml>>. Último acesso em 16 de novembro de 2021.

As cotas raciais na Unicamp e nas universidades estaduais paulistas foram aprovadas tardiamente, se levarmos em consideração que muitas instituições de ensino superior brasileiras já contavam com a medida para o ingresso em razão, sobretudo, da promulgação da Lei de Cotas (Araujo, 2019a, 2019b). Isso ficou ainda mais evidente para mim durante a reunião de *acolhimento* do Quilombo Ubuntu, que será descrita de maneira detalhada na primeira seção do capítulo II, pois um dos ingressantes expressou sua surpresa ao ver pessoas celebrando as transformações no curso de Medicina geradas pela política de ação afirmativa. O ingressante que estava chegando na Unicamp era do Rio de Janeiro, e afirma que nas universidades de seu estado a transformação dos quadros e perfil de discentes é mais antiga, por isso seu espanto ao ver tamanha celebração. Em uma rápida conversa que tive com Mariana, aluna que ingressou no período que antecedeu a aprovação das cotas raciais e atualmente já está formada e atendendo como obstetra, ela conta:

William: Existia nesta época em que você estava na FCM discussões acerca de ações afirmativas? Você lembra se circulavam discussões relacionadas e tal?

Mariana: Não existia uma discussão institucional na Medicina, até porque a impressão que eu tinha era que as pessoas partiam do pressuposto de que quem estava ali era porque a família tinha condições de bancar. Havia alguma discussão mais pontual no Centro Acadêmico, mas assim, uma ou duas reuniões que me lembro. Sobre o acesso, também se falava muito pouco. As cotas sociais estavam mais em voga, mas ainda incipiente também (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Mariana, como explicitarei logo acima, ingressou em um período que é anterior à implementação das cotas raciais e em um período anterior à greve, em 2009, ou seja, no momento em que realizo a minha pesquisa ela já está formada. Mariana foi para São Paulo com o objetivo de fazer um curso pré-vestibular. Ao longo de sua estadia na cidade, residia com parentes. Contou-me, em uma breve conversa, que sua família a apoiava financeiramente e também à sua irmã, que na época já estava na universidade. Não obstante, o apoio não era suficiente para que ela conseguisse manter-se em Barão Geraldo quando foi aprovada em Medicina na Unicamp, vendo-se obrigada a pleitear uma bolsa trabalho concedida pela Universidade. De fato, na época em que ela estava na FCM, período anterior à greve, o que estava em voga no discurso institucional das universidades estaduais paulistas eram as cotas sociais e as bonificações. Tal medida, no caso da Unicamp, adiciona pontos para estudantes que estudaram em escolas públicas ou em particulares com bolsa integral, e também possui uma variável étnico-racial, ou seja, caso o estudante seja proveniente de escola pública e se autodeclarar preto ou pardo, ele ganha mais pontos como bonificação (Araujo, 2019a, 2019b).

É pertinente pontuar que o PAAIS já vinha contribuindo para o aumento do número de estudantes negros nos cursos de graduação da Unicamp. Mas, com a implementação das

cotas raciais este número cresceu ainda mais, contribuindo para o surgimento de tensões raciais que impeliram alguns dos estudantes *cotistas* a se *aquilombarem*. Tal processo impactou diretamente a criação do Quilombo Ubuntu e, também, a produção de identificações entre os discentes e da identidade negra de seus membros. Sobretudo, porque o processo subjetivo de se reconhecer enquanto negro, para alguns dos os sujeitos desta pesquisa, tem início com a escolha das cotas raciais para o ingresso e se adensa quando chegam à FCM.

Direcionando a minha atenção novamente à experiência universitária de Mariana, ainda que ela não tenha presenciado na FCM de forma mais contundente as discussões acerca das cotas raciais, isso não significa que elas não estavam acontecendo em outros setores da Universidade em sua época. A pesquisadora Angélica Inada (2018) se deteve, em sua pesquisa de mestrado, sobre os processos que resultaram na aprovação das cotas raciais e do vestibular indígena na Unicamp. Inada (*Ibidem*) indica que foi em 2012, mesmo ano da promulgação da Lei de Cotas, que discentes da Universidade se organizaram para um evento a fim de dialogar sobre a temática. As discussões e o encontro se mostraram enriquecedores e “o grupo percebeu a necessidade de criar mais espaços para a discussão, em grande medida negligenciada pela universidade” (*Ibidem*:59). Neste mesmo ano, nascem o NCN e, pouco tempo depois, a FPC, atores que, posteriormente, foram de grande importância nas disputas pela implementação de cotas raciais na pós-graduação do IFCH e nos cursos de graduação da Unicamp.

Em transmissão ao vivo<sup>29</sup> organizada pelo Centro Acadêmico Adolfo Lutz da FCM chamada “O Racismo na FCM”, uma das convidadas conta:

Em 2016 entrei na Medicina, foi o ano em que a gente fez a greve, a fatídica greve de 2016 que deu início aos trabalhos e aos GTs para fazer as cotas raciais da universidade. E esse foi um ano em que a gente participou bastante, nossa turma participou da greve, fizemos piquete, faltávamos nas aulas e recebíamos ameaças de professores. Nesse ano foi o ano em que a gente fez a greve, com a maioria de escola pública e com muitos negros também (Trecho extraído de evento organizado pelo Centro Acadêmico Adolfo Lutz).

Mesmo que o evento não tivesse como foco discutir sobre a implementação das cotas raciais e seu impacto na FCM, uma das alunas convidadas, que chegou à universidade no ano da greve, não encontrou outra maneira de falar sobre o racismo na Medicina, ou de suas experiências na universidade, sem trazer em sua narrativa os eventos que culminaram na

---

<sup>29</sup>O evento faz parte de uma série de outras discussões organizadas pelo Centro Acadêmico Adolfo Lutz. Os outros encontros se voltaram para temas como assédio moral, trote, LGBTQIA+fobia, machismo e representatividade indígena. Todas as discussões refletem sobre episódios de violência que atravessaram o cotidiano de discentes da FCM, mas também buscam compartilhar as estratégias construídas para enriquecer a vida universitária e torná-la mais acolhedora. Cf: <<https://www.youtube.com/watch?v=xuMEAjbgtnw&t=2721s>>. Último acesso em 10 de julho de 2021.

aprovação da política de ação afirmativa e do vestibular indígena, e nas reverberações que sua adoção trouxe para sua estadia na universidade.

Ainda em relação à greve e aos acontecimentos que vieram posteriores à sua decretação e à ocupação da reitoria, os próximos passos foram a criação de GTs que ficaram responsáveis por discutir sobre as pautas principais mobilizadas pela greve. De acordo com Inada (2018:102) eram: “o GT sobre cotas, organizado pela Frente e pelo Núcleo, o GT sobre permanência estudantil, sobre a expansão da moradia estudantil da Unicamp, e um GT sobre os cortes orçamentários.” O grupo responsável pelas discussões sobre políticas de ação afirmativa tinha como tarefa dialogar com a comunidade acadêmica sobre o tema. Mesmo que a pauta relacionada às cotas raciais tenha sido aprovada durante a assembleia geral da greve para compor seu mote, ainda era necessário conseguir o apoio de todas as unidades de ensino que compõem a Unicamp para encaminhá-la à outras instâncias (*Ibidem*). Sendo assim, os membros do GT realizaram eventos, grupos de discussões, debates, palestras e mobilizações que culminaram no apoio por parte de todas as unidades da Universidade, e “diversas faculdades tradicionalmente contrárias às greves e às cotas, como as engenharias e a medicina, declararam apoio” (*Ibidem*:103).

Após alguns meses de negociações com a reitoria, o próximo passo era o de levar a demanda referente às cotas raciais para o Conselho Universitário (Consu), órgão máximo de deliberação da Unicamp. As novas demandas, após a reunião com o Consu, foram: a construção de um outro GT<sup>30</sup> diferente daquele formado no início da greve; e a realização, ainda em 2016, de três audiências públicas para dialogar sobre o assunto com a comunidade acadêmica<sup>31</sup>.

Se, nos corredores dos institutos e nas ruelas da Unicamp as mobilizações seguíam de maneira intensa, na esfera digital as redes sociais serviam como suas extensões, e se constituíam em espaços importantes para a divulgação do que estava ocorrendo na

---

<sup>30</sup>O GT criado durante a greve não foi o mesmo que ficou responsável pelas audiências públicas e pela construção da proposta de ação afirmativa. Este segundo GT foi criado pelo então reitor José Tadeu Jorge e “presidido pela pró-reitora de Pós-Graduação Profa. Rachel Meneguello, foi formado por quatro professores da universidade, três integrantes do NCN e dois da FPC” (Inada, 2018:104).

<sup>31</sup>A primeira audiência teve como tema “Cotas e Ações Afirmativas: Perspectivas Históricas”, e contou com os palestrantes Luiz Felipe de Alencastro (Sorbonne-FGV), José Jorge de Carvalho (UnB) e João Paulo Tukano (UFAM); a segunda audiência tratou sobre “Cotas e Ações Afirmativas: Experiências Nacionais e Internacionais”, as palestras foram proferidas por Prof. Dra. Tatiane Consentino (UFSCAR), Prof. Dr. Jocélio Teles (UFBA) e Dora Bertúlio (Mestra pela UFPR); e, por fim a terceira e última audiência versou sobre “Cotas e Ações afirmativas: O PAAIS, Seus Alcances e Limites”, e contou com a participação de Prof. Dra. Amélia Artes (Fund. Carlos Chagas), Prof. Dr. João Feres Jr (GEMAA/UERJ), Prof. Dr. Edmundo Capelas (Comvest) e Prof. Dr. Renato Pedrosa (IG/Unicamp). Cf: <[https://www.facebook.com/cotasnaunicamp/events/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/cotasnaunicamp/events/?ref=page_internal)>. Último acesso em 10 de maio de 2021.

Universidade. Assim, a “Unicamp Precisa Falar Sobre Cotas” foi uma campanha online criada posteriormente à greve, em outubro de 2016, e se propôs a “expandir o debate, mobilizar a sociedade e aderir as cotas étnico-raciais e sociais na Unicamp”.<sup>32</sup> Sua página no Facebook foi alimentada com divulgações sobre os distintos eventos organizados e com fotos de figuras públicas mostrando seu apoio pela adoção das cotas raciais na Unicamp. A campanha tinha como intuito mobilizar a comunidade acadêmica no que diz respeito à aprovação da ação afirmativa. Em sua primeira postagem, indica:

A campanha ‘A Unicamp precisa falar sobre cotas’ pretende através de eventos internos nos cursos de graduação e pós e junto a articulação externa com a sociedade e movimentos sociais, apresentar e pautar as deliberações do CONSU com o intuito de adotar uma nova política de ação afirmativa para a Unicamp, com cotas. Serão três Audiências Públicas e duas reuniões do CONSU para discussão e deliberação do tema (Trecho extraído da página da campanha no Facebook).<sup>33</sup>

Dessa forma, junto às páginas do NCN e da FPC, a da campanha tornou-se mais um espaço para a divulgação das atividades e mobilizações realizadas referentes ao tema. As páginas do Facebook serviram, inclusive, para evidenciar quais membros do Consu não estavam comparecendo às audiências públicas, uma vez que era exigida a sua presença.

No dia 21 de fevereiro de 2017, uma reunião extraordinária foi marcada, e nela o GT apresentou o relatório a respeito das três audiências realizadas junto com uma proposta de modelo de política de cotas étnico-raciais para negros e indígenas, tendo como principal sugestão “a substituição do atual sistema de bonificação pelo sistema de reserva de vagas, cotas étnico-raciais para negros (pretos e pardos) e indígenas”.<sup>34</sup> Ainda que o relatório a respeito das audiências e a proposta com o modelo de política tenham sido entregues ao Consu, “a repetição de argumentos já rebatidos e explicitados nos eventos ainda foram utilizados contra a adoção de cotas nos meses que se seguiram” (Inada, 2018:107). Tais reações denotavam, ainda, resistência em relação à implementação da política. Sendo, então, necessário seguir construindo estratégias para alcançar um dos propósitos iniciais da greve. Dessa vez, além dos eventos e manifestações que continuavam a ser realizados, e de mobilizações na internet, o objetivo era ocupar os lugares reservados para discentes no Consu. Para tanto, a chapa Bloco da Periferia foi criada com o intuito de disputar tais cadeiras no órgão máximo decisório da Universidade:

Diante deste contexto conturbado, em que os retrocessos são cada vez mais explicitados pelos governos e administrações, alguns integrantes da Frente Pró-Cotas

<sup>32</sup>Cf: <<https://www.facebook.com/cotasnaunicamp>>. Último acesso em 11 de maio de 2021

<sup>33</sup>Cf: <<https://www.facebook.com/cotasnaunicamp/posts/251806005217132>>. Último acesso em 11 de maio de 2021.

<sup>34</sup>Cf: <[https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2017/02/24/grupo-de-trabalho-propoe-adocao-de-cotas-etnico-raciais-pela-unicamp?fbclid=IwAR39bSzV9uy8dmw33m3EK5fNb\\_alSRTM4je4yjfS0EjMvzUyJWm0-Qh4ZtM](https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2017/02/24/grupo-de-trabalho-propoe-adocao-de-cotas-etnico-raciais-pela-unicamp?fbclid=IwAR39bSzV9uy8dmw33m3EK5fNb_alSRTM4je4yjfS0EjMvzUyJWm0-Qh4ZtM)>. Último acesso em 11 de maio de 2021.

da Unicamp, do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp e Representantes Discentes da Moradia formaram esta chapa para as eleições para o CONSU (Instância máxima de deliberação universitária composta por representantes dos três setores da comunidade acadêmica e a reitoria) (Trecho extraído da página da chapa no Facebook).<sup>35</sup>

Após a apuração dos votos, os membros da chapa Bloco da Periferia anunciaram em sua página no Facebook que saíram vitoriosos: não apenas todas as pessoas que compunham a chapa conseguiram ser eleitas, como foram as mais votadas. Desta forma, poderiam estar presentes para a votação no dia 30 de maio de 2017. No dia anterior à reunião na qual a política seria aprovada ou não, ocorreu o “Festival/Ato Nacional pelas Cotas na Unicamp”. O evento contou com apresentações artísticas, musicais e rodas de conversa.<sup>36</sup> Em sua descrição, era possível encontrar o seguinte trecho:

Após esse processo de debate com a comunidade acadêmica, na próxima terça-feira, dia 30 de maio de 2017, irá ser decidido pelo Conselho Universitário se a Unicamp vai adotar as cotas raciais no sistema de ingresso dos cursos de graduação ou vai se assumir como uma instituição desinteressada na implementação efetiva das políticas de combate ao racismo. Esse dia será único, principalmente no contexto político atual, pois a Unicamp ainda disputa com a USP a vanguarda do atraso, compondo o quadro das universidades que, até hoje, negam a importância das cotas raciais e sociais enquanto políticas de ação afirmativa vigentes e legitimadas nas universidades públicas brasileiras (Trecho extraído da página do evento no Facebook).

Um dia após o evento, uma marcha foi organizada com o propósito de caminhar até o local onde a votação aconteceria. De acordo com Célia Zenaide, “o dia em que o Consu aprovou as cotas era um dia ensolarado”.<sup>37</sup> Com palavras emocionadas, ela lembra dos momentos vividos junto de tantas outras pessoas à espera de um veredito em frente ao local onde a reunião para a votação acontecia. Uma das estudantes que participou do encontro realizado pelo Conexão Preta, evento já mencionado no início desta seção, compartilhou que este dia foi permeado por tensão, mas também por emoção e celebração. Depois de um percurso envolvendo intensas disputas, mobilizações e a construção de múltiplas estratégias que foram explicitadas ao longo desta seção, o princípio das cotas raciais e o vestibular indígena foram conquistados. Por fim, no dia 21 de novembro daquele mesmo ano, o projeto a ser implementado foi divulgado. A primeira prova do vestibular da Unicamp com a opção de cotas raciais e o vestibular indígena ocorreram em 2018, para ingresso no ano letivo de 2019.

<sup>35</sup>Cf. <<https://www.facebook.com/BlocodaPeriferia>>. Último acesso em 05 de janeiro de 2021.

<sup>36</sup>Para mais detalhes sobre a programação do “Festival/Ato Nacional pelas Cotas na Unicamp”, ver: <<https://www.facebook.com/events/505210786500559/>>. Último acesso em 05 de maio de 2021.

<sup>37</sup>Em outubro de 2020, os centros acadêmicos das áreas de saúde da Unicamp organizaram um evento chamado “Saúde para quem?: Racializando a saúde”, sobre o qual falarei com mais detalhes no Capítulo III. Contudo, foi em um dos dias deste evento que escutei Célia Zenaide dizer, emocionada, a frase supracitada.

***Especiais, diferenciados e com rendimento excepcional?***

“Você é médica? Nunca fui atendida por uma negra”; “Desculpa, é difícil ver gente como você por aqui”; “O curso está diferente depois das cotas, né? Não tem mais aquela cara de antes”.

- “O Racismo na FCM”: 2020<sup>38</sup>

Às 10h da manhã do dia 16 de março de 2021, entrei no Youtube, site no qual a transmissão da aula inaugural do curso de Medicina da Unicamp aconteceria. A esta altura, eu havia me habituado com o fato de que meu trabalho de campo seguiria, integralmente, mediado por uma tela. Estava animado, pois este evento denotava que o semestre estava iniciando e, a partir daquele momento, meu trabalho de campo poderia ganhar outros contornos. Havia professores que compunham a coordenação do curso e um professor aposentado. Este último estava incumbido de ministrar a aula inaugural. Antes que o convidado principal fizesse uso da palavra, docentes manifestaram seu contentamento por receber os ingressantes que, a partir daquele momento, compunham a 59ª turma do curso de Medicina da Unicamp. O evento tinha uma atmosfera de celebração e enquanto tal, eram boas-vindas de um lado, felicitações de outro e uma enxurrada de elogios, sendo que alguns destes elogios capturaram a minha atenção, nos quais eram enfatizados o quanto aqueles estudantes eram *especiais, diferenciados* e possuíam um *rendimento excepcional*.

Indo de encontro a tais elogios, um alerta é feito: “o vestibular passou e a mentalidade de competição também”. Dali em diante, aqueles ingressantes eram colegas de caminhada e não mais competiam por uma vaga. Em dado momento, alguns docentes parabenizaram, também, os familiares dos universitários e manifestaram o quanto estes deveriam estar contentes por suas filhas e filhos. No momento em que os elogios eram ditos, perguntei-me se isso fazia parte de toda recepção de calouros de universidades públicas ou se apenas de alguns cursos específicos, haja visto que fiz minha graduação em Ciências Sociais em uma instituição privada e de pequeno porte. Supus que isso era característico do curso de Medicina e de outros considerados de prestígio e altamente concorridos. Dali em diante, passei a perguntar-me, também, se/como aquele discurso permeava o processo de formação dos universitários.

---

<sup>38</sup>No dia 07 de agosto de 2020, o CA Adolfo Lutz transmitiu o evento “O racismo na FCM”. A transmissão teve início com a leitura dos comentários que são citados no início desta seção, comentários estes que partiram de colegas, professores e pacientes, e foram escutados por estudantes negros do curso de Medicina da Unicamp.

Enquanto as boas-vindas eram dadas, a interação acontecia por meio do *chat*, um espaço destinado à troca de mensagens instantâneas localizado na mesma página de internet na qual a transmissão da aula ocorria. No *chat*, aqueles que estavam chegando interagem e compartilham sua alegria por meio de *emoticons*,<sup>39</sup> e trocavam contatos para estabelecer relações posteriores. O professor responsável por ministrar a aula deu as boas-vindas aos ingressantes, para depois sublinhar que aqueles estudantes estavam buscando exercer uma das “mais nobres e importantes atividades do ser humano: a prática médica”. A pandemia de Covid-19 emerge logo no início de sua fala para demarcar a importância da profissão em um momento tão crítico e desafiador, mas sobretudo para sublinhar que a ciência e seus resultados são basilares para o ofício.

O professor contou sobre sua trajetória e como foi chegar, há 52 anos, à Faculdade de Medicina na qual se formou. Descreveu uma reunião em que esteve presente no início do curso com o diretor do Centro Acadêmico. Nesta reunião, um assunto em especial chamou a atenção, pois o diretor do CA falava sobre as lacunas do currículo médico e sobre a necessidade de sua permanente atualização. Ele usa este encontro para, posteriormente, reforçar que o currículo dos cursos de Medicina está em constante mudança, afirmando que a formação médica nunca termina. Já em relação à chegada ao ensino superior, anunciou aos ingressantes: “a universidade vai mudar vocês diretamente”.

Em seguida, rememorou quando foi diretor da FCM da Unicamp e, após um período de intercâmbio na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, retornou decidido a transformar a formação médica daquela Faculdade. Seu objetivo era torná-la semelhante à do país de onde acabara de retornar, onde é obrigatório realizar uma formação prévia em humanas, exatas e biológicas. Apenas depois desse período os futuros médicos seguem para as especificidades que buscam, indica o professor. Isso agrega conhecimentos relevantes e contribui para uma formação mais crítica dos profissionais, conclui. Tais conhecimentos, em sua percepção, faltavam na formação em Medicina no Brasil, e é inspirado nessa experiência que, quando diretor da FCM, cria o ProFIS.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup>*Emoticons* são símbolos gráficos utilizados para expressar sentimentos e reações quando pessoas se comunicam ou reagem a algo que é encontrado na internet. A palavra é a junção de Emotion (emoção) + Icon (ícone).

<sup>40</sup>O Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS), é um curso de ensino superior da Unicamp. De acordo com o portal do curso na internet, “O currículo do ProFIS inclui disciplinas das áreas de ciências humanas, biológicas, exatas e tecnológicas, distribuídas por dois anos de curso. O objetivo é oferecer aos discentes uma visão integrada do mundo contemporâneo, capacitando-os para exercer as mais distintas profissões”. As vagas do ProFIS são apenas para estudantes de escolas públicas de Campinas, e à cada escola do município é reservada uma vaga. Ao concluir o curso do ProFIS, o aluno pode ingressar, sem a necessidade de realizar o exame vestibular, em um curso de graduação da Unicamp. Para mais informações, ver: <<https://www.prg.unicamp.br/profis/>> . Último acesso em 01 de janeiro de 2022.

Chegando ao fim de sua fala, voltou a sublinhar a importância da ciência e do rigor científico para o ofício médico, especialmente levando em conta o momento em que vivemos. Acrescentou que a FCM e a formação naquela instituição estão ancoradas em pesquisas baseadas em evidências e em seus resultados para contribuir com o processo formativo dos estudantes. Ainda, avaliou que atravessamos momentos difíceis no que diz respeito aos investimentos em pesquisas e salienta: "veja o que aconteceu com a produção de vacinas". Por fim, e para indicar sua posição frente ao contexto atual de ataques subsequentes à educação e a ciência, enfatizou: "quem se forma nessa Universidade nunca duvidará da eficiência da vacina".

Tomei conhecimento sobre a aula inaugural e de outros eventos promovidos pela FCM a partir de sua *Newsletter*.<sup>41</sup> Dessa maneira, poderia inteirar-me sobre as programações institucionais. Ainda que minha pesquisa estivesse voltada para a experiência dos estudantes do coletivo, acreditei que participar da aula contribuiria para tomar contato com o discurso institucional da FCM, além de conhecer mais de perto o que seria proferido no momento da recepção dos ingressantes. Considero a aula inaugural como um dos tantos rituais que marcam o início de um novo momento. Ela, também, apresenta aos discentes o discurso institucional da FCM, sua tradição, quais são as normas que regulam seu funcionamento e o que é esperado dos e para os estudantes ao longo da graduação. Em relação a esta tradição e às expectativas que recaem sobre os ingressantes, Renato conta:

William: Eu te falei que vi a aula magna do curso, né? Eu recebi um e-mail informando que ela seria aberta, então participei. Assisti e achei bem bacana, mas fiquei com uma dúvida sobre se aquelas falas [em relação aos *diferenciados*, *especiais* e com *rendimento excepcional*] atravessam o processo de formação ao longo do curso. Como é isso?

Renato: No ingresso a questão do 'excepcionais', 'de vocês tem um potencial' é muito por causa do vestibular, por ser muito concorrido e ser muito difícil de entrar. E, tem uma questão na Medicina também, que é tão difícil de entrar, e depois que você entra você tem que amar o seu curso. Não estou falando que eu tenho que amar o meu curso, mas as pessoas falam que a gente tem que amar o nosso curso, e a gente sente isso, porque rala tanto, é tão difícil e tão custoso. Eu passei direto, mas a que custo? Quando você entra você fica nesse clima meio seita 'amar a todo custo sua faculdade', e as pessoas são colocadas para fazer coisas horríveis em nome desse amor. Não sei se você já ouviu sobre a CPI do trote?<sup>42</sup> (Em entrevista realizada em 2021).

Renato tem 21 anos e é um estudante que ingressou no primeiro ano de cotas raciais da Unicamp. Ele cresceu em uma cidade com cerca de 26 mil habitantes no estado da Bahia, e

---

<sup>41</sup>*Newsletters* são boletins informativos elaborados por instituições ou veículos de informação. Comumente enviadas para os e-mails de pessoas inscritas, possuem certa regularidade a depender de quem as envia, e se prestam a reunir um conjunto de notícias que poderão ser acessadas por quem receberá a *newsletter*.

<sup>42</sup> Para mais detalhes sobre a CPI do trote, ver: <<https://www.al.sp.gov.br/alesp/cpi/?idComissao=13033>>. Último acesso em 06 de dezembro de 2021.

chegou à São Paulo anos antes de ingressar na universidade. Residia, até entrar na Unicamp, com sua mãe. Foi bolsista de um curso pré-vestibular, pois não tinha possibilidade de arcar com seus custos. É um estudante *LGBT negro não retinto* que, em todas as vezes que conversamos sobre sua chegada e permanência na universidade, e seu processo de se entender como negro, articula de forma interseccionada raça, sexualidade e classe para falar sobre sua trajetória e experiências de vida.

Ainda sobre a tradição que parece entremear os processos de chegada aos cursos de Medicina, Isadora conta:

Isadora: Eu acho que realmente o curso de Medicina é muito tradicional, é uma coisa muito forte, muito marcada em todas as instituições, CA, Atlética, é uma cultura mesmo, de cantar a tradição... Só de um tempo para cá algumas coisas foram removidas da tradição, porque eram muito terríveis. Inclui a tradição de usar as cores como se elas não representassem nada... Tentaram esvaziar de significado, desconectar do significado. Por exemplo, como no caso do *blackface*. A gente usava muito as tintas vermelha e preta porque são as cores da faculdade, e aí tinha umas pessoas que se pintavam de vermelho e de preto, e dentro do contexto não tinha um significado, porque a gente meio que aprendeu a olhar desconectando do que isso poderia representar e mesmo que a gente se incomodasse... Eu, pela primeira vez que vi, senti um desconforto, mas aí tem o lado emocional de você estar em grupo, de você estar lá e você sabe que não tem aquele teor, mas as pessoas vindo de fora, elas enxergam muito forte, então foi marcado, foi muito: ‘meu deus, a Medicina 2019 fazendo *blackface*, como assim?’ (Em conversa por WhatsApp realizada em 2021).

Isadora ingressou no curso de Medicina em 2018, um ano antes do ingresso da primeira turma de *cotistas*, como já mencionado anteriormente quando a apresentei. As conversas que tive, sobretudo com Renato e Isadora, indicaram que a tradição existente no curso de Medicina da Unicamp atravessa a vida acadêmica e impacta diretamente a chegada, a permanência e o cotidiano dos estudantes. A tradição da qual falam os sujeitos da pesquisa é percebida, também, quando chegam à FCM e escutam sobre sua história de constituição. Conquanto, a mesma tradição pode ser utilizada para justificar atos racistas, como o *blackface*, ou até mesmo a prática de violências físicas e verbais em trotes. Estes últimos abolidos da instituição já há alguns anos, após a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre a qual falou Renato em uma de nossas conversas, que envolvia as universidades públicas paulistas e uma série de violações de direitos humanos.

Ainda, ao encontro do que dizem Renato e Isadora, em etnografia realizada sobre o percurso de formação de residentes em clínica médica, Octavio Bonet (2004), em “Saber e Sentir: uma etnografia da aprendizagem da biomedicina”, livro resultado de sua pesquisa de doutorado, refletiu sobre a construção do “ser médico”. O antropólogo sublinha que “a produção dessa identidade envolve a modelação das subjetividades individuais, o que necessariamente implica uma reconstrução dos corpos dos residentes” (*Ibidem*:117). Sua

pesquisa explícita como um conjunto de práticas e saberes, e modos de agir específicos, estimulam a construção de identidades e, também, comportamentos. O trabalho deste antropólogo faz-me compreender que, adentrar e fazer parte de determinados espaços, como o de uma faculdade de Medicina, pode impelir mudanças nas ações e subjetividades dos discentes, regulando as maneiras como se comportam e reagem à determinadas ações com as quais se defrontam cotidianamente quando no espaço universitário.

Em diálogo com o que encontrou Bonet (2004) ao longo de sua pesquisa, Cristina Moura (2007), em “O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira”, livro que foi resultado de sua tese, debruçou-se sobre os caminhos trilhados durante a formação de diplomatas do Instituto Rio Branco. Dentre os inúmeros eventos por ela narrados, a antropóloga sugere que a cerimônia de entrega das medalhas configura-se em um ritual de grande importância, pois sua distribuição legitima o pertencimento dos que estão se formando e denota para os aspirantes o que os espera no futuro, caso sigam os mesmos passos. A cerimônia mostra, para aqueles que estão chegando, como o Instituto opera. Moura (2007) evidencia em sua etnografia a existência de modos de agir específicos, que são aprendidos e absorvidos pelos estudantes ao longo do período de formação, assim como os residentes apresentados no trabalho de Bonet (2004).

Os trabalhos de Bonet (2004) e Moura (2007) contribuem para que eu leve em conta e explore ao longo da dissertação como a tradição e os modos de agir específicos atrelados ao curso de Medicina afetam a chegada, a permanência e a própria forma como os discentes agem e reagem àquele contexto. Sobretudo, porque boa parte de suas vidas é tomada pelo percurso de formação, pois é de modalidade integral ao longo dos seis anos. É preciso sublinhar que, no caso da Medicina, existem outros momentos tão ou mais significativos do que a própria aula inaugural por mim descrita, como o momento da entrega de jalecos e o início do internato, por exemplo, marcado na Unicamp como o Dia do Branco<sup>43</sup>. Ainda assim, como todas as atividades presenciais foram canceladas, a aula magna acabou por ser um importante momento de contato com a Instituição, pois ela se destinou a receber os ingressantes e, também, evidenciou o que é esperado, para os próximos anos, daqueles e para aqueles que estão chegando. Não à toa, o professor que proferiu a aula afirma que o ingresso na universidade irá transformá-los diretamente.

---

<sup>43</sup>Cf: < [https://www.fcm.unicamp.br/fcm/noticias/2015/aula-da-saudade-e-dia-do-branco-marcam-despedida-da-48a-turma-de-medicina-e-entrada-dos-alunos-do-4o](https://www.fcm.unicamp.br/fcm/relacoes-publicas/saladeimprensa/fonoaudiologia-entrega-de-jalecos-marca-passagem-dos-alunos-para-o-terceiro-ano-do-curso#:~:text=Luiz%20Carlos%20Zeferino%2C%20diretor%20da,sa%C3%BAde%20que%20atuam%20na%20Unicamp.> e <<a href=)>. Último acesso em 25 de novembro de 2021.

Tendo em vista o que pôde ser lido a partir da descrição da aula inaugural, na seção seguinte tenho como proposta refletir sobre o processo de conformação das Escolas de Medicina em terras brasileiras. Antes, ressalto que não tenho a intenção de compor um histórico de sua institucionalização, meu interesse está voltado para explicitar as múltiplas desigualdades que atravessavam o processo de ingresso nesses cursos, desigualdades estas que seguem, em certa medida, impactando o acesso e a permanência de alguns estudantes na Medicina.

### **Sobre a institucionalização da Medicina no Brasil e suas tradições**

As Escolas de Medicina, quando criadas no Brasil, estavam direcionadas a uma pequena parcela da população, às elites da época. Os caminhos para a sua institucionalização foram intrincados e permeados por distintos interesses políticos. Interesses estes que regulavam quem exercia a profissão e quem poderia formar-se para exercê-la, contribuindo para a existência de disparidades em relação ao acesso e ao próprio processo de formação (Machado, 1978; Schwarcz, 1993). Roberto Machado (1978), em “Danação da Norma: Medicina Social Constituição da Psiquiatria no Brasil”, examina como se conformou no Brasil a Medicina Social<sup>44</sup> e a Psiquiatria. Interessa ao autor, neste livro, discorrer sobre como o saber médico era transmitido e utilizado para o controle dos corpos. Para tanto, detém-se, em um primeiro momento, sobre a institucionalização da própria Medicina. Em seu trabalho, interessam-me as reflexões acerca deste percurso, pois o autor narra como as desigualdades em torno do acesso à formação médica se faziam presentes desde a sua constituição no país. Desde os tributos a serem pagos aos fiscais responsáveis por regular quem poderia ou não exercer o ofício, até os requisitos exigidos para a formação, percebo como a profissão está circundada por fronteiras as quais apenas alguns transpõem.

A vinda da Corte Portuguesa “para o Brasil, em 1808, desencadeia transformações que serão importantes para a relação entre Estado, sociedade e Medicina” (*Ibidem*:159). Nesta época, o país sofria com a falta de profissionais autorizados para exercer a profissão, e até 1808 não havia faculdades que oferecessem o curso de Medicina no país. A prática médica, por sua vez, permaneceu vetada aos brasileiros até 1800. A partir desse ano, e até 1808, era preciso ir

---

<sup>44</sup> A Medicina Social diz respeito a uma Medicina direcionada à população, à sociedade. Em suma, uma Medicina que não está voltada apenas para os aspectos individuais e que diz respeito à biologia, mas leva em consideração as condições sociais dos indivíduos para os processos de saúde e adoecimento e as questões epidemiológicas. A busca e a defesa por uma Medicina Social ocorrem em contraposição a uma prática médica centrada integralmente no indivíduo e na relação médico-paciente. Para mais detalhes sobre o tema, ver: “O nascimento da medicina social”, de Foucault (2014).

até Coimbra para se formar na profissão, o que denota que apenas pessoas pertencentes às camadas mais ricas da sociedade conseguiriam realizar tal empreitada (Schwarcz, 1993). A falta de profissionais “era causada, em parte, pela proibição de ensino superior nas colônias” (Machado, 1978:24) e, também, pelas dificuldades para o acesso a alguns materiais básicos, como livros didáticos.

O cenário delineado por Roberto Machado (1978) e Lilia Schwarcz (1993) indica que a profissão não era para todas as pessoas que gostariam de segui-la, o que contribuía diretamente para a escassez de médicos no país nessa época. Schwarcz (1993), por sua vez, argumenta que a chegada da Corte Portuguesa favoreceu a multiplicação de problemas sanitários, e a solução para tais problemas era, enfim, “instalar escolas aptas a formar profissionais, na própria terra americana” (*Ibidem*:252). Ou seja, apenas com a chegada da Corte e com o agravamento das questões sanitárias trazidas é que passou a ser pertinente ensinar o ofício na Colônia. Assim sendo, com a passagem de D. João VI pela Bahia, em 1808, a primeira Escola Cirúrgica é criada.

As Faculdades de Medicina nos moldes como as conhecemos hoje, foram criadas apenas em 1832, com a aprovação de um projeto construído pela Sociedade de Medicina, esta última fundada em 1829 (Machado, 1978; Schwarcz, 1993). A partir deste momento, as instituições que antes formavam apenas cirurgiões, passam a ter um percurso de formação mais abrangente, baseado na farmácia, cirurgia e medicina. Todavia, era exigido dos candidatos às vagas que comprovassem conhecimento em latim, francês, lógica, aritmética e geometria (Schwarcz, 1993). Para a obtenção do diploma era necessário, ainda, a defesa de uma tese em português ou latim. Todos esses requisitos indicavam que “o perfil socioeconômico dos alunos [...] na mesma proporção em que a profissão se valorizava, tendia também a se alterar” (*Ibidem*:258).

Não cabe nos limites desta dissertação deslindar as rupturas, continuidades e o próprio histórico de institucionalização da Medicina e do ensino médico no Brasil. Para tanto, seria preciso um trabalho que se dedicasse integralmente a isso, como os que Machado (1978) e Schwarcz (1993) fizeram, ainda que a partir de perspectivas e interesses distintos. Porém, ao trazer a produção intelectual desses autores, interessa-me evidenciar como a constituição do saber médico e das instituições que formavam tais profissionais, foram e estão atravessadas por relações de poder e interesses políticos capazes de regular quem são as pessoas aptas ou não para se formar na profissão. A formação exigia conhecimentos específicos que apenas a elite da época tinha acesso, e envolvia um tempo considerável de dedicação, sem contar o alto custo

financeiro para se manter materialmente durante o percurso formativo. A partir deste cenário, é possível constatar que o acesso à formação médica esteve direcionado, historicamente, a grupos específicos.

Saltando no tempo para os anos de 1960, é pertinente indicar que o curso de Medicina da Unicamp passou a funcionar junto da inauguração da própria Universidade, em 1963.<sup>45</sup> Porém, a saga para seu estabelecimento na cidade de Campinas teve início em 1946, com o lançamento de uma campanha para a implantação da faculdade na cidade, encabeçada por um jornalista do então Diário do Povo, chamado Luso Ventura. Nascido em Amparo, interior de São Paulo, Ventura dedicou esforços para a implementação de um curso de Medicina em Campinas. Utilizava seu ofício para publicar matérias sobre a importância da fundação de tal curso e sobre como a implementação contribuiria para a modernização da cidade<sup>46</sup>, sendo este apenas o estopim para o longo caminho que viria pela frente.

Maria Briani (2001) narra em seu estudo a trajetória anterior à inauguração do curso e as questões políticas que a atravessaram. De acordo com a pesquisadora, em 1953 “foi publicada a Lei nº 2154, acrescentando à lei de criação das escolas superiores o item IV, criando a Faculdade de Medicina de Campinas, a partir de uma emenda do Deputado Ruy de Almeida Barbosa” (*Ibidem*:80). Mas, havia uma emaranhada rede de interesses políticos por trás do ímpeto de criar ou não a Universidade e o curso em uma cidade do interior paulista (*Ibidem*). Por conseguinte, partindo da iniciativa da Associação Comercial e do Centro de Ciências, Letras e Artes, em 1955, é criado o Conselho de Entidades de Campinas. De acordo com o histórico publicado na página de internet da FCM, uma das campanhas do então Conselho de Entidades era defender a criação da Faculdade de Medicina.<sup>47</sup>

Em novembro de 1958 “foi aprovada e promulgada pelo Governo Estadual de Jânio Quadros a Lei no 4.996, criando como instituto isolado de ensino superior a Faculdade de Medicina de Campinas” (*Ibidem*:81). Neste momento, embora já existisse legalmente, a Faculdade não tinha meios para dar início a suas atividades, e os interesses políticos de figuras da época que aprovavam a instalação da Faculdade e outros que não, atrasaram a sua

---

<sup>45</sup>Para mais detalhes sobre os momentos importantes acerca da conformação do curso de Medicina da Unicamp, ver a linha do tempo publicada pela FCM: <<https://www.fcm.unicamp.br/fcm/institucional/historico/50-anos>>. Último acesso em 14 de maio de 2020.

<sup>46</sup>Cf: <[https://correio.rac.com.br/conteudo/2020/06/campinas\\_e\\_rmc/951199-um-jornalista-que-deixou-sua-marca.html](https://correio.rac.com.br/conteudo/2020/06/campinas_e_rmc/951199-um-jornalista-que-deixou-sua-marca.html)>. Último acesso em 20 de dezembro de 2020.

<sup>47</sup>Cf: <<https://www.fcm.unicamp.br/fcm/historico/1946-1962>>. Último acesso em 20 de abril de 2021.

inauguração.<sup>48</sup> Entretanto, apesar dos caminhos e descaminhos no processo de constituição da Faculdade de Medicina e da própria Unicamp, pela Lei nº 7.655 de dezembro de 1962, é criada “a Universidade de Campinas. O artigo 29 incorporava a Faculdade de Medicina de Campinas à Universidade e definia o início do curso de Medicina para o ano de 1963” (*Ibidem*:85).

Como foi possível ler acima, o curso de Medicina esteve presente desde o início das atividades da Universidade e chegará à sua 60ª turma em 2022<sup>49</sup>. Destas 60, apenas as últimas quatro turmas contaram com cotas raciais, ou seja, nenhum *cotista* formou-se no curso até os dias atuais. Dizer isso, contudo, não significa dizer que pessoas negras não se formaram em Medicina na FCM da Unicamp. Ainda, é relevante sublinhar que, no momento em que escrevo esta dissertação, o vestibular indígena ainda não é válido para ingresso neste curso. Medicina foi e continua entre as formações de maior prestígio e disputa nas universidades brasileiras. Parece-me que, desde sua institucionalização no Brasil, o curso foi direcionado para pessoas *especiais, diferenciadas e com rendimento excepcional*. Medicina e outros cursos da mesma estirpe ainda refletem números pouco expressivos de negros, indígenas, outras pessoas não brancas e de classes populares, explicitando um cenário de disparidades e intensas disputas que giram em torno do acesso, mas também, do percurso até chegar à obtenção do diploma.

O caminho para a sua institucionalização, as distintas formas de regulação do exercício da profissão e os diversos critérios que, ao longo da história do ensino médico no Brasil, se fizeram presentes, conformam este curso como sendo um dos mais custosos para ingresso e permanência. Custoso do ponto de vista do tempo dedicado aos estudos para conseguir ser aprovado, pois são poucos os candidatos que entram logo após a conclusão do ensino médio. E, também, do ponto de vista financeiro, pois fazer um curso pré-vestibular é quase uma regra, segundo os sujeitos desta pesquisa. Sem contar que Medicina tem duração mínima de seis anos e é um curso de período integral, ou seja, o estudante não pode ou mesmo consegue ter um trabalho remunerado.

## **Os impactos dos estereótipos para a chegada e permanência na universidade**

---

<sup>48</sup>Briani (2001) indica que havia uma emaranhada rede de interesses em relação a criar ou não a Faculdade de Medicina. Como, por exemplo, o fato de Zeferino Vaz considerar mais adequado a criação de um curso de Medicina em Botucatu, por conta de um hospital ocioso existente na cidade naquela época.

<sup>49</sup>De acordo com os sujeitos desta pesquisa, identificar as turmas por números ordinais é uma particularidade dos cursos de Medicina. É uma maneira de demarcar a tradição do curso, haja visto que, quanto maior o número de turmas formadas, há mais tempo ele existe.

Algumas pessoas ingressam em Medicina assim que finalizam o ensino médio. Porém, esta não é a realidade da maioria dos candidatos. É comum ouvir relatos de pessoas que fizeram anos de curso pré-vestibular até conseguirem obter um *rendimento excepcional*. Renato sublinha que ingressou no primeiro ano em que realizou o exame vestibular, mas questiona: “é, eu passei direto, mas a que custo?”. A celebração ocorrida durante a aula inaugural e o reconhecimento do mérito dos ingressantes, ainda que importantes para quem está chegando à universidade, acabam por ofuscar os distintos e às vezes tortuosos caminhos trilhados pelas pessoas candidatas para chegar àquele espaço tão almejado e disputado.

Não estou sugerindo que a celebração pela conquista não deva ocorrer, pois se trata de um momento ímpar na trajetória desses aspirantes a médicos. A celebração demarca que, a partir daquele momento, todos tornaram-se universitários do curso de Medicina. Especialmente quando é anunciado que dali em diante, os calouros são colegas de caminhada e não mais competem por uma vaga. Há desafios para qualquer pessoa ingressar em um curso universitário altamente concorrido. Mas, levando em consideração os entrecruzamentos entre raça, gênero, sexualidade e classe, se olho a partir de uma perspectiva interseccional para quem são os que majoritariamente acessam e como se desenvolve a permanência após o ingresso, constato que ingressar e permanecer têm grandes distinções a depender de quem é este estudante. Em outras palavras, ser *especial, diferenciado* e ter um *rendimento excepcional* não é suficiente para todos, ou pode ter distintos significados.

Em diálogo com o exposto acima, há um episódio considerado emblemático pelos interlocutores e que emergiu em distintos relatos, especialmente nos de estudantes que ingressaram no primeiro vestibular com cotas raciais: o aumento da nota mínima da FCM para a aprovação em disciplinas realizadas no Instituto de Biologia (IB) no início de 2019. É válido sublinhar que não tive acesso a qualquer documento oficial que justificasse o aumento da nota e, tampouco, tomo os relatos no sentido de serem verdadeiros ou falsos. Contudo, em campo os efeitos deste episódio operam como rumores (Das, 2021 [2006]), e são interpretados pelos sujeitos da pesquisa como uma reação ao ingresso dos estudantes *cotistas*. Tais rumores, baseados ou não em uma justificativa oficial da Instituição para o aumento da nota, produzem efeitos reais para a chegada e para a permanência dos primeiros *cotistas* na FCM. Sobre este assunto, Heitor comenta:

Heitor: Eu entrei em 2019, na primeira turma de cotas, e tinha outras pessoas negras também. Mas quando a gente entrou a FCM resolveu subir do nada a média de todas as matérias que o IB ministrava para 7. Existe um consenso entre os alunos de que eles aumentaram por conta das cotas (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Assim como Renato, Heitor ingressou na primeira turma com cotas raciais, mas antes disso, chegou a iniciar uma outra graduação que posteriormente abandonou pois, segundo ele, “queria ser médico mesmo”. Sublinha que não tinha condições socioeconômicas para pagar por um curso pré-vestibular, tendo que se organizar para estudar a partir de cursos online. Não passou no vestibular na primeira vez em que tentou e, assim, teve de estudar por mais um ano, mas dessa vez fez um curso presencial de redação e, por um valor mais baixo, assistia algumas aulas de um curso pré-vestibular direcionado para a prova de Medicina. A partir disso, acabou por obter a pontuação suficiente para ser aprovado em duas universidades. Heitor acabou optando por se matricular na Unicamp, pois era a mais próxima da cidade onde cresceu e era a mais renomada, em sua percepção. O universitário tem 26 anos, é bissexual, *negro* e cresceu em uma cidade com cerca de 380 mil habitantes localizada no estado de São Paulo. Contou que saiu de casa antes de ingressar no curso de Medicina, por conta da primeira graduação que iniciou e não concluiu.

Ainda em relação ao aumento da média dos primeiros anos do curso, Renato conta:

Renato: Na época em que a gente entrou era média sete, foi o ano em que teve as cotas, por isso muito mais gente caiu de turma, e as pessoas estavam atribuindo [a reprovação de vários estudantes] ao fato de ter as cotas, mas era porque tinha aumentado a média de cinco para sete. Então, obviamente mais pessoas iriam reprovar, porque aumentou em dois pontos a média. E, na época, a gente conversava muito com a coordenação, e a resposta era ‘ah, é o sistema’.

William: Quando você fala cair de turma, é reprovar?

Renato: É, porque reprovar na matéria significa cair de turma. Por exemplo, eu sou da turma 57, se eu reprovou uma matéria eu tenho que fazer todas as outras matérias com a [turma] 58, porque as nossas matérias são anuais, não são semestrais (Em entrevista realizada em 2021).

No ano em que a nota mínima foi elevada, um número alto de estudantes reprovou, algo que, de acordo com Heitor, era inédito na história da FCM. Há uma especificidade neste curso, pois ao reprovar em uma disciplina basicamente perde-se o ano inteiro, o estudante *cai de turma*, conforme explicou Renato. Após a reprovação histórica, Heitor comenta: “É muito frequente você entrar no hospital, e aí eles perguntam, se você é negro, [...] se você é um dos 22 que reprovou. Sendo que, dos 22, só quatro eram negros e o resto não era. Então, não tem nada a ver com você ter entrado por cotas” (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021)<sup>50</sup>.

Ainda que eu não tenha conseguido acesso aos documentos oficiais com as justificativas para o aumento da nota mínima, conforme anunciei acima, os rumores que

---

<sup>50</sup> É válido mencionar que a partir da mobilização estudantil, os discentes daquele ano conseguiram fazer com que uma turma especial fosse implementada, uma vez que o número de reprovados era exorbitante e muitos iriam *cair de turma*. Com a implementação da turma especial, quatorze dos vinte e dois universitários conseguiram aprovação e não *caíram de turma*.

indicam que tal episódio ocorreu em razão da implementação das cotas raciais ganham força quando os estudantes negros que ingressaram em 2019 passam a ser questionados sobre estarem ou não entre os vinte e dois reprovados. Desse modo, os rumores denotam como os efeitos deste episódio se espraiam por outros atores e espaços institucionais, para além das salas de aula e passam a povoar o cotidiano, atravessando as condições de permanência dos ingressantes.

Ao encontro do que foi dito acima, Veena Das (2020 [2006]) direciona a sua atenção para os rumores que emergiram quando Indira Gandhi foi assassinada e a capacidade que eles tiveram de entremear e afetar o cotidiano dos indivíduos. A antropóloga preocupa-se em evidenciar como “o rumor às vezes pode desempenhar uma função crítica, enquanto em outros momentos pode criar condições letais para a circulação do ódio” (*Ibidem*:165). Das (*Ibidem*) explicita como os rumores do pânico que foram espalhados a partir do assassinato tiveram a capacidade de mobilizar os indivíduos e serviram de modo a construir solidariedade entre eles. Em contrapartida, os mesmos rumores estimularam conflitos entre os hindus e os *sikhs*, conflitos estes que já eram iminentes, mas que ganharam outros contornos após esses eventos.

O que é relevante no argumento de Das e vai ao encontro dos rumores que circularam em torno do aumento da nota mínima na FCM em 2019, é como eles, verdadeiros ou não, tiveram a capacidade de atravessar o processo de chegada e de permanência dos estudantes *cotistas* naquele contexto. *Cotista* é toda pessoa que ingressa por cotas raciais. Percebi, por meio do que escutava dos sujeitos e nas reuniões do coletivo, que a categoria é atravessada por estereótipos que recaem sobre aqueles que ingressaram pela política, mas também, sobre os negros que ingressaram por ampla concorrência. Isto quer dizer que, passa a existir uma compreensão comum de que todo estudante negro é, necessariamente, *cotista*. Constatei que os estereótipos que circundam a categoria podem afetar negativamente a chegada e a permanência. Contudo, quando estive na reunião de *acolhimento*<sup>51</sup> do coletivo, observei a existência de um movimento empreendido pelos estudantes para a positivação da categoria, e por conseguinte, da experiência de ser um *cotista* na Medicina.

De modo a elucidar quais são os impactos que os estereótipos podem trazer para o cotidiano de um estudante negro na universidade, apresento mais dois outros relatos, o primeiro de Heitor e o segundo de Vitória:

Heitor: A gente chegou muito acuado [Heitor e seus amigos], primeiro porque a gente não teve uma recepção própria. Eu sempre tinha medo de fazer perguntas para os

---

<sup>51</sup>A reunião de *acolhimento* que será descrita nesta dissertação teve como propósito receber os ingressantes negros, sejam *cotistas* ou não. Irei debruçar-me sobre esta reunião no Capítulo III.

professores, porque eu achava que eles iriam achar que eu tinha esse tipo de pergunta porque eu entrei por cotas e então eu iria ser ridicularizado, era muito um não lugar. Eu tinha medo de entrar em qualquer lugar nessa faculdade, medo de falar, medo de erguer minha mão, de falar qualquer coisa, era muito acuado assim, sabe? Até eu conhecer outras pessoas e começar a conversar sobre isso foram tempos muito complicados e eu sempre senti que eu não tinha capacidade de estar ali, e sempre sentia que eu não merecia estar ali, sabe? Eu não conseguia externar para outras pessoas que eu passei numa faculdade de Medicina, porque eu sabia que tinha passado por cotas e talvez não era tão merecedor quanto alguém que não tinha passado por cotas (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Antes de passar para o relato de Vitória sobre sua chegada e o que ela sentiu ao iniciar o curso de Medicina, é pertinente pontuar que a oposição entre cotas raciais e mérito acadêmico permeia o imaginário de parte dos ingressantes *cotistas*, e seus efeitos atravessam os processos de chegada e permanência de alguns universitários no curso. Tal oposição está diretamente relacionada aos sentimentos de *não pertencimento* e *não merecimento*, como pôde ser visto no trecho supracitado. Mas, essa mesma oposição não povoa apenas o imaginário, pois Araujo (2019a, 2019b) explicita que, em certa medida, alguns discursos contrários às cotas raciais ancoram-se na defesa do ingresso pelo mérito (ampla concorrência) ou por meio da bonificação. Sendo assim, os sentimentos de *não merecimento* e *não pertencimento* estão intimamente atrelados ao fato de os estudantes terem ingressado por cotas raciais e não por ampla concorrência. Mas, o *não pertencimento* está, também, relacionado com a aparição (Fanon, 2008 [1952]) uma vez que os sujeitos se percebem negros em meio a um contexto povoado por pessoas, majoritariamente, brancas (Souza, 1983).

Voltando-me para Vitória, em relação a seu processo de chegada, ela conta:

Vitória: Logo nas primeiras semanas a sensação de ser uma impostora dentro daquela sala cheia, com cerca de 100 alunos, se instalou em mim. Me desesperei logo no primeiro trabalho a ser entregue, comecei a sentir que não tinha capacidade para o curso. Essa sensação se fez bastante presente até a primeira reunião do coletivo (Em entrevista realizada em 2021).

Vitória tem 21 anos e vem de uma cidade com cerca de 260 mil habitantes localizada no interior de São Paulo. É uma mulher *negra de pele clara* e bissexual, que ingressou por cotas raciais na FCM em 2020. Em seu relato conta que é a primeira de sua família materna a ingressar no ensino superior. Ao assinalar “família materna”, completa dizendo que não conheceu seu pai ou mesmo sua família paterna. É uma estudante de classe média, e isso tem possibilitado certo conforto para sua permanência na universidade. Além do excerto supracitado, durante a entrevista ela contou sobre os impasses que viveu em relação à escolha pelas cotas raciais, e como ter ingressado por meio da política não a orgulhou, em um primeiro momento. Pelo que pude compreender, não sentir orgulho e não se sentir merecedor está

diretamente relacionado ao fato de que alguns estudantes que ingressaram por cotas raciais não se sentem *especiais* ou com um *rendimento excepcional*.

Acerca disso, bell hooks (2015) explicita que em instituições de ensino norte-americanas pessoas negras são muitas vezes tidas “[...] como sujeitos desprovidos de habilidades intelectuais” (*Ibidem*:678). A autora chama a atenção para como tais representações atravessam o desempenho escolar e a relação de muitos jovens com a escola e com a atividade intelectual, os impelindo, inclusive, a não continuar estudando ou acreditar que não possuem condições para tanto. Neste sentido, Janaína Gomes (2008), por sua vez, direciona a sua atenção para as experiências de um grupo de mulheres negras da mesma Universidade em que meu trabalho de campo foi realizado. Ao longo de sua pesquisa, refletiu sobre os impactos dos estereótipos no cotidiano das alunas, evidenciando quais as estratégias construídas por elas para ir de encontro com tais representações. Sob esta perspectiva, ocupar uma vaga no ensino superior público era, por si só, um meio de contrapor os estereótipos, uma vez que, a presença das estudantes não era esperada naquele espaço (*Ibidem*).

A antropóloga parte da ideia de imagens de controle<sup>52</sup>, conceito cunhado por Patricia Hill Collins para refletir sobre como elas “servem para acionar e compreender o outro de maneira limitada, não lhe dotando de profundidade e capacidade para exercer qualquer papel fora dessa função pré-estabelecida pelas imagens” (Gomes, *op. cit.*:20). Assim como para as interlocutoras da pesquisa de Gomes (*Ibidem*), percebi que para os desta, após integrarem o Quilombo Ubuntu, ou seja, depois que passaram a fazer parte de um espaço de *apoio mútuo* e de um grupo constituído por sujeitos que se identificam, compreenderam que ocupar uma vaga em um curso como o de Medicina representava por si só uma contraposição aos estereótipos.

No desenvolvimento da escrita desta dissertação e voltando-me repetidas vezes ao que encontrei durante o trabalho de campo, recordei-me de um texto discutido entre alguns colegas junto da orientadora desta pesquisa: “Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo”. No texto, Luciana Dias (2019) reflete sobre seu estatuto de estrangeira em seu próprio campo de atuação profissional, a Antropologia, e sublinha: “estou dentro, estou entre, mas não estou com” (*Ibidem*:10). Amparada, assim como Gomes (2008), pelo que propõe Collins acerca das imagens de controle, Dias (*op. cit.*), a partir de seu estatuto

---

<sup>52</sup>De acordo com Collins (2019 [2000]) um dos principais desafios para o feminismo negro é ir de encontro com as imagens de controle. A socióloga argumenta que imagens de controle são essenciais para a existência e manutenção de opressões interseccionais. Aponta, ainda, que tais imagens objetificam, animalizam e negam a subjetividade de pessoas não brancas, pois as “imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (*Ibidem*:136).

de estrangeira de dentro, constata que habita e transita por mundos diversos, ocupando “lugares de tomada de decisão, de poder e de produção do conhecimento” (*Ibidem*:11). Por estar presente em lugares distintos e transitar por eles, a antropóloga constantemente transpõe fronteiras, indo de encontro ao que ela reconhece como um “lamaçal de estereótipos” (*Ibidem*:9) que busca aprisioná-la.

Em consonância com a discussão realizada acima, considero profícuo examinar o assunto inspirado pelas formulações de Stuart Hall (2009). Em “Que ‘negro’ é esse na cultura popular negra?” o autor argumenta que o estereótipo “naturaliza e des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético” (*Ibidem*:345). Desse modo, é possível compreender os estereótipos como modos limitados e limitantes de representação do Outro, pois buscam aprisionar os sujeitos em imagens pré-fixadas. Olhar para o que explicita Hall (*Ibidem*) remete-me a um famoso incidente ocorrido em 2017, no qual um professor da FCM publicou na página de Facebook do então reitor da Unicamp que, ao adotar uma política afirmativa como as cotas raciais, a Universidade estaria trocando cérebro por nádegas.<sup>53</sup> Não quero soar anedótico ao trazer este episódio, mas o cito nestas linhas por considerá-lo emblemático para entender como opera “uma das práticas de representação sobre o negro” (Gomes, 2008:102).

Ao reconhecer que estereótipos são modos limitados e essencializantes de representação do Outro, Hall (*Ibidem*) não está querendo dizer, simplesmente, que os sujeitos são aprisionados por eles ou que não são dotados de agência para mobilizá-los a seu favor ou mesmo subvertê-los. Sob este ângulo, o autor expõe os agenciamentos possíveis dos sujeitos para desestabilizar os efeitos dessas representações. Para tanto, volta-se para a mesma cultura popular negra, e assinala que ela se constitui em uma arena de tensões, disputas e agenciamentos. Os sujeitos estão em movimento, produzindo estratégias para disputar os espaços de poder e as imagens de controle, estão construindo narrativas sobre si e as enunciando em seus próprios termos.

Voltando-me para o campo de minha pesquisa, noto que os universitários negros, assim como o que acontece na cultura popular apresentada por Hall (*Ibidem*), transitam por distintos espaços e empreendem estratégias que contribuem para subverter, tensionar ou até mesmo positivar estereótipos e categorias, como é o caso do que vem ocorrendo com a categoria *cotista* no interior do Quilombo Ubuntu. Não se trata de abolir a sua utilização, mas sim de

---

<sup>53</sup>Cf: <<https://cartacampinas.com.br/2017/06/x-medico-da-unicamp-diz-que-cotas-e-trocar-cerebro-por-nadegas-reitoria-repudia-declaracoes/>>. Último acesso em 05 de outubro de 2021.

dotá-la de outros significados. Sobre este movimento, do mesmo relato do qual foi retirado o excerto anterior da fala de Vitória, ela comenta:

Vitória: Essa sensação [a de impostora] se fez bastante presente até a primeira reunião do coletivo. Perceber que todos ali se sentiam quase da mesma forma e eram pessoas que eu já admirava e tinha afeição fez o sentimento se dissipar um pouco. Felizmente, naquela primeira reunião já encontrei conforto e abertura com pessoas que me ajudaram a suprimir e lidar com esse incômodo insistente (Em entrevista realizada em 2021).

Pude presenciar, sobretudo na reunião de *acolhimento* do Quilombo Ubuntu, que a produção de identificações entre os estudantes contribui para o processo que estou chamando de positivação da categoria *cotista*. Assim, o ingresso por cotas raciais deixa de ser visto como algo que faz com que os discentes se sintam *acuados*, e passa a ser visto como um posicionamento político frente às desigualdades para o acesso à educação superior pública no Brasil. É a partir disso que afirmo que, no campo, a categoria *cotista* tem passado por um processo de positivação que resvala diretamente na chegada e na permanência universitária.

### **O contraste**

A percepção era que eu não existia, que eu era a única. [...] era um cenário totalmente branco.

- Em conversa realizada com Mariana por WhatsApp em 2021.

Outro ponto que eu vi foi o de mudar o olhar após a implementação das cotas raciais. É claro que ficou tipo assim, **contrastado** a quantidade de alunos negros, pardos e indígenas que entraram dentro da universidade após a implementação de cotas. É nítido a partir da turma 57 como isso mudou.

- Em conversa realizada com Isabela por WhatsApp em 2021, grifo meu.

Acho que o maior impacto foi esse, foi mais visual, de ver diferente, e aí em outros sentidos eu não sei o que dá para falar. Sei que teve algumas mudanças no currículo e na percepção de alguns professores e de algumas situações que mudaram também, meio que essa rejeição num primeiro momento. O basal achar que cota é esmola, mas o que mudou de positivo para mim foi essa identificação, não tem outra palavra...

- Em conversa realizada com Isadora por WhatsApp em 2021.

Em diálogos que tive com pessoas que ingressaram no curso antes da aprovação das cotas raciais, percebi que a sua implementação opera como um marco. Este marco não é apenas temporal, ao qual acionam para lembrar de determinado fato. É um marco, sobretudo, visual. Não à toa, em uma das conversas o termo *contrastado* é trazido por uma estudante para se

referir às transformações percebidas por ela nas salas de aula e corredores da FCM. Assim, faço coro com uma afirmação de Carvalho (2006:22) quando diz que a implementação deste tipo de ação afirmativa “rompe radicalmente com a lógica de funcionamento do mundo acadêmico brasileiro desde a sua origem no início do século passado.” Esta transformação, ainda em curso, impacta de maneiras distintas a permanência universitária. Em relação a isso, em resposta a uma pergunta que fiz a Heitor sobre sua chegada na Unicamp, ele conta: “Em 2019, a gente era a primeira turma de cotas, então a gente era a turma que mais tinha pessoas negras. Era muito comum a gente estar em vários ambientes da Medicina e nós sermos os únicos” (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

A percepção de se sentir um dos únicos estudantes negros atravessou a experiência de Heitor e de outros estudantes com os quais dialoguei. Este sentimento, por sua vez, foi se dirigindo com a criação do coletivo e a partir dos efeitos dos processos de identificação engendrados entre seus membros. Neste ponto, considero apropriado direcionar-me para os escritos de Frantz Fanon (2008 [1952]). Em “Pele Negra, Máscaras Brancas” o autor reflete acerca dos distintos impactos que o processo colonizador e seus resquícios trazem para a subjetividade de pessoas negras. Neste momento, interessa-me nos argumentos de Fanon um processo denominado pelo autor de aparição. Sobre isso, ele alega: “não sou escravo da ‘ideia’ que os outros fazem de mim, mas de minha aparição” (*Ibidem*:108). Direcionando o meu olhar para a experiência dos sujeitos à luz do que formula o autor, vejo que os estudantes se percebem únicos exatamente por se sentirem em evidência, por terem aparecido na FCM. É preciso pontuar que o que Fanon denomina de aparição pode ser visto de forma ambígua. Se, por um lado, ela vem acompanhada de uma sobredeterminação. Por outro lado, a aparição pode ser vista de maneira a impulsionar a enunciação, resultando na produção de identificações, identidades e diferenças. Em contraposição à sobredeterminação, Fanon (*Ibidem*:108) sustenta: “decidi me afirmar como Negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer.”

No que diz respeito à produção de identificações que podem resultar da aparição, Isabela sublinha que se sentiu entusiasmada quando pôde assistir às primeiras pessoas ingressando por cotas raciais em um curso majoritariamente composto por discentes brancos. A felicidade da estudante emergia a partir deste evento, pois era um número ainda maior de pessoas negras entrando de uma só vez na FCM. No momento em que estou escrevendo esta dissertação, Isabela está formando-se em Medicina, e este foi o motivo pelo qual não conseguimos conversar mais ou mesmo agendar uma entrevista. A estudante contou, quando

tivemos a oportunidade de dialogar, que mora com sua mãe e teve, desde que ingressou no curso, apoio de sua família para estudar, levando em consideração que não poderia trabalhar ao longo dos seis anos de formação.

As transformações que vêm ocorrendo no quadro discente da FCM, e que são adensadas em função da implementação das cotas raciais, são percebidas e permeiam as narrativas dos sujeitos desta pesquisa. Já em relação à experiência universitária dos estudantes *cotistas* e seus atravessamentos, as percepções são distintas. Os estudantes têm experiências particulares e as compreendem em seus próprios termos. Se, para uma aluna com quem conversei em dada ocasião, permanecer neste contexto é desafiador, Rafael, por sua vez, afirma não possuir grandes dificuldades, e conta:

William: Os temas que vocês tratam nas reuniões do Quilombo Ubuntu já te interessavam?

Rafael: Sempre é um ponto relevante, só que às vezes não é o ponto que você busca saber, não lia sobre isso, sabe? Era uma coisa assim: eu sei que faço parte desse grupo e tal, sei que tem várias coisas que envolvem isso e enfim, eu sei disso.

William: Te pergunto isso porque eu lembro que você me disse que a FCM é um ambiente elitizado e branco. Como que foi isso quando você chegou? Como foi esse impacto?

Rafael: Algumas pessoas devem ter a mesma experiência assim. Os lugares em que eu estudei sempre foram lugares parecidos, sabe? Então, tem gente que teve um puta sofrimento psíquico, de não conseguir se ver ali e tal. Talvez eu esteja um pouco acostumado com essa coisa, mas é claro que assim, [...] a elite da minha cidade é diferente da elite de Campinas. Mas o núcleo da coisa é basicamente o mesmo. Talvez, se eu não tivesse entrado no ano de 2019 com essa quantidade de gente negra, de cotas, de inclusão, eu acho que teria sido bem diferente, sabe? Como teve isso, foi bem mais tranquilo, foi bem mais de boa (Em entrevista realizada em 2021).

Rafael é heterossexual, está com 21 anos e ingressou como *cotista* no primeiro ano da política afirmativa na Unicamp. Até entrar na universidade residia com sua família em uma cidade com cerca de 130 mil habitantes do interior paulista. Antes de escolher ingressar em Medicina, queria matricular-se em um colégio militar. Mas, mudou seus planos iniciais ao final da oitava série e decidiu que gostaria de ser médico. Sendo assim, fez dois anos de curso pré-vestibular até conseguir ser aprovado na Unicamp. Rafael considera seu curso *elitizado* e *branco*, mas sua narrativa não aponta para um cotidiano atravessado por sofrimento como os relatos de outros colegas indicam. Isto leva-me a crer que a existência ou não de desafios, e os modos como eles são vistos e enfrentados ao longo da graduação pelos discentes mudam e são contextuais. Em outras palavras, ingressar como *cotista* ou saber-se negro na universidade não implica, necessariamente, em sofrimento e solidão para todas as pessoas negras que estão no espaço universitário.

Nessa lógica, Gomes (2008) pontua que a universidade é um espaço no qual os estudantes vivem experiências das mais diversas. A antropóloga, ao longo de sua pesquisa, não deixa de mostrar como estar nela podia ser desafiador, mas evidenciou que suas interlocutoras não buscavam ver a universidade “[...] como um lugar uno onde as relações se dão de uma única maneira, ou seja, através de conflitos ou da subordinação. Elas a viam como um campo de possibilidades de conhecimento e ascensão social” (*Ibidem*:4). Ao concordar com isso, não estou deixando de lado elementos que podem impactar negativamente a chegada e a permanência, mas estou reconhecendo que há tantos outros que podem afetá-la positivamente, e tais elementos são vistos de maneiras distintas pelos sujeitos, como mostrou Rafael. Desse modo, levo em consideração as ambiguidades que perpassam a experiência universitária dos estudantes, de modo a não realizar uma análise unilateral, assim como Gomes (2008). Mesmo porque, os próprios sujeitos da pesquisa não olham para o espaço universitária apenas como um ambiente hostil.

Em consonância com o trabalho de Gomes (2008) e tendo em vista a ampliação e democratização do acesso ao ensino superior público, Stephanie Lima (2020) preocupa-se em compreender os processos de emergência de um sujeito político negro universitário que não é uno, pelo contrário, é bastante diverso, como já indica o título de sua tese: “A gente não é só negro”. Para refletir sobre essa emergência, a pesquisadora olha para alguns coletivos e como estes se constituem em espaços de afeto, de formação política e capazes de tensionar os modos de produção do conhecimento acadêmico. Seu trabalho confere lastro para as proposições desta dissertação, pois direcionou sua atenção para como a construção de relações de apoio, e a produção de identificações e diferenças desempenham um papel fundamental na permanência universitária e para a formação política de discentes negros que fazem parte de coletivos. Sob este ângulo, Lima, S., (*Ibidem*) explicita que o espaço acadêmico é potencialmente hostil, mas, também, é um espaço de inúmeras possibilidades e contribui para a mobilidade social dos sujeitos.

Concordando, então, com o que assinalam Gomes (2008) e Lima, S., (2020), observei que um dos primeiros movimentos realizados pelos discentes ao chegar à FCM foi a constituição de redes de relações. Isso acontece já na calourada<sup>54</sup>, na aula inaugural e na reunião de *acolhimento* do Quilombo Ubuntu. Vale mencionar que tal busca não significa

---

<sup>54</sup>As calouradas são eventos organizados por estudantes veteranos junto da coordenação do curso do qual fazem parte. Seu objetivo é recepcionar as pessoas ingressantes e apresentar-lhes a instituição, características do curso para o qual foram aprovados, às atividades nas quais podem se engajar, normas de funcionamento de bibliotecas e tantas outras informações relevantes que irão depender do curso que a está promovendo.

necessariamente que pessoas negras irão procurar outras semelhantes, ou que irão engajar-se em algum coletivo. Saber-se negro antes do ingresso ou tornar-se após a chegada no ensino superior não é um imperativo para que universitários se engajem politicamente com questões concernentes às relações raciais ou outras questões afins. Isabela, neste sentido, conta:

Isabela: Claro que nem todos os alunos negros que existem na universidade pertencem ao coletivo. Como qualquer outro coletivo, não abrange todas as pessoas que estão devidamente inseridas naquele grupo, porque nem todo mundo gosta de participar, às vezes, não tem tempo, não tem interesse, é completamente normal (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

A experiência universitária é ambígua, como já assinalaram Gomes (2008) e Lima S., (2020). Tendo isso em vista, entendo que os estudantes têm maneiras particulares de perceber a própria FCM e de transitar por seus espaços. Enxergam a universidade como um lugar com maior liberdade e com múltiplas possibilidades, ainda que a reconheçam como *branca e elitizada*. Dessa forma, os sujeitos desta pesquisa estão em um constante movimento, seja na organização de atividades para o coletivo, na participação em Ligas Acadêmicas<sup>55</sup>, Diretório Científico<sup>56</sup>, Congregação da FCM,<sup>57</sup> CA e outros espaços, institucionais ou não. Esse trânsito, pelo que constatei, favorece a construção de novas percepções acerca da FCM, do espaço que ocupam nela, e a construção de relações e alianças com outras organizações e pessoas. Ao tomar o movimento dos estudantes pelo espaço acadêmico como locus de análise, tornou-se imprescindível direcionar a minha atenção para a agência dos sujeitos. Interessa-me refletir sobre os modos como os discentes tomam suas decisões, organizam suas vidas e se movimentam pela Instituição, e como isso impacta a experiência universitária e as atividades realizadas pelo coletivo.

Para tanto, volto-me, em um primeiro momento, para as formulações de Saba Mahmood (2006). A partir de materiais etnográficos provenientes de seu trabalho com o movimento feminino de mesquitas, no Egito, e com vistas a refletir criticamente sobre a noção de agência que tem sido mobilizada a partir do feminismo ocidental, a antropóloga argumenta

---

<sup>55</sup>De acordo com a página de internet da Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas da Medicina (ABLAM): “As Ligas Acadêmicas são entidades constituídas fundamentalmente por estudantes, em que se busca aprofundar temas em uma determinada área da Medicina. Para tanto, as atividades das Ligas Acadêmicas se orientam segundo os princípios do tripé universitário de Ensino, Pesquisa e Extensão”. Cf: <<https://ablam.org.br/>>. Último acesso em 29 de junho de 2021.

<sup>56</sup>Segundo o Manual de Caloure elaborado para ser entregue aos ingressantes do curso de Medicina e lançado pelo Centro Acadêmico Adolfo Lutz da FCM, o Diretório Científico: “está voltado para o estímulo da produção científica entre os alunos. Isso ocorre por meio de várias atividades, desde a organização de eventos, como o nosso famoso Congresso Médico Acadêmico (CoMAU), workshops e até mesmo no apoio e regulação das nossas Ligas Acadêmicas” (2021:87).

<sup>57</sup>A Congregação da FCM é um colegiado deliberativo e consultivo, sendo o órgão máximo de decisão desta unidade de ensino. É composto pelo diretor da unidade, representantes da classe de docentes, discentes, e servidores técnicos e administrativos.

que é necessário romper com “o modelo binário de subordinação e subversão” (*Ibidem*:130) atrelado à noção de agência. Em sua visão, é apenas a partir de tal rompimento que seria possível desestabilizar os argumentos formulados pelo feminismo ocidental acerca do Islã, uma vez que o primeiro compreende as muçulmanas como mulheres que precisam ser salvas da subordinação (*Ibidem*). Nessa lógica, a antropóloga segue dizendo que os valores liberais e progressistas não refletem os valores das mulheres com quem trabalhou. E, a partir de seu contexto de pesquisa, sugere que olhemos para a agência “não como um sinônimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (*Ibidem*:123).

Compreendo que a antropóloga está mais interessada em observar e descrever como as mulheres muçulmanas fazem suas escolhas cotidianas e organizam suas vidas, do que afirmar, a partir de uma noção unilateral, que elas são subordinadas à uma estrutura que as oprime e, portanto, precisam ser salvas. Desse modo, Mahmood (2006) sugere uma noção de agência que não está baseada no binarismo subordinação-subversão, pois esse a impediria de olhá-la como uma simples “modalidade de ação” (*Ibidem*, p.140) que é cotidiana e contextual. Para não deixar de lado as particularidades da vida ordinária e das escolhas das mulheres, foi preciso que ela se detivesse no contexto e escutasse suas próprias ambições, que são distintas daquelas preconizadas pelas políticas liberais. Seu interesse etnográfico reside em não explicar de maneira unilateral determinadas escolhas e modos de vida, mas sobretudo, aprender com e a partir deles.

A partir das formulações de Mahmood (2006) sobre agência, compreendi que a ação dos estudantes frente aos eventos cotidianos, suas escolhas para ir por um caminho e não por outro e suas próprias percepções acerca do espaço universitário mudam, sendo negociadas contextualmente e contingencialmente, pois são “sujeitos-em-processo” (Brah, 2006:371). Neste ponto, é relevante estabelecer um diálogo, também, com Avtar Brah (2006). Assim como Mahmood (2006), um dos interesses de Brah é explicitar como experiência, subjetividade e identidade estão em constante movimento, fazendo com que a própria noção de agência seja reformulada, pois essa também se transforma, pois é contingente. De acordo com Brah (*Ibidem*:361), essas categorias estão “continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas”, e não podem ser vistas de maneira isolada ou mesmo cristalizadas.

Uma vez que sujeitos estão em processo (Brah, 2006), possíveis mudanças em seus percursos e escolhas, e em suas visões acerca do espaço universitária são esperadas. O que significa que podem sentir-se impelidos a seguir outros caminhos, acessar instâncias

institucionais, incorporar as normas dos espaços nos quais estão localizados para contestá-las ou não. Olhar para o meu material etnográfico amparado pelas autoras supracitadas permite-me refletir de forma a considerar a chegada, o cotidiano, o próprio coletivo e suas ações como processos em movimento. A partir do que encontrei em campo, posso dizer que estar no curso de Medicina significa para os sujeitos estar defronte para diversas possibilidades, assim como para os interlocutores de Gomes (2006) e Lima, S., (2020). A experiência cotidiana na universidade é atravessada por desafios, mas também por conquistas com as quais os estudantes lidam cotidianamente. Os próprios objetivos e as experiências mudam no e com o dia a dia, a partir da experiência (Brah, 2006; Mahmood, 2006).

Neste ponto, concordo com o professor que proferiu a aula magna quando disse que a universidade iria mudar os ingressantes diretamente. Não me espanta e, inclusive, compreendo quando escuto de Renato que ele quer ganhar dinheiro. Para tanto, está focado em se formar, pois enquanto estiver na graduação “não é ninguém”. Em uma de nossas conversas, ele compartilhou comigo que iria mediar de forma mais equilibrada sua participação nos diversos grupos ativistas e em outras atividades institucionais nas quais está envolvido. Estar inserido em tantas frentes, segundo ele, o prejudicou e quase o fez *cair de turma*. Em seu momento atual, considera mais relevante olhar para sua trajetória acadêmica e seus objetivos pessoais. Por outro lado, Heitor afirma:

Heitor: Hoje eu sou membro de um espaço de participação acadêmica na FCM, e isso é muito significativo para mim. Mas foi um caminho de construção até lá, foi um caminho de tentar entender que eu podia e que eu era igual a qualquer outro aluno (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

É válido pontuar que este universitário já fez parte, também, de uma gestão do CA Adolfo Lutz. Já João, um outro membro do coletivo que ingressou em 2021 e será apresentado mais à frente, está compondo um espaço relevante de representação estudantil. E, Rafael, por sua vez, faz parte de uma importante organização de estímulo à produção científica da FCM. O movimento realizado por Renato de priorizar sua formação e o movimento empreendido por Heitor, João e Rafael para ocupar instâncias institucionais e movimentar-se dentro da FCM, são estratégias que outros estudantes com os quais dialoguei também empreendem.

A atuação política dos universitários que compõem o coletivo vai além das reuniões realizadas e do próprio Quilombo Ubuntu. Seus membros estão permanentemente forjando estratégias para ocupar outras instâncias institucionais da Universidade. Dessa forma, disputam narrativas, tensionam a produção do conhecimento e enunciam suas experiências e demandas. Assim como indicado por Guimarães, Rios, Sotero (2020), Facchini, Carmo, Lima, S., (2020)

e Lima, S., (2020), a participação em formas menos institucionalizadas de ação política, como os coletivos, não faz com que os estudantes deixem de valorizar e enxergar como importante a ocupação de espaços institucionais de representação.

A hipótese que eu tinha antes do início do trabalho de campo, era de que a presença de estudantes negros no curso de Medicina *per se* já indicava a subversão de uma norma. Ainda que isso seja um fato, dado que pessoas negras estão ocupando um espaço no qual historicamente não se faziam presentes em grandes números, nem todo discente compreende sua presença como desestabilizadora ou busca subverter as normas institucionais para contestá-las. O que busco dizer, amparando-me em Mahmood (2006) e Brah (2006), é que romper com o binarismo subordinação-subversão tão enredado à noção de agência contribui para que eu olhe para a experiência, para as escolhas dos sujeitos e para as ações do coletivo como situadas e em transformação.

Tomar contato com a percepção dos estudantes foi crucial para compreender as mudanças em curso na FCM e na experiência dos sujeitos após a entrada na universidade. Neste sentido, em uma de nossas conversas, Isadora, refletindo sobre como era a FCM em 2018 e os efeitos das transformações que ocorreram no ano seguinte, conta: “Eu me sinto mais pertencente, não exatamente à faculdade, mas ao grupo [Quilombo Ubuntu], sabe? De sentir que eu podia ser parte de um grupo, de um grupo grande, porque eu nunca me vi nos meus colegas, e eu já estava acostumada com isso” (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

### **“Eu sou porque nós somos”: a emergência do Quilombo Ubuntu**

O quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional.

- Beatriz Nascimento, 2021 [1985]: 167

Já parou para pensar no que é um coletivo? A gente já, e não encontramos uma única resposta. Um coletivo pode ser um espaço que possibilita a discussão de temas de interesse comum, com possibilidade de amizades, de engajamento político-social, de cultura, de acolhimento e até mesmo de lazer. Por isso o coletivo Quilombo Ubuntu evolui sua ideia do que é um coletivo a cada encontro com a colaboração de seus membros. Mas, sem dúvidas, um Coletivo Preto envolve a existência de um ambiente de identificação e reconhecimento, em experiências e vivências que se aproximam.

- Quilombo Ubuntu<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Publicação realizada pelos estudantes que compõem o Quilombo Ubuntu em sua página no Instagram. Cf: <<https://www.instagram.com/p/CLpne2InYa9/>>. Último acesso em 20 de novembro de 2021.

Figura 1. Ilustrações publicadas na página de Instagram do Quilombo Ubuntu.



Fonte: página do coletivo no Instagram<sup>59</sup>.

O Quilombo Ubuntu foi criado em 2019, ano de ingresso dos primeiros *cotistas* na Unicamp. Alguns estudantes com os quais dialoguei indicaram que um dos estímulos para a sua criação foi a mobilização realizada por discentes para buscar pessoas que haviam fraudado as cotas raciais para ingressar no curso. Não obstante, há um outro evento tão ou mais representativo do que este primeiro, e que acabou colaborando para a emergência do coletivo. Em 2019, uma das aulas da disciplina obrigatória de ética foi dedicada a tratar sobre relações raciais e racismo. Foi neste momento que os estudantes que criaram o coletivo conheceram Aparecida do Carmo Miranda Campos, também conhecida como Tida<sup>60</sup>, pois ela foi a responsável por ministrar àquela disciplina. Algum tempo depois, os mesmos discentes realizaram uma reunião com Tida e com a professora Silvia Maria Santiago<sup>61</sup> – esta última uma docente da FCM –, a fim de discutir sobre o racismo presente nos cursos de Medicina e sobre suas experiências enquanto estudantes *cotistas* naquele contexto. É válido pontuar que ambas

<sup>59</sup> Cf.: <<https://www.instagram.com/quilomboubuntu>>. Último acesso em 10 de janeiro de 2022.

<sup>60</sup> Aparecida do Carmo Miranda Campos vem, desde 2005, dedicando-se a pesquisar sobre a saúde da população negra. Já tendo organizado, junto ao médico Francisco Aoki (FCM) e do químico Celso Almeida da Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC), o livro “Saúde da população negra HIV/Aids: experiências e práticas”. Para mais informações sobre seus trabalhos e trajetória, ver: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/07/17/zelandopela-saude-da-populacao-negra>>. Último acesso em 05 de janeiro de 2021.

<sup>61</sup> Silvia Maria Santiago, em reportagem publicada pelo portal de notícias da Unicamp chamada “Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade”, compartilha os desafios por ela vividos quando era, em 1977, uma das únicas alunas negras da mesma FCM onde hoje leciona. Para mais informações, ver: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>>. Último acesso em 05 de janeiro de 2021.

as professoras são, também, negras. Este encontro acabou favorecendo o início do surgimento do que, futuramente, veio a ser conhecido como Quilombo Ubuntu. Heitor, em relação à reunião e ao que veio depois dela, conta:

Heitor: Foi um divisor de águas muito grande, porque daí a gente marcou uma reunião com a professora de Ética e com uma outra professora, e elas levaram psicólogas e foram meninas do curso de Fonoaudiologia e tudo mais. E aí, a gente começou a se organizar mais, começou a fazer reuniões de acolhimento, a gente foi se afirmando dentro da universidade. Eu fui me sentindo mais pertencente (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

É a partir desses episódios e também do ímpeto, por parte de um grupo de amigos, de receber os ingressantes negros do curso de Medicina em 2020, que nasce um coletivo que tem como propósitos principais *formar politicamente e acolher* pessoas negras da FCM. Sendo assim, o Quilombo Ubuntu tem início a partir de um grupo de pessoas que já se relacionavam. Inclusive, para Rafael, estar em determinado momento nas reuniões do coletivo e, em outras situações, apenas com o grupo de amigos que o fundou, era praticamente a mesma coisa:

William: Você já tinha se vinculado a algum coletivo ou outro grupo semelhante antes do Quilombo Ubuntu?

Rafael: Não, foi o primeiro.

William: Como tem sido para você a experiência de estar cursando Medicina e fazer parte do coletivo?

Rafael: O pessoal que eu conhecia de lá [coletivo] é o pessoal que eu já conhecia da faculdade. Então, tipo, não é um espaço diferente, era meio que a mesma coisa, só era o lugar, discutir coisas diferentes (Em entrevista realizada em 2021).

Antes de deter-me de forma mais detalhada no processo de emergência do Quilombo Ubuntu, creio ser relevante debruçar-me, em um primeiro momento, sobre os antecedentes da conformação do “movimento negro de base acadêmica” (Ratts, 2011:29). De acordo com Antônio Guimarães, Flavia Rios e Edilza Sotero (2020), a emergência contemporânea dos coletivos negros universitários não se constitui em um fenômeno recente. Sendo possível dizer que a criação dessas organizações, encabeçadas por estudantes negros de universidades, em sua maioria, públicas, esteve diretamente relacionada com antigas formas de lutas sociais e com as ações dos movimentos negros em direção à democratização do acesso ao ensino público superior (Rios, 2009; Ratts; 2011). Dessa forma, Ratts (2011:28) indica que

Os anos 1970, período considerado de surgimento do movimento negro contemporâneo, são, para mim, também a época de formação do que denomino de movimento negro de base acadêmica (RATTS, 2009). Ele se caracteriza pela ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico e, na contemporaneidade, constituem grupos de atuação como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Coletivos de Estudantes Negros, dentre outros.

O autor explicita que a criação do que ele denominou de movimento negro de base acadêmica esteve intimamente relacionada com a implementação de cotas raciais no início dos anos 2000, mas não apenas. Já havia em curso, sobretudo a partir de uma inserção mais numerosa de negros no ensino superior, mudanças ocorrendo nos temas de pesquisa, nos referenciais bibliográficos, na produção do conhecimento acadêmico e na organização de eventos concernentes às relações raciais e ao lugar do negro nas universidades, contribuindo para a consolidação deste movimento negro de base acadêmica (Figueiredo; Pinho, 2002; Rios, 2009; Ratts, 2011). A partir disso, Ratts (2011:36) elenca os seguintes episódios como emblemáticos deste processo:

I Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília, em 1989, e o Seminário Nacional de Universitários Negros, em Salvador, no ano de 1993, que tem como tema “A universidade que o povo negro quer”. Este processo culmina em 2000, em Recife, na UFPE, com a organização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, no qual é criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), proposição do engenheiro e educador Henrique Cunha Jr.

Há, ainda, em 2004, durante o “III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros”, a criação do Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs). Ao mesmo tempo, foi possível assistir à multiplicação de cursos pré-vestibulares direcionados para pessoas negras e, “neste sentido, observa-se por todo o país um processo de discussão e implementação das Ações Afirmativas para a população negra e particularmente das cotas raciais” (*Ibidem*:36). O que indicam Figueiredo e Pinho (2002), Rios (2009) e Ratts (2011) me faz compreender que tais eventos podem ser vistos como estopins para que os coletivos compostos por estudantes negros se proliferassem. E, desse modo, se constituindo como espaços que contribuem para os processos de chegada e permanência de universitários negros no ensino superior, e a partir dos quais esses sujeitos buscam questionar e refletir criticamente sobre os processos de produção do conhecimento. Rios (2009:265), ao direcionar sua atenção para a produção de intelectuais negros nos anos de 1980, anuncia que algo que chamou a sua atenção foi “o fato de os negros deslocarem-se do lugar de informantes dos pesquisadores estabelecidos para a posição de ensaístas e intelectuais”. Acerca disso, foi possível assistir durante o trabalho de campo realizado para esta pesquisa um movimento semelhante. Conquanto, neste caso, os sujeitos negros passam de objetos de estudo da área da saúde, para se tornarem médicas, médicos ou cientistas.

Conforme anunciei no início desta seção, os estudantes que fazem parte do Quilombo Ubuntu realizaram sua primeira recepção para os ingressantes negros da FCM no início de 2020. Heitor, em relação a este momento, conta:

Heitor: Em 2020 a gente organizou a recepção dos calouros, nos organizamos especificamente para receber os calouros pretos. Foi uma recepção muito bonita, uma calourada muito bonita. Fizemos uma festa, tem fotos dos calouros pretos que entraram, nos adotamos uns aos outros, foi uma coisa muito legal (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

A recepção foi realizada para *acolher* os ingressantes e, também, tinha como objetivo apresentar o coletivo e suas atividades, mostrando que ele se constituía em um espaço de *aquilombamento* ao qual os estudantes negros poderiam sentir-se *pertencentes* e acionar sempre que precisassem de apoio. Logo, é possível depreender que *acolhimento*, *aquilombamento* e *pertencimento* estão intimamente ligados à escolha do nome do coletivo, tornando-se os propósitos de sua criação e de sua atuação. Tais categorias são constitutivas de seus modos de fazer política e amplamente mobilizadas pelos estudantes. Depois de realizar a recepção de calouros de 2020, o próximo movimento realizado pelo grupo foi a decisão por um nome. A este respeito, Renato pondera: “não tem uma história muito boa de discussão e planejamento”. Os estudantes criaram um formulário online e anônimo para que seus membros pudessem indicar possíveis nomes, e na reunião subsequente uma votação ocorreu com base nas sugestões. Curiosamente, não foi indicado como um nome a ser votado “Quilombo Ubuntu”. Quando questionei sobre como se deu, então, a elaboração do nome do coletivo, Renato contou:

Renato: A gente decidiu que seria legal ter quilombo no nome para mostrar a questão da importância do aquilombamento no coletivo. Sobre o Ubuntu, acabou surgindo por uma pessoa que propôs, a gente não sabe quem é, porque foi anônimo o formulário, mas daí acabou que Ubuntu traduzia a intenção de estar junto que o coletivo queria (Em conversa realizada por WhatsApp realizada em 2021).

Renato, um dos fundadores do coletivo, completa dizendo que a escolha pelo nome foi baseada nos propósitos de sua constituição: *acolher* e *formar politicamente* estudantes negros da Medicina, ou seja, para os estudantes, as representações de “quilombo” e “ubuntu” iam ao encontro do que estavam buscando com a criação do coletivo. No início do ano de 2021, os universitários criaram uma página no Instagram, e em uma de suas primeiras publicações realizaram uma breve explanação sobre seu processo de nomeação:

As palavras de Beatriz Nascimento ecoaram no surgimento do coletivo, para ela Quilombo é uma história, a palavra traz e é a história. Não se trata de um território geográfico, diz respeito a um território simbólico. Ser Quilombo é contar uma história na qual temos direito a existir e ocupar o nosso território dentro da nação (Trecho extraído da página do coletivo no Instagram).<sup>62</sup>

Ao criar a página no Instagram e realizar publicações como a supracitada, os estudantes que compõem o coletivo explicitam como se desenvolveu o seu processo de criação

<sup>62</sup>Cf.: < <https://www.instagram.com/p/CLpnZqbHMxm/>>. Último acesso em 20 de março de 2021.

e como tem se conformado os seus repertórios de ação. Em um momento em que o isolamento social é mandatário em razão da pandemia de Covid-19, os universitários encontram nas redes sociais uma maneira de enunciar publicamente a existência do coletivo.

O quilombo pode ser compreendido como uma instituição, um sistema social ou mesmo um princípio ideológico, assinala Beatriz Nascimento (2021 [1985]). Quilombo constitui-se em uma categoria polissêmica, dotada de diferentes significados e compressões que foram sendo modificadas ao longo do tempo. A historiadora argumenta que uma das primeiras referências ao termo emerge em um documento português, no ano de 1559, mas é apenas em 1740 que as autoridades o definem como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (*Ibidem*:158). Em contraponto à esta definição, Nascimento, B., propõe olhá-los como “sistemas sociais alternativos” (*Ibidem*:160), pois abriam “brechas no sistema escravista” vigente (*Ibidem*:160, *apud*. Cardoso, 1987).

É válido sublinhar que a historiadora dedicou boa parte de sua vida intelectual para produzir conhecimento sobre os quilombos, e a “pesquisar elementos de continuidade na organização social da população negra dos quilombos do período escravista” (Ratts, 2011:32). Os quilombos, enquanto instituições ou sistemas sociais que reuniam pessoas escravizadas fugidas ou mesmo libertas, com o fim do período escravista deixam de existir nesses termos, mas sua representação e seu princípio ideológico de resistência perduram (Nascimento, B., *op. cit.*). Esta autora segue dizendo que muitas são as compreensões elaboradas acerca da categoria e de suas representações, e em relação ao caráter de “resistência racial, cultural e, até certo ponto, do aspecto autônomo que dominava os períodos de ‘paz’, poderia haver uma linha de continuidade até os nossos dias” (*Ibidem*:116). Linha esta que pode ser vista nos movimentos negros ou em outras coletividades que tomam os múltiplos significados de quilombo como fundamentos para a sua organização. Uma maneira profícua de olhar para a categoria, portanto, é tomá-la como princípio ideológico. Ou seja, o quilombo não diz respeito apenas a um território físico, ocupado e mantido por pessoas negras. O quilombo passa a ser uma perspectiva, um destino e, também, o próprio corpo (Ratts, 2006; Nascimento, B., 2021 [1985]).

Já em relação a ubuntu, novamente a partir da página do coletivo no Instagram, os estudantes contam:

No Coletivo Quilombo Ubuntu, nós, negras, negros e negres da Medicina Unicamp, escolhemos ‘Ubuntu’ como símbolo da união e da luta conjunta em prol do povo preto. ‘Eu sou porque nós somos’ [...] Ubuntu nos ensina como sobreviver porque oferece o caminho para o apoio mútuo e intenso entre negres. Os sentimentos de acolhimento, compreensão, zelo e compaixão que surgem nesse caminho nos ensinam

pelo que sobreviver: pelo progresso e pela felicidade dos nossos e, conseqüentemente, de todos (Trecho extraído da página do coletivo no Instagram)<sup>63</sup>.

A escolha por ubuntu esteve intimamente relacionada com a busca por constituir um espaço de *apoio mútuo*, e conseqüentemente um espaço seguro (Collins, 2019 [2000])<sup>64</sup>, no qual os estudantes negros pudessem sentir-se *aquilombados e pertencentes*. Ao encontro disso, a partir de sua perspectiva, Isadora me contou o que mudou na FCM após a criação do coletivo, destacando como a sua emergência contribuiu para que se sentisse *acolhida* e atrelada a um espaço de *apoio mútuo*:

Isadora: Eu sei que o coletivo é muito importante para mim... Mesmo o grupo no whats, só de ter eu me sinto pertencente, né? Tem esse fator de pertencimento, eu acho que mais do que o aprofundamento de pauta, de sentir que estou evoluindo a minha militância, os meus argumentos e o meu pensar sobre isso (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Para Isadora, sentir-se *pertencente* a um coletivo vai além de “evoluir sua militância”, e é um fator importante para seu processo de permanência universitária, sobretudo porque ela ingressou um ano antes da primeira turma de estudantes *cotistas*. Dessa forma, ela pôde assistir e fazer parte de um processo de transformação na FCM que veio ao encontro de seu próprio processo de afirmação enquanto mulher negra. Em sua visão, ainda que não esteja tão engajada atualmente com as atividades do grupo, saber que ele existe e saber que está atrelada a um espaço de *apoio mútuo* é importante. Isadora me contou, ainda, que durante um período esteve distante do coletivo, pois não tinha tanto interesse em algumas das atividades que o grupo estava realizando. Para a estudante, elas estavam muito direcionadas apenas a promover a socialização de quem estava chegando, quando o seu interesse maior era discutir intelectualmente sobre relações raciais, racismo, feminismo e sobre as experiências de ser uma estudante negra na Medicina.

Focalizando novamente nas representações de Ubuntu, Wilson Mattos (2018) indica que esta categoria pode ser vista como um “um princípio ético-relacional de justiça que se traduz com perfeição na seguinte máxima: ‘sou o que sou pelo que nós somos’”. (*Ibidem*:327). Ubuntu apregoa um conceito renovado de justiça, e ganhou popularidade quando foi utilizado como inspiração para a formulação da Constituição da África de Sul pós-

<sup>63</sup>Cf: <<https://www.instagram.com/p/CLpnVpInOMh/>>. Acesso em 20 de março de 2021.

<sup>64</sup> Collins (2019 [2000]), em seu livro “Pensamento Feminista Negro”, dedica-se, dentre tantos assuntos, a refletir sobre a importância da constituição de grupos criados e gestados por mulheres negras. Tais grupos, segundo a autora, conformam espaços nos quais as mulheres sentem-se seguras para discutir sobre feminismo negro, afetividade, solidão e outros assuntos que atravessam suas vidas. É neste sentido que a autora fala sobre os espaços seguros elaborados por tais mulheres, pois em sua perspectiva, “esses espaços [...] formam locais privilegiados de resistência à objetificação como o Outro” (*Ibidem*:2019).

apartheid.<sup>65</sup> A partir disso, o autor olha para ubuntu para refletir sobre os acontecimentos que contribuíram para a aprovação das cotas raciais na UNEB<sup>66</sup>, pois o princípio filosófico, em sua perspectiva, estimula outras possibilidades “de compreensão comparativa de dinâmicas de relações e hierarquias étnico-raciais com vistas a produzir representações capazes de influir com mais eficácia na luta contra as desigualdades” (*Ibidem*:337). Fazer uso do princípio ético-relacional de ubuntu dentro do espaço universitário é uma maneira, segundo Mattos (*Ibidem*), de elaborar outras e novas estratégias para romper com as desigualdades presentes para o acesso e para a permanência no espaço acadêmico de sujeitos não brancos, de camadas populares, LGBT, entre outros.

A existência do coletivo tem gerado efeitos positivos para a chegada e para o percurso de formação dos estudantes negros que com ele estão em contato ou dele fazem parte. Por conseguinte, a *representatividade* emerge como elemento importante para os sujeitos, sobretudo quando eles se referem à importância do aumento da presença negra na FCM. Os efeitos da *representatividade* podem ser vistos na composição de corpos discentes mais diversos, na produção de identificação entre os universitários, na emergência de diferentes identidades e diferenças, na criação de grupos de pesquisa preocupados com a temática racial, ou mesmo quando os estudantes ocupam espaços institucionais para levar suas reivindicações (Ratts, 2011; Facchini; Carmo; Lima, S. 2020; Guimarães; Rios; Sotero, 2020; Lima, S. 2020). Sob esta perspectiva, constatei que os sujeitos desta pesquisa estão em movimento e empreendem estratégias para permanecer e enunciar suas experiências e demandas naquele e para aquele espaço, fazendo com que a *representatividade* não esteja circunscrita apenas à composição de quadros discentes mais diversos racialmente.

Em reportagem já mencionada no início desta dissertação sobre a presença de Thelma no BBB e sobre o racismo presente nos cursos de Medicina, a representatividade e o acolhimento também são mobilizados, sendo vistos como fatores que promovem, inclusive, a saúde de pessoas negras que estão nas universidades. Em outras palavras, a representatividade no ensino superior, que pode ser vista a partir do aumento do número de discentes negros e com

---

<sup>65</sup>Não cabe nos limites desta dissertação debruçar-me sobre os impactos que a filosofia Ubuntu teve para a confecção da Constituição da África do Sul, este último, um país que viveu sob um regime de segregação racial até Nelson Mandela ser finalmente libertado da prisão e eleito presidente. A este respeito, o filósofo Magobe Ramose problematiza os usos de Ubuntu quando, na passagem do *Apartheid* para o regime democrático, seus princípios foram mobilizados para dar sentido a Constituição. Contudo, em sua promulgação propriamente dita, em 1996, os princípios filosóficos de Ubuntu estavam ausentes da Constituição. Ver: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3688-mogobe-ramose>>. Último acesso em 12 de julho de 2021.

<sup>66</sup>A saber, a ida de Thabo Mbeki, o então presidente da África do Sul, à UNEB, bem como a outorga por esta Universidade do título de *doutor honoris causa* ao presidente Mbeki, nos anos 2000, e a ida de representantes da Universidade para as conferências preparatórias pré-Durban (Mattos, 2018).

a proliferação de coletivos, têm contribuído para que os estudantes sintam-se menos solitários, o que tem impactado diretamente os processos de produção de saúde e, por conseguinte, a permanência no espaço universitário.

Sobretudo nos cursos de graduação da área da saúde, estudantes e coletivos têm reivindicado a presença de temas relacionados à saúde da população negra nos currículos das disciplinas e em eventos acadêmicos, tendo em vista que a temática é relevante para o processo de formação, mas também para o seu próprio cotidiano na universidade. Sobre este assunto, Monique Silva e Pedro Souza (2018:130) mostram que o NegreX tem buscado realizar intervenções em diferentes disciplinas de cursos de Medicina,

de modo que os estudantes pudessem compreender a importância da matriz cultural africana na produção de saúde, como o racismo é estruturante no processo saúde-doença e como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2007) se configura como uma ferramenta para vencer o racismo no âmbito da saúde.

Em 2020, movimento semelhante foi realizado pelos CAs da área da saúde da Unicamp que, em conjunto, organizaram um evento chamado “Saúde para quem?: Racializando a saúde”. Foram cinco dias de atividades para tratar dos seguintes assuntos: “Branquitude e Saúde”; “A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra”; “Como está a saúde mental de alunes negres?”; “Perspectiva de Saúde dos Povos Indígenas”; e “Como formular uma agenda antirracista?”. Em relação à esta programação, irei dar mais atenção a ela na segunda seção do Capítulo III. Muito embora seja pertinente já pontuar que, ao longo do evento, os estudantes argumentaram que os temas mobilizados durante aqueles dias não se faziam presentes ao longo da graduação, o que tornava sua realização relevante para a educação médica e para refletir sobre a própria saúde dos estudantes negros e indígenas no espaço acadêmico. Membros do Quilombo Ubuntu estiveram envolvidos na organização dessas atividades, e o próprio coletivo tem mobilizado temas relacionados à saúde da população negra em suas reuniões. Em parceria com o CA, em maio de 2021, foi realizada uma palestra chamada “Racismo obstétrico nos serviços de saúde” e, em agosto do mesmo ano, realizaram uma reunião *formativa* e de *acolhimento* chamada “Vamos falar da nossa saúde mental?”.

A partir de eventos como os mencionados acima, os membros do coletivo olham para a saúde da população negra para refletir sobre sua própria saúde e para refletir criticamente sobre a formação e prática médica. Como um reflexo deste processo, os estudantes têm se sentido cada vez mais confortáveis, quando em sala de aula, para questionar e pontuar a importância do uso de referenciais que articulem, aos processos de saúde e adoecimento, raça e outras diferenças sociais. Isso se tornou possível, na perspectiva dos universitários, porque

sentem-se *acolhidos* a um grupo que lhes dá força e apoio para este tipo de confronto. Desse modo, é possível dizer que, ao fazerem isso, estão mobilizando suas próprias experiências como elementos relevantes para disputar epistemologias (Collins, 2019 [2000]) e estão, também, engajados na produção de conhecimentos parciais, localizados e corporificados sobre saúde (Haraway, 1995 [1988]).

## **CAPÍTULO II. PRODUZINDO IDENTIFICAÇÕES, IDENTIDADES E DIFERENÇAS**

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem em comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão.

- Stuart Hall, 2008:106

No capítulo anterior, busquei denotar como a implementação sistemática de ações afirmativas racialmente orientadas para o acesso ao ensino superior público tem contribuído para diversificar os quadros discentes das universidades, de um modo geral, e dos cursos de Medicina, em particular. Por outro lado, mostrei como as mesmas políticas têm provocado o reposicionamento das relações raciais no ambiente acadêmico, gerando diversas transformações (Carvalho, 2006). Evidenciei como os passos que vieram de longe contribuíram para a implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras e preoquei-me em explicitar suas relações com a proliferação de coletivos negros universitários. Desse modo, o Quilombo Ubuntu se constitui em um dos tantos que emergiram na Unicamp e em outras universidades nos últimos anos. Tendo em vista que os coletivos podem ser compreendidos como espaços de *acolhimento*, *formação política* e de *apoio mútuo*, ao longo deste capítulo, reflito sobre os processos de produção de identificação, identidade e diferenças que são estabelecidos entre os estudantes. Neste ponto, cabe ressaltar que a identificação é “um processo nunca completado” (Hall, 2008:106). Isto significa que ela está alojada na contingência, e pode

ser sustentada ou mesmo abandonada a qualquer momento (*Ibidem*). Início minha análise debruçando-me sobre os sentidos que a noção de *aquilombamento* e outras categorias adjacentes têm para os estudantes. Para tanto, volta a minha atenção para a reunião de *acolhimento* e a sua importância para os membros do coletivo. Na sequência, dedico-me a refletir sobre como o *aquilombamento* contribui para que os membros do Quilombo Ubuntu sintam-se *pertencentes* à FCM e criem um espaço de *apoio mútuo*. Por outro lado, olho para os conflitos que emergem no espaço do coletivo, sobretudo a partir da produção de identidades e do encontro entre as diferenças. Desse modo, focalizo as tensões existentes e mostro como elas provocam o trânsito de alguns dos seus membros para outros grupos, e os impelem a refletir sobre sua própria participação no Quilombo Ubuntu.

Em seguida, reflito sobre os dilemas vivenciados por alguns estudantes em relação à escolha por ingressar por cotas raciais e a possibilidade de ter tal escolha. Dilemas estes que envolvem o *colorismo* e a identificação do sujeito enquanto *negro de pele clara*. Por conseguinte, volto a minha atenção para o intrincado processo de se tornar negro (Souza, 1983). Aqui, tomo como ponto de partida, novamente, as cotas raciais, pois para alguns sujeitos, optar ou não pela política, esbarrava em sua própria identificação racial. Ou seja, reconhecer-se negro estava intimamente relacionado com se entender como sujeito de direito da política de ação afirmativa. Por fim, e ainda me debruçando sobre o intrincado processo de se tornar negro, olho para como as bancas de heteroidentificação são lócus privilegiados para realizar reflexões sobre relações raciais no Brasil (Bacelar, 2021). Haja vista que a sua criação, ainda que importante no que tange a prevenir possíveis fraudes nas autodeclarações, acendem acaloradas discussões acerca das identidades negras e suas nuances. Contudo, minha atenção detém-se no particular e preocupo-me em refletir sobre a experiência de sujeitos que passaram por tal processo. Posiciono-me em favor de sua existência, pois compreendi ao longo da pesquisa a sua importância. Porém, observei que elas geram medo nos candidatos pois, para os sujeitos da pesquisa, não está em jogo apenas uma vaga na universidade, mas sua própria identificação racial que, por vezes, é difícil de ser *sustentada*<sup>67</sup>. Isso ocorre no caso de alguns sujeitos desta pesquisa, não porque não são negros – fenotipicamente falando – mas porque não se sentem *negros suficiente*.

---

<sup>67</sup> A categoria de *sustentação* emergiu em uma conversa que tive com Isadora. Ela a mobiliza quando reflete sobre seu processo de tornar-se uma mulher negra, e o quanto tal processo, ainda inacabado, era frágil. Portanto, sua identificação racial tornava-se difícil de ser *sustentada*.

## **O acolhimento no cotidiano**

Antes de dar início à descrição da reunião de *acolhimento*, acredito ser pertinente, em um primeiro momento, apresentar os caminhos que me levaram a ela. Como já explicitado anteriormente, estive com os discentes, em um primeiro momento, em razão de minha participação no encontro sobre afetividade negra entre pessoas LGBTQIA+. Posteriormente, participei de uma reunião exclusivamente para apresentar o meu projeto de pesquisa para o coletivo. Na ocasião, dividi com os estudantes por que seria importante fazer o trabalho de campo nas atividades realizadas pelo Quilombo Ubuntu. Minha proposta foi bem recebida pelos membros presentes, mas, como se trata de um coletivo, seria necessário que a decisão por liberar minha participação fosse tomada de forma conjunta com os outros estudantes que não puderam estar presentes.

Na semana seguinte, após a deliberação com os outros membros, fui informado que a minha presença nas atividades do grupo estava aprovada e era, inclusive, bem-vinda. Apenas uma preocupação foi manifestada pelos estudantes: a minha participação nas reuniões de *acolhimento*. A justificativa para tanto estava relacionada com a possibilidade de a minha presença inibir as pessoas. Em muitos dos encontros realizados, os estudantes costumam compartilhar suas trajetórias, muitos sentem-se emocionados quando rememoram eventos traumáticos ou momentos de alegria de suas vidas, e tudo isso só é possível pois o coletivo se propõe um espaço de *acolhimento*. Nessa lógica, a preocupação manifestada pelos estudantes era em relação a ter uma pessoa “estrangeira” participando de reuniões que têm as características elencadas. Em resposta, disse que não almejava apenas observar de forma passiva as atividades do grupo, poderia responsabilizar-me por algo para não ficar apenas escutando o que ocorria nos encontros e, também, poderia participar de modo a compartilhar minhas experiências.

Eram 19h30 quando entrei na sala do Google Meet na qual a reunião de *acolhimento* aconteceria. Havia cerca de vinte e cinco participantes, entre veteranos e calouros, e a pessoa que estava incumbida de fazer a mediação da reunião. Para dar início, as pessoas que compõem a gestão do coletivo apresentaram-se e mostraram o cronograma de atividades do semestre. Seguidamente, a mediadora se apresentou. Tida já era uma antiga conhecida dos membros do Quilombo Ubuntu, e esteve presente desde o princípio de sua criação, conforme explicitarei na seção sobre a emergência do coletivo. Ela falava de forma afetuosa e estava o tempo todo com um sorriso em seu rosto. Ainda que não fosse médica, contou que atuava diretamente com

muitos dos alunos do curso de medicina no Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, pois era seu local de trabalho. Disse, em sua apresentação, que quando chegam os estudantes *pretos* do período de Internato, ela corre para conhecê-los.

Após sua fala de abertura, Tida pediu para que eu me apresentasse. Falei sobre minha trajetória e sobre minhas experiências enquanto um universitário negro em um curso de pós-graduação de uma universidade pública. Compartilhei que estava ali por interesses de pesquisa e porque havia estabelecido relações com o coletivo, o que fez com que me aproximasse de suas atividades. Aproveitei para desejar boas-vindas para os ingressantes, sublinhando a importância do processo de transformação pelo qual vêm passando as universidades brasileiras, sobretudo com a implementação das cotas raciais. Após a minha fala, a professora da FCM Silvia Maria Santiago, que também esteve presente no processo de criação do Quilombo Ubuntu e contribuiu diretamente para *acolhê-los* naquele espaço, deu as boas-vindas aos ingressantes e sublinhou a importância da existência do coletivo na FCM. Por fim, uma enfermeira que estava na reunião foi convidada a se apresentar. Ela compartilhou conosco sua trajetória e deu as boas-vindas aos futuros médicos. Ainda, algo em sua fala me chamou a atenção, pois ela, uma enfermeira negra de pele retinta, sublinhou que estava impressionada com o *colorismo* que atravessava a composição daquele grupo. Naquele momento, não tive condições de compreender se ela estava positivamente surpresa ou se estava questionando se algumas daquelas pessoas eram realmente negras.

Após sua fala, foi a vez dos calouros compartilharem suas trajetórias. Os relatos eram atravessados por emoção, e muitos choravam por conta de sua conquista e do que representava para eles e para suas famílias o ingresso em um curso como o de Medicina. Grande parte, senão todos, estavam ingressando por cotas raciais e reconheciam a importância de sua implementação para a democratização do acesso ao ensino superior público. Muitos haviam tentado ingressar pela segunda, terceira ou até mesmo quarta vez. Pude perceber que tentar ser aprovado no vestibular por alguns anos consecutivos se constitui mais em uma regra do que em uma exceção, quando falamos do curso de Medicina. Diante disso, os estudantes compartilharam que deles era esperado *excepcionalidade* durante o período escolar e ao longo dos anos do curso pré-vestibular e, por conta disso, ter de fazer por anos seguidos o curso foi um grande desafio. Este desafio não emergia apenas em função da autocobrança e da cobrança por um *rendimento excepcional* por parte de terceiros. Havia outro elemento que contribuía para que a experiência no período do curso pré-vestibular se tornasse ainda mais desafiadora: perceber-se uma pessoa preta ou parda em uma sala repleta de outras pessoas, em sua maioria

brancas, buscando ingressar em Medicina. Para alguns estudantes, como é possível ver, a constatação da diferença racial ocorre no período anterior à entrada na universidade. Mas, pude perceber que o adensamento deste processo de subjetivação tem lugar no espaço universitário.

O não reconhecimento de sua própria *negritude* e os desafios enfrentados por alguns estudantes para compreender que eram pessoas negras, mas *de pele clara*, e as relações desses processos com escolher ou não pela ação afirmativa racialmente orientada para ingresso na universidade, constituíram-se em questões que chamaram a minha atenção ao longo dos relatos que atravessaram aquele encontro de *acolhimento*. Neste sentido, pude constatar que alguns discentes se compreenderam negros no curso pré-vestibular, já outros no processo de escolha pela política afirmativa, e outros depois de ingressar na FCM. Aqui cabe sublinhar que, tornar-se negro (Souza, 1983) no momento em que se escolhe as cotas raciais não deve ser superfluamente considerado como uma estratégia afroconveniente<sup>68</sup>, na qual o sujeito mobiliza seu pertencimento racial de acordo com o que lhe convém, mas não se identifica, cotidianamente, como uma pessoa negra. Digo isso pois, em certa medida, alguns estudantes só cogitaram a possibilidade de pleitear uma vaga na universidade por meio da política afirmativa, quando passaram a refletir de maneira mais sistemática sobre seu pertencimento racial quando estavam se aproximando da inscrição para o vestibular.

Neste ponto, parece profícuo retomar a categoria de *colorismo* mobilizada pela enfermeira que se apresentou no início da reunião de *acolhimento*, a fim de explorar suas ambiguidades e suas distintas formas de acionamento. Por um lado, supus que ela mobilizou tal categoria como uma forma de reconhecer a diversidade dos tons de pele negra que era possível ver naquela reunião. Por outro, constatei que ela poderia estar usando a categoria de modo a explicitar que aquele grupo era composto majoritariamente por *negros de pele clara*, e não de retintos como ela própria.

Conforme indicou Gabriela Bacelar (2021), o colorismo emerge, pela primeira vez, em um livro de Alice Walker, o “In Search of Our Mother 's Garden”, de 1983. Nesta obra, o termo é utilizado para demarcar as diferenças e a intensidade do racismo vivido por mulheres negras de pele escura em relação às de pele clara, não para hierarquizar opressões ou mesmo para aferir quem é ou não negra. Entretanto, o colorismo popularizou-se em discussões nas redes sociais (Bacelar, 2021), contribuindo para um processo de simplificação e esvaziamento

---

<sup>68</sup>A afroconveniência tornou-se um termo popular, articulado para se referir às pessoas que mobilizariam suas características fenotípicas e se autodeclarariam negras apenas para beneficiar-se de algo – seja uma política pública ou mesmo um relacionamento –, uma vez que em todo o resto de seu tempo referir-se-iam a si mesmas como pessoas não-negras, ou seja, agiriam de maneira conveniente e de acordo com interesses particulares.

do próprio termo. Na internet, a categoria passou a ser mobilizada de forma acusatória, com o objetivo de deslegitimar a identidade racial de pessoas negras de pele clara (*Ibidem.*). Neste ponto, é válido retomar a sua acepção inicial, pois segundo Walker (1983) ele está intimamente relacionado com o sexismo e com o colonialismo, e deste modo, é mais um aparato de poder que possui como função retroalimentar o racismo presente nas sociedades contemporâneas. Sendo assim, o acionamento da categoria de colorismo de modo acusatório acaba por solapar a identidade racial de sujeitos negros de pele clara, ao mesmo tempo em que atravessa, de maneira nefasta, o cotidiano e a subjetividade de pessoas negras de pele retinta, não contribuindo de maneira eficiente para a luta contra o racismo.

Voltando-me para a reunião de *acolhimento*, ouvi estudantes dizerem que não se sentiam *negros suficiente* para pleitear uma vaga por cotas raciais, muito embora seus relatos eram atravessados por episódios de racismo que vivenciavam cotidianamente. É a partir desta perspectiva que passar pela Comissão de Averiguação do Vestibular da Unicamp (CAVU) se constituía em um estágio reconhecido pelos estudantes como necessário, mas ao mesmo tempo atravessado pelo sentimento de medo, uma vez que suas autodeclarações raciais seriam heteroidentificadas. Havia uma insegurança, sobretudo para os *negros de pele clara*, frente à possibilidade de não ter sua declaração racial aprovada pela CAVU. Logo, é possível dizer que se enunciar é um processo complexo, em grande medida doloroso e ao mesmo tempo emancipador (Souza, 1983; Fanon, 2008 [1952]; Mbembe, 2018), possibilita o estabelecimento de identificações e a formulação de identidades que estão sempre em processo (Brah, 2005; Hall, 2008). Sob esta lógica, para alguns estudantes, a iminência de ter a sua declaração racial reprovada tinha o peso de colocar em xeque todo o processo vivido em direção a se afirmar enquanto uma pessoa negra.

Ainda, pude perceber que o encontro de *acolhimento* se constitui em um momento no qual os universitários compartilham suas aflições, mas também, um momento para celebrar, um momento de *acolhimento*. Após a fala de todos os calouros, chegou o momento dos veteranos. Os membros do coletivo compartilharam suas trajetórias de vida e experiências na universidade, e algumas das tantas dificuldades que atravessam o dia-a-dia na FCM. Por outro lado, enfatizaram como o *acolhimento* proporcionado pelo Quilombo Ubuntu contribuía para o *aquilombamento* e para o processo cotidiano de permanecer na universidade, uma vez que o grupo se constituía como um espaço de *apoio mútuo*. Houve, ainda, um momento permeado por alegria para os estudantes que criaram o coletivo, pois estavam felizes com a chegada de outros discentes e com o fato de que os seus calouros estavam organizando àquela reunião de

*acolhimento* para a nova turma. Um dos universitários que esteve presente na criação do Quilombo Ubuntu compartilhou, emocionado, que as histórias dos calouros se misturavam às histórias deles, e que ninguém estava ou precisava sentir-se sozinho naquele espaço.

Nas reuniões de *acolhimento*, os membros do coletivo consideram importante compartilhar suas trajetórias e experiências, a fim de estimular a produção de identificações entre os estudantes. Encontros como o descrito nas linhas anteriores são realizados com o propósito de recepcionar os ingressantes negros que chegam ao curso de Medicina e são realizados periodicamente como parte das atividades permanentes do grupo, assim como as reuniões *formativas*. Estas últimas, por sua vez, são organizadas com o objetivo de tratar sobre assuntos específicos.

Ao longo de 2021, estive no encontro *formativo* que tratou sobre África Pré-Colonial, com Gabriel Seghetto, estudante de Mestrado do PPG de História do IFCH/Unicamp, e com Kauê Santos, pesquisador de Pós-Doutorado no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP) e Professor Colaborador do Instituto de Geociências das Universidade Estadual de Campinas (IG-Unicamp). O segundo encontro *formativo* em que estive dedicou-se a discutir sobre as experiências de estudantes africanos em universidades brasileiras, e contou com a presença de uma estudante moçambicana da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp, Alcília Feagri. Por fim, o último encontro *formativo* em que pude estar teve como objetivo discutir sobre a saúde mental dos estudantes negros, sendo mediado por Cinthia Vilas Boas, psicóloga e ativista do movimento negro. Com essas reuniões, os membros do coletivo buscam elaborar uma outra maneira de habitar a universidade e a FCM, uma maneira que está ancorada na constituição de um espaço de *aquilombamento* capaz de *acolher e formar politicamente* os universitários negros que dele fazem parte.

Por conseguinte, a próxima seção será dedicada a analisar os efeitos do *acolhimento* e da *formação política* no modo como os estudantes se relacionam entre si, com o Quilombo Ubuntu e com o espaço universitário. Minha preocupação está em descrever como o sentimento de *pertencimento* opera de modo a contribuir para que os estudantes sintam-se parte de um espaço de *apoio mútuo* e, conseqüentemente, da própria FCM. Ainda, evidencio como os coletivos constituem-se em espaços ambíguos, assim como a própria universidade, nos quais os membros que deles fazem parte defrontam-se com diferenças que podem ora gerar alianças políticas, ora tensões e conflitos (Brah, 2005).

### “Eu me senti mais pertencente”: construindo redes

Eu acho que é muito importante só de estar no grupo, sabe? Não consigo sair desse grupo, eu quero pertencer a esse grupo, sei que pertencço e sei que mesmo que eu não esteja nas reuniões eu ainda sou pertencente. Eu ainda tenho essa galera do meu lado e eu acho que tem um significado mais subjetivo de conforto, de querer me enxergar nas outras pessoas, me enxergar nos meus pares. Agora, eu consigo me enxergar nas meninas e me identificar com as situações que elas passam, e a gente dar a mão e se empurrar para a frente. Agora, eu sinto que eu tenho isso também com esse outro lado porque eu sou muitas coisas e o ser negra, ser preta, é uma coisa que tem essa mesma dimensão assim, de olhar para o lado e ver alguém igual passando por situações parecidas e pessoas tendo sucesso, sabe?

- Em conversa realizada com Isadora por WhatsApp em 2021.

Ainda hoje, faz três anos e meio, tenho muita dificuldade, parece que eu nunca vou me formar porque parece que eu não estou aqui ainda, mas é um processo assim, cada dia mais a gente vai melhorando e vai matando um leão por dia, da forma que dá. Mas é um lugar muito difícil de se sentir pertencente mesmo e fazer alianças, se aquilombar é o que ajuda, é o que dá força, sabe? Mas, o dia a dia é bem complicado.

- Em conversa realizada com Heitor por WhatsApp em 2021.

Como descrito anteriormente, as reuniões de *acolhimento* têm como intuito receber os estudantes e mostrar que o Quilombo Ubuntu é um espaço de *apoio mútuo*, onde seus membros podem compartilhar suas experiências. Ainda, os propósitos de tais encontros são o de contribuir para a produção do sentimento de *pertencimento* e fomentar processos de identificação entre os discentes. Para os estudantes que fazem parte do coletivo, *aqilombar-se* não apenas ajuda e dá força, como já explicitado no título e ao longo desta dissertação, mas também é uma maneira de constituir um território comum dentro da FCM. Um território composto por estudantes negros ao qual seus membros podem sentir-se parte e com o qual podem sentir-se identificados. O processo que os membros do coletivo denominam de *acolhimento*, tem início antes mesmo do período de matrícula. Os discentes, com vistas a receber os ingressantes, articulam-se para entrar em contato com as pessoas aprovadas como *cotistas* no vestibular do curso de Medicina da Unicamp, e caso permitido, às adicionam ao grupo do Quilombo Ubuntu no WhatsApp. Percebi que, na visão de alguns calouros, este movimento gera efeitos positivos para quem está ingressando, pois antes mesmo da chegada no ambiente universitário já passam a se sentir parte de um grupo. Mesmo porque, ingressar na universidade é um momento de se habituar a um novo espaço, com um modo de funcionar bastante específico e que pode ser potencialmente hostil. Em certa medida, o ambiente universitário se mostra excessivamente burocrático e pouco intuitivo, de modo que ingressantes

não sabem para onde ou a quem recorrer em situações de necessidade, por exemplo (Honorato, Vargas, Heringer, 2014). Então, sentir-se parte de um espaço que visa o *apoio mútuo*, antes mesmo do ingresso propriamente dito, contribui para que a chegada aconteça de forma a gerar menos estranhamento.

Alguns dos estudantes *cotistas* que chegaram em 2019 na FCM juntaram-se, pois não se sentiam *pertencentes* àquele espaço. A partir deste grupo de amigos emergiu o desejo pela criação de um coletivo, e este grupo também tinha como ímpeto organizar uma recepção direcionada apenas para ingressantes negros, uma vez que eles não queriam que outras pessoas vivessem a mesma experiência que tiveram ao chegar à FCM. Segundo os universitários de 2019 que compõem coletivo, o ímpeto de realizar a recepção surge, também, porque não houve qualquer menção, no primeiro ano de cotas raciais, sobre os ingressantes *cotistas* na FCM ou mesmo sobre o impacto da política para e na instituição<sup>69</sup>. Diante disso, torna-se relevante realizar tal recepção, pois é a maneira encontrada pelos universitários negros de dizer que eles existem e estão mais numerosos a cada ano que passa. Não se trata de realizar uma recepção para os alunos *cotistas* apenas, mas de abrir um espaço para falar sobre as transformações pelas quais a universidade está passando após a implementação das cotas raciais. Mudanças que tiveram início, é preciso sublinhar, com o PAAIS.

Acerca disso, Marcelo compartilhou comigo o que mais o chamou a sua atenção ao chegar à FCM:

William: O que foi mais impactante para você, para além da pandemia e das aulas integralmente online? O que mais chamou a sua atenção nesse processo de chegar à universidade?

Marcelo: Acho que principalmente na Unicamp, eu vou falar numa ordem cronológica que faz sentido para mim. Eu passei primeiro em outra universidade, e aí eu entrei nos grupos, comecei a conviver com todo mundo e conversar... eu ainda não estava tão inserido porque eu ainda estava estudando para outros vestibulares, mas assim, tive uma certa vivência com o pessoal, e ao mesmo tempo que eu estava muito feliz de ter passado porque tipo, passei numa faculdade estadual pública. Eu lembro que estava: ‘a Unicamp sempre foi meu sonho assim, sabe?’ Porque eu acho que não é o mundo ideal, mas acho que todas as políticas de cotas e tudo mais, elas fazem com que esteja se tornando, se aproxime de um mundo ideal, do que no contexto que a gente vive atualmente, sabe? E, então quando eu passei naquela outra universidade eu estava muito feliz, mas ao mesmo tempo eu olhava e ‘ah, só tem gente branca’ não é meu lugar sabe? Eu não estava me sentindo 100% no meu lugar e, quando passei na Unicamp, a coisa que mais me impactou positivamente foi ver todos os coletivos. Eu sou gay também, então ver o coletivo negro, o lgbt... (Em entrevista realizada em 2021)

---

<sup>69</sup>O que compreendi, a partir do que contou Heitor, é que a sua chegada e a de seus amigos poderia ter sido diferente caso, institucionalmente, tivessem ocorrido eventos sobre o papel das cotas raciais. Sobretudo, em um curso como o de Medicina, um curso que se espera ser composto por estudantes *especiais, diferenciados* e com um *rendimento excepcional*.

É válido mencionar, ainda que eu vá explorar de maneira mais detida este assunto nas próximas seções, que Marcelo sentiu-se da forma como apresentei no excerto acima porque tem vivenciado um processo de se tornar negro (Souza, 1983). Ele me contou que sempre quis fazer Medicina, e teve como inspiração para tal decisão um familiar muito próximo que é médico. Acabou ingressando na FCM por cotas raciais em 2021. Sendo um estudante negro e gay, deparar-se com as diversas iniciativas estudantis que não existiam na outra instituição para a qual foi aprovado fez com que ele se sentisse “em seu lugar” quando chegou na Unicamp. Assim como os outros sujeitos da pesquisa que também são gays ou bissexuais, ele faz parte do coletivo Aquarela<sup>70</sup>. Marcelo tem 19 anos e nasceu em uma grande cidade com mais de 3 milhões de habitantes localizada no interior do estado de São Paulo. Estudou, ao longo de sua vida, em uma escola particular e sobre isso relata:

Marcelo: Cresci num meio branco, numa escola particular onde as únicas pessoas negras eram faxineiras. E, só de entrar e ver tantos exemplos de pessoas, veteranos meus que estão para se formar, de pessoas mais velhas, de pessoas que entraram comigo que também estão passando por esse processo traz muito exemplo, até porque, às vezes, a gente fica preso nessa ideia de que ‘nossa, só sofre racismo quem tem pele retinta da retinta da retinta’ (Em entrevista realizada em 2021).

A partir do que relatou esse estudante, vejo que os coletivos não só contribuem para a recepção, o *acolhimento* e o *pertencimento* dos ingressantes nas universidades, mas operam como espaços nos quais os discentes podem constituir processos de identificação entre si e produzir suas identidades. Neste ponto, considero relevante evidenciar que estou mobilizando a noção de identificação a partir do que propõe Stuart Hall (2008). Para o autor, ela é uma construção e, enquanto tal, está sujeita às contingências. Ou seja, ela não é “completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ‘ganhá-la’ ou ‘perdê-la’” (*Ibidem*:106). A identificação é elaborada a partir do reconhecimento de algo comum entre pessoas ou grupos, e constitui-se, também, como a base de sua solidariedade (*Ibidem*). Em contrapartida, a mesma identificação, por ser contingente, pode ser ora mantida, ora abandonada. O uso desta categoria, conforme explicita Hall (*Ibidem*), parece mais relevante, na contemporaneidade, do que a de identidade. Para o autor, falar sobre identidade é, antes de mais nada, falar a partir e sobre uma categoria sob rasura,

---

<sup>70</sup>O Aquarela é um coletivo LGBTQIA+ criado em 2017 por alguns estudantes da turma 55 da FCM da Unicamp. No ano seguinte, em 2018, após algumas mudanças acabou por ampliar suas atividades para todos os estudantes dos cursos de saúde da Universidade. Cf: < <https://www.instagram.com/p/CATM13cAZ5t/> > . Último acesso em 20 de novembro de 2021.

o sinal de rasura (x) indica que eles não servem mais – não são mais ‘bons para pensar’ – em sua forma original, não reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a se fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados (*Ibidem*: 104, *apud.* Hall, 1995)

Hall (*Ibidem*) postula que a categoria de identidade possui limitações analíticas, uma vez que faz alusão a algo que pode ser compreendido como imanente e essencial aos sujeitos. Ainda assim, ela segue como uma categoria importante para ser mobilizada quando estamos falando sobre processos de subjetivação ou em relação à formulação das identidades negras. No campo, a elaboração dessas identidades diz respeito a um processo subjetivo e contrastivo, no qual a pessoa torna-se negra (Souza, 1983) e passa a reconhecer e compartilhar com outros sujeitos a sua ancestralidade, os episódios de racismo vivenciados em seu cotidiano e perspectivas políticas. Voltando-me para o que estava contando Marcelo sobre a Unicamp ser um ambiente ideal, quase um ano após o seu ingresso, o estudante tem as seguintes percepções:

Marcelo: O impacto positivo é de realmente ter muitas pessoas negras na turma, a gente tirou uma foto com todos os alunos negros da nossa turma, tem vários. Ah, mas aquela ilusão de mundo ideal cai, né? Porque não existe mundo ideal, e a gente vive numa sociedade escrota, desculpa, numa sociedade ruim... A gente fez o treino de paramentação, que é como colocar os EPIs, colocar luva, não sei mais o que, e tem uma menina negra, ela tem uns dreads, e aí não tinha touca para ela, para ela colocar o cabelo dela. Então, assim, umas coisas bem básicas, acho que a gente acaba conhecendo mais outros professores e a gente vê que realmente só tem professor branco e a maior parte homem, e você fico meio ‘ah, é diferente, mas não é’, tem muita coisa para mudar ainda (Em entrevista realizada em 2021).

Marcelo que, ao chegar, sentiu-se impressionado positivamente com o que encontrou, percebe, posteriormente, que o ambiente que ele julgava ser ideal não era. De fato, as universidades constituem-se em ambientes ambíguos. Se, por um lado, há uma crescente movimentação de coletivos, estudantes e docentes comprometidos em realizar eventos, aulas e mobilizações de modo a fomentar a diversidade que constitui os espaços acadêmicos; por outro, a lógica de funcionamento das universidades segue enrijecida, extremamente burocrática e com pouca abertura para as diferenças (Carvalho, 2006; Iazzetti, 2021).

Foi possível perceber, ao longo do trabalho de campo, que o Quilombo Ubuntu opera como um espaço de *apoio mútuo*, à qual os estudantes que integram o coletivo e outros que não participam de forma mais assídua, mas estão a ele vinculados, podem recorrer em casos de necessidade. Foi assim que João requisitou auxílio do coletivo quando teve a sua declaração racial reprovada pela CAVU – a este episódio darei mais atenção na seção dedicada a refletir especificamente sobre o processo de heteroidentificação –. Contudo, o menciono já nesta seção pois este caso é emblemático e auxilia-me a explicitar como o coletivo é visto como um espaço

de *apoio mútuo*. João não havia ingressado e não mantinha relações tão próximas com os estudantes quando os acionou, mas ainda assim sentiu-se *acolhido*. João tem 23 anos, é gay, *negro* e cresceu em uma cidade com cerca de 340 mil habitantes localizada no estado da Bahia. Foi para São Paulo para fazer curso pré-vestibular. Na ocasião, morava em uma espécie de pensão que ficava localizada próximo ao lugar onde fazia o curso. Porém, em determinado momento precisou se mudar para uma região periférica da cidade, pois não tinha condições econômicas de permanecer próximo ao lugar onde fazia o curso. Foi aprovado como *cotista* no vestibular da Unicamp de 2020, e ingressou no ano seguinte na FCM.

Um espaço de *apoio mútuo* e constituído a partir de processos de identificação é um espaço que emerge, também, a partir do encontro entre as diferenças (Hall,2008). Conforme já explicitado por Brah (2005), a diferença não está dada ou mesmo é fixa, sendo uma questão contingente e contextual compreender se ela resulta em alianças ou em desigualdades e hierarquias. Estou pontuando isso neste momento pois a minha participação na reunião em que conheci o coletivo esteve intimamente atrelada à uma tensão vivenciada por Renato em um encontro pregresso. Ele, que é um estudante LGBT, me contou durante entrevista que, em 2020, ocorreu uma série de reuniões para discutir sobre a afetividade de mulheres, homens e pessoas LGBTQIA+ negras. Na primeira reunião realizada para discutir sobre a afetividade entre pessoas LGBTQIA+, Renato disse que se sentiu *exotizado*, pois foi interpelado por alguns poucos colegas, de maneira indelicada e, em certa medida, homofóbica, acerca de assuntos que considerou inadequados. Ao se sentir *exotizado*, o estudante teve a experiência de sentir-se um Outro estereotipado no espaço que considera seguro e que costuma o *acolher*. Por conta disso, houve uma segunda edição deste mesmo encontro, edição para a qual fui convidado a falar, uma vez que eu sou um homem negro e gay. Sobre este episódio, o estudante conta:

Renato: Antes daquela vez, foi numa época, eu lembro que te expliquei. Era de uma época que a gente estava discutindo muito sobre afetividade do homem negro, da mulher negra, e aí, tipo, do homem negro era ‘nossa, olha como os homens negros desejam se casar com a mulher branca e não com a negra’, ‘olha como não ser desejado pelas meninas me fez ruim, me fez mal’. Agora quando você é LGBT é muito diferente, as coisas são muito mais embaixo. Não estou falando que as outras coisas são superficiais, os danos psíquicos.... Infelizmente, a gente está tudo fodido, mas é diferente, não existe régua, nem mais nem menos opressão, mas é muito doído, e são outras dores. Ouvir as dores das pessoas como se aquilo fosse a regra também é muito ruim, e aí quando eu falei [na reunião sobre afetividade entre pessoas negras LGBTQIA+] eu me senti no lugar de exotividade muito ruim, porque algumas pessoas começaram a perguntar muitas coisas para mim que eram homofóbicas (Em entrevista realizada em 2021).

Renato, em todas as ocasiões em que conversamos, mobiliza sua identidade racial entrelaçada à sua sexualidade, e também à sua classe. Ele, como é possível perceber, articula

uma perspectiva interseccional quando busca não hierarquizar as experiências dos sujeitos, em suas palavras: “não existe régua, nem mais, nem menos opressão”. O universitário caracteriza a sua experiência enquanto negro e LGBT, no que tange à afetividade, como diferente da de sujeitos heterossexuais. Logo, também constatou que suas vivências, de um modo geral, são distintas em relação à de algumas daquelas pessoas com as quais ele se identifica e fazem parte do Quilombo Ubuntu. O que indica que a identificação está em processo e sempre sendo contestada (Hall, 2008). Ainda, Renato completa dizendo que já ouviu, em outra ocasião, uma discussão que considerou tóxica, na qual um membro do coletivo perguntava para outros discentes, que se identificam como homens, se eles já tinham beijado outros meninos. Ao narrar este caso, Renato pontua: “como se isso fosse o creme da exotividade”. Ao fim e ao cabo, tais episódios têm contribuído para que Renato repense sua participação de forma mais próxima nas atividades do Quilombo Ubuntu.

Ainda que para constituir um espaço de *aquilombamento* seja preciso ter como base a identificação e o reconhecimento que são estabelecidos entre os estudantes, não podemos perder de vista que os sujeitos são diversos, ou seja, não são negros, apenas (Lima, S., 2020). Ter isso em mente fez com que eu tomasse as tensões e os conflitos como partes do processo de constituição de um espaço de *apoio mútuo* como o Quilombo Ubuntu. Sob esta perspectiva, sentir-se *acolhido* e *aquilombado* não significa estar em um espaço com ausência de conflitos. Pelo contrário, a confrontação entre as diferenças é um elemento importante da elaboração de espaços coletivos e da constituição de identidades individuais e de grupos (Brah, 2005; Hall, 2008; Bahri, 2013).

Olhando em retrospecto para o que descrevi até aqui, parece-me relevante, mais uma vez, voltar-me para os escritos de Nascimento, B., (2021 [1981]). As produções acadêmicas que se propõem refletir sobre os quilombos e suas reverberações nas coletividades negras contemporâneas tendem a reforçar ambivalências, e assim acabam deixando de lado as complexidades desses sistemas (*Ibidem*). Para Nascimento, B., grande parte da produção de sua época sobre os quilombos tendeu a interpretá-los “à luz dos princípios de igualdade” (*Ibidem*:113) sem levar em consideração suas estruturas internas, uma vez que elas poderiam também manter desigualdades entre as pessoas que deles faziam parte. Já algumas outras análises sobre os quilombos os interpretavam como embriões revolucionários que tinham como objetivo maior apenas a resistência. Tais interpretações não estão equivocadas, mas deixavam de lado as complexidades que são constitutivas dessas organizações sociais, aponta a historiadora. Os quilombos demandam “uma compreensão – na qual a complexidade de suas

instituições e a evolução da sociedade global sejam vistas como processos interacionais – para que se entenda sua particularidade como sistemas sociais [...]” (*Ibidem*:114).

Sob esta perspectiva, a autora não está refutando que quilombos são espaços que buscam estabelecer a igualdade entre as pessoas que deles fazem parte, e tampouco, que os quilombos não são embriões revolucionários que surgiram com vistas a contrapor o sistema escravista vigente e produzir outras formas de viver naquele contexto. Contudo, é preciso de cuidado para não recair em uma visão utópica acerca dos quilombos, seus modos organizacionais e dos seus significados, uma vez que foram sistemas sociais complexos (*Ibidem*). À luz de Nascimento, B., (2021 [1981]) é possível afirmar que se sentir *aquilombado* em um espaço de identificação não diz respeito apenas à uma experiência de harmonia e de encontro com semelhantes. Fazer parte de um coletivo que busca promover o *aquilombamento* é, também, viver cotidianamente com a iminência de estar diante de tensões, conflitos e diferenças que constituem tais espaços e os próprios sujeitos, ainda que eles estejam reunidos em torno de um objetivo comum.

Sendo assim, ainda que a raça e a identificação racial sejam as pautas que aglutinam os sujeitos no Quilombo Ubuntu, é preciso olhá-las sempre em articulação com outras diferenças que constituem, atravessam e são mobilizadas pelos estudantes. Não à toa, alguns de seus membros estão envolvidos com outros coletivos como o Aquarela – coletivo LGBT –, e com o Muda<sup>71</sup> – coletivo feminista –, ambos criados por estudantes da FCM da Unicamp. E, também, estão inseridos em espaços institucionais e em Ligas Acadêmicas, como a Liga de Saúde da População Negra (LASPNE), por exemplo.

Assim, acredito ser possível olhar para o Quilombo Ubuntu e para seus membros como partes de um campo discursivo de ação (Alvarez, 2014). Sônia Alvarez (*Ibidem*) indica que os feminismos latino-americanos e os seus campos discursivos de ação conformaram, ao longo dos anos, distintos sujeitos políticos, práticas, conhecimentos e discursos específicos que tensionaram e incidiram nos processos de produção do conhecimento e de formulação de políticas e de sujeitos políticos. Sendo assim, os campos discursivos de ação dos quais fala a autora podem ser entendidos como espaços nos quais “a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados” (*Ibidem*:19). Em suma, são espaços

---

<sup>71</sup>De acordo com sua página no Facebook, o coletivo feminista Muda foi criado em 2016, e “visa acolhimento para todas as mulheres da Faculdade de Ciências Médicas, alunas, professoras e funcionárias”. Ver: < [https://www.facebook.com/MUDAunicamp/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/MUDAunicamp/about/?ref=page_internal)>. Último acesso em 05 de janeiro de 2022.

conformados por distintos atores, que mobilizam temas de interesse, e pelos quais circulam ideias, pessoas, práticas, conhecimentos e discursos.

Parece-me que o Quilombo Ubuntu, ainda que recém-criado, integra um campo discursivo de ação que é conformado por outros coletivos, organizações e, também, por Ligas Acadêmicas criadas por universitários e professores negros vinculados à área da saúde. Sob este ângulo, o tempo de vida do coletivo deixa de ser importante, uma vez que seus membros estão em trânsito por outros espaços ativistas e institucionais. E estão, também, se relacionando com distintos atores, de maneira a constituir os seus modos de fazer política. Em outras palavras, ainda que o Quilombo Ubuntu seja o foco de análise deste trabalho, o movimento dos estudantes pelo campo e as alianças feitas pelos sujeitos e pelo coletivo também o são. Para finalizar esta seção, reforço: o Quilombo Ubuntu compõe um campo discursivo de ação mais abrangente, e conforma um território atravessado por ambiguidades que está em constante processo de elaboração, assim como os sujeitos que o constitui (Brah, 2005; Hall, 2008; Nascimento, B., 2021 [1981]).

### **Sobre a emergência da interseccionalidade**

Ao trazer para essas linhas a maneira como Renato conferiu inteligibilidade para algumas de suas experiências no coletivo, e a preocupação de alguns discentes em articular raça, gênero e sexualidade para pensar sobre afetividade, considero oportuno tecer algumas reflexões acerca da interseccionalidade enquanto uma categoria analítica e um campo de estudos. Ainda que não tenha sido a intenção das reuniões discutir sobre a interseccionalidade propriamente dita, a maneira como os estudantes articularam a organização dos encontros denota o que Collins e Bilge (2021:93) denominam de “sensibilidade interseccional”.

Remontando alguns marcos do que se convencionou chamar de interseccionalidade, temos, em 1851, o discurso de Sojourner Truth, na “*Women's Rights Convention*”, em Ohio, Estados Unidos. Sua fala é reconhecida como um marco no que diz respeito à elaboração de uma perspectiva interseccional. Na ocasião de seu discurso, Truth questiona uma plateia sobre o por que ela não era considerada uma mulher como as outras. Dessa maneira, a ativista interpela a própria categoria “mulher” e os essencialismos que a conformavam, uma vez que, em sua visão, ela não era vista ou mesmo tratada como outras mulheres exatamente porque era negra e ex-escravizada. Ao articular gênero, raça e classe para refletir sobre uma série de

eventos que viveu, Truth já estava mobilizando, em 1851, uma perspectiva interseccional para interpretar suas experiências (*Ibidem*).

Collins (2019 [2000]:57) pontua que, entre os anos de 1960 e 1970, as “afro-americanas acadêmicas e ativistas [...] reivindicavam uma nova abordagem para a análise das experiências das mulheres negras”. Uma abordagem na qual opressões de gênero, raça, etnia, sexualidade e classe pudessem ser vistas de forma articuladas, com o propósito de produzir compreensões situadas de como essas intersecções atravessavam as experiências dessas mulheres (*Ibidem*, 2019). Tendo em vista o que acabo de evidenciar, torna-se relevante sublinhar que a interseccionalidade não surge, como acredita-se, com “Mapeando as Margens”, de Kimberlé Crenshaw, em 1991 (Collins; Bilge, 2021). As autoras reconhecem que este texto é representativo, pois a nomeia, e que, a partir de sua publicação, a categoria e as teorias que a mobilizam passam a transitar de maneira mais contundente e a ganhar mais espaço em ambientes institucionais.

Não obstante, perspectivas interseccionais já existiam antes mesmo de sua nomeação, e ativistas afro-americanas, latino-americanas, chicanas, asiático-americanas, brasileiras, indígenas, entre outras, já articulavam suas experiências a gênero, de raça, de sexualidade e de classe, sem denominar o que estavam realizando de interseccionalidade (*Ibidem*)<sup>72</sup>. Mesmo que as experiências dessas mulheres fossem distintas, as alianças estabelecidas e os trabalhos elaborados entre elas contribuíram para suas atividades intelectuais e ativistas, e para o que foi reconhecido, posteriormente, como perspectiva interseccional. Sendo assim, a sua inserção em ambientes institucionalizados só se tornou possível a partir de uma série de alianças e de disputas que foram estabelecidas em torno de seu uso e de sua legitimidade para a produção do conhecimento. A este respeito, Collins e Bilge (2021:106) comentam:

Se os movimentos sociais não tivessem lutado pela inclusão das mulheres e das pessoas de cor em faculdades e universidades, é improvável que as concepções de interseccionalidade introduzidas por agentes de movimentos sociais surgissem na academia.

Avançando no tempo, chegamos ao manifesto do Coletivo Combahee River, que se constituiu como um dos primeiros documentos a focalizar “a identidade através de uma lente interseccional” (*Ibidem*:95). O coletivo, criado e liderado por mulheres negras norte-

---

<sup>72</sup>Collins e Bilge (2021), em “Interseccionalidade”, livro de 2016 e recém traduzido para o português, remontam o que elas compreendem como sendo o início da adoção de uma perspectiva interseccional. Ainda que o trabalho se proponha panorâmico, as autoras enfatizam que há múltiplas narrativas acerca do que se compreende por interseccionalidade, de seu próprio processo de surgimento e o trânsito por esferas ativistas e acadêmicas.

americanas, surgiu em 1974. Seu manifesto tornou-se um material importante, pois suas autoras mobilizaram suas experiências articuladas a gênero, raça, classe e sexualidade para explicitar como tais diferenças em intersecção as inserem de maneiras distintas, e às vezes desiguais, nas relações sociais de poder. Isto fica evidente quando afirmam que “sabemos que existe uma opressão racial-sexual que não é nem exclusivamente racial nem exclusivamente sexual” (Manifesto do Coletivo Combahee River, 2019: 200). O Manifesto denota que o seu propósito não é hierarquizar desigualdades, e sim explicitar as maneiras como as diferenças e opressões em intersecção resultam em experiências cotidianas diversas.

Ainda em relação a alguns marcos temporais no que diz respeito às teorias interseccionais, o livro “*The Bridge Called My Back*”, organizado por Glória Anzaldúa e Cherrie Moraga (1981), constituiu-se em uma importante coletânea de escritos de mulheres de cor. Nele, as escritoras terceiro-mundistas mobilizam suas diferentes experiências de forma interseccional. Ao encontro disso, é o que podemos ver também no caso de Lélia Gonzalez, antropóloga e ativista brasileira. Flavia Rios e Alex Ratts (2016) afirmam, em relação à Gonzalez e seus escritos, que a intelectual mobilizou distintas diferenças sociais e já estava produzindo conhecimento a partir do que se convencionou chamar, posteriormente, de interseccionalidade. Constatam isso quando “ela associa o racismo, o sexismo e a exploração capitalista e quando articula as identidades de raça, gênero (este tratado à época como sexo) e classe” (*Ibidem*:389).

Perspectivas analíticas que partem da interseccionalidade para a compreensão de distintos fenômenos sociais estão, também, sendo adotadas na área médica e pelos sujeitos desta pesquisa, como poderá ser visto de maneira mais detalhada no Capítulo III. Por ora, é válido pontuar que o Quilombo Ubuntu, ao realizar as reuniões nas quais trataram de temas relacionados à afetividade de mulheres, homens e pessoas LGBTQIA+ negras, ou quando organizou, em conjunto com o CA, um evento sobre racismo obstétrico, está articulando uma perspectiva interseccional para compreender as experiências de seus integrantes, compor seus repertórios de ação, produzir conhecimento e disputar epistemologias.

### **Escolher ingressar por cotas raciais e a possibilidade de ter esta escolha**

Eu falava para minha psicóloga: ‘eu não sei se eu quero passar por cotas porque eu vou ter que diariamente entender essa minha posição de negritude’, é cansativo, não sei se quero isso. Ficava nessas de ‘ai, meu deus, vou ter que me colocar o tempo todo? Vou ter que afirmar a minha existência o tempo todo?’ Porque é cansativo, aí era outra barreira que eu colocava: ‘será que eu quero mesmo ter que estar o tempo

todo me afirmando?’ Eu só quero existir como eu sou, era um drama que eu fazia. Hoje em dia, eu vejo que é um pouco mais fácil, porque eu estou passando por esse processo acompanhada de pessoas, e não era com isso que eu contava, eu não coloquei isso na balança, mas é um processo que, às vezes, você tem que ficar criando lógicas construindo e desconstruindo coisas que as outras pessoas não têm.

- Em entrevista realizada com Vitória em 2021.

Antes da entrevista que realizei com Vitória, nós já havíamos dialogado algumas vezes por WhatsApp. Mas, mesmo com as conversas realizadas pelo aplicativo, constatei que era preciso, não apenas com ela, mas com os outros sujeitos da pesquisa, estabelecer um diálogo que pudesse acontecer em tempo real, já que eu não estava os vendo ou mesmo acompanhando o seu cotidiano fisicamente. Dei início a esta seção a partir de uma de suas respostas a uma pergunta que fiz sobre como havia sido para ela escolher ingressar por cotas raciais no curso de Medicina. Ainda sobre este assunto, Vitória continua:

Vitória: [risos] Eu sempre defendi as cotas, porque eu fiz o ensino fundamental e médio em uma escola que tinha uns pensamentos muito ultrapassados, sabe? E eu sempre fui do contra. Então, defender cotas sempre foi um traço assim, e às vezes eu nem entendia direito porque eu defendia, mas eu defendia porque na minha cabeça fazia sentido. E aí, eu entrei no cursinho, e como eu fiz escola particular não existia uma coisa separada da outra, condição econômica separada da sua identidade de cor de pele. Então, eu não me questionava sobre isso, sabe? Se cota era algo aplicável a mim. No meu segundo ano de cursinho foi quando a Unicamp abriu cotas raciais, daí que, meu deus do céu, eu demorei um mês e meio para fazer a minha inscrição, porque eu não sabia o que eu queria, eu não sabia o que eu colocava, eu não sabia se não colocava, eu não sabia. Na minha cabeça eu ficava ‘nossa, mas você não é negra?’, ‘sou’, ‘e você não defende cotas?’, ‘defendo’, mas eu nunca tinha defendido cotas para mim. Defender a coisa para os outros é muito mais fácil... se defender, se afirmar sempre foi algo muito difícil para mim. Eu tive sorte de ter uma psicóloga para discutir, então eu levava para ela e falava ‘eu tenho que fazer a inscrição e eu não consigo fazer a inscrição porque eu não sei se quero, não sei se vou me sentir bem com isso’. Porque eu sempre defendi cotas nos moldes que era os critérios de cotas. Então, eu sempre defendi o caráter econômico junto, eu nunca tinha parado para pensar nela nessa parte de inclusão, de ver essa representatividade chegando dentro da universidade, isso não era algo que eu tinha consolidado dentro da minha cabeça. Então, foi algo que eu tive que construir, sabe? Eu ia em umas reuniões de um coletivo na minha cidade, a gente discutia muito essa questão de identidade, mas nunca foi algo que eu tive que entender para ser usado, é diferente você se entender negra e só ser negra, e se entender negra e ter que usar isso para algo, para mim era diferente. Então, ter que usar uma condição minha para colocar no vestibular era esquisito, não é algo que você fala ‘é natural’, não é natural, sabe? É estranho, porque é estranho você ter essa disparidade toda no país, sabe? Mas até eu entender isso, coloquei no segundo ano, e fui fazer a prova muito mal, sem saber direito o que eu estava fazendo da minha vida. Fiquei por muito pouco no segundo, passei em outras faculdades que eu acho que foi importante passar, porque foi um passar sem as cotas, foi uma autovalidação, ‘eu consigo também, eu não sou isso e isso não me define’ (Em entrevista realiza em 2021).

Vitória não foi a única estudante que afirmou não saber que as cotas raciais não estavam, necessariamente, atreladas à condição socioeconômica. João e Marcelo, universitários que já apresentei anteriormente e sobre os quais falarei mais adiante, vivenciaram o mesmo

processo. Todos os três não se sentiam aptos para usar a política de ação afirmativa porque imaginavam que ela fosse direcionada, exclusivamente, a candidatos negros com baixa renda. Ao encontro do que consideravam os três estudantes em relação ao uso das cotas raciais, Araujo (2019a:2194) indica que “a narrativa da crença na integração do negro na sociedade de classes” tomava como perspectiva lidar com o “problema do negro” (*Ibidem*:2195) por meio da distribuição de renda, apenas (Araújo, 2019a, *apud*. Fernandes, 2007). Nesta lógica, se os negros eram maioria nas camadas mais pobres da população brasileira, era preciso integrá-los ao mercado de trabalho para que tivessem melhores condições de modificar sua posição socioeconômica. Esta perspectiva olhava para as pessoas negras como as “principais agentes da transformação da própria situação na qual se encontram” (Araujo, *op. cit.*:2195).

O “problema”, então, estava intimamente ligado à classe e não à raça. Não à toa, Vitória, João e Marcelo consideravam que a política de ação afirmativa racialmente orientada possuía como premissa a condição socioeconômica, e era direcionada apenas para negros que possuíam baixa renda. Tendo isso em vista, não me espanta e consigo compreender por que os universitários tiveram dúvidas se poderiam ou não acionar apenas sua identidade racial para pleitear uma vaga em Medicina pela política afirmativa. Mas, no caso de Vitória e João, a dúvida acerca de se inscrever no vestibular como *cotistas* ganhava outras proporções, pois não se sentiam *negros suficiente* para tanto.

Constato que optar pelas cotas raciais para prestar o vestibular e a possibilidade de ter essa escolha suscitou inúmeros dilemas aos sujeitos desta pesquisa. O atravessamento da já mencionada oposição entre cotas e mérito os levava a reproduzir a crença de que o candidato *cotista* é menos capaz ou não está equiparado com aqueles que entraram por ampla concorrência. Isso fica evidente quando Vitória relata que passar sem cotas raciais em outras instituições foi uma espécie de *autovalidação*, e quando Marcelo constata que ser aprovado em outros vestibulares sem o uso da política afirmativa foi uma maneira encontrada por ele de se provar. A condição socioeconômica, por sua vez, suscitou dúvidas em alguns estudantes negros de classe média ou de classes mais altas sobre poder ou não fazer uso da política. Existia, ainda, um outro dilema, este de ordem subjetiva e intimamente relacionado à maneira como alguns candidatos se reconhecem, sobretudo os *negros de pele clara*. Em outras palavras, se perguntavam se eram *negros suficiente*, ou mesmo se sofreram *racismo suficiente* para utilizar as cotas raciais. Nesta lógica, a perspectiva era: quanto mais violência a pessoa sofrer, mais direito às cotas raciais ela possuiria. Como pôde ser visto no que contou Vitória, posicionar-se em favor da política pública e acreditar em sua importância não são elementos suficientes para

que alguns estudantes que se autodeclararam *negros de pele clara* e até mesmo para alguns que se reconheçam como *negros de pele retinta* sintam-se sujeitos de direito da mesma. Isto ficou latente na reunião de *acolhimento* que foi descrita na primeira seção deste capítulo e nas entrevistas que realizei com alguns dos sujeitos.

Tendo em vista os dilemas que podem perpassar a escolha por ingressar ou não por cotas raciais, não poderia deixar de trazer para essas linhas como foi a minha própria experiência quando prestei o processo seletivo para o mestrado do PPGAS da Unicamp. Nos programas de pós-graduação do IFCH da Universidade, há cotas raciais desde 2015 – discorri sobre este processo na segunda seção do Capítulo I –. Ao fim e ao cabo, acabei optando por não pleitear uma vaga por cotas raciais quando realizei o processo seletivo para o mestrado. Posteriormente à tomada de tal decisão e já matriculado no curso, sentia-me, em certa medida, vivendo uma contradição, dado que eu sabia que poderia fazer uso da política, uma vez que me declaro negro, sou reconhecido enquanto tal e, por conseguinte, possuo o direito de usá-la.

Não optar pela política de ação afirmativa sabendo-me um sujeito de direito, foi fruto do próprio racismo à brasileira que está entremeadado em nosso tecido social (Munanga, 2019 [1999]), fazendo com que eu não me considerasse *negro suficiente* para pleitear uma vaga pela política, assim como alguns dos sujeitos desta pesquisa. Este processo está relacionado a um tema para o qual darei a devida atenção na próxima seção, a saber: a mestiçagem no Brasil. Contudo, é relevante dizer que neste momento chego ao ponto nevrálgico desta discussão, pois a nocividade e sofisticação do racismo são capazes de fazer com que pessoas *negras de pele clara* ou mesmo *retinta*, que são lidas fenotipicamente como negras e são atravessadas cotidianamente pelo racismo, em suma, sujeitos de direito da política, repensem se podem ou não a utilizar (Oliveira e Oliveira, 1974; Souza, 1983; Campos, 2013; Nascimento, A., 2016; Silva, E., 2019).

Sobre a nocividade e sofisticação do racismo à brasileira (Munanga, 2019 [1999]), certa vez assisti uma aula com Lia Vainer Shuchman<sup>73</sup> sobre branquitude e as maneiras como o racismo entremeia-se em nosso cotidiano. Shuchman conta que em determinado momento de sua vida conseguiu uma vaga para seu filho na Escola de Aplicação que havia na universidade onde lecionava. No primeiro dia de aula, uma pessoa foi destacada para levar as mães, pais e

---

<sup>73</sup> Lia Vainer Schuchman é professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e pesquisadora nas áreas de Psicologia e Relações étnico-raciais. Autora dos livros “Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo” (2020) e “Famílias Interraciais: tensões entre cor e amor” (2018).

estudantes para uma visita nas imediações da escola. O intuito era o de conhecer as instalações, bem como alguns dos profissionais que nela trabalham. Todos partem para uma caminhada e vão parando em determinados pontos do prédio. Conhecem a sala da psicopedagoga, da diretoria e dos professores. Porém, passam reto pela cozinha, único espaço onde se encontravam funcionárias uniformizadas. Schuchman, então, pede para que retornem, pois gostaria de conhecer as pessoas que estavam fazendo o importante trabalho de cozinhar para os estudantes. Ao retornar à cozinha, a pessoa responsável por guiar a visita não sabia sequer dizer os nomes das funcionárias que, não por acaso, eram negras. Schuchman, ao chegar no fim deste episódio, conclui que àquelas crianças aprenderam, naquele momento, que pessoas uniformizadas e negras não têm nome, e que elas e sua atividade profissional eram menos importantes em relação às outras que foram apresentadas devidamente.

Voltando-me para os dilemas que podem envolver a escolha pelas cotas raciais. Marcelo, em consonância com o que relatou Vitória, conta que este processo não se deu de maneira tranquila para ele:

William: Escolher ingressar por cotas foi tranquilo para você?

Marcelo: Não, teve muito impasse.... Acho que não é uma decisão tão fácil para ninguém, né? Ainda mais porque eu cresci em um meio... eu estudei no Colégio I, um colégio particular. Então, eu cresci num meio muito branco, eu sempre tive muitos amigos e eu nunca tive essa fase de 'nossa, sou negro'. Então, quando cheguei no terceiro ano, conversei muito com meu irmão, ele está passando por um processo muito parecido comigo porque ele tem uma pele clara e a gente está passando por tudo isso juntos, sabe? É muito legal. E aí, eu falei 'o que você acha? Uso ou não uso?' [as cotas], e ele falou 'meu, você não está fazendo nada de errado, você está usando um direito seu, sabe?', e ao mesmo tempo em que eu ouvia isso e era uma coisa que fazia sentido, eu falava 'meu, não mereço sabe?' Sinto que é até horroroso eu falar isso, mas eu sentia que... sabe quando você sente que não sofreu racismo suficiente para merecer alguma coisa, tipo essa cota? Foi um ano de crise assim, principalmente no meu terceiro ano. No meu ano de cursinho, eu tentei nem pensar nisso, porque eu acho que teria outra crise vindo, mas não foi uma decisão fácil, nem um pouco (Em entrevista realizada em 2021).

A frase dita por Marcelo, “parece que não sofri racismo suficiente”, tocou-me profundamente. Não apenas por ter escutado de outros universitários coisas semelhantes ao longo do trabalho de campo, mas porque ela está intimamente relacionada com uma outra frase proferida também por ele: “será que sou negro suficiente para merecer isso [as cotas]?”. Ambas as frases tocam diretamente em pontos que me fizeram retroceder frente à iminência de escolher ingressar pela política afirmativa quando prestei o processo seletivo para o mestrado do PPGAS. Porém, neste momento acho importante mostrar que, no momento em que escrevo esta dissertação, candidatei-me para o processo seletivo do doutorado em Antropologia Social do mesmo programa. Mas desta vez, não me restou dúvidas, fiz a minha inscrição como candidato

cotista. Ao trazer o que experienciei ao longo do processo seletivo para o mestrado, e mais recentemente para o doutorado, não estou buscando compor uma espécie de autoetnografia. Almejo apenas explicitar uma das inúmeras maneiras pelas quais o trabalho de campo antropológico pode afetar-nos.

Voltando-me para as experiências dos discentes, Heitor, conforme apresentado no Capítulo I desta dissertação, ingressou no primeiro ano de cotas raciais. Ainda que se soubesse negro desde criança e, portanto, como um sujeito de direito da política afirmativa, chegar à universidade como aluno *cotista* foi um desafio. Nessa lógica, o estudante não viveu dilemas sobre optar ou não pelas cotas raciais, mas a sua escolha, após o ingresso, o fazia não se sentir apto a estar no curso de Medicina. Ele contou, ainda, que não se sentia confortável para transitar pelos distintos espaços da FCM e tampouco sentia-se à vontade para fazer perguntas em sala de aula. Tudo isso foi agravado quando ele esteve entre os discentes que *caíram de turma*, em 2019, no ano em que a nota mínima das disciplinas ministradas no IB aumentou. Sobre este assunto, comenta que em sua percepção, “as pessoas acham que eu reprovei porque entrei por cotas” (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Vitória, por sua vez, depois de ultrapassar os dilemas em relação a escolher prestar o vestibular pela política afirmativa, contou-me que não celebrou quando viu que havia sido aprovada na Unicamp. Embora soubesse que tinha o direito a ingressar pelas cotas raciais, afinal, era uma mulher *negra de pele clara*, quando passou não se permitiu sentir-se uma estudante de Medicina. Isto porque, ainda deveria passar pela CAVU. A estudante não colocava em xeque a importância do processo de heteroidentificação, mas contou que só se sentiu uma universitária e apta a celebrar quando teve sua autodeclaração aprovada e pôde realizar a matrícula. Sobre este processo, conta:

Vitória: A matrícula já veio acompanhada da comissão de averiguação, e como negra de pele clara, que assinala opção de auto identificação como parda, mesmo achando a palavra problemática, eu estava muito nervosa. Até ter os papéis nas mãos nem me permitia acreditar que realmente tinha passado na Unicamp, e a noção de que a vaga era minha foi se formando aos poucos, no momento da matrícula, ao andar no campus e ao receber a carteirinha (Em entrevista realizada em 2021).

Vitória, uma mulher *negra de pele clara*, passa a se reconhecer enquanto tal quando precisa decidir se prestará o vestibular como *cotista* ou não. Sendo assim, torna-se negra, nos pressupostos de Souza (1983), quando confere inteligibilidade aos episódios de racismo que viveu e quando reflete sobre o por que possui o direito de usufruir da política de ação afirmativa racialmente orientada. Não à toa, Souza (1983:77) já dizia que “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” Para Vitória, este é o resultado de

um longo e intrincado processo, ainda inacabado, que envolveu olhar para o seu passado, para sua família e realizar um exercício de recuperação de sua própria história, inclusive para dar um novo sentido a ela.

Há, ainda, algo relevante a ser ressaltado no que a estudante contou, e que vai ao encontro de sua dúvida sobre optar ou não pelas cotas raciais. Vitória, ainda que se saiba negra, é uma mulher *negra de pele clara*. Há particularidades quando esta constatação se dá em um contexto como o brasileiro, no qual a miscigenação não apenas é parte constitutiva de sua identidade nacional, mas foi, em um período de sua história, deliberadamente buscada e vista como uma maneira possível para o embranquecimento da população (Schwarcz, 1993; Stepan, 2004; Munanga, 2019 [1999]). As experiências vividas por Vitória e por tantos outros sujeitos que fizeram com que, nas últimas décadas, eles passassem a se declarar como negros, vão ao encontro de um processo de politização da raça e da identidade negra encabeçado pelos movimentos negros brasileiros (Gomes, 2012; Munanga, 2019)<sup>74</sup>.

Ao trazer o relato de Vitória e de outros sujeitos, não estou dizendo que *negros de pele clara* potencialmente terão dúvidas e irão repensar se devem ou não optar pelas cotas raciais. Mesmo porque, *negros de pele escura* ou *retintos* também podem enfrentar questões em relação a escolher ou não ingressar pela política, conforme indicou-me Heitor. Mas, para o contexto no qual minha pesquisa se situa, este acaba por ser um fator determinante, pois não foi apenas mencionado por Vitória, mas também por João, Marcelo e outros tantos estudantes na reunião de *acolhimento* que descrevi na primeira seção deste capítulo. Em grande medida, o dilema em relação a escolha pelas cotas raciais gira em torno do não se sentir *negro suficiente*, de não ter sofrido *racismo suficiente* e do medo de não ter sua declaração racial aprovada no processo de heteroidentificação. Em outras palavras, sentem-se em uma espécie de limbo racial (Miranda; Souza; Almeida, 2020; Bacelar, 2021).

Em vista disso, parece profícuo seguir dialogando com Souza (1983:77), pois a autora atesta que “no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra”. Tornar-se ou ser reconhecido como negro no contexto brasileiro, para além de estar intimamente atrelado à marca e ao fenótipo, como já explicitado por Oracy Nogueira (1985), é também um processo de tomada de consciência, em

---

<sup>74</sup>Nilma Gomes (2012) indica que as ações políticas historicamente realizadas pelos movimentos negros brasileiros têm possibilitado um processo de ressignificação e politização da raça, que tem reverberado diretamente em distintas compreensões acerca da identidade negra e suas nuances e, conseqüentemente, na autodeclaração racial dos indivíduos.

suma, um processo de subjetivação (Souza, 1983; Fanon, 2008 [1952]). Por outro lado, é possível dizer que o racismo e a diferença racial passam a ser percebidos de maneira mais contundente pelos sujeitos quando estes adentram espaços majoritariamente compostos por pessoas brancas, como é o caso de uma faculdade de Medicina (Souza, 1983).

Não à toa, o sujeito negro que se dedica a empreender um processo de se mover socialmente, ao chegar à universidade constata, a partir do contraste, a sua identidade racial. Isto foi algo já notado por Souza (1983), e também por Ângela Figueiredo (2004, 2012) ao estudar a experiência de mobilidade social vivenciada por pessoas negras que ascendem à classe média. Diante disso, a mobilidade “longe de ser um antídoto contra a discriminação e o preconceito racial, expõe as pessoas negras a situações de maior vulnerabilidade, uma vez que os espaços sociais que convivem são majoritariamente frequentados por brancos” (*Idem*, 2004: 208). Assim como já evidenciado pelo trabalho de Souza (1983), Figueiredo (2004, 2012) enfatiza que se mover socialmente não se constitui em uma maneira de ir de encontro com o racismo e a discriminação. Pelo contrário, ao se mover socialmente as pessoas negras acabam por estar mais expostas à discriminação, percebem-se racializadas e podem sentir-se fora de lugar em determinados espaços (*Ibidem*).

Se, antes do ingresso no curso de Medicina alguns dos estudantes que fazem parte do Quilombo Ubuntu vivenciaram dilemas em relação ao seu pertencimento racial, ou se deveriam ou não ingressar pela política afirmativa. Quando adentraram no espaço da FCM constataram sua *negritude*, uma vez que passaram por um processo de aparição que é sobredeterminado (Fanon, 2008 [1952]). Dessa maneira, não apenas passaram a identificar uns aos outros, como também foram identificados como negros. Ainda que alguns dos sujeitos desta pesquisa já se declarassem como pretos ou pardos antes da chegada à universidade, parece-me que se tornar negro foi um processo que ocorreu apenas a partir do ingresso no ensino superior e do contato com o coletivo (Souza, 1973; Figueiredo, 2004; Lima, S., 2020).

Entre os anos de 2009 e 2013, o Projeto de Etnicidade e Raça na América Latina (Perla) debruçou-se sobre questões concernentes às relações raciais e suas interseccionalidades no contexto latino-americano, tendo publicado recentemente em português seus resultados. Um dos capítulos do livro foi dedicado a refletir sobre novas perspectivas nas relações raciais brasileiras. Seus responsáveis, Graziella Silva e Marcelo Paixão (2021), indicam que há em curso no Brasil um processo de enegrecimento que parte, sobretudo, da parcela da população que se declara como parda. Os autores ainda indicam que é possível constatar que a redução das desigualdades educacionais que dizem respeito ao acesso de pretos e pardos à educação no

Brasil, entre os anos de 1982 a 2007, se deu não apenas por conta da implementação de políticas afirmativas, mas também devido ao escurecimento desses sujeitos. Em suma, os resultados obtidos ao longo da pesquisa realizada pelo Perla indicam “uma mudança importante no Brasil contemporâneo: a educação e, portanto, a renda, podem agora enegrecer (ou empretecer) pardos, ao invés de embranquece-los” (*Ibidem*:304, *apud*. Mareletto, 2012).

Ainda em relação aos dilemas sobre escolher ou não pelas cotas raciais, é preciso ter em mente que não saber como as políticas de ação afirmativa racialmente orientadas operam, bem como a quem elas são destinadas e qual a sua importância podem ser fatores que impactam diretamente na escolha dos estudantes. Tanto Marcelo como João contam que em seus colégios e nos cursos pré-vestibulares que fizeram, os estudantes são incentivados apenas a prestar o vestibular por ampla concorrência. Ainda, Marcelo escutava de alguns colegas coisas do tipo: “com cotas até eu”. A este respeito, o estudante conta:

Marcelo: Principalmente em colégio particular cota é uma coisa muito mal vista. Então, eram pouquíssimas as pessoas, os meus amigos que sabiam que eu estava usando cotas, porque senão, aff, todo mundo vai virar e falar: ‘o Marcelo só passou porque usou cotas’, é ridículo, né? O tempo todo a gente tem que se provar, então o fato de ter passado em outras universidades sem cotas foi um meio que eu achei de me provar também, que bom que fiz isso... estou me provando para as pessoas, ridículo né? Racismo interno! Estamos no processo de desconstrução... mesmo na Unicamp eu passei em uma posição que eu não precisaria de cotas para passar. Eu lembro que o pessoal [do curso pré-vestibular], quando saiu a lista da Unicamp, e nessa lista dava para ver quem usou cotas, eu lembro que o pessoal do meu cursinho descobriu que eu tinha usado cotas e ficaram meio assim, mas só que quando saiu a classificação eles ficaram ‘ah, você teria passado sem cotas, então tudo bem’, daí eu respondia ‘tá tudo bem passar com cotas também’.

William: Chegaram a fazer algum comentário ou você percebeu algo que mudou?

Marcelo: Eu percebia, eu percebi... eu tenho um amigo que está fazendo engenharia na Unicamp também, e ele era muito aberto sobre usar cotas, sabe? E esse pessoal do meu cursinho sempre ficava tipo ‘com cotas até eu, não sei o que’, é foda... não é fácil (Em entrevista realizada em 2021).

Marcelo, assim como Vitória, ao ver que havia sido aprovado em instituições nas quais não havia utilizado as cotas raciais para ingresso sentiu-se *autovalidado*. Foi um meio encontrado pelo estudante de se provar, uma maneira que ele próprio enquadra como sendo racismo interno. Os debates em torno das cotas raciais no Brasil ganharam mais foco a partir do momento em que as primeiras universidades as adotaram, no início dos anos 2000. Ainda assim, é possível perceber, sobretudo quando volto o meu olhar para o particular, para a experiência dos sujeitos, que suas funções, destinação e importância não estão necessariamente evidentes para todos os estudantes. A Lei de Cotas, por ser federal, obrigou todas as IFES a aderirem à política como modalidade de ingresso. Porém, as instituições estaduais, como é o caso da Unicamp, possuem políticas de cotas específicas e formuladas de acordo com seus

interesses e necessidades (Araujo, 2019a, 2019b). Ainda há, também, um discurso calcado na oposição entre cotas e mérito que não busca incentivar sujeitos de direito da política a escolhê-la quando se inscrevem para o exame vestibular. Em relação a isso, João conta:

João: Então, nesse ano eu estava, se não me engano, no Curso Pré-Vestibular I, e depois eu vi o edital [do vestibular da Unicamp] e não sabia o que era aquilo [as cotas raciais] e eu fui perguntar para o coordenador do curso, só que a explicação dele foi muito esquisita. Tanto é que nesse ano eu me autodeclarei pardo, só que pelo meu não conhecimento eu não coloquei [que queria concorrer por cotas], porque para mim eu fui no fluxo de, por exemplo, do Enem, da Fuvest e de outros vestibulares que eu fazia. Sempre as cotas estavam atreladas à escola pública, ter feito escola pública ou ser de baixa renda, e nesses quesitos eu não me adequava. Então, eu nunca coloquei nesses outros vestibulares [que queria concorrer por cotas raciais]. E a Unicamp para mim era a mesma coisa, porque eu não tinha informação. Daí eu acabei colocando que não, ia ser ampla concorrência mesmo. Depois a Unicamp me mandou e-mail perguntando os motivos para eu não ter me inscrito na política de cotas já que eu tinha me autodeclarado pardo.

William: Eles te mandaram um e-mail perguntando isso?

João: Mandaram! Eu tenho esse e-mail ainda. Aí, eu fiquei assim ‘nossa, o que aconteceu?’, eu não sabia que eu podia. Nisso, fui perguntar para o coordenador do cursinho, mas a explicação dele foi ‘não, esse é um processo muito complicado, que você também precisa provar que seus pais são negros e não sei mais o que’. Aí, depois eu perguntei para a psicóloga do cursinho e ela falou ‘não, não entra nisso porque é mais concorrência, não vai dar’. Daí eu pensei ‘tá, não vou’. Realmente, se você olhar para as estatísticas pode até ser mais concorrido, mas enfim, desinformação geral. Depois eu comecei a ter experiências com pessoas que passaram [por cotas], dois amigos que passaram nessa época, e eles começaram a me explicar direito o que era e eu fiquei tipo ‘meu deus, ninguém tinha me explicado isso antes’. Realmente, é uma coisa muito nebulosa, e depois que eu li o edital direito, eu fui ler essa questão de banca de heteroidentificação e vi como que era, vi que era só a característica fenotípica, vi que não era nada de mostrar a árvore genealógica inteira da sua família, porque o pessoal pensava que era isso (Em entrevista realizada em 2021).

João pontua que não foi instruído adequadamente, ao longo de seu curso pré-vestibular, acerca da função das cotas raciais e de quem poderia utilizá-la, uma vez que, também, era esperado que os estudantes do curso no qual estava matriculado passassem no vestibular por ampla concorrência. Na percepção do estudante, essa expectativa indicava que, por cotas raciais, qualquer candidato ingressaria em uma universidade pública. Aqui, mais uma vez, estamos defronte para a oposição entre cotas raciais e mérito. Esta oposição emerge constantemente no campo e indica que *cotistas* não merecem uma vaga em uma universidade pública, pois o ingresso por meio da política afirmativa não teria como critério o mérito acadêmico. Por outro lado, o estudante sequer sabia que as políticas de cotas raciais não estavam atreladas, necessariamente, à condição socioeconômica dos candidatos. Mas, quando compreendeu que poderia pleitear uma vaga pela ação afirmativa, foi desmotivado por profissionais que, em tese, deveriam orientá-lo em um momento como o que ele estava vivendo.

Em uma entrevista publicada em junho de 2020 intitulada “Ser cotista não é ser beneficiado”, Luiz Sperry – ex-estudante da FMUSP –, reflete sobre como àquela Universidade, em razão das cotas raciais, tem se tornando um espaço distinto daquele que ele já conhecia. Para dar cabo da entrevista, o estudante que é branco, dialoga com Larissa Alexandre, uma estudante que utilizou a política afirmativa para ingressar no curso de Medicina da mesma instituição na qual ele foi aluno há vinte anos. Em determinado momento da entrevista, ele questiona a universitária sobre como e se o discurso meritocrático ancorado no “eu consegui, todo mundo pode conseguir, basta se esforçar como eu”, afetava os estudantes “beneficiados” por cotas raciais. Em resposta, Larissa disse:

A visão meritocrática é como se existisse no subconsciente de qualquer estudante da faculdade. Às vezes eu me pego reproduzindo o discurso da meritocracia. [...] Luiz, entenda que ser cotista não é ser beneficiado. Um médico que tenho muito apreço e admiração me disse semana passada: eu vejo a cota como um pequeno curativo, porque ela trata na superfície um problema que é estrutural<sup>75</sup>.

Como indicado por Larissa Alexandre, ser cotista não é ser beneficiado. Portanto, assim como já sublinhado por inúmeros intelectuais, a política pública não deve ser vista como um benefício (Munanga, 2001, 2019 [1999]; Guimarães, 2003; Carvalho, 2005a, 2005b, 2006; Gomes, 2012; Lima, M., 2015; Feres Júnior *et al.*, 2018; Araújo, 2019a, 2019b). O que mostra a reportagem supracitada e é sublinhado pelos autores se opõe diretamente ao que os colegas de Marcelo e funcionários do curso pré-vestibular de João indicaram. Em um contexto de crescentes desigualdades que solapam a possibilidade de pessoas negras ingressarem no ensino superior público, as cotas raciais constituem-se em um instrumento eficiente para combatê-las, ou seja, não se trata de um benefício. Sendo assim, a oposição estabelecida entre, por um lado, ingressar por ampla concorrência e, por conseguinte, por mérito. E, por outro lado, ingressar por cotas raciais, não contribui para os debates em torno da relevância e efetividade das ações afirmativas racialmente orientadas, e acaba por afetar negativamente os processos de chegada e permanência no ensino superior de estudantes que usam a política pública para ingresso, como foi possível ver até este ponto.

Por fim, tendo em vista os dilemas que perpassam a escolha por ingressar ou não pelas cotas raciais mostrados até aqui, na próxima seção irei debruçar-me sobre eles e os seus impactos para a identidade negra dos sujeitos desta pesquisa. Irei analisar como as dúvidas que atravessam tal escolha estão diretamente relacionadas com a maneira que os estudantes se identificam racialmente. Ainda, explicitarei como o processo de se tornar negro (Souza, 1983),

<sup>75</sup>Cf: <<https://luizsperry.blogosfera.uol.com.br/2020/06/15/ser-cotista-nao-e-ser-beneficiado-conta-estudante-de-medicina-negra/?cmpid=copiaecola>>. Último acesso em 25 de outubro de 2021.

que não é dado de antemão, é complexo e é adensado à medida que os sujeitos chegam à universidade e *aquilombam-se*.

### **Tornando-se negro**

Ao menos aqui a identidade deve estar divorciada da pureza.

- Paul Gilroy, 2008:145

Tudo começa, assim, por um ato de identificação: “Eu sou um negro”. O ato de identificação constitui a resposta a uma pergunta que nos fazemos: “Quem sou eu, afinal? ”; ou que nos é feita: “Quem é você?” Neste segundo caso, trata-se de uma resposta a uma intimação. Em ambos os casos, trata-se de revelar a própria identidade, de torná-la pública. Mas revelar a identidade é também se reconhecer (autorreconhecimento), é saber quem se é e dizê-lo, ou melhor, proclamá-lo, ou ainda, dizê-lo a si mesmo. O ato de identificação é também uma afirmação de existência. “Eu sou” significa, desde já, eu existo.

- Achille Mbembe, 2018:263

Achille Mbembe (2018) argumenta que enunciar a própria identidade é um ato em resposta a uma pergunta que constantemente nos fazemos: “Quem sou eu?”. Mas também, é uma forma de se enunciar para o mundo, em resposta à seguinte interpelação: “Quem é você?”. Identificar-se, reconhecer-se e tornar-se são processos de afirmação da própria existência (*Ibidem*). A partir dessas indagações, o filósofo reflete sobre os intrincados processos de subjetivação vividos pelos sujeitos com vistas a se enunciarem enquanto negros. Mbembe, inspirado por Fanon, olha para a categoria “negro” como uma ficção e, portanto, como algo que é produzido e está passível de reelaboração. Sendo uma ficção, “remete, não a uma realidade biológica ou a uma cor de pele, mas a uma das formas históricas da condição humana” (Mbembe, 2018:276, *apud*. Césaire, 2005). Em suma, ser negro não é uma condição dada ou essencial, é um processo constante e inacabado de se tornar (Souza,1983).

Compreender-se negro foi um processo vivido pelos estudantes com os quais dialoguei. Tal processo não se deu de forma individual, ocorre em relação e a partir de um coletivo. Dessa maneira, a chegada à universidade, para alguns estudantes, é o ponto de partida ou o espaço para o adensamento deste processo de subjetivação. Compreendi que para os sujeitos desta pesquisa, identificar-se como negro é, sobretudo, entender-se diverso. Em suma, tornar-se negro é, também, tornar-se mulher, homem, LGBT, etc. Não à toa, Isadora enfatiza que é muitas coisas para além de se dizer mulher *parda-negra*. E Renato, ao manifestar o seu incômodo em relação ao episódio homofóbico que viveu em uma reunião do coletivo, indica

que enquanto *negro não retinto LGBT* sua experiência é distinta das vivenciadas por pessoas heterossexuais ou LGBT brancos. A partir disso, compreendo que se tornar negro não se trata apenas de um processo inacabado (Souza, 1983), mas constitui-se em um processo múltiplo atravessado por tantas outras diferenças.

No que diz respeito a como o ingresso na universidade pode impactar a autopercepção racial dos estudantes, Marcelo conta:

Marcelo: Cresci num meio branco, num meio que tinha algumas atitudes que eu entendia que eram racismo, mas não estava 100% na minha cabeça aberto a isso. Então, um exemplo claro para mim é: sempre que eu ia andar na rua durante a semana, para ir para a aula de inglês, fazer alguma outra coisa, eu ficava com o uniforme da minha escola, porque eu me sentia mais seguro, para mostrar que ‘ah, estava estudando no Colégio I.’ Então, você percebe que tem umas coisas assim, desde sempre você entende que não é que nem os seus colegas de classe. Mas, o momento que eu tive de parar, olhar para mim e, meu, sei lá, me aceitar e passar por todo esse processo foi no terceiro ano, quando eu tive que tomar essa decisão de usar a política de cotas (Entrevista realizada em 2021).

Tornar-se negro, para este estudante, esteve intimamente relacionado com a escolha pela política de ação afirmativa, com a chegada na universidade e com a sua integração com os estudantes que compõem o Quilombo Ubuntu. Ainda sobre este processo, o estudante segue dizendo:

Marcelo: Como eu não tenho uma pele tão escura, tenho o cabelo muito liso, às vezes, você fica meio ‘síndrome do impostor’, e daí você vê tanta diversidade assim nesse grupo [Quilombo Ubuntu] e dá uma aliviada, e acho que tá sendo muito importante para mim eu passar por esse processo, sabe? Eu acho que eu já trouxe isso em algumas reuniões. Quando a gente tinha a oportunidade de falar, eu falei sobre como isso está sendo importante para mim (Em entrevista realizada em 2021).

Ser negro não foi algo sobre o qual Marcelo havia pensado antes da escolha pelas cotas raciais, sobretudo, porque possui um cabelo liso e uma pele que não considera ser “tão escura”. Ter estudado em um colégio particular ao longo de sua vida e a posição de classe de sua família também impactaram na sua autopercepção racial (Figueiredo, 2004). O estudante ainda diz que, por não ter sofrido *racismo suficiente*, não achava que merecia fazer uso da política de ação afirmativa. Muito embora, em seus relatos é possível identificar os modos pelos quais o racismo o atravessou, especialmente quando conta que permanecia vestido com o uniforme de seu colégio para realizar atividades fora da escola, como forma de se sentir seguro. Foi ao realizar um processo de resgate de sua história, de compartilhar com seu irmão suas experiências e de conferir outras compreensões, não apenas para a percepção que possuía de si mesmo e de sua família, mas também para os eventos racistas que viveu ao longo de sua vida, que Marcelo passa a se identificar como negro.

Em determinado momento da entrevista com Marcelo, compartilhei com ele quando eu passei a me entender como um homem negro ou como, na verdade, fui identificado enquanto tal antes mesmo de autodeclarar-me. Este episódio ocorreu há cerca de seis anos quando ainda estava na graduação em Ciências Sociais, em uma reunião de trabalho na qual havia um grande número de homens brancos sentados em uma mesa, enquanto eu, um outro rapaz e duas mulheres estávamos em um sofá localizado no outro canto da sala. Em determinado momento, Diná, uma mulher negra que estava ao meu lado, tocou em meu ombro e disse “Que bom que você está aqui”. Fiquei confuso e a indaguei “Por quê?”, e em resposta ela afirmou “Porque você é negro”. Ainda que minha tia já tivesse me interpelado sobre o porquê eu não tentava ingressar em Medicina por cotas raciais, o que ocorreu nesta outra ocasião foi diferente e contribuiu mais diretamente para o meu processo de tornar-me negro. Anos depois deste episódio que me afetou por completo, enviei uma mensagem de agradecimento para Diná. Em resposta, ela disse:

Não sei bem o que dizer, fiquei muito comovida com a sua mensagem. Me descobri negra também durante a graduação, processo que foi se maturando ao longo de sete anos. Sete anos e ainda não sei todas as camadas de mim, da minha negritude. É muito doído o quanto ter o nosso passado arrancado nesse apagamento histórico faz com que tenhamos de investigar lugares dentro de nós que nem sabíamos existir. Dói para caramba, né? Mas é bonito!

Trago para essas linhas uma breve descrição do encontro que, em grande medida, foi responsável por estimular o meu processo de reconhecer-me como negro, não para buscar analisar etnograficamente a minha própria experiência. Mas, por considerar-me parte da matéria investigada (Nascimento, A., 2016) não poderia deixar de lado, nesta etnografia, os elementos que compuseram o processo de elaboração de minha identidade negra. O trabalho de campo antropológico afeta-nos e convida a implicar-nos de maneiras que não podemos prever antes de seu início. Acerca disso, Peirano (2008: 5) sublinha que o campo “não está lá; ele está dentro de nós, e se as surpresas nos parecem, às vezes, meros acasos, é que deles é feita a vida. Muitas vezes, inclusive, somos surpreendidos pelo fato de que a vida parece imitar a teoria.”

Vitória, por sua vez, viveu um processo semelhante ao explicitado por Marcelo. Em entrevista, quando a questiono acerca de como e se a chegada no ensino superior contribuiu para que se identificasse como negra, ela responde:

Vitória: Essa parte já reverbera desde a escolha por cotas, desde então virou uma questão, porque a parte do meu padrasto são todos brancos e eles são muito racistas, tanto que no começo quando minha mãe se mudou para morar com ele era muito difícil porque eles não me aceitavam muito. E aí, o escolher cotas é um negócio assim que reverberou em como minha mãe me enxerga, porque minha mãe não é uma mulher negra, tanto que minha mãe entrou numa vibe de ‘o que eu sou?’. Foi um processo assim que não vivi sozinha, o meu padrasto é branco papel e ela é branca, só que com uma tonalidade de pele mais escura. Então, ela falava que era queimada, e

eu a vi num processo de começar a se entender e eu achava isso engraçado, tanto que eu tive que sentar com ela e falar ‘olha mãe, você é branca. Existe colorismo dentro dos brancos e dentro dos negros, estou me entendendo no colorismo dentro dos negros e você vai ter que se entender dentro dos brancos, porque você é branca’. Mas a partir desse momento, parece que minha mãe começou a me ver como negra, ela não tinha essa percepção antes e parece que começou a cair a ficha dela de muita coisa que passei antes e ela não queria ler do jeito que foi, ela não queria entender o racismo que foi (Em entrevista realizada em 2021).

A escolha pela ação afirmativa para ingresso na universidade, a autopercepção racial, as mudanças nas relações familiares e o encontro com o Quilombo Ubuntu são elementos de um mesmo processo vivenciado pelos sujeitos desta pesquisa. Outros processos associados a esse são a recuperação e ressignificação da própria história, o escrutínio do passado e o ato de nomear de racismo os distintos episódios vividos ao longo da vida que são, em grande medida, nomeados apenas de insultos, brincadeiras ou outra coisa qualquer. É neste ponto que a ancestralidade passa a ser mobilizada como uma importante categoria, e uma forma de conectar-se de uma maneira distinta com a própria história.

É válido dizer que não é apenas a chegada ao ensino superior que impele os sujeitos a autoafirmarem-se como negros. Mas, as universidades apresentam-se como lugares profícuos para que isso aconteça (Lima, S., 2020). Em se tratando dos cursos de Medicina, os estudantes ingressam em espaços que são majoritariamente compostos por pessoas brancas, o que contribui para a sua aparição (Fanon, 2008 [1952]). Ainda, o encontro com pessoas que estão vivenciando processos semelhantes, os coletivos negros universitários e, em certa medida, algumas disciplinas, também podem ser vistos como fatores que contribuem para o processo de elaboração da identidade negra dos universitários. Tornar-se negro, conforme explicita Souza (1983) é um processo, “mas é também, e sobretudo, a experiência de se comprometer a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (*Ibidem*:18). Dessa forma, para os sujeitos desta pesquisa que fazem parte do Quilombo Ubuntu, integrar-se ao coletivo contribui diretamente para que esse processo ganhe outra dimensão, uma dimensão que é, sobretudo, coletiva.

Conforme explicitado até aqui, a escolha pelas cotas raciais, para alguns estudantes, não se constituiu em uma decisão rapidamente realizada, e tal processo de escolha contribuiu diretamente para que se engajassem na elaboração de sua própria identidade racial. É em meio a este processo que alguns dos interlocutores acabaram compreendendo que muitos dos eventos vividos em suas vidas poderiam ser caracterizados como episódios de racismo. Sendo assim, ter a pele mais clara não queria dizer que não eram *negros suficiente*. Tornar-se negro e enunciar-se enquanto tal é, também, resultado da constatação de que a população negra

brasileira é diversa, e que pessoas negras são aquelas que de alguma forma ou de outra, de forma mais sutil ou mais contundente, sentem na pele – literalmente –, e em suas subjetividades os efeitos do racismo cotidiano (Souza, 1983; Nogueira, 1985; Munanga, 2019 [1999]).

Neste ponto, torna-se imprescindível fazer coro com o que já dizia Oracy Nogueira (1985). O autor afirma que o racismo no Brasil é de marca. Um racismo que é, portanto, baseado no fenótipo e não na origem do indivíduo, como no caso dos Estados Unidos, por exemplo (*Ibidem*). Neste último país, para uma pessoa ser reconhecida como afro-americana se faz necessário apenas ter tal descendência. Já no Brasil, caso uma pessoa nasça com traços fenotípicos associados às pessoas pretas ou pardas, seja qual for a pertença racial de seus genitores, ela será reconhecida enquanto tal (*Ibidem*). Para fazer uso de uma política de ação afirmativa como a de cotas raciais, no Brasil, é necessário, portanto, identificar-se e ser identificado como preto ou pardo. Este processo constitui-se em uma via de mão dupla, pois não depende apenas do sujeito que se autodeclara. Com a criação de bancas para heteroidentificação racial, é necessário que a autodeclaração do candidato seja aferida. Isso torna o debate em torno das bancas que empreendem tal tarefa bastante controverso, como poderá ser visto na seção seguinte, na qual tratarei sobre este assunto especificamente.

Refletir sobre o intrincado processo vivido pelos sujeitos da pesquisa e também por mim, colocou-me diante, mais uma vez, de um famoso texto escrito por Sueli Carneiro, em 2004, o “Negros de pele clara”. Na época, seu texto que volta e meia emerge como um importante manifesto contra o colorismo, foi escrito como resposta à divulgação, por distintos veículos de imprensa, das fotos dos candidatos que estariam concorrendo às vagas reservadas para pessoas negras no vestibular da UnB – primeira universidade federal a aderir ao sistema de cotas raciais –<sup>76</sup>. Acredito que o texto de Carneiro, S., poderá ajudar-me a adensar a compreensão acerca das causas que fizeram com que alguns estudantes negros não se sentissem seguros para se enunciar enquanto tais e tivessem dúvidas sobre sua identidade racial quando tiveram de escolher pela política de ação afirmativa.

---

<sup>76</sup> Como já mencionado na primeira seção do capítulo I, a adoção de uma política de cotas raciais na UnB acendeu debates acalorados sobre quem seria o sujeito de direito da política e sobre como as bancas criadas para aferir fenotipicamente os candidatos estariam operando como uma espécie de “tribunal racial” que, ao dizer quem é ou não negro, estaria reforçando binarismos raciais e contrapondo a miscigenação como um elemento constitutivo da população brasileira. No entanto, as bancas não são “tribunais” e tampouco são criadas para punir os candidatos que não são considerados pretos ou pardos. Pelo contrário, a sua criação se faz necessária para evitar fraudes nas declarações raciais. Para mais discussões acerca deste tema, ver o volume 11, número 23 do periódico Horizontes Antropológicos que, em 2005, publicou um dossiê com diversos textos que debatiam sobre cotas raciais, bancas de heteroidentificação e identidade negra. Cf: <<https://www.scielo.br/j/ha/i/2005.v11n23/>>. Último acesso em 05 de janeiro de 2022.

No texto, há um exemplo emblemático acerca de como o racismo afeta a maneira como a qual pessoas negras se identificam, as fazendo, inclusive, colocar em suspeição sua identidade racial:

Insisto em contar a forma pela qual foi assegurada, no registro de nascimento de minha filha Luanda, a sua identidade negra. O pai, branco, vai ao cartório, o escrivão preenche o registro e, no campo destinado à cor, escreve: branca. O pai diz ao escrivão que a cor está errada, porque a mãe da criança é negra. O escrivão, resistente, corrige o erro e planta a nova cor: parda. O pai novamente reage e diz que sua filha não é parda. O escrivão irritado pergunta, “Então qual a cor de sua filha”. O pai responde, “Negra”. O escrivão retruca, “Mas ela não puxou nem um pouquinho ao senhor? É assim que se vão clareando as pessoas no Brasil e o Brasil. Esse pai, brasileiro naturalizado e de fenótipo ariano, não tem, como branco que de fato é, as dúvidas metafísicas que assombram a racialidade no Brasil, um país percebido por ele e pela maioria de estrangeiros brancos como de maioria negra. Não fosse a providência e insistência paterna, minha filha pagaria eternamente o mico de, com sua vasta carapinha, ter o registro de branca, como ocorre com filhos de um famoso jogador de futebol negro (Carneiro, S., 2004).

Olhar para o que conta Carneiro, S., (2004) me faz compreender como as identidades negras estão sujeitas ao aniquilamento, físico e subjetivo. Não à toa, os sujeitos desta pesquisa questionaram-se sobre ser ou não negros. Tornar-se negro, como já disse Souza (1983), é a constatação do óbvio. Apesar disso, este óbvio pode estar soterrado por múltiplas camadas que impedem os sujeitos de enxergá-lo, sobretudo, quando levamos em conta que o Brasil buscou, de maneira deliberada, embranquecer a sua população através de ideários eugenistas que eram amplamente fomentados, divulgados e reconhecidos como científicos (Corrêa, 2001; Stepan, 2004). Já há algum tempo, a eugenia e suas premissas deixaram de ser reconhecidas. Não obstante, o que explicita Carneiro, S., (2004) e o que mostra as narrativas dos sujeitos da pesquisa, fazem-me perceber que seus objetivos ainda se encontram imiscuídos nas relações sociais.

Livio Sansone (1996), por sua vez, a partir de pesquisa realizada em Salvador acerca dos termos classificatórios mobilizados pelos sujeitos para se identificar racialmente, assinala que a pluralidade de categorias que emergiram no campo estava relacionada ao complexo jogo que envolve os processos de identificação dos sujeitos e as maneiras como estes enxergavam seu próprio pertencimento racial. Nessa perspectiva, o autor indica que “a complexidade na criação da identidade negra e no sistema baiano de relações raciais, não se deve somente a desenvolvimentos recentes, mas é também fruto da história das relações raciais no Brasil” (*Ibidem*:167).

Os sujeitos que não se identificavam como negros, não apenas mobilizavam distintos termos classificatórios, como também, em certa medida, optavam por se autodeclarar brancos, mesmo visivelmente não o sendo (*Ibidem*). Por outro lado, o antropólogo já observava

surgir o “desenvolvimento de uma nova identidade negra e, num grupo maior de pessoas, de um orgulho de ser negro de forma não contrastiva, além de uma mais aguda percepção do racismo” (*Ibidem*:187). Como justificativa para este processo, Sansone (*Ibidem*:179) segue dizendo que “evidentemente, ‘tornar-se negro’ precisa de algo mais - por exemplo, ser jovem e/ou mais escolarizado - e é fruto de um processo complexo”. Autodeclarar-se negro, então, estava intimamente relacionado à democratização do acesso à educação e ao aumento da escolarização de sujeitos pretos e pardos, e a um processo de reconhecimento político da própria raça e, conseqüentemente, da identidade negra (*Ibidem*).

A pesquisa de Sansone (1996) tornou-se um marco para os estudos que se debruçavam sobre os distintos termos mobilizados pelos sujeitos para se classificarem racialmente. Contudo, se Sansone indicava que a mestiçagem e o embranquecimento poderiam contribuir para impelir os sujeitos pardos a classificarem-se como brancos, a pesquisa mais recente realizada por Silva, G., e Paixão (2021), já mencionada na seção anterior, aponta para o enegrecimento ou empretecimento pelo qual pessoas pardas vêm passando. A entrevista realizada com Isadora, uma estudante *parda-negra*, dá notícias desse processo no campo desta pesquisa:

Isadora: Outras pessoas que conheço se identificam como pardos, mas pardos como um grupo de não brancos. E depois do coletivo chegaram mais pessoas que se identificam como pardas negras, não pardas como simplesmente não brancas. Mas pardas parte da população negra. De um jeito mais afirmado, ‘eu sou isso.’ Muitos até que tem essa discussão de você ser pardo, de você ser preto, será que pardo é uma identificação mesmo? Então, não sei. Eu ainda tenho essa dificuldade, eu prefiro me identificar como uma pessoa parda-negra, do que como uma pessoa preta. Às vezes eu falo assim, não sei, ainda não me sinto, sabe. Sei lá, já fui estudar aquele negócio de colorismo, ‘meu, será que eu estou roubando um espaço de alguém?’; porque se você é preto, você é preto. Aí as pessoas pensam ‘ah, é uma pessoa retinta’. Então, ela não precisa de muito tempo para aprender sobre o lugar dela socialmente. E às vezes eu, passando batido, alisando o cabelo, era uma coisa mais, não sei se mais fácil, mas algo bem mais sutil (Em entrevista realizada em 2021).

Como já anunciado, tornar-se negro e escolher ingressar por cotas raciais podem ser vistos como processos que ocorrem de maneira concomitantes para alguns dos sujeitos desta pesquisa. Ainda assim, outros estudantes que também fazem parte do Quilombo Ubuntu já se identificavam como negros antes mesmo de escolher pela política de ação afirmativa. Heitor, em relação a este processo e sua posterior chegada à FCM, conta:

Heitor: Bom, eu passei na Unicamp por cotas, a minha percepção é sobre quem eu sou, é sobre, na verdade, sobre o fato de eu ser negro, né. Ela começou muito cedo porque minha mãe é negra, mas ela é filha de mãe negra com pai branco. A minha avó é filha de indígena com uma negra, então, é uma miscigenação muito grande. A minha mãe, ela é a pessoa que de todos os irmãos dela, é a que mais tem fenótipos negros. Então eu cresci com ela sofrendo racismo entre os irmãos dela e por tabela eu... Para você ter uma ideia uma das irmãs dela, minha tia, falava que ela ia parir um monte de macaquinhos. Então, assim, só dei um exemplo para você entender o tipo de coisa que

eu ouvia e que eu cresci ouvindo, no seio da minha família. Ela se casou com meu pai, meu pai é um cara branco e eu nasci muito parecido com minha mãe. Com os fenótipos negros e apesar de ter pai branco, meu pai também é filho de um homem negro retinto com uma mulher branca. Então, eu tenho fenótipos negros de ambas as partes da família. Acho que até por isso eu carrego tantos fenótipos assim. [...]. Então, eu fui avisado, a sociedade me avisou desde cedo que eu era diferente de pessoas brancas. Por ter essa percepção, eu sempre me afirmei como negro e nunca tive nenhum problema assim em falar isso, em aceitar isso. Isso foi uma coisa muito presente na minha vida. Então, esse foi meu processo de descobrimento assim, sabe? Por isso, eu sempre optei pelas cotas porque era para pessoas com uma trajetória de vida igual a minha. Sempre me senti pertencente. Entretanto, quando eu entrei na universidade, tanto foi assim na outra universidade, como na Unicamp, mas na Unicamp foi muito pior. Foi bem complicado nos primeiros meses (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Heitor é o estudante que se sentia acuado para fazer perguntas em sala de aula, pois, para ele, os professores saberiam que o tipo de questão que ele estava fazendo só poderia ser proveniente de um aluno que ingressou pela política de ação afirmativa. Sob esta ótica, ser *cotista* é ser identificado como um estudante que não é *especial, diferenciado* e, tampouco, possui um *rendimento excepcional*, para usar as categorias mobilizadas durante a aula inaugural descrita na seção II do Capítulo I. Ainda que Heitor tenha dito que se afirmava como negro antes da chegada no ensino superior, ingressar em um espaço majoritariamente composto por pessoas brancas, como é o curso de Medicina da FCM, foi desafiador. Sobretudo, porque ele ingressou na primeira turma de *cotistas* do vestibular da Unicamp. Apenas quando se engajou na criação do Quilombo Ubuntu e em suas atividades foi possível ressignificar suas experiências na universidade e o fato de ser um estudante negro de Medicina que ingressou por cotas raciais. Para Renato, saber-se negro esteve intimamente atrelado ao processo de se compreender como LGBT. Na verdade, em sua experiência, a sexualidade foi constatada primeiro, e não por sua própria vontade:

Renato: Sei lá, as pessoas sabem da sua sexualidade antes de você saber, né? Muito tempo, quando as pessoas já sabem, você vai descobrir com 17. Mas da questão racial, eu sabia, não por uma questão de família ou de reconhecimento de minha família, é porque enquanto uma pessoa não retinta, a gente sempre passa por questões tipo: ‘negros são os retintos, pessoas de pele clara não são negras, são morenas, pardas, enfim’. Mas na escola eu já fui socializado como pessoa negra e já era entendido como tal. Então, eu sabia, escutava comentários e não fazia nada, passou assim em branco... quando entrei em uma universidade para trabalhar, no meu grupo de pesquisa tinha só eu e uma doutoranda que eram negros. Ela vivia falando ‘nossa, você arrasa demais, olha você, você representa muito, você é tudo, você vai ser médico’. E aí fui percebendo coisas que eu não tinha consciência, isso que eu tinha falado mesmo, nunca tinha parado para pensar ‘porra, só tem branco médico’. Nossa, asiático é tudo tido como inteligente e negro tido como burro, ficava pensando, ficava estudando para caralho na escola para o povo achar que eu tinha o mínimo de inteligência e o mínimo de capacidade de ver as coisas, e aí mais uma vez revolta (Em entrevista realizada em 2021).

As experiências sobre as quais Renato contou acima ganharam outros contornos quando chegou à universidade, uma vez que sua aparição (Fanon, 2008 [1952]) fez com que vivenciasse inúmeros episódios de racismo cotidiano. Episódios estes que o mobilizou a refletir e buscar atuar politicamente acerca de temas que o atravessa: o racismo e a LGBTQIA+fobia. Acerca deste assunto ele conta:

Renato: Quando a gente entra na faculdade a gente vê que minorias, por mais que não sejam... não sei explicar isso, mas é porque as pessoas têm mais espaço para falar apesar de não terem, e as pessoas podem expor os problemas de forma melhor, e tem coletivos, tem grupos. Antes da faculdade não tem, na periferia, aqui na minha rua, eu moro na favela, não tem, não existe isso, não se fala das coisas, os problemas não existem, eles não são conversados, eles realmente não existem, e lá [universidade] as pessoas veem que existe o problema. Mas ao mesmo tempo, quando você faz parte de uma minoria, você sente que faz parte de uma minoria dentro da faculdade, porque parece que você é lembrado, principalmente por ser negro. A questão LGBT não sei, porque é uma questão histórica, as pessoas viverem no armário, mas se você é negro você não consegue viver no armário, você pode não se reconhecer, mas quem te lê vai continuar te lendo como uma pessoa negra. O que é bem engraçado, porque quando você entra no lugar e você é LGBT, você não necessariamente entra naquele lugar como uma pessoa LGBT, mas quando você é negro, você entra como pessoa negra, você é lembrado daquilo o tempo todo, você tem que fazer alguma coisa senão você é suprimido e você vira mais um deles (Em entrevista realizada em 2021).

Ainda na entrevista que realizei com Renato, ele relembra um episódio de racismo que viveu quando chegou à FCM e como tal episódio, em sua percepção, esteve intimamente ligado ao processo de chegada dos estudantes cotistas ao curso e à sua aparição (Fanon, 2008 [1952]). Ainda que Renato não tenha vivido um grande dilema em relação a escolher ingressar por cotas raciais, ser *cotista* tornou-se por si só um grande desafio no momento de seu ingresso:

Renato: Na FCM eu era olhado com desgosto e nojo, eu trabalhava em um projeto e isso é parte do que me gerou revolta, principalmente essa questão mais racial. Eu trabalhava no computador, no corredor do setor do departamento, ficava lá e ouvia coisas do tipo ‘quem é esse neguinho?’, e falavam coisas do tipo ‘dá pra perder o grampeador aí no seu cabelo’, ‘ah, se acabar as canetas a gente já sabe onde procurar’, muita coisa. E aí com meu orientador eu passei uma situação muito ruim. Tinha um congresso para apresentar os projetos, e ele perguntou se eu queria participar – se ele perguntou é porque eu tinha o direito de escolher se eu queria participar ou não –, aí falei ‘não quero, pois... mandei um e-mail super bonitinho’, porque eu estava em tal e tal coisa, no fim do semestre, muita coisa. Daí ele falou: ‘vem na minha sala agora’, eu fui e ele me esculachou: ‘você entrou aqui para isso? Se você achava que era assim, você deveria virar um garçonzinho, porque você não virou um garçonzinho? Se você quiser entrar nesse meio, você tem que saber que vai ter que abdicar de tempo. Eu sei que você não está acostumado’, me chamou de baiano, me chamou de negro, falou um monte de coisa. Saí da sala chorando, meu primeiro ano na faculdade... sério, eu estava acabado, chorando mesmo. Foi muito impactante, eu nunca tinha passado por uma coisa assim de racismo tão explícito. Essas questões do cabelo e tudo mais, nunca, não só racismo, de xenofobia... foi tanta coisa, me mandou virar garçom, falou que se eu quisesse entrar nesse meio eu tinha que aprender a abdicar. Eu fiquei acabado e destruído, foi na época que encontrei a Tida. Eu ia mover uma ação contra ele, só que na época eu descobri como era a ação. A universidade faz acareação, então, eles colocam a pessoa que está denunciando para conversar com o denunciado. Mas ele é meu professor e ele daria aula para mim no segundo ano. Não sou doido, não denunciei, não fiz nada. E no meu último dia de trabalho, olha isso, ele me chamou na sala dele e falou, ‘você já se sentiu discriminado na faculdade? Como está sendo sua

experiência?’ Eu juro que a gente teve essa conversa, ele me perguntou assim como um amigo, me deu chocolate. Nossa, eu falei que sim, mas não falei que era ele. Ele falou ‘nossa, muito triste saber que essas coisas ainda acontecem, né? Na época das cotas’, porque minha turma foi a primeira de cotas, e ele perguntou se eu era um dos que tinha caído de turma, [...] sei lá, enfim. E aí eu fiquei muito revoltado, e foi quando pensei, preciso fazer alguma coisa sobre, mas eu não sei, hoje em dia eu fico meio pensando sobre essa questão (Em entrevista realizada em 2021).

Ingressar como cotista no curso de Medicina de uma universidade que havia acabado de implementar cotas raciais constituiu-se, para alguns estudantes, em um processo desafiador e permeado por hostilidade. O episódio vivenciado por Renato foi apenas um de tantos outros relatados por universitários negros naquele contexto. Não à toa, em 2020, o CA Adolfo Lutz realizou uma transmissão ao vivo chamada “O racismo na FCM”. Foi nessa mesma época que Renato encontrou Tida, a professora e assistente social que se propôs a acolher os estudantes cotistas antes da criação do Quilombo Ubuntu e contribuiu diretamente para a sua emergência, conforme apresentei na última seção do Capítulo I. É a partir disso, e com o objetivo de acolher estudantes que vivenciaram episódios de racismo como o descrito acima, que o coletivo é criado. Tendo como propósito, também, *aquilombar* outros estudantes negros da FCM. Contudo, neste ponto é preciso demarcar que ser um universitário negro do curso de Medicina da Unicamp não o faz um ativista ou o fará, necessariamente, integrar o Quilombo Ubuntu. O coletivo se mostra receptivo a todos os estudantes negros que chegam ou já estão na FCM, mas eventualmente alguns discentes podem sentir-se confortáveis para participar das atividades do coletivo Aquarela, do Muda, ou mesmo de nenhuma organização ativista.

Quando digo que as cotas raciais contribuem para que os sujeitos se tornem negros (Souza, 1983), não quero e nem busco homogeneizar as experiências dos estudantes *cotistas*. Se assim o fizesse, estaria contrapondo tudo aquilo que estou buscando corroborar quando faço coro com o que Gomes (2008), Trouillot (2016), Mbembe (2018), Lima, S., (2020) explicitam e com o que os sujeitos desta pesquisa apontaram em relação à diversidade de suas experiências e das identidades negras.

Por fim, o que busquei refletir ao longo desta seção em relação aos distintos processos a partir dos quais os estudantes tornam-se negros (Souza, 1983), vai ao encontro de um texto publicado por Evandro Silva (2019) intitulado “Os negros e os universitários”. Para as suas reflexões, o sociólogo direciona a atenção para o vertiginoso crescimento de estudantes negros ocupando vagas em universidades públicas brasileiras como *cotistas*. O que mais me interessa em seu texto é a maneira como o autor se propõe a refletir criticamente sobre o termo “negro de fato”. Em minha percepção, ele está intimamente relacionado com o *negro suficiente* e com sofrer *racismo suficiente*, categorias êmicas com as quais me defrontei ao longo da

pesquisa, e que passam a emergir, de forma mais latente, com a sistemática adoção de políticas racialmente orientadas, uma vez que a preocupação de estabelecer quem são os seus sujeitos de direito cresce com a iminência de possíveis fraudes.

Acerca disso, Silva, E., (2019) primeiro olha para como o processo de se reconhecer negro é complexo e multifacetado, indicando que há pessoas que se percebem negras quando em locais nos quais sua diferença racial torna-se marcada, quando entram em contato com o ativismo ou mesmo quando chegam ao ensino superior. Em contrapartida, o sociólogo aponta para como as nuances em relação à cor da pele de pessoas negras afetam, não apenas o seu próprio autorreconhecimento, mas também o processo de heteroidentificação racial. A procura por ser “negro de fato”, como mostra o autor, mas também a busca por ser *negro suficiente*, por sofrer *racismo suficiente*, ou mesmo a mobilização precária da categoria de *colorismo* que pude observar em campo, têm produzido um efeito que vai de encontro com o que a política afirmativa propõe e com o que vem sendo almejado pelos movimentos negros contemporâneos. Uma vez que estes últimos têm buscado politizar a raça e as identidades negras, de modo a evidenciar a sua diversidade, com o objetivo de que mais sujeitos pretos e pardos reconheçam-se politicamente como semelhantes a partir de suas diferenças, e identifiquem-se como negros (Gomes, 2012; Munanga, 2019 [1999]). Em vista deste impasse, Silva, E., (2019) apresenta a seguinte saída:

Precisamos, afinal, decidir se a noção de negritude será associada a uma minoria ou a uma maioria na identidade nacional. No primeiro caso, o trabalho de fato será o da eliminação simbólica das diferenças até que achemos critérios específicos, coerentes e seletivos de negritude, negritude esta que não seja “conveniente”. No segundo caso as diferenças fazem parte da noção de negritude e o trabalho se orientará para a possibilidade de compor maiorias políticas que representem nossas diferentes bandeiras de combate contra o racismo. Este processo de formação de maiorias evidentemente se traduzirá em concessões, negociações e convívio com pessoas que se identificam com as mesmas palavras que nós mas que talvez não se pareçam com o que vemos no espelho; afinal a concessão é parte da política e a política sempre se direciona para além dos nossos reflexos (Silva, 2019).

É a partir das diferenças inerentes à identidade negra, e às concessões e negociações em torno da identificação racial dos sujeitos, que na seção seguinte irei analisar como as bancas de heteroidentificação constituem-se em lócus privilegiados para elaborar reflexões acerca das distintas faces da *negritude*. Observo como tais nuances contribuem para a produção de identificações e diferenças entre os discentes, e como o processo de heteroidentificação afeta a maneira como os sujeitos enxergam-se racialmente. Ainda, olho para como os universitários *cotistas*, mesmo que distintos em sua *negritude*, estão empreendendo estratégias em aliança para permanecer em um contexto potencialmente hostil, fortemente concorrido, *elitizado* e *branco* no momento imediatamente posterior à implementação de cotas raciais.

### “Eu não sou igual, mas não sou tão diferente assim”: as bancas de heteroidentificação e as faces da *negritude*

A maioria das pessoas que estão entrando são pessoas negras de pele mais clara e uma das primeiras conversas do coletivo é ‘como você descobriu que era preto?’ Porque tem muita gente que viveu a infância sem ser lembrado disso todos os dias. Então, isso é uma questão importante. Eu, só ano passado, fui começar a me sentir confortável com ser preta, mas eu não cresci pensando sobre isso. Entrei na faculdade, era a mesma situação que você, *eu não sou igual, mas não sou tão diferente assim...* só quando passei pelo processo de transição capilar eu tive essa identificação. E aí, nas primeiras conversas do coletivo uma galera falou sobre uma situação muito parecida.

- Em conversa com Isadora realizada por WhatsApp em 2021, grifos meus.

Em uma das conversas que tive com Isadora, ela me contou sobre quando passou a se reconhecer como negra, e como tal processo esteve intimamente atrelado ao que popularmente se conhece como *transição capilar*<sup>77</sup>, mas também com o reconhecimento, por parte de seus pais, de sua *negritude*. Outro elemento importante a ser sublinhado no que contou Isadora no excerto supracitado, é a sua percepção de que a maioria das pessoas negras que estão chegando à FCM e ao coletivo são *negras de pele clara*, assim como ela. Há, ainda, uma outra frase que me chamou a atenção em sua narrativa e que, inclusive, confere nome a esta seção: “não sou igual, mas não sou tão diferente assim”. A constatação da estudante vai ao encontro do que irei refletir nesta seção sobre as delicadas nuances que estão por trás da elaboração das identidades negras no contexto brasileiro. Considero oportuno mencionar que Isadora não é uma estudante *cotista*. Portanto, não passou pela heteroidentificação racial. Ainda assim, considere pertinente inserir um trecho da conversa realizada com ela no início desta seção, pois ele dialoga diretamente com o que tratarei nas linhas que seguem.

No momento de análise do material proveniente do trabalho de campo, constatei ser fundamental realizar uma discussão sobre os impactos da heteroidentificação racial para a chegada dos estudantes *cotistas* à universidade e para as suas subjetividades, uma vez que este processo reacendeu os debates acerca de quem é reconhecido como negro, no Brasil (Campos, 2013; Munanga, 2019 [1999]; Silva, 2019; Jesus, 2021). Contudo, quero pontuar de antemão que, nesta seção, não procurarei realizar uma análise sobre as bancas realizadas pela Unicamp

---

<sup>77</sup>O processo que se popularizou como *transição capilar*, de acordo com o portal de uma famosa marca direcionada para cabelos cacheados e crespos, Niely Gold, constitui-se em um período de tempo em que uma pessoa deixa de realizar procedimentos químicos em seu cabelo. A fim de fazer com que ele cresça a partir de sua forma natural, que envolve, em muitos casos, cortar uma boa parte dos cabelos nas quais encontram-se produtos químicos. Este processo, que é estético, mas também político, afeta diretamente a imagem que a pessoa tem de si. No caso de pessoas negras, ele pode estar atrelado ao empoderamento da própria *negritude* (Matos, 2017).

ou sobre a constituição da CAVU. Para tanto, seria necessário um trabalho integralmente dedicado a tal empreitada. O que busco é contribuir para o delicado debate acerca das múltiplas faces da *negritude*, procurando explicitar como o processo de heteroidentificação pode contribuir para que possamos refletir sobre as tensas e conflituosas relações raciais no contexto brasileiro.

Diante disso, a minha atenção está voltada para o particular (Abu-Lughod, 2018 [1991]) e para as distintas afetações provenientes da passagem pelo processo de heteroidentificação. Deter-me no particular não significa deixar de levar em consideração as conjunturas e contingências que envolvem e atravessam a vida dos sujeitos. Pelo contrário, pois “[...] os efeitos de processos extralocais e de longa duração manifestam-se apenas local e especificamente” (*Ibidem*:207). Focalizar o particular contribuiu para que eu pudesse refletir sobre os impactos da heteroidentificação na experiência dos sujeitos, e como a passagem por tal processo produz identificações, identidades ou mesmo mudanças em como os universitários enxergam e mobilizam a sua própria identidade racial.

As bancas compostas nas universidades com vistas a heteroidentificar candidatos *cotistas* “não são um fenômeno novo nas universidades brasileiras, pois existem desde que os primeiros sistemas de ação afirmativa foram implementados no início dos anos 2000” (Silva, A., *et al.*, 2020:332). Ainda assim, na primeira fase de adoção das políticas de cotas raciais, antes da promulgação da Lei 12.711, entre os anos de 2003 e 2012, poucas foram as instituições que construíram comissões para heteroidentificar as candidaturas de estudantes que ingressaram pela política afirmativa (*Ibidem*). É válido pontuar que as bancas acabaram sendo criadas, de maneira mais urgente, em reação ao aumento de fraudes nas autodeclarações raciais, que se expressam de maneira mais contundente em cursos mais concorridos, como os de Medicina, Direito, Engenharias e Odontologia. Dessa forma, a atuação de coletivos negros universitários e de partes dos movimentos negros tem sido relevante para o levantamento de dados e as posteriores denúncias de fraudes nas cotas raciais (*Ibidem*).

Em relação à função das bancas e o que significa o processo de heteroidentificação, é possível dizer que elas

produzem pareceres a partir do olhar fenotípico de terceiros para efetivar a continuidade do processo seletivo, seja em ingresso na universidade/faculdade/escola ou concurso público. Nesse sentido, não deslegitima ou descredencia a autodeclaração, mas enfatiza, para os efeitos, jurídicos e políticos, perquiridos de destinação das ações afirmativas qual ou quais daquelas (es) candidatas (os) apresenta uma leitura pública de pertencimento afro-brasileiro, negro(a) [...] (Braga, 2021:7).

O movimento ocorrido na Unicamp para que a CAVU fosse criada esteve, assim como em outras instituições, diretamente relacionado com a denúncia de fraudes na política de ação afirmativa. No ano de ingresso dos primeiros estudantes *cotistas*, em 2019, alguns professores, alunos, funcionários e coletivos mobilizaram-se, de maneira não institucional, para identificar possíveis fraudadores das cotas raciais. A mobilização resultou em uma denúncia que foi formalizada pela Educafro<sup>78</sup>, e contava com um dossiê indicando o nome do possível fraudador, o curso e seu perfil nas redes sociais. No momento em que ONG protocolou a denúncia, a Unicamp teve noventa dias para apresentar respostas. Desse processo resultou a criação de uma comissão extraordinária, realizada naquele mesmo ano<sup>79</sup>. Heitor, sobre este assunto, conta:

Heitor: Teve uma banca extraordinária lá, como que foi? Existiu uma lista com todos os alunos cotistas, isso foi mais um outro grupo que tomou a frente, se organizaram, dividiram os alunos, entravam nas redes sociais, faziam uma heteroidentificação e marcavam se iam investigar ou não. E, então, conseguiram que a Educafro fizesse uma denúncia só com esses nomes para Unicamp, saiu até na mídia, se não me engano. Por ser uma denúncia da Educafro, a Unicamp fez essa banca e só investigou quem tinha o nome lá, uma lista malfeita, tinha muitas pessoas negras sem margem de dúvida que precisaram ser aferidas (Em entrevista realizada em 2021).

A banca criada em 2019, ainda que importante na opinião de Heitor, foi realizada de maneira precária. Em sua percepção, ao fazer uma primeira heteroidentificação por meio das redes sociais para a elaboração da lista, muitos universitários que eram nitidamente negros tiveram de passar pelo processo. O intuito de tal banca era o de cancelar a matrícula de pessoas que disseram ser pretas ou pardas, mas, de acordo com a heteroidentificação, eram brancas.

Em determinado momento da reunião de *acolhimento* dos calouros já descrita na primeira seção deste capítulo, umas das estudantes que havia ingressado também como *cotista*, comentou sobre o medo que sentiu em relação a ter sua declaração racial reprovada. Compartilhou que aguardou aflita a resposta da banca. Mesmo que não refute a sua importância, completou dizendo para os ingressantes que as bancas não têm o poder de dizer quem é ou não negro. Contou, ainda, que o seu processo de se identificar como negra não se deu de forma rápida e, tampouco, linear, sendo atravessado por inúmeros questionamentos. A estudante, para concluir a sua fala, compartilhou uma passagem do livro “Mayombe”, do escritor angolano

<sup>78</sup> Educafro é uma ONG que tem como objetivo geral: “reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira.” Cf: <<http://www.educafro.org.br/site/quem-somos/>>. Último acesso em 30 de novembro de 2021.

<sup>79</sup> Cf: <[https://correio.rac.com.br/2019/06/campinas\\_e\\_rmc/839308-unicamp-apura-denuncia-de-fraude.html](https://correio.rac.com.br/2019/06/campinas_e_rmc/839308-unicamp-apura-denuncia-de-fraude.html)>. Último acesso em 30 de novembro de 2021.

Pepetela. O trecho que selecionou para ler, sintetizava os seus anseios e o que ela estava buscando dizer:

Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura de café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português. Trago em mim o inconciliável e é este o meu motor. Num universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não, para quem quer ouvir sim e significa sim para quem espera ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? Sou eu que devo tornar-me em sim ou em não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez? (Pepetela, 2013:4).

A estudante cita uma passagem do referido livro exatamente porque Teoria, o personagem que profere o trecho supracitado, sente-se um “talvez”, assim como ela uma vez se sentiu. Ao fim da reunião, acabei dialogando com um outro estudante sobre o assunto, e ele me disse que algumas pessoas no coletivo não querem enfrentar tal tema ou evitam manifestar suas vulnerabilidades no que toca a sua própria identidade negra. Em contrapartida, para este universitário, quando este assunto é trazido, sobretudo em um espaço que se propõe a *acolher*, ele pode ir ao encontro das experiências e anseios de outras pessoas.

Na entrevista que realizei com Marcelo, o estudante contou que a sua escolha por ingressar por cotas raciais contribuiu para que ele fizesse um processo de recomposição de sua trajetória, no qual pôde olhar para os episódios de racismo vividos ao longo de sua vida e de como era, na maioria dos espaços em que transitava, a única pessoa negra. Tornar-se negro (Souza, 1983) esteve intimamente ligado a se reconhecer como um sujeito político com direito a optar pela ação afirmativa. Todavia, saber que teria de passar por uma banca que o heteroidentificaria racialmente o fez sentir-se com medo, ao ponto de não se permitir celebrar a sua aprovação no vestibular do curso de Medicina da Unicamp, uma vez que só seria oficialmente um universitário quando tivesse sua autodeclaração aprovada:

William: Você teve que passar pela banca, né? Como foi isso?

Marcelo: Foi muito... foi muito esquisito. É um processo necessário, mas esquisito, não deveria ser necessário, mas a gente vive numa sociedade escrota, e foi muito doido porque assim, por não ter todas as características, por exemplo, tenho o cabelo, agora estou com o cabelo de quem acabou de acordar, mas meu cabelo é muito liso minha pele não é tão retinta, e você fica, ‘será que sou negro suficiente para merecer isso?’ Eu lembro que eu estava com medo, sabe? De não passar pela banca de averiguação, da pessoa falar ‘você é branco, está inventando.’ Foi uma situação tensa para mim, foi tudo online por causa da pandemia. Eu lembro que eu estava assim no quarto, com a câmera ligada, estava em pânico falando ‘meu deus do céu, e agora?’

William: Como é o processo? Tem que responder algo ou só é preciso aparecer e pronto, depois recebe a aprovação?

Marcelo: Então, é um processo muito rápido, porque são muitas pessoas que eles têm de averiguar, mas basicamente você entra num link. Só para eles poderem ficar mais tempo te analisando você responde uma pergunta que é tipo ‘por que você escolheu fazer medicina?’, e você responde e eles te analisam, olhando sua câmera. É bem

tranquilo o processo em si, é traumático por causa de todas as outras coisas (Em entrevista realizada em 2021).

A expectativa de ser *negro suficiente* não foi relatada apenas por Marcelo, ela emergiu nas falas de calouros na reunião de *acolhimento* descrita na primeira seção deste capítulo e na de outros sujeitos da pesquisa. Marcelo, o mesmo estudante que não tirava o uniforme de sua escola para transitar pela cidade com mais segurança, questionou-se se era ou não *negro suficiente* para fazer uso da política de cotas raciais. Me parece que ser *negro suficiente*, em sua visão, consistiria em ter uma pele *retinta*. Ainda, o estudante sentia-se com medo pois a banca poderia invalidar a sua declaração e conseqüentemente invalidar sua *negritude*, ainda que não fosse este o seu papel. Tudo o que Marcelo menciona ter vivido ao passar pela heteroidentificação está intimamente conectado ao seu próprio processo de se identificar como negro e às complexidades que envolvem *sustentar* sua identidade racial.

Acredito ser possível dizer que, para Marcelo e para outros sujeitos desta pesquisa, o processo de elaboração de suas identidades negras não se constitui em um empreendimento simples, harmonioso e linear. Envolve entrar em contato com traumas, feridas e episódios de racismo. Mas é, também, um processo de se recriar (Souza, 1983), um processo de positivação ou subversão de estereótipos e imagens de controle (Hall, 2009; Collins, 2019 [2000]) e é uma forma de reescrever a própria história em seus próprios termos, a partir de sua autodefinição (Collins, 2019 [2000]).

Para Vitória, Marcelo, João e alguns ingressantes que estavam na reunião de *acolhimento*, a CAVU poderia afetar negativamente a sua oportunidade de fazer Medicina, e ainda poderia afetar o que eles vêm resgatando e construindo sobre si. É válido sublinhar, neste ponto, que as bancas constituídas para heteroidentificar os candidatos existem para contribuir para a boa operacionalização da política de cotas raciais, em outras palavras, elas existem para evitar fraudes. Seu papel não é deslegitimar a autodeclaração de um candidato, mas invalidá-la caso ele não se enquadre no que fenotipicamente se reconhece como uma pessoa negra no Brasil. Heitor, por sua vez, chama a minha atenção para algo que eu não esperava, e conta que a heteroidentificação não gera medo apenas em *negros de pele clara*:

William: Uma coisa que percebi quando participei da reunião de acolhimento é o quanto a banca assusta as pessoas...

Heitor: A banca assusta até pessoas pretas retintas, até elas se questionam (Em entrevista realizada em 2021).

Inicialmente, a minha percepção era a de que pessoas *retintas* não se sentiam temerárias com relação à heteroidentificação. Algo que, conforme indica Heitor, não é

inteiramente verdadeiro. Ao fim e ao cabo, ainda que as bancas tenham como papel aferir quem pode fazer uso da política de cotas raciais ou não, ela passa também a ser vista como uma instância que legitima a *negritude* de um candidato. Ou seja, se a identidade só pode ser constituída em relação e demanda o reconhecimento de outrem, a banca, em certa medida, é vista como uma instância que reconhece e assegura que aquele sujeito é negro. Ainda que seu papel não seja esse, o que pude perceber é que passar por tal processo acaba por conferir um estatuto de legitimidade para o sujeito que tem a sua declaração racial aprovada, estatuto este que vai além do usufruto da política pública.

Na visão de Marcelo, a existência da CAVU e o processo de heteroidentificação por ela realizado é importante. Mas, ainda assim sentiu-se com medo e considerou a sua experiência traumática. O que conta o universitário vai ao encontro do que pontuou Vitória quando precisou passar pela mesma Comissão, no início de 2020:

Vitória: Saindo a lista da Unicamp e eu fiquei muito feliz porque tipo, vou ficar do lado e tal, mas ao mesmo tempo tinha a Comissão para passar ainda e eu estava naquela de tipo, 'aí, bom, eu passei por dois anos desse processo, me entendi, mas agora eu preciso que outras pessoas validem isso', eu não comemorei passar, sabe? Eu tinha uma certa confiança porque eu me desmatriculei da outra faculdade, mas parecia que não caía a ficha, tanto que eu cheguei na Unicamp dura, e fui para a Comissão dura, cheguei atrasada [para a heteroidentificação], mas nem sabia que tinha horário, e fiquei 'como assim meu horário já passou?', aí a pessoa falou 'calma, pode ir pra esse grupo'. Eu super insegura, entrei e tinha várias salas de espera no presencial, aí entrei em uma. Tinha duas meninas que estavam supervisionando e falavam 'nossa, porque tem umas pessoas muito descaradas que são brancas', eu estava num momento muito vulnerável, e tudo o que eu ouvia eu pagava para mim, e eu falei 'nossa por que essa pessoa está falando de mim?', mas é porque tinha uma pessoa hiper branca do meu lado, sabe? Claramente tinha motivo para elas estarem criticando e não era sobre mim, mas na hora eu estava insegura, me sentindo muito mal. Aí peguei, fiz tudo, passei pela entrevista não sei o que. Mas na sala de espera em que eu estava vi três pessoas serem invalidadas, aí cada uma que entrava e saía eu ficava comparando 'será que essa pessoa tem meu tom de pele' tipo, é um processo muito injusto consigo, você se compara muito com todo mundo, não é mais sobre você se identificar com isso. Então, foi muito difícil. Mas entrei e peguei o papelzinho e vi que estava aprovada, 'eta caraio', aí fui assimilando, sai dura ainda com o papel na mão (Em entrevista realizada em 2021).

Vitória me contou que celebrou a sua aprovação apenas após passar pelo processo de heteroidentificação, e a sensação de ser uma estudante de Medicina só se concretizou quando pegou sua identificação de estudante. Porém, ao chegar à FCM e nos primeiros meses de aula sentia-se uma impostora. A estudante segue dizendo que o sentimento só foi ressignificado quando participou da primeira reunião do Quilombo Ubuntu, pois identificou-se com as experiências dos membros do coletivo e com os desafios por eles vividos, uma vez que são, assim como ela, universitários negros em um curso de Medicina. A mesma estudante que viveu intrincados processos quando passou a enunciar-se como negra e quando teve de passar pelo

processo de heteroidentificação, tempos depois e já parte do Quilombo Ubuntu, defendia a existência e importância da Comissão. Inclusive, contou ter ficado exasperada na reunião de *acolhimento*, quando os calouros começaram a falar mal da CAVU:

Vitória: Na reunião de recepção eu fiquei até nervosa em uma hora, porque começou a subir muito a discussão de colorismo e da Comissão, e essa contradição entre quem é negro ou não do colorismo, e até que ponto a comissão pode ou não dizer que você é negro ou não, e se vai ocupar a vaga ou não. Quando você conhece mais a banca, conhece toda a história da banca, você defende a banca integralmente, tanto que quando eu entrei eu já conhecia gente da Unicamp. Então, eu tinha algum contato com o que estava rolando aqui, já entrei admirando a banca num nível... que o que ela disser ou não, ela é um instrumento necessário para que isso funcione, para que a estrutura de cotas dê certo. Então, eu estava nervosa por causa de mim, mas eu nunca botei em xeque a banca. E o que a gente teve esse ano foi isso, esse desmerecimento da banca como ferramenta, e que é muito perigoso esse discurso de desmerecer a banca, e os calouros entraram nessa vibe, porque teve um caso dentro do coletivo. Os calouros entraram antes de passar na banca no grupo do Quilombo Ubuntu. Um dos meninos que estava lá não foi aprovado pela Comissão e ele colocou isso no grupo. As outras pessoas foram meio que defendendo e tipo, talvez o caso dele seja realmente algo a se rever, pode ser a questão de não ter tido uma entrevista presencial, ele tem todo o direito de questionar, só que a discussão foi para outro lado. E o coletivo não está ali para dizer quem é negro ou não, o coletivo está ali para instruir ‘olha, esse é seu direito, se você acha que não é assim pede algo presencial, não passa por cima da banca, reveja, pede para ela rever o caso’, mas teve muito isso ‘nossa essa banca...’ como se a banca fosse contra, e na verdade ela não é (Em entrevista realizada em 2021).

De acordo com Vitória, o estopim que acendeu as discussões acerca do *colorismo* e do papel da CAVU no encontro de *acolhimento* foi o caso de um candidato que teve sua declaração racial reprovada e, posteriormente a interposição do recurso, a outra aferição realizada por uma nova banca também não foi aprovada<sup>80</sup>. Ao constatar a inviabilidade de realizar a sua matrícula, o estudante solicitou auxílio do coletivo por seu grupo no WhatsApp, uma vez que via no Quilombo Ubuntu um espaço de *acolhimento*.

Tendo em vista o que expus acima, torna-se fundamental direcionar a atenção para a relação entre heteroidentificação e colorismo, bem como para seus efeitos, que podem ser vistos nas tensões raciais, acusações de fraude e de afroconveniência que emergem a partir dessa conflituosa relação, e que tem ganhado proeminência com a implementação das cotas raciais e em discussões nas redes sociais (Silva, E., 2019; Bacelar, 2021). Em suma, com a adoção de ações afirmativas racialmente orientadas, passa a ser importante heteroidentificar os candidatos cotistas, a fim de garantir o direcionamento correto da política. A reboque deste processo, tem sido possível assistir o acirramento de tensões na mídia e entre sujeitos negros

---

<sup>80</sup>Neste ponto, acho pertinente evidenciar que a CAVU, quando reprova a declaração racial de um candidato, confere a ele a possibilidade de interpor um recurso. E, posteriormente, uma outra banca irá, ou convocá-lo novamente ou assistir à gravação feita pela primeira banca. No caso em questão, e sobre o qual irei discorrer de maneira detalhada mais à frente, o candidato teve a primeira heteroidentificação reprovada, e àquela realizada após a interposição do recurso também.

que mobilizam a categoria de colorismo, ora para acusar um candidato de afroconveniência, ora para colocar “sob suspeita o pertencimento racial” (Bacelar, 2021:62) de negros de pele clara. Segundo Silva, E., (2016) a afroconveniência ganhou mais repercussão no contexto brasileiro em 2016, quando um coletivo de estudantes negros do curso de Medicina da UFRB realizou uma campanha contra fraudes na política afirmativa daquela instituição.

Ainda, as tensões que menciono acima ganham outras nuances quando olhamos para os cursos mais concorridos, como o de Medicina, pois “talvez seja a única situação em que se declarar enquanto negro traga vantagens simbólicas e materiais relevantes e duradouras” (Silva, E., 2019). Neste contexto, acusações de fraude e de afroconveniência passam a ser mais contundentes, haja vista que a concorrência para ingresso no curso é maior e as vagas são mais escassas. Contudo, é preciso pontuar, mais uma vez, que se tornar negro (Souza, 1983) em meio ao processo de escolha pelas cotas raciais não faz de um candidato preto ou pardo afroconveniente. Mesmo porque, conforme indica Silva, E., (2019)

a afroconveniência perde fôlego por depender da intencionalidade do sujeito, ignorar as diferenças regionais no país e negar o caráter maleável das identidades raciais em contextos pós-coloniais; tais limites, para além da debilidade conceitual, também podem levar a fragmentação política ao colocar barreiras de conexão entre grupos sociais que sofrem de variações muito semelhantes de processos racistas (Silva, 2019).

Tanto Silva, E., (2019) quanto Bacelar (2021) denotam que a mobilização, de maneira acusatória, das categorias de colorismo e de afroconveniência em um contexto como o brasileiro, no qual as relações raciais e as próprias identidades negras são extremamente nuançadas, pode impactar negativamente a identificação racial dos sujeitos pretos e pardos, e a própria operacionalização da política racialmente orientada. Efeitos que vão de encontro com o processo de politização das identidades negras e do próprio objetivo das ações afirmativas (Munanga, 2001, 2019 [1999]; Carvalho, 2005; Gomes, 2012).

Voltando-me para o que estava dizendo Vitória sobre a tensão que emergiu na reunião de *acolhimento*, sobre este assunto ela ainda conta, indignada, que uma veterana fez coro com as narrativas que, segundo a estudante, estavam colocando em xeque a importância da CAVU:

Vitória: Falei é veterana ainda, e eu sei que ela passou por esse processo que eu passei de se sentir muito insegura. Então, eu sei de onde vem essa relação dela com a banca. E eu também poderia odiar a banca porque foi traumatizante, é traumatizante, mas tipo, não teve a construção, ela não teve tanto contato com essa parte, de entender sobre a existência disso, a necessidade disso. Aí, eu vi ela começando a falar, e a próxima pessoa ia falando junto sobre isso, e eu falei ‘meu deus’, eu estava ‘como eu conserto isso sem perder toda a leveza da reunião de acolhimento?’ (Em entrevista realizada em 2021).

Para Vitória, a solicitação de ajuda feita pelo estudante que teve sua declaração racial reprovada contribuiu para que, na reunião de *acolhimento*, o assunto sobre *colorismo* e sobre o papel da heteroidentificação emergissem de forma tensa. Em minha percepção, não considerei que os estudantes estavam colocando em suspeição a importância da CAVU. Tampouco, estavam insinuando que ela deveria deixar de existir, pelo contrário. O que vi acontecer naquele encontro foram discussões acerca de como o processo de heteroidentificação gera medo e inseguranças, e suscita discussões acerca do pertencimento racial dos sujeitos. Ao encontro das discussões realizadas durante a reunião, Heitor conta:

Heitor: Antes de passar na Unicamp eu passei em outra universidade, e lá tinha banca [...], mas eu não cheguei a passar pela banca. Eu passei na primeira chamada da Unicamp e aí passei na outra universidade, e a banca seria dois dias depois que saiu o resultado nesta outra universidade. Então, eu estava com a passagem comprada, não consegui estornar, e eu não dormia, eu estava doente porque você sabe, eu posso falar da minha experiência, que eu tive medo. Eu sabia tudo que eu tinha passado desde meus cinco anos quando eu percebi que eu não era branco, eu sabia tudo o que eu passei na minha escola. Só que aí, do nada, quem vai decidir se eu sou negro, se eu sou pardo, quem vai decidir são outras pessoas [...]. Então, eu acho que toda essa questão da sociedade faz a gente se questionar o tempo inteiro e isso dá um pavor. Eu não passei por uma banca no final, quando passei na Unicamp não tinha banca, mas só de saber que poderia ter a banca da outra universidade que passei me dava um pavor. A gente começa a se questionar, questionar a nossa própria história, quem a gente é, o que a gente sofreu. Bancas mal feitas tem muitas por aí, mas ao mesmo tempo eu acho... eu estou falando mal mas é porque acontece, agora infelizmente tem muita fraude, muita fraude. Então, como a gente vai medir? O que eu acho inadmissível é você tirar uma pessoa que verdadeiramente passou por todo um processo de ser negro no Brasil... (Em entrevista realizada em 2021).

Neste ponto, cabe pontuar que Heitor não é um estudante *negro de pele clara*, pelo contrário. Mas como ele próprio disse anteriormente, o processo de heteroidentificação assusta até pessoas que têm *pele escura* ou mesmo *retintas*. Tendo em vista o que conta o estudante, cabe elucidar que a constituição de uma banca para heteroidentificar racialmente candidatos às vagas por cotas raciais envolve um processo formativo. Não apenas acerca da miscigenação que é parte constitutiva da sociedade brasileira, mas, sobretudo, uma formação que busca dar conta de explicitar as complexidades que atravessam as relações raciais neste país, bem como as sutilezas do racismo à brasileira que afeta toda e qualquer pessoa negra, seja ela de *pele clara*, *escura* ou *retinta* (Silva, A. *et al.*, 2020; Jesus, 2021).

Não obstante, o que ocorre quando um estudante que é reconhecido como negro socialmente por sua rede de relações e também por pessoas que ele acabara de conhecer não tem a sua autodeclaração racial validada no processo de heteroidentificação? Este é o caso de João, o discente que solicitou ajuda dos membros do Quilombo Ubuntu quando teve sua autodeclaração reprovada. Escutei sobre este caso pela primeira vez na entrevista que realizei com Vitória. Mas, como ela não me deu mais detalhes na ocasião, acabei não indo atrás de mais

informações. Já na entrevista feita com Marcelo, ele categoricamente disse que poderia ser interessante para a minha pesquisa dialogar com João. Ao conversar com este último, expliquei sobre o meu trabalho e contei que tinha interesse em escutar o seu processo de ingresso no curso de Medicina. O estudante confirmou que poderia e queria compartilhar comigo sua experiência. Abaixo, insiro um longo trecho da conversa que tivemos:

William: A banca foi online, né? Como foi isso?

João: Eu estava tranquilíssimo porque já tinha ocorrido interação com a turma, eu já tinha feito reunião, já tinha Google Meet e tudo, já estava participando do Quilombo, inclusive. Saiu dia 8 o resultado, a banca foi dia 12 ou 13, então eu tive quatro dias de interação. Nessa questão da banca, eu estava tranquilo, porque eu falei ‘não, não tem o que dar errado’. Eu olhei o pessoal do Quilombo também, e tá ‘tem pessoas que parecem muito comigo, então, não tem nem motivo para ter nóia.’ Veio o dia da banca, eu estava muito tranquilo em casa, ‘vai ser mais um dia comum’. Aí, o que aconteceu: você entra na sala, você mostra seu RG, fala seu nome e aí uma pessoa fala que é a presidente da banca, tem mais quatro ou cinco membros. Ela perguntou porque eu tinha me inscrito na política de cotas da Unicamp, e eu expliquei para ela a mesma coisa que eu falei para você, que eu não tinha conhecimento antes, que nos outros vestibulares eu não me inscrevi porque em outros vestibulares sempre estava atrelado a outros fatores que eram: ser de escola pública e baixa renda, e na Unicamp não era. E na Unicamp eu me adequava porque era apenas pelo caráter fenotípico, só isso. Ela falou ‘parabéns por ter chegado até aqui’. Encerrado. Dois minutos depois eu recebo um e-mail falando que a característica fenotípica tinha sido não válida, apenas. Mas cara, acho que esse foi o pior dia da minha vida, porque naquele momento eu senti a dor física, tipo a dor era tão grande que meu peito estava queimando, eu não parava de chorar, foi um dia terrível e era uma coisa muito incrível de tipo ‘como assim?’ e eu fiquei desesperado no grupo do Quilombo inclusive, eu falei ‘gente, alguém me ajuda, socorro, o que eu faço?’ É uma coisa muito cruel, porque tipo eles deixam um formulário para você preencher e eu preenchi em prantos. E eles dão 24 horas para você preencher esse negócio para ter uma resposta. Foi uma loucura, eu preenchi e nem sei o que eu escrevi.

William: Você lembra mais ou menos o que tem no forms? É grande?

João: São duas ou três perguntas, tipo ‘por que você acha que foi?’... Não dava para anexar foto, não tinha nada. Nesse dia eu pedi ajuda para todo mundo do Quilombo, tinha gente também que não passou [na primeira aferição e precisou interpor recurso] quando o processo foi presencial, muita gente, descobri que era muita gente no primeiro ano. Daí, entrei em contato com essas pessoas... foi um dia terrível, quase não dormi direito, aí eu fiquei esperando e no outro dia eu pensei que eles iam fazer uma nova reunião, né? Porque eles falam que seria trocado os membros, seria montada uma segunda banca para a avaliação. Daí beleza, estava esperando uma nova reunião ou pelo menos um aviso de que teria alguma coisa presencial, mas não, o que eu recebi de novo foi outro e-mail com um outro documento falando que ainda estava inválida. Pronto, processo encerrado, eles usaram a gravação da primeira, montaram outra banca e mandaram isso às 11h da manhã do outro dia. Aí, meu mundo caiu completamente, porque eu estava impedido de fazer a matrícula de vez, sem contestação, sem nada. Aí, foi um desespero disgramado, imagina? Já tinha tido interação com a turma inteira, eu já estava todo integrado na faculdade, já estava dentro... foi absurdamente terrível. Acho que entrei no estado mais profundo de tristeza, de vazio, e foi um processo de tipo ‘preciso de ajuda’. Já liguei para os meus pais e disse ‘a gente precisa fazer alguma coisa’, e meu pai disse ‘precisamos de um advogado’. Eu conversei com o pessoal do Quilombo também e teve uma menina do ano passado que conseguiu, ela teve o mesmo problema, só que a dela foi presencial, e teve esse problema com a banca e ela falou ‘precisa de um advogado’, e falou que usou um mandado de segurança para garantir a matrícula dela e ela conseguiu, isso

num período de uma semana. Já falei para o meu pai, a gente precisa de um mandado de segurança para poder assegurar que eu me matricule, e a matrícula seria dia 15, e já era dia 13. Foi a loucura de conseguir um advogado porque meu pai entrou em contato com o pessoal que ele conhece e eu fui conversar com alguns amigos também que já são formados, foi uma questão de 24 horas, ‘ou você contrata um advogado agora ou a matrícula está perdida’. Na época, no meio da pandemia, em março estava um caos, minha mãe estava desempregada e só tinha meu pai sustentando todo mundo, e assim a renda não tem luxo para advogado, imagina, a gente nunca usou advogado na vida. Aí, teve esse advogado que ele achou, que o amigo dele conhecia, aí eu conversei com ele... Só que o problema é que era muito caro, porque assim, é agora ou nunca, ou a gente contrata um advogado que vai ser muito bom ou a gente joga essa chance fora (Em entrevista realizada em 2021).

Mesmo após ter tomado a decisão de contratar o serviço jurídico, João só conseguiu fazer sua matrícula perto do final do primeiro semestre de 2021. Em relação a ter ganhado de volta a oportunidade de se tornar um estudante de Medicina, ele conta:

João: Bom, eu ainda estava meio triste. Fui para a casa da minha avó, daí fiquei desligado de tudo. Um dia, quando eu estava jantando com ela, recebi a mensagem do advogado. Foi um momento incrível, parecia que eu tinha passado de novo, porque foi maravilhoso. Parece que eu liguei de novo, vida novamente, e eu fui super bem recebido de novo pelo pessoal da minha sala, fizeram reuniãozinha de início, foi incrível mesmo, mas mesmo assim foi um processo muito traumático (Em entrevista realizado em 2021).

Ao trazer a experiência de João para compor esta seção, não quero parecer anedótico ou tomar sua experiência como uma regra. E, tampouco busco apontar falhas no processo de averiguação fenotípica realizado pela CAVU. Mesmo porque, o fato de sua heteroidentificação ter ocorrido de forma online pode ter contribuído para os dois resultados negativos que obtive. Ainda assim, considero pertinente olhar para o que este universitário viveu, com vistas a produzir reflexões acerca do processo de heteroidentificação e também com o intuito de explicitar os efeitos subjetivos que tal processo pode acarretar para os candidatos. Sobretudo, quando a autodeclaração de uma pessoa que é lida por seus pares – tendo em conta que João já fazia parte do Quilombo Ubuntu – como negra, é reprovada.

Discutir sobre cotas raciais, bancas de heteroidentificação e quem são os sujeitos de direito de uma política de ação afirmativa racialmente orientada, no Brasil, é ter de enfrentar a seguinte indagação formulada por Kabengele Munanga (2019 [1999]:104): “Quem é o negro que na sociedade brasileira tida como mestiça poderia ser beneficiado pelas cotas?”. A esta pergunta, a resposta mais simples poderia ser: qualquer pessoa que se autodeclara preta ou parda, e é reconhecida enquanto tal, fenotipicamente. Todavia, como tem sido possível ler ao longo desta dissertação, a elaboração das identidades raciais, no Brasil, pode ser um processo intrincado e mais atravessado por dúvidas do que por certezas. O “talvez”, ou o “limbo racial” (Miranda; Souza; Almeida, 2020; Bacelar, 2021) que, em certa medida, são atrelados ao pardo,

acabam por contribuir para o modo como alguns sujeitos identificam-se racialmente, e no modo como as heteroidentificações acontecem.

Para refletir sobre a pergunta de Munanga (2019 [1999]), é preciso, em um primeiro momento, ter em vista que o projeto político de embranquecimento da população brasileira segue impactando a maneira como os sujeitos identificam-se racialmente. Isto porque a mestiçagem constitui a “trama de toda a história da América Latina” (*Ibidem*:93). Sansone (1996) explicitou a variedade de termos classificatórios mobilizados por sujeitos, em sua grande maioria pretos ou pardos, para se identificarem. Tanto para este autor, quanto para Munanga (2019 [1999]), essa pluralidade de termos não emerge apenas como resultado da diversidade presente em uma nação reconhecida por sua identidade mestiça. (Sansone, 1996; Figueiredo, 2004; Munanga, 2019 [1999]). Neste ponto, é válido mencionar que, ao fim e ao cabo, a ideologia da mestiçagem tinha como propósito a assimilação das diversas identificações raciais aqui existentes. Ainda que se buscasse enfatizar que a identidade brasileira estaria calcada na mistura, o propósito de tal ideologia, na verdade, era o embranquecimento (Munanga, 2019 [1999]). Não à toa, os movimentos negros brasileiros empreenderam, historicamente, um processo para “construir sua identidade coletiva enquanto vítima do racismo à brasileira” (*Ibidem*:104).

Ainda que tais lutas políticas estejam reverberando em um crescimento do número de sujeitos pretos e pardos autodeclarando-se negros, pode constatar que o “pardo” ou o *negro de pele clara* seguem complexificando os debates acerca de quem são os negros que podem fazer uso das cotas raciais. Luiz Augusto Campos (2013:82), fazendo coro com o que já havia sido dito por Eduardo de Oliveira e Oliveira, em 1974, explicita:

Tudo isso parece confirmar o diagnóstico de Eduardo Oliveira e Oliveira (1974): o mestiço é o principal ‘obstáculo epistemológico’ para a compreensão das relações raciais brasileiras. Em vez de transcender esse obstáculo epistemológico, a recente introdução de ações afirmativas raciais nas universidades brasileiras o transpôs para a política. Observando as políticas afirmativas adotadas no país, podemos notar uma tensão entre diferentes formas de conceber e, sobretudo, nomear os mestiços, ora chamados de ‘pardos’, ora incluídos no rol de ‘negros’.

Ao olhar para os dados provenientes da pesquisa a partir do que evidencia Campos (2013), compreendo não ser uma coincidência que os dilemas vividos por alguns sujeitos – lidando com dúvidas em relação a escolher ou não ingressar por cotas raciais, e se percebendo com medo ao ter de passar por um processo de heteroidentificação racial –, os façam colocar em suspeição sua identidade negra e se perguntar se são *negros suficiente*. Assim, é possível depreender que, se por um lado, tem sido possível observar o aumento do número de estudantes pretos e pardos que se autodeclararam negros nas universidades públicas brasileiras. Por outro,

este considerável aumento, me parece, tem causado implicações diversas para os processos de aferição fenotípica e para a própria identidade negra dos estudantes que estão pleiteando uma vaga pela política afirmativa racialmente orientada.

Apesar de toda a complexidade e das tensões envolvendo os processos de se reconhecer negro e de evitar fraudes nas cotas raciais em um país como o Brasil, olhar para ação política do Quilombo Ubuntu e as disputas epistêmicas que têm se dado no interior do curso e para além dele, nos conduz a uma outra face do processo de se tornar negro (Souza, 1983). E, nos reconduz à reflexão sobre as categorias classificatórias mobilizadas pelos sujeitos e sobre os vários modos como emerge a importância das políticas de ação afirmativa em espaços de produção de conhecimento. Por esta razão, no terceiro e último capítulo desta dissertação irei direcionar a minha atenção para os conflitos e tensões que vêm emergindo nos espaços de formação e de produção do saber médico, sobretudo, após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e da Lei de Cotas. A articulação entre essas duas políticas tem provocado significativas transformações na produção do conhecimento e na prática médica, e tem transformado diretamente o perfil dos sujeitos que estão tornando-se médicos.

### **CAPÍTULO III. MODOS DE FAZER POLÍTICA, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E MOBILIDADES**

Há muito tempo temos falado e produzido conhecimento independente, mas quando há assimetria de grupos no poder, há também assimetria no acesso que os grupos têm a recursos necessários para implementar suas próprias vozes.

- Grada Kilomba *apud*. Collins, Patricia, 2019:52

Ao longo do trabalho de campo, constatei que os modos de fazer política do coletivo iam além de suas principais frentes de atuação, a saber: as reuniões de *acolhimento* e *formativas*, ou àquelas realizadas em articulação com outras organizações e abertas ao público em geral. As ações do Quilombo Ubuntu fizeram-me perceber que ele poderia ser visto como um dos atores que compõem um campo discursivo de ação mais amplo (Alvarez, 2014). Um campo que têm o acesso e a permanência de negros nos cursos de Medicina, a saúde da população negra, a interseccionalidade e a produção de um conhecimento situado e corporificado sobre saúde (Haraway, 1995 [1988]) como pautas relevantes de sua atuação. Ao longo deste capítulo, dedico-me a analisar os movimentos e alianças estabelecidas pelo coletivo e por seus membros, com o propósito de evidenciar o campo discursivo de ação no qual o Quilombo Ubuntu e os estudantes estão inseridos. Mostro como a sua atuação não se dá isoladamente, uma vez que o coletivo compartilha com outros atores enquadramentos e categorias que circulam pelo campo. É a partir disso, inclusive, que a mobilidade emerge como uma importante categoria, mas também como uma ação empreendida pelos sujeitos da pesquisa.

Como o coletivo e os estudantes produziam atividades em aliança com outras organizações, percebi que seria profícuo integrar eventos que não eram realizados apenas pelo Quilombo Ubuntu para sustentar o argumento que busquei construir ao longo deste capítulo. Este argumento toma como base a implementação de cotas raciais e a inserção de sujeitos negros no ensino superior público, de um modo geral, e em cursos de Medicina, em particular. E, está alicerçado, também, na promulgação de uma política direcionada para a saúde da população negra, que impele a produção de reflexões interseccionais acerca de processos de saúde e adoecimento. O entrelaçamento desses dois marcos tem reverberado em tensões e transformações no acesso e na permanência universitária, nos processos de produção do saber e da prática médica e, conseqüentemente, na produção de saúde, como poderá ser visto ao longo deste capítulo. Em seguida, dedico-me a analisar como a formulação de reflexões críticas em torno dos processos de produção do conhecimento médico, o *quilombamento* e o movimento que leva os estudantes para novos espaços, só podem acontecer, em sua perspectiva, por meio do *afeto*. É ele quem entremeia os modos de fazer política dos universitários e, por conseguinte, do Quilombo Ubuntu. Portanto, direciono-me para as tensões e para as políticas dos afetos estabelecidos entre os estudantes.

Por fim, observei que ao longo do curso de Medicina há um envolvimento cada vez mais contundente dos discentes com a prática médica. Este processo, no caso dos estudantes que fazem parte do coletivo, os impulsiona a questionar e refletir criticamente sobre tal prática. Diante disso, alguns membros do Quilombo Ubuntu passam a transitar por espaços nos quais é possível, a partir de uma perspectiva de análise que articula diferenças sociais para a promoção da saúde, produzir reflexões críticas acerca do saber e da prática médica. Não à toa, em 2021, a LASPNE é criada, o que me faz considerar relevante descrever seu processo de emergência e os interesses associados à sua criação. Então, na última seção deste capítulo e com o intuito de continuar seguindo os passos que vieram de longe, direciono-me para o movimento realizado pelos estudantes, a fim de evidenciar como tal movimento os possibilita ocupar espaços ativistas e institucionais, e quais são os impactos deste fluxo para a sua permanência universitária e para sua formação médica.

## Produzindo conhecimento, disputando epistemologias

Meu silêncio não me protegeu. O seu silêncio não irá proteger você.

Audre Lorde, 2007: 41 (Tradução minha).

A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia.

Donna Haraway, 1995 [1988]: 23.

A primeira frase citada no início desta seção foi retirada do texto “The transformations of silence into the language and action”, trabalho de Audre Lorde com o qual eu já havia entrado em contato em uma outra ocasião. Entretanto, o excerto supracitado capturou a minha atenção apenas quando o li no status<sup>81</sup> do WhatsApp de Isadora. Inclusive, quando começamos a conversar, indiquei que gostava de Lorde e que o texto do qual ela havia retirado a frase contribuiu para que eu pudesse refletir sobre a importância de transformar os meus silêncios em ações cotidianas. Em resposta, ela disse que os escritos da autora a tocaram pois, antes da existência do coletivo na FCM, ela se enxergava sozinha e não encontrava reflexos de sua própria experiência naquele espaço, e deste modo, silenciava-se. Sobre este assunto, Isadora conta:

Isadora: Eu vi a galera se mobilizando e ocupando os espaços da faculdade, isso foi o mais significativo assim de impacto, de ver realmente que quase metade da turma era de gente preta, e aí é uma diferença muito grande de você olhar para uma turma da medicina de 2018 e olhar para a turma de 2019 (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

O ato político de transformar o silêncio em linguagem e ação não é apenas um movimento que os estudantes do Quilombo Ubuntu fazem quanto juntos, em suas atividades. Sua atuação política extrapola seu próprio espaço de *aquilombamento* e não está circunscrita aos seus encontros. Assim, é transformando o silêncio em linguagem e em ação que os estudantes reivindicam, dentro da universidade, que o saber médico é, ele próprio, localizado, corporificado e parcial (Haraway, 1995 [1988]). Isso ocorre, sobretudo, quando o coletivo realiza atividades que buscam refletir sobre saúde de maneira interseccional. Acontece também quando os estudantes questionam os professores, quando em sala de aula, como podem

---

<sup>81</sup>De acordo com o site oficial da empresa, o status do WhatsApp é uma função que permite aos seus usuários compartilhar textos, fotos e vídeos que desaparecem automaticamente após 24 horas. Cf: <[https://faq.whatsapp.com/android/status/how-to-use-status/?lang=pt\\_br](https://faq.whatsapp.com/android/status/how-to-use-status/?lang=pt_br)>. Último acesso em 05 de dezembro de 2021.

identificar determinadas doenças dermatológicas, explicadas apenas a partir de corpos brancos, em uma pessoa de pele preta ou parda, por exemplo.

Tendo em conta os movimentos negros de base acadêmica (Ratts, 2011) já existentes, e assistindo à proliferação de outros coletivos negros na Unicamp e em outras universidades, compreendi que esses espaços não operam apenas de modo a *acolher e formar politicamente* os universitários negros. Funcionam, também, como espaços a partir dos quais seus membros podem produzir conhecimento. Se dou início a esta dissertação olhando para as chegadas, para as permanências universitárias e para os distintos processos de identificação e de produção de identidades e diferenças que são estabelecidos quando os estudantes se encontram e encontram o Quilombo Ubuntu. Neste ponto do trabalho, minha preocupação está em olhar para como as atividades do coletivo e dos outros grupos dos quais os sujeitos fazem parte, têm impellido os estudantes a produzirem questionamentos e reflexões sobre saúde a partir de suas próprias experiências e de modo interseccional.

As perspectivas feministas já vêm, há algum tempo, indicando que o conhecimento é produzido de forma parcial, situada e corporificada (Haraway, 1995 [1988]; Stengers, 2002; Fox-Keller, 2006; Collins, 2019 [2000]). Isto quer dizer que sua produção, legitimação e circulação estão circunscritas aos interesses de quem o produz, às escolhas teóricas e metodológicas, às redes de relações nas quais se está inserido, às relações sociais de poder e a como gênero e outras diferenças sociais em intersecção atravessam esses processos. Em suma, o sujeito que produz está posicionado em dado lugar nas relações sociais de poder, impactando diretamente o conhecimento construído e sua legitimação. Collins (2016), a partir das disputas travadas por mulheres negras estadunidenses para tornar válida, dentro de espaços acadêmicos, uma epistemologia feminista negra, sustenta que a noção de um ponto de vista particular e a experiência de ser uma *outsider within*<sup>82</sup> que são mobilizadas por tais mulheres devem ser critérios legítimos para a produção do conhecimento acadêmico. A autora indica que usar de sua posição de *outsider within* favorece a elaboração de análises críticas acerca das relações sociais de poder, e de como gênero, raça, classe e sexualidade interseccionadas as atravessam,

---

<sup>82</sup> Em tradução livre, o termo *outsider within* pode ser compreendido, em português, como “estrangeira de dentro”. Collins (2016) mobiliza esta categoria para situar a posição particular que as mulheres afro-americanas ocupam na sociedade estadunidense. Em suas palavras: “Esse *status* de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao *self*, à família e à sociedade. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero” (*Ibidem*:100).

produzindo experiências específicas para as mulheres negras, de modo a contribuir para a produção de um conhecimento localizado.

Sob este ângulo, é possível dizer que os sujeitos desta pesquisa, ao levarem suas experiências para as salas de aula, ou quando realizam atividades para refletir sobre promoção de saúde e suas relações com raça e outras diferenças sociais, estão buscando questionar os modos como o conhecimento é transmitido ao longo da formação médica. É pertinente dizer que tal processo tem se tornado possível, pois os modos de fazer política do Quilombo Ubuntu são constituídos a partir do *acolhimento* e promovem o *aquilombamento*, e para os estudantes, é importante saber que possuem um espaço de *apoio mútuo* que os *acolhem*. A constatação disso contribui para que transitem por distintos espaços da FCM e questionem, a partir de suas experiências, a educação médica, os temas considerados mais relevantes para as pesquisas, bibliografias de disciplinas e a construção de eventos acadêmicos. A emergência do Quilombo Ubuntu e de outros coletivos negros, e as ações que os estudantes têm realizado com o intuito de refletir sobre saúde da população negra, são apenas alguns dos resultados de um processo ainda em curso de transformação na área da saúde e, mais especificamente, na área médica. Tal processo está atrelado à implementação das cotas raciais para acesso ao ensino superior, mas também à luta dos movimentos negros para a constituição de um campo de estudos e intervenções denominado de saúde da população negra (Faustino, 2017).

No período de redemocratização do Brasil, os movimentos negros tiveram papel fundamental nos processos de incidência política na esfera pública, impactando na formulação de políticas e na produção de saberes e discursos que articulavam saúde à raça, gênero e classe. Tais movimentos estabeleceram diálogos e alianças com o Estado, ONGs e grupos ativistas antirracistas, sendo responsáveis pela inserção, nas agendas públicas, de assuntos concernentes à saúde da população negra. Resultado emblemático deste percurso foi a elaboração da PNSIPN (Oliveira, 2002; Chor; Monteiro, 2005; Maher, 2005; Batista; Werneck; Lopes, 2012; Lopez, 2013; Werneck, 2016; Caldwell, 2017).

Em relação a conformação da saúde da população negra enquanto um campo de estudos e intervenções no Brasil, há alguns marcos importantes a serem ressaltados. Jurema Werneck (2016:537) indica que “a vinculação entre racismo e vulnerabilidades em saúde chegou à agenda da gestão pública com mais força após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995”. Já em 1996, ocorreu a “Mesa Redonda sobre Saúde da População Negra”, que fez parte do seminário “Multiculturalismo e Racismo: o Papel da ‘Ação Afirmativa’ nos Estados Democráticos Contemporâneos”. Conforme apontam Marcos Chor e

Simone Monteiro (2005) e João Feres Júnior e Luiz Campos (2016), o propósito desse evento foi o de reunir acadêmicos e membros da sociedade civil para discutir sobre a temática e apresentar dados relevantes para amparar a construção de políticas específicas para a população negra brasileira. A partir da “Mesa Redonda”, um documento no qual eram apresentados dados acerca das doenças mais prevalentes na população negra, bem como a relevância da construção de uma política pública direcionada, foi gerado. Entretanto, “o diagnóstico apresentado em 1996 não se traduziu na proposta de uma política focalizada” (Chor; Monteiro, 2005:426), por não haver justificativas técnicas suficientes para tanto. Porém, ainda em 1996, das demandas apresentadas pelo documento gerado a partir da “Mesa Redonda”, a gestão de Fernando Henrique Cardoso atendeu a de inclusão do quesito raça/cor nos registros da “Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos” (Chor, Monteiro, 2004; Werneck, 2016; Milanezi, 2019).

Em 1997, e como um resultado de articulações e eventos realizados sobre o tema, já havia sido delineada uma política direcionada à saúde da população negra. Contudo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 a 2003, as políticas com enfoque racial não tiveram destaque, evidenciando que o então presidente do país “reconhecia a necessidade de políticas para diminuir as desigualdades raciais, mas, ao mesmo tempo, era relutante quanto à implantação aqui do modelo estadunidense de ação afirmativa racial” (Feres Júnior, Campos, 2016:272). Logo, a justificativa oficial para não implementar políticas racialmente focalizadas era a de que o processo de racialização da saúde era demasiado complexo para uma nação como a brasileira, que é composta e reconhecida por seu caráter miscigenado (Chor; Monteiro, 2005). Todavia, a partir dos efeitos da “Conferência de Durban”, foi lançado, em 2001, o documento da “Política Nacional de Saúde da População Negra” (Chor; Monteiro, 2005 *apud*. Pnud & Opas, 2001; Faustino, 2017):

Embora a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) tenha sido aprovada em 2006, ela foi pactuada na Comissão Intergestores Tripartite em 2008 e publicada por meio de portaria ministerial no dia 13 de maio de 2009 (Portaria nº 992 do Ministério da Saúde). É importante destacar que uma das marcas da PNSIPN é “o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais e condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde”, e o reconhecimento, por parte do Ministério da Saúde, de que as condições de vida da população negra impactam o processo saúde, doença e morte. (Batista, 2012:14-15).

Ainda, é oportuno sublinhar que os caminhos trilhados para a construção da PNSIPN contribuíram para a emergência de posicionamentos que se mostravam reticentes com o que Chor e Monteiro (2005) denominaram de “racialização da saúde brasileira”. As calorosas discussões e divergências sobre o tema estiveram intimamente relacionadas, em primeiro lugar, com os impactos que correlacionar doença e raça teriam para pessoas negras, uma vez que raça

é uma construção social e este processo resultaria em sua biologização (Fry, 2004; Chor; Monteiro, 2005). Em segundo lugar, havia uma preocupação com a imposição de uma taxonomia racial bipolar, no Brasil. Esta injunção colocaria brancos de um lado e negros (pretos e pardos) de outro, contribuindo para a invisibilidade de indivíduos que não se classificavam racialmente com nenhum desses termos classificatórios, solapando a miscigenação que atravessa a conformação da população brasileira (Fry, 2004; Bastos; Travassos, 2005; Chor, Monteiro, 2005). E, por fim, havia argumentos defendidos, conforme explicitou Deivison Faustino (2017), que indicavam que a formulação de uma política focalizada iria de encontro com os princípios do SUS. Este último, por sua vez, baseado na universalidade, equidade e integralidade<sup>83</sup>.

Ainda que de maneira breve, meu intuito ao recompor os antecedentes da consolidação da PNSIPN, bem como os debates e conflitos que circundaram este processo, é o de explicitar como ela está, assim como a implementação das cotas raciais, relacionada diretamente com as lutas dos movimentos negros, de ativistas antirracistas, com a emergência de coletivos negros universitários na área da saúde e com a formação de um contingente de profissionais negros nesta mesma área. Acerca disso, Monique Silva e Pedro Souza (2018:130) pontuam que,

durante o primeiro semestre de 2016, com o apoio do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense (ISC-UFF), o Coletivo NegreX organizou intervenções nas disciplinas de “Saúde e Sociedade V”, “Psicologia Médica II” e “Planejamento e Gerência em Saúde I”, de modo que os estudantes pudessem compreender a importância da matriz cultural africana na produção de saúde, como o racismo é estruturante no processo saúde-doença e como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2007) se configura como uma ferramenta para vencer o racismo no âmbito da saúde.

---

<sup>83</sup> Em relação aos argumentos elencados contra a “racialização da saúde brasileira” (Chor; Monteiro, 2005), é relevante ressaltar que, não apenas há um conjunto de doenças geneticamente determinadas como a anemia falciforme, hipertensão arterial, diabetes mellitus, que são mais prevalentes em pessoas negras. Como, também, há processos de saúde e adoecimento que impactam de forma mais contundente a parcela negra da sociedade, como o alcoolismo, toxicomania, desnutrição, mortalidade infantil, abortos sépticos, anemia ferropriva, HIV, doenças de trabalho e transtornos mentais. Essas últimas condições, entretanto, por estarem também associadas às vulnerabilidades socioeconômicas não dizem respeito apenas à população negra. Conquanto, quando se intersecciona raça e classe, constata-se que acabam recaindo de maneira mais proeminente nesta parcela da população (Chor; Monteiro, 2005). Neste sentido, não se trata de biologizar a raça, mas de reconhecer que existem processos de saúde e adoecimento mais prevalentes na população negra. Em contrapartida, a preocupação de uma imposição taxonômica birracial que poderia advir da formulação de políticas racialmente focalizadas emergiu, também, quando as cotas raciais passaram a ser implementadas, no início dos anos 2000. Em suma, na perspectiva de alguns autores, políticas racialmente direcionadas não seriam a melhor estratégia para dirimir as desigualdades sociais, e ainda solapariam a diversidade racial existente no país (Fry, Maggie, 2002; Fry, 2004; Bastos; Travassos, 2005; Chor; Monteiro, 2005; Maggie, 2005). O que nos leva ao terceiro e último ponto, acerca do tripé que dá base aos SUS. Sobre este assunto, Faustino (2017) indica que a proposta da PNSIPN, assim como a de outras políticas racialmente orientadas, não almeja segmentar ou mesmo beneficiar determinados grupos. Pelo contrário, no caso do SUS, trata-se de fazer valer o seu próprio tripé, haja visto o fato de que mais da metade de seus usuários é de pessoas negras. E, estas, por sua vez, encontram maiores desafios para o acesso ao Sistema e para a promoção de sua própria saúde.

Já em 2017, o Negrex, o GT de Saúde da População Negra<sup>84</sup> da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC)<sup>85</sup> e a Associação de Medicina de Família e Comunidade do Rio de Janeiro (AMFAC-RJ) realizaram a atividade “A sua consulta tem cor?”. O seu propósito era o de refletir sobre a relevância do quesito raça/cor para os atendimentos, e sobre como as relações sociais de poder impactam a relação médico-paciente, a constituição do saber médico e, conseqüentemente, a produção de saúde. O ímpeto para a realização de tal atividade partiu da AMFAC-RJ, “que, ao reconhecer a importância do debate para profissionais de saúde, decidiu realizar um evento sobre o tema” (Borret *et al.*, 2020b:7). Ainda, Rita Borret *et al.*, (2020a, 2020b) explicitam que o coletivo NegreX tem buscado inserir “temáticas raciais no ensino curricular e extracurricular” (*Idem*, 2020a:6) de cursos de Medicina, com propostas de disciplinas eletivas, eventos, aulas e simpósios.

Em 2018, a atividade “A sua consulta tem cor?” foi realizada novamente, mas com estudantes do período de Internato da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Além dos objetivos principais já elencados, o propósito da ação era o de inserir no percurso de formação dos futuros médicos e médicas debates a respeito da saúde da população negra, bem como sobre o processo de formulação e promulgação da PNSIPN e a sua importância para a prática médica:

A oficina foi realizada novamente em dois diferentes espaços: como atividade obrigatória do internato integrado de Medicina de Família e Comunidade e Saúde Mental da UFRJ e para estudantes de medicina da Liga Acadêmica de MFC (LASFaC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), ambas no primeiro semestre de 2018 (Borret *et al.*, 2020b, 9).

Pude compreender que os estudantes do Quilombo Ubuntu também estão produzindo estratégias que têm como perspectiva reivindicar a produção de um conhecimento médico situado (Haraway, 1995 [1988]), buscando olhar para a experiência e para as diferenças sociais como critérios legítimos para a sua produção (Collins, 2019 [2000]). Percebo isso quando, nas reuniões do coletivo, os universitários refletem sobre saúde a partir de suas próprias experiências, quando constroem eventos como o “Saúde para quem?” para discutir sobre temas que aparecem apenas de forma residual ao longo da formação, ou quando contribuem com a

---

<sup>84</sup> Criado em 2017, o GT é composto por profissionais especializados em medicina de família (em sua maioria, médicos(as) de postinho) e estudantes que possuem interesses na temática. Seus objetivos principais são: a) produzir conhecimento sobre a saúde da população negra, b) construir uma rede de profissionais que pesquisem a temática, e c) fomentar, nos encontros regionais e nacionais da SBMFC, espaços para discutir o tema.

<sup>85</sup> Fundada em 1981, a SBMFC é uma Sociedade nacional que se presta a reunir médicos(as) que atuam em unidades básicas de saúde ou outros aparelhos que se organizam a partir das diretrizes da Atenção Primária à Saúde (APS).

criação e gestão da LASPNE da Unicamp<sup>86</sup>. Na composição desta última, encontram-se estudantes dos cursos de Enfermagem, Fonoaudiologia e Medicina, e alguns de seus membros fazem parte do Quilombo Ubuntu. Esta Liga é coordenada pela professora negra Débora Santos do curso de Enfermagem da Unicamp. Esta movimentação que parte dos estudantes negros organizados na FCM contribui para fazer com que estudantes brancos e outros que não estão envolvidos diretamente com as pautas antirracistas, também reivindiquem a inserção de temas que concernem à saúde da população negra de maneira mais contundente.

Em diálogo com o que elenquei até aqui, um estudante negro presente em um dos eventos que acompanhei ao longo do trabalho de campo intitulado “Mais negras e negros na Medicina, menos corpos negros no necrotério”<sup>87</sup> conta: “há falta de representatividade nos materiais do curso”. O universitário segue dizendo que aprendeu sobre alguns tipos de doenças e as maneiras para identificá-las a partir, apenas, de corpos brancos. Ao olhar para o que indica o estudante sobre a falta de diversidade nos materiais do curso, lembro-me mais uma vez da “Demografia Médica 2020”. A pesquisa já mencionada na Introdução desta dissertação e que chegou, em 2020, à sua quinta edição, vem evidenciando como os cursos de Medicina são atravessados por grandes desigualdades raciais. Desigualdades estas, como é possível constatar a partir das experiências dos sujeitos da pesquisa e do relato mostrado acima, que não afetam apenas o acesso e a permanência de negros que chegam aos cursos, mas a própria produção do saber médico e a maneira como ele é transmitido.

Ainda, as pessoas convidadas para o evento que citei no parágrafo anterior refletiram sobre como o processo subjetivo de se compreender politicamente como uma pessoa negra na universidade, e mais especificamente, no curso de Medicina, direcionou sua atenção para à saúde da população negra, e as estimulou a integrar coletivos ou outras organizações que tratassem sobre o tema. Algo semelhante ao que tem ocorrido com alguns membros do Quilombo Ubuntu. Ao evidenciar isso, não busco afirmar que pessoas que se tornam negras (Souza, 1983) quando no curso de Medicina irão, necessariamente, manifestar interesse por questões que concernem à saúde da população negra. Dizer isso seria contraditório em relação ao que venho explicitando ao longo desta dissertação, especialmente quando mostro que universitários negros são diversos, e possuem interesses e objetivos distintos. Ou seja, ser negro

---

<sup>86</sup> Em relação ao evento “Saúde para quem?” e à LASPNE, irei descrevê-los com mais detalhes na seção seguinte.

<sup>87</sup> O evento foi realizado pelo canal de YouTube Pensar Africanamente. A sua realização esteve relacionada com o lançamento de “M-8 – Quando a Morte Socorre a Vida”, filme já mencionado por mim no início desta dissertação. Para assistir ao evento na íntegra, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=GJHR6x9a10E>. Último acesso em 23 de novembro de 2021.

e estar em um curso de Medicina não faz com que o estudante necessariamente se interesse por saúde da população negra ou queira fazer parte de um coletivo. Afirmar isso seria o mesmo que dizer que todo sujeito que passa a enunciar-se como negro após o ingresso no ensino superior, torna-se, também, ativista. Acerca disso, Isabela, uma estudante recém-formada pela FCM, já havia dito que nem todo universitário negro irá fazer parte do Quilombo Ubuntu. Em consonância com o que alega Isabela, um outro estudante de Medicina que estava presente no evento do canal de YouTube Pensar Africanamente, sobre o qual falei acima, afirma: “negros e negras não têm a obrigação de serem militantes”.

Tendo em vista a importância da PNSIPN para a formação médica e para a promoção da saúde, e o aumento de negros nesta área, compreendo não se tratar de uma coincidência que nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2021 tenha ocorrido o “I Simpósio de Pesquisa em Saúde da População Negra”<sup>88</sup> organizado pelo Race ID. Este último, um grupo de pesquisa que se volta especificamente para a produção de conhecimento sobre temas relacionados à saúde da população negra. O Race ID foi criado em 2021 e é vinculado à FMUSP, em sua composição conta com professores, médicos, pesquisadores e estudantes da área da saúde. De acordo com a sua divulgação nas redes sociais, a proposta do evento era a de refletir sobre ciclos de vida, cotas e permanência estudantil, afeto e coletivos universitários, desigualdades no ensino e na profissão médica, quesito raça/cor, colonialismo na saúde pública e a importância da produção de pesquisas sobre a saúde da população negra para a busca de equidade racial na saúde.

Ao relacionar o Quilombo Ubuntu com a LASPNE da Unicamp, o NegreX e o Race ID, compreendo ser possível enxergá-los todos como atores que compõem um campo discursivo de ação (Alvarez, 2014). Este campo possui como suas pautas principais o acesso e a permanência de negros na Medicina e na área da saúde, a interseccionalidade, a reivindicação pela produção de um conhecimento médico localizado e a promoção da saúde da população negra. Por meio de uma gramática-política própria, promovem a circulação de discursos, saberes, ideias e pessoas. Os campos discursivos de ação, nas palavras de Alvarez (*Ibidem*:18) “são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos”.

---

<sup>88</sup> Para mais informações sobre a programação do evento, ver: <<https://www.instagram.com/p/CWsDOcCjQTI/>>. Último acesso em 05 de dezembro de 2021.

A partir dos distintos eventos, alianças e articulações realizadas, tem se tornado possível para o Quilombo Ubuntu e para os outros atores do campo questionar e refletir criticamente sobre a formação em Medicina, de modo a evidenciar que a produção do conhecimento e da prática médica são parciais, localizadas e corporificadas (Haraway, 1995 [1988]). Em vista disso, na seção seguinte irei debruçar-me sobre as atividades realizadas pelos universitários e pelo coletivo. Atividades estas que possuem como objetivo refletir sobre a PNSIPN, sobre a saúde da população negra e sobre processos de saúde e adoecimento a partir de uma perspectiva interseccional.

### **Refletindo sobre saúde e suas intersecções: o Quilombo Ubuntu e a saúde da população negra**

Em “Descolonizando a saúde global”, o antropólogo João Biehl (2021) argumenta que a pandemia causada pelo novo coronavírus tem adensado, de maneira letal, antigas desigualdades existentes no que tange o acesso à saúde. Sobre este ponto, o autor sublinha: “como temos visto, a Covid-19 continua a se espalhar e a matar de forma desigual em termos de idade, classe, raça, sexo e geografia (Biehl; Günay, 2020), especialmente em contextos de viés autoritário e de negação da ciência” (Biehl, 2021:339). Entretanto, ao longo da pandemia, não foi apenas a taxa de mortalidade mais alta entre negros que explicitou as disparidades que dizem respeito ao acesso à saúde e à sua promoção (Araújo, Caldwell, 2020; Biehl, 2021)<sup>89</sup>. Estudos sobre o oxímetro, um aparelho utilizado para aferir a taxa de saturação de oxigênio no sangue e que contribui para avaliar a evolução da Covid-19, evidenciaram que as desigualdades em relação à promoção da saúde de pessoas negras não se encontram apenas no acesso aos serviços e ao cuidado, mas no próprio atendimento dos pacientes e, também, nas tecnologias utilizadas para os tratamentos.

Em relação ao oxímetro, o seu uso tornou-se ainda mais comum nos serviços de saúde após a eclosão da pandemia, pois ele auxilia os profissionais a avaliar a evolução da doença em pacientes que a contraíram. Fazer a medição constante da saturação do oxigênio no sangue pode contribuir para identificar se um paciente necessita de cuidados intensivos ou não,

---

<sup>89</sup> Com a eclosão do novo coronavírus e o estado de pandemia oficialmente decretado, em março de 2020 já se sabia que as disparidades em relação ao acesso à saúde e sua promoção seriam adensadas no que toca à população negra brasileira. Para mais informações sobre este assunto, ver texto escrito por Edna Araújo e Kia Caldwell para o GT Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Cf: <<https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/>>. Último acesso em 22 de novembro de 2021.

haja visto que a Covid-19 é uma doença que atinge, sobretudo, as vias respiratórias. Este aparelho, de acordo com o portal Medicalway<sup>90</sup> na internet, opera por meio de uma luz infravermelha, e “tem a capacidade de traduzir a cor das hemoglobinas para que possa medir o nível de oxigênio” (Mello, 2020). Porém, de acordo com um estudo publicado em 2020 pelo “The New England Journal of Medicine”, o oxímetro tende a operar com maior precisão em pessoas brancas, uma vez que, possivelmente, para o seu desenvolvimento não foi levado em consideração o modo como o pigmento presente na pele de pessoas não brancas poderia impedir um funcionamento mais preciso do aparelho. Sendo assim, é possível que tal imprecisão esteja diretamente atrelada à cor da pele (Sjoding *et al.*, 2020). Alguns pesquisadores, por sua vez, sublinham que não é possível afirmar que haja potencialmente preconceito racial na produção dos oxímetros e nos resultados de suas medições. Não obstante, indicam que “os resultados destacam uma necessidade contínua de compreender e corrigir o preconceito racial na oximetria de pulso e outras formas de tecnologia médica” (Sjoding *et al.*, 2020, tradução minha).

Ainda sobre este assunto, o secretário de saúde britânico Sajid Javid<sup>91</sup> sublinha que a imprecisão nos aparelhos constitui-se em uma falha sistêmica, ou seja, não diz respeito a um defeito de fábrica de apenas uma marca que o produz. O fato de ser sistêmica, segundo Javid, pode constituir tal falha como um viés racial, que não é necessariamente intencional, mas produto das relações sociais de poder que impactam a produção do conhecimento científico. O secretário indica, ainda, preocupado, que tal imprecisão pode ter contribuído para o aumento da taxa de mortalidade entre pessoas não brancas em decorrência da Covid-19<sup>92</sup>.

Ao trazer o caso do oxímetro e os debates que o circundam, tenho como intenção explicitar que a contestação de um caso como este está atrelada à preocupação de profissionais da área que olham criticamente e buscam atualizar o conhecimento e as tecnologias médicas. Mas, essa possibilidade de contestação está intimamente relacionada, também, à presença crescente de pessoas que antes eram exceções na área médica, como pessoas negras, indígenas e de camadas populares, que contribuem para refletir criticamente, sobretudo a partir de suas experiências, sobre a saúde e como as diferenças sociais e relações de poder impactam sua

---

<sup>90</sup> Para mais informações sobre o funcionamento do oxímetro, ver: < <https://blog.medicalway.com.br/oximetro-de-pulso-entenda-o-que-e-e-como-funciona/>>

<sup>91</sup> Cf: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/11/reino-unido-cobra-acao-contra-vies-racial-em-equipamentos-medicos.shtml>>. Último acesso em 22 de novembro de 2021.

<sup>92</sup> Este tipo de falha ou viés foi também explorado por Lundy Braun (2014), em “*Breathing race into the machine*”, livro no qual a pesquisadora debruçou-se sobre o espirômetro, importante aparelho para medir a função pulmonar. Braun indica que o seu desenvolvimento foi diretamente impactado por um viés racial, o que acarretou em imprecisões nas medições da função pulmonar de pessoas negras em relação às pessoas brancas, algo semelhante ao que ocorre com o oxímetro que menciono acima.

promoção e a elaboração de tecnologias. Ainda que o saber e as práticas médicas estejam sendo constantemente questionados e atualizados. Estudos como o de Lundy Braun (2014) sobre o espirômetro, os resultados da pesquisa realizada pelo “The New England Journal of Medicine” (2020) sobre o oxímetro e a própria taxa de mortalidade de negros ao longo da pandemia (Araújo; Caldwell, 2020) fazem com que seja pertinente questionar por que esta constante atualização do saber médico não evitou as imprecisões que elenquei acima. E, por que não contribuíram para a diminuição da taxa de óbitos de pessoas negras em razão da Covid-19.

Durante a entrevista realizada com Renato, tivemos a oportunidade de discutir sobre este assunto. Nosso diálogo me levou a interessantes pistas acerca das perguntas que realizei logo acima. No início de nossa conversa acabei, equivocadamente, supondo que os currículos dos cursos de Medicina eram “engessados”. Percebi, no momento em que recebi sua resposta, que eu pouco sabia sobre os currículos e sobre sua constante atualização, já que novas drogas, tratamentos e tecnologias – como é o exemplo do caso da produção de vacinas para a Covid-19<sup>93</sup> –, estão sendo descobertas e elaboradas rapidamente, resultando na atualização constante dos currículos dos cursos. Em resposta ao meu comentário, Renato disse:

Renato: O currículo em si é complicado dizer que é engessado, porque sempre está mudando, sempre descobrem algo novo, por exemplo. Os professores desse ano [do início do curso] vão usar os mesmos vídeos do ano passado para dar as aulas, só que as nossas matérias não têm como, a gente está tendo aula de fisiopatologia, e a gente tem por bloco. Fiz patologia osteoarticular, agora fisiopatologia dermatológica, só que nos achados dermatológicos tem alterações em decorrência da Covid-19, e aí gente está estudando também essas alterações. Só que é engessado no sentido de para onde olha... é sempre muito excludente (Em entrevista realizada em 2021).

Quando me deparei com a resposta de Renato, percebi que havia me expressado de maneira equivocada. Na verdade, o que eu estava procurando saber era se havia aulas ou mesmo eventos institucionais preocupados em discutir sobre como diferenças sociais em articulação atravessam os processos de saúde e de adoecimento. Renato contou-me que áreas como Medicina de Família e Comunidade e Saúde Coletiva costumam fazer mais discussões sobre como a atenção primária à saúde pode ser menos racista, como fazer acolhimento para a população LGBT ou até mesmo como orientar a hormonização para pessoas trans. Contudo, na visão do estudante, são poucas as especialidades médicas que estão preocupadas em realizar tais discussões. Renato segue discorrendo acerca deste assunto, e me dá como exemplo uma experiência que teve recentemente em uma de suas aulas. Antes de dar início ao episódio que

---

<sup>93</sup> A criação das vacinas para a Covid-19 foi vista como um recorde, uma vez que sua produção ocorreu em menos de um ano. Sobre este assunto, ver: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55232520>>. Último acesso em 13 de dezembro de 2021.

vivenciou, indica “a pele, quanto mais escura, mais difícil de encontrar coisas”. A partir disso, conta:

Renato: A gente está tendo aula agora de dermat, e é tratado como se as coisas não interferissem, mas interfere 100% porque até para fazer diagnóstico... como vai diagnosticar uma necrose que o tecido fica escuro em uma pele retinta, que a pele já é escura? Como identificar determinada coisa numa pele que é assim? Ou lesões hipercrômicas em uma pele que já é escura? É muito sensível a hiperpigmentação de um eritema, fica mais avermelhado uma coisa assim, e aí? Mas não tem e eu fico muito assim... (Em entrevista realizada em 2021).

O estudante conta que não é só em relação à saúde da população negra que existe uma espécie de lacuna no conteúdo das disciplinas. Em sua percepção, em relação à saúde da população LGBT coisas semelhantes acontecem. Renato ainda afirma que, aparentemente, muitos profissionais consideram que apenas quem está na atenção primária à saúde precisa olhar para questões como essas. A partir desta perspectiva, não é à toa que, em 2020, em razão da presença no CA de estudantes negros que já faziam parte do Quilombo Ubuntu, a semana temática “Saúde para quem?:Racializando a saúde” tenha ocorrido. E, em 2021, tenha sido criada a LASPNE. Ainda, em 2021 também ocorreram os encontros realizados pelo coletivo intitulado “Racismo obstétrico nos serviços de saúde” e o “Vamos falar de nossa saúde mental?”.

Figura 2. Cartaz confeccionado para divulgar o evento “Saúde para quem?”



Fonte: página do CA Adolfo Lutz no Instagram.

O “Saúde para quem?”<sup>94</sup> foi elaborado a partir da aliança entre os Centros Acadêmicos das áreas de saúde da Unicamp, a saber: Enfermagem, Fonoaudiologia e Medicina. Não pude estar neste evento de modo síncrono, mas tive a oportunidade de acessar suas gravações. O primeiro dia foi dedicado a refletir sobre branquitude e saúde. O segundo foi direcionado a revisitar a PNSIPN e seu processo de formulação, seguido por um encontro para discutir sobre a saúde mental dos estudantes negros. No penúltimo dia, as conversas giraram em torno da promoção de saúde das populações indígenas. E, por fim, o encerramento se propôs a refletir sobre perspectivas para a formulação de uma agenda antirracista em saúde.

Não tenho a intenção de descrever cada sessão de discussão que compôs a semana temática. Interessa-me mais sublinhar que este evento pode ser compreendido como o resultado de mudanças pelas quais vêm passando o corpo discente da FCM. Uma vez que elas não acontecem de maneira localizada, essas transformações dizem respeito aos processos que vêm ocorrendo na área da saúde e na composição de outros cursos de Medicina. Acerca disso, Braun (2017) indica que, nos Estados Unidos, há um crescente tensionamento que parte dos próprios estudantes de Medicina em relação à conformação dos saberes, práticas e discursos neste campo, e “nos últimos anos tem havido uma onda robusta de reformas lideradas por estudantes em todo o país centrada no racismo presente no currículo médico” (*Ibidem*:247, tradução minha). Este fenômeno tem contribuído para a elaboração de uma reflexão crítica sobre o saber e sobre a formação nesta área (*Ibidem*).

Ainda que Braun (2017) esteja direcionada para o contexto norte-americano, com bases no que explicitarei até aqui, vejo que processos semelhantes estão ocorrendo no Brasil. Além das articulações sobre as quais já mencionei empreendidas pelos movimentos negros para a constituição da saúde da população negra enquanto um campo de estudos e intervenções (Oliveira, 2002; Maher, 2005; Batista; Werneck; Lopes, 2012; Lopez, 2013; Werneck, 2016; Caldwell, 2017; Faustino, 2017; Milanezi, 2019). As atividades realizadas pelo NegreX na UFRJ e Unirio, o “I Simpósio de Pesquisas em Saúde da População Negra da FMUSP” organizado pelo Race ID e o “Saúde para quem?” podem ser vistos como indícios deste processo de transformação que está em curso. Em relação à semana temática, ela é emblemática pois se constitui como o resultado da aliança política entre os CAs da área da saúde da Unicamp, ou seja, fruto da mobilização estudantil. Ainda, é válido sublinhar que, ao realizar uma investigação na página de Instagram do CA Adolfo Lutz, um dos seus principais canais de

---

<sup>94</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/CF0KU-YH44W/>>. Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

divulgação nas redes sociais, não encontrei eventos parecidos como este encabeçados pelas gestões anteriores.

A pergunta-título da semana temática: “Saúde para quem?”, impeliu os seus participantes a refletirem sobre a saúde e sua promoção de maneira interseccional. Mesmo que as pessoas presentes não tenham mobilizado a categoria de interseccionalidade, as discussões procuravam levar em consideração raça, etnia, classe, sexualidade e gênero, e como tais diferenças articuladas afetam de formas distintas os processos de saúde e adoecimento dos sujeitos, sobretudo, no espaço universitário. Em relação a este último, havia uma preocupação em refletir sobre a saúde dos estudantes negros, e tal assunto transversalizou todas as discussões. Assim, os discentes mobilizaram sua própria experiência como um critério para a produção de reflexões sobre o tema. Em outras palavras, era a partir do que vivenciavam que se tornava possível articular as diferenças sociais e as desigualdades com o objetivo de pensar sobre a chegada e a permanência no espaço universitário.

No último dia do evento, um estudante indígena contou que chegar ao ensino superior, em sua visão, foi uma maneira de “sair de seu próprio quadro”. Ele seguiu dizendo que, ainda que a permanência na universidade seja desafiadora, é também neste espaço que muitas pessoas “descobrem-se” e libertam-se de molduras que, em certa medida, as limitam. Concordo com este aluno, pois ao fim e ao cabo, o que venho descrevendo ao longo deste estudo são os distintos processos vividos e a partir dos quais os estudantes descobrem-se, enunciam-se, identificam-se e tornam-se quando chegam à universidade e têm a possibilidade de se *aquilombar*.

Ainda em relação à promoção da saúde dos estudantes negros, outro alvo de reflexões que tem ganhado protagonismo nos últimos anos, sobretudo após a implementação das cotas raciais, é a saúde mental (Mayorga; Souza, 2012). Por esta razão, na semana temática ocorreu uma mesa que se dedicou a refletir sobre como este tema articula-se com os processos de chegada e permanência dos estudantes *cotistas* no ensino superior<sup>95</sup>. Pude perceber que os universitários do Quilombo Ubuntu também têm se preocupado com a saúde de seus membros, e por esta razão realizaram, em 2021, uma reunião para tratar sobre saúde mental e sobre as

---

<sup>95</sup> É relevante sublinhar que este assunto ganhou novos e nefastos contornos com a pandemia de Covid-19. O isolamento social articulado à insegurança socioeconômica gerou inúmeros desafios para os estudantes. Tais desafios têm relação com a falta de espaços de sociabilidade, mas também com questões financeiras, com a falta de recursos para o aluguel ou mesmo para permanecer nas moradias estudantis. Todos esses elementos atravessam diretamente os processos de saúde e adoecimento, e a possibilidade de permanência na universidade. Cf: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml>>. Último acesso em 01 de dezembro de 2021.

suas estratégias empreendidas para se manter em um curso como o de Medicina. Manter-se, neste ponto, não está associado, necessariamente, com a permanência em termos financeiros, mas também em termos simbólicos e subjetivos. Isto quer dizer que, ter condições socioeconômicas para estar no curso de Medicina não irá fazer com que um estudante conclua a graduação ou deixe de enfrentar desafios para permanecer. Para os sujeitos desta pesquisa, a permanência universitária é produzida cotidianamente, e para tanto tem se mostrado fundamental saber-se parte de um espaço de *aquilombamento* que os *acolhe*.

O cenário delineado nesta seção fez-me recordar de um trecho do livro “Interseccionalidade” de Collins e Bilge (2021). Em determinada parte do livro, as autoras tomam como exemplo as transformações que vêm ocorrendo no ensino superior norte-americano para refletir sobre os usos da interseccionalidade e as maneiras pelas quais ela nos permite compreender as desigualdades e as relações sociais de poder no espaço acadêmico:

Hoje, faculdades e universidades abrigam um número maior de estudantes que, no passado, não tinham condições de pagar pelo ensino superior (questões de classe); ou estudantes que historicamente precisaram lidar com barreiras discriminatórias à matrícula (devido a questões de raça, gênero, etnia, autoctonia, estatuto de cidadania); ou estudantes que enfrentavam diferentes formas de discriminação (questões relativas a orientação sexual, capacidade, religião) nos campi. Faculdades e universidades se confrontam com estudantes que desejam equidade, mas trazem experiências e necessidades muito diversas para os campi. A princípio, as faculdades estadunidenses recrutavam e atendiam a um grupo por vez, por exemplo, com programas especiais para grupos de origem afro-estadunidense e latina, mulheres, gays, lésbicas, ex-combatentes de guerra, estudantes que retomam os estudos e pessoas com deficiência. À medida que a lista crescia, tornou-se evidente que essa abordagem de um grupo por vez era lenta e que a maioria dos estudantes se encaixavam em mais de uma categoria. [...] Nesse contexto, a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica útil para pensar e desenvolver estratégias para a equidade nos campi. (*Ibidem*:16)

As autoras enfatizam que a interseccionalidade contribui para a elaboração de uma compreensão que leva em conta as múltiplas desigualdades e os desafios vivenciados pelos sujeitos para acessar e permanecer no ensino superior. Desse modo, partir de tal perspectiva favorece a construção de estratégias mais eficientes para a promoção da equidade nas instituições de ensino, e isso conseqüentemente irá resvalar na saúde dos estudantes. Os escritos de Collins e Bilge (2021), junto das experiências narradas pelos sujeitos da pesquisa e do evento em que estive sobre interseccionalidade e educação médica – que será descrito na próxima seção – fizeram-me olhar para os trânsitos possíveis da categoria e seus usos. Adotar uma perspectiva interseccional complexifica a forma como olhamos para os processos de saúde e adoecimento. A própria PNSIPN, “através de seu objetivo específico III, busca inserir a interseccionalidade de gênero e raça como aspecto importante da saúde da população negra” (Werneck, 2016:539). Contudo, a mesma PNSIPN, ainda que uma política pública relevante, é tida como menos

importante nos aparelhos de saúde (públicos e privados), pois não são todos os profissionais da área que a conhecem ou mesmo reconhecem sua importância (Werneck, 2016; Carneiro, R., 2017; Milanezi, 2019).

Cynthia Sarti (2010) sublinha que na área médica, ainda que se reconheça os efeitos dos fenômenos sociais para a saúde, “os saberes biológicos se constituem socialmente como referência” (*Ibidem*:78). A autora segue dizendo que o conhecimento médico é marcado e conformado “por relações de poder instituídas pelo lugar social” (*Ibidem*:78) que ocupa nas sociedades ocidentais. É por esta razão que Warwick Anderson (2008) e Lundy Braun (2017) consideram relevante que, ao longo do percurso de formação em Medicina, haja disciplinas que explicitem como diferenças e desigualdades sociais geram impactos distintos para a saúde e para a produção do saber e da prática médica. Tem sido cada vez mais recorrente encontrar nesta área de atuação organizações e sujeitos que estão buscando empreender estratégias para que a interseccionalidade, assim como a PNSIPN, sejam cada vez mais popularizadas nas instituições de ensino e nos aparelhos de saúde (Lopez, 2013; Werneck, 2016; Caldwell, 2017; Faustino, 2017; Milanezi, 2019). Em vista disso, na seção seguinte olharei para os trânsitos da interseccionalidade dentro desta área, dando especial atenção para como o seu uso explicita as diferenças, desigualdades e relações de poder que atravessam os processos de saúde e adoecimento, a formação e a produção do conhecimento médico.

### **A interseccionalidade na educação médica: trânsitos de uma categoria**

Conforme anunciei na seção anterior, estive presente em um evento que se propôs a refletir sobre os usos da interseccionalidade na educação e na prática médica. Ainda que ele não tenha sido realizado no âmbito do coletivo ou mesmo por seus membros, acredito que tal evento indica a relevância que a adoção de uma perspectiva interseccional pode ter para a área da saúde. Algo que, inclusive, já vem sendo explicitado por uma série de intelectuais e ativistas que produzem conhecimento sobre saúde da população negra (Werneck; Lopes, 2012; Werneck, 2016; Caldwell, 2017; Faustino, 2017; Milanezi, 2019). Isto posto, considereei pertinente fazer uma descrição deste evento para mostrar, em contexto, os modos como a *interseccionalidade* pode ser mobilizada pela/na área da saúde. E, também para analisar os deslocamentos de sentidos no uso de um conceito que transitou entre a política e a universidade, e que tem sido apropriado pela prática médica. O evento “Interseccionalidade na prática: o caminho da educação médica para promoção de mudanças curriculares e institucionais” foi

realizado pelo GT Populações (In)visibilizadas e Diversidades, da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), em março de 2021. Descobri que tal atividade aconteceria pela página de Instagram da Associação. Quando avistei as palavras “interseccionalidade” e “educação médica” em um mesmo título, considerei que participar do evento poderia render bons materiais para minha pesquisa. Afinal, seriam médicos mobilizando questões relevantes para o meu estudo.

O início do evento estava marcado para às 19h30. Escolhi aguardar alguns minutos para não ser o primeiro a entrar na sala do Zoom<sup>96</sup>. Logo que entrei, fui convidado a apresentar-me, ou seja, os minutos reservados para entrar depois que a sala já estivesse com mais pessoas pouco adiantou. Conte quem eu era, de onde vinha e por quais motivações estava presente naquele espaço. Percebi rostos manifestando surpresa e dando sorrisos. Subentendi, naquele momento, que a presença de pessoas não médicas, ou que não são da área da saúde, não é algo recorrente nos eventos organizados por aquele GT. Fui bem recepcionado a julgar pelos olhares que recebia enquanto enunciava meu estatuto de estrangeiro. Duas convidadas falaram naquela noite, uma médica de família e comunidade e uma estudante de Medicina de uma universidade federal. O mediador pediu para que elas refletissem sobre a *interseccionalidade*, e como ela poderia beneficiar o processo de formação em Medicina e a prática clínica. Pediu, também, para que elas falassem sobre a implementação e impactos das cotas raciais nos cursos. Rita Borret foi quem iniciou a conversa, declarando-se mulher preta, lésbica e médica de família e comunidade, seguida de Sandra Pankararu, mulher pertencente à mesma etnia de seu sobrenome, e estudante de Medicina da UnB.

Para dar início a sua fala, a médica leu o trecho de um conto de Maya Angelou chamado “Porgy and Bess”<sup>97</sup>. No texto, a escritora descreve um momento delicado de sua vida, no qual precisou buscar ajuda médica para auxiliá-la a dar conta das questões emocionais e psíquicas que a assolavam. Sobre esta experiência, Angelou conta:

Abri a porta do consultório C e minhas esperanças me abandonaram. Havia um rapaz branco atrás da mesa. Ele vestia um terno da Brooks Brothers e uma camisa abotoada, e seu rosto era calmo e confiante. Ele me convidou a sentar numa cadeira em frente à sua mesa. Sentei-me, olhei para ele outra vez e comecei a chorar. Como aquele rapaz branco privilegiado seria capaz de compreender o coração de uma mulher negra que

<sup>96</sup>O Zoom é um programa para realização de chamadas de vídeo que, assim como o Google Meet, pode ser instalado em celulares e computadores. O aplicativo tornou-se, após a pandemia de Covid-19, um dos programas mais utilizados para a realização de reuniões e chamadas de vídeo online.

<sup>97</sup>O conto lido por Borret está presente no livro “Carta a minha filha”. Maya Angelou era o pseudônimo de Marguerite Ann Johnson. Ela foi uma escritora, poetisa e atriz norte-americana, ativista pelos direitos civis e indicada para diversos prêmios. Possui uma vasta produção literária, atuava em peças da *Brodway* e em outras produções artísticas. Cf: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/cultura/1522818455\\_771877.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/cultura/1522818455_771877.html)>. Último acesso em 10 de abril de 2021.

estava doente de culpa por ter deixado seu filhinho negro para ser criado por outras pessoas? Cada vez que eu olhava para ele as lágrimas inundavam meu rosto. Cada vez que ele perguntava qual era o problema, como poderia me ajudar, eu enlouquecia com o desamparo da minha situação. Finalmente, consegui me controlar o suficiente para me levantar, agradecer e sair. Agradei à recepcionista e pedi que chamasse um táxi. (Angelou, 2019:48).

Borret não partiu deste conto para dizer que pessoas negras precisam ser necessariamente atendidas por profissionais negros, ainda que fosse isso o que a autora do conto estivesse buscando. A médica parte desta história para sublinhar como os serviços de saúde são pouco diversos no que diz respeito ao perfil de quem ocupa as vagas para exercer a atividade médica. Segundo Borret, este cenário resulta em um percurso homogêneo de aprendizado, nos quais discentes e as próprias universidades não são confrontados com a diferença ou com realidades distintas das vivenciadas pelo perfil hegemônico do estudante de Medicina, que é branco e de classe média ou média-alta (Scheffer *et al.*, 2020). Ao encontro disso, a médica indicou que a *interseccionalidade* como teoria, mas sobretudo, como uma ferramenta prática, contribui para a construção de um olhar que leva em consideração, para a promoção da saúde, as distintas experiências e os marcadores sociais que atravessam a vida dos pacientes. Podendo, assim, favorecer a formação médica e a atuação de profissionais já formados em suas práticas clínicas. Para ser possível uma formação e prática médicas *interseccionais* é premente, em um primeiro momento, o reconhecimento das desigualdades para o acesso e a permanência nos cursos de Medicina. Borret sublinha, ainda, que a formação é voltada para a elite. Em sua visão, ainda que os quadros discentes estejam mudando, é preciso que a política de ação afirmativa racialmente orientada permaneça em vigor, pois em suas palavras, “os cursos de Medicina ainda estão ocupados, majoritariamente, por estudantes brancos e heterossexuais”. Algo que pode ser constatado na “Demografia Médica 2020”, já mencionada no início desta dissertação.

Milena Pankararu, por sua vez, dedicou-se a comentar sobre os aspectos que considerou relevantes acerca da sua experiência no curso de Medicina. Logo no início de sua fala, sublinha que será a primeira médica de sua família e de sua rede de relações mais próxima. Ela, ao ingressar no ensino superior, contou ter se sentido impelida a abandonar sua cosmovisão e o seu *jeito indígena*, algo que se recusou a fazer, uma vez que buscava alinhar suas experiências de vida com a sua formação em Medicina. Em sua percepção, os quadros discentes dos cursos são pouco diversos, tornando desafiadora a permanência universitária de uma mulher indígena. Milena conta que os discentes e professores não estão habituados com a presença de pessoas que vivem realidades distintas das vividas pelo perfil do estudante de Medicina. Como exemplo, ela compartilha que seus professores não tinham a dimensão de que há pessoas ainda

hoje, no Brasil, sem acesso à internet ou com acesso de forma intermitente para as aulas à distância, como era o seu caso. De um lado, temos uma médica de família e comunidade ressaltando a necessidade de incluir, na formação universitária e na prática clínica, a *interseccionalidade*. De outro lado, uma universitária indígena refletindo, a partir de uma perspectiva *interseccional*, sobre suas experiências, desafios e conquistas. A partir disso, é possível ver que a categoria e os estudos que partem dessa perspectiva para a apreensão de distintos fenômenos sociais estão, também, sendo mobilizados na área médica e pelos sujeitos desta pesquisa, ainda que estes últimos não necessariamente mobilizem a categoria propriamente dita.

Borret indica, ainda, que a *interseccionalidade* é uma ferramenta importante para estimular a formação crítica de novos médicos, podendo contribuir diretamente para a realização de atendimentos clínicos que levem em conta, para a promoção da saúde, as diferenças e as desigualdades que atravessam a vida dos pacientes. Contudo, sublinho mais uma vez que refletir a partir de uma perspectiva interseccional acerca do acesso e da promoção da saúde não se constitui em algo recente (Werneck, 2016; Caldwell, 2017; Carneiro, R., 2017; Milanezi, 2019). Entre os anos de 1990 e 2000, movimentos sociais, ativistas e acadêmicos incidiram nos processos de produção de conhecimento e na formulação de políticas públicas que buscavam articular saúde à raça e gênero. Logo, estabeleceram importantes diálogos e alianças com o Estado, com ONGs, e impulsionaram um ativismo transnacional do movimento negro e do movimento de mulheres negras, com o objetivo de inserir nas agendas públicas temas relacionados à saúde da população negra (Batista; Werneck; Lopes, 2012; Werneck, 2016; Caldwell, 2017; Milanezi, 2019).

Mesmo que as relações entre interseccionalidade e saúde não sejam recentes, é possível dizer que a mobilização de tal perspectiva na/pela prática médica tem sido realizada, de maneira mais contundente, na contemporaneidade. Este fenômeno pode ser visto como o resultado do aumento de estudantes negros nos cursos de Medicina, da proliferação de coletivos e organizações que atuam em prol da saúde da população negra e da inserção sistemática de médicas e médicos negros nos aparelhos de saúde (Braun, 2017; Caldwell, 2017; Borret, *et al.*, 2020a, 2020b).

Ainda em relação às diferenças e desigualdades que atravessam à promoção da saúde e o acesso ao cuidado. Em 2020, minha mãe recebeu o diagnóstico de uma condição crônica e rara conhecida como Insuficiência Adrenal Primária, conforme já mencionado por mim na Introdução desta dissertação. Em uma das consultas em que a acompanhei, encontramos-

nos diante de uma médica e um residente, ambos brancos. Nos cerca de vinte minutos que passamos ali, cinco foram dedicados a conversar com minha mãe e a examiná-la rapidamente. Enquanto preenchiam guias para exames e conversavam sobre a condição de sua saúde entre si, como se fôssemos invisíveis, escuto perplexo a médica dizer: “Este exame nós não precisamos pedir para ela, mas como temos interesses acadêmicos sobre este assunto, vale a pena”. Fim da consulta. Na saída da sala, minha mãe afirmou ter se sentido desrespeitada: “Àquela médica nem olhou na minha cara”, disse.

Ainda que nos saibamos pessoas negras, as múltiplas faces do racismo que entremeiam e estão imiscuídas no tecido social brasileiro são, ainda, difíceis de serem identificadas, especialmente quando elas nos confrontam de maneiras inesperadas. Quando saímos do consultório, nos questionamos se teríamos acabado de viver uma mostra do racismo cotidiano que permeia as instituições. Após o ocorrido, lembrei-me de uma reportagem<sup>98</sup> que havia lido sobre como o racismo institucional afeta a promoção da saúde da população negra. De acordo com a matéria, além das desigualdades para o acesso aos aparelhos de saúde pública e para a promoção do cuidado, são frequentes os relatos de pessoas de terem passado por consultas “sem contato físico ou diálogo olho no olho” (Cerquetani, 2020), ou casos como os explicitados abaixo:

Um médico que se recusa a atender uma mulher durante um exame. Uma gestante que recebe menos anestesia no parto. Um homem que é questionado sobre a eficácia do xampu dermatológico por causa de seu cabelo. Todas essas histórias poderiam ser fatos isolados, mas têm algo em comum: os pacientes são negros (Cerquetani, 2020).

A partir de minha experiência enquanto antropólogo neste campo, mas também como usuário de aparelhos públicos de saúde, passei a olhar criticamente para as relações de poder que são estabelecidas dentro dos consultórios médicos. Espaços nos quais encontramos momentaneamente apartados do mundo, e nos quais estamos mais suscetíveis a episódios de racismo e outras violências. A partir deste duplo lugar – o de pesquisador e de paciente –, passei a considerar imprescindível a atuação política e as disputas empreendidas pelos movimentos de mulheres negras e outras organizações, e pelo Quilombo Ubuntu e outros coletivos negros de cursos de Medicina. Estes atores têm atuado de modo a questionar e refletir criticamente sobre os modos como o conhecimento médico é produzido e praticado.

Neste ponto, parece-me relevante dialogar com o trabalho de Evelyn Fox Keller (2006), a fim de sustentar o que estou argumentando. Em um de seus trabalhos, a autora reflete

---

<sup>98</sup> Cf: <<https://www.uol.com.br/vivabem/reportagens-especiais/saude-da-populacao-negra/#page4>> . Último acesso em 24 de novembro de 2021

sobre os impactos do feminismo para as ciências biológicas, evidenciando como a presença de mulheres contribuiu para transformações no conhecimento elaborado pelas disciplinas de Genética e Embriologia. Ao trazer o trabalho desta autora, interessa-me o modo como ela narra o desenvolvimento de tais mudanças. O primeiro movimento realizado pelas cientistas não foi o de objetivamente adotar uma perspectiva feminista para gerar embates e disputar os processos de produção de conhecimento. Antes, era necessário aderir às próprias normas que regiam a construção do saber nas áreas supracitadas, para, em um segundo momento, ocupar posições de liderança e autoridade que ajudaram a impulsionar transformações posteriores (*Ibidem*). Em um movimento de acessar, permanecer e, posteriormente, disputar.

Quando me volto para o campo e para as ações dos sujeitos desta pesquisa, constato que os resultados do seguinte movimento: acessar, permanecer e disputar, têm possibilitado a elaboração de reflexões críticas acerca da formação e da prática médica, e têm contribuído para a promoção da própria saúde dos discentes. Sem contar os benefícios que tais efeitos podem trazer para a chegada e permanência de negros no curso de Medicina. Mas, para acessar, permanecer e disputar é preciso, antes, sentir-se parte de um espaço de *aquilombamento* que ajuda e dá força, e é preciso, também, de *afeto*. Os modos de fazer política dos estudantes e do Quilombo Ubuntu são elaborados a partir e por meio do *afeto*. Diante disso, na próxima seção irei tratar sobre as políticas que envolvem os *afetos* estabelecidos entre os universitários que compõem o coletivo.

### **“Aquilombar é o que ajuda, é o que dá força”: políticas dos *afetos***

O que os *racistas* não pensariam jamais é que no oculto, no interior do negro, há *afeto*, embora o mundo externo seja adverso, sofredor...

Beatriz Nascimento, 2018: 426, grifo da autora.

No campo, o *afeto* era mobilizado como uma categoria importante para a produção de identificações e para a elaboração do que os estudantes entendem por *acolhimento* e *aquilombamento*. É por meio dele que o Quilombo Ubuntu se torna um espaço de *apoio mútuo*. É o *afeto* que impele os estudantes a se *aquilombar* para ter força, como indica o título da seção e o próprio título da dissertação. É ele que movimenta os membros do coletivo a não atuar apenas em seus limites, pois saber-se parte de um espaço de *apoio mútuo* contribui para que possam alçar voos mais altos. É, também, o *afeto* que me leva ao Quilombo Ubuntu, pois fui

convidado a participar de uma de suas reuniões exatamente para discutir sobre afetividade entre pessoas negras LGBTQIA+, após o coletivo já ter realizado outras reuniões para refletir sobre a mesma temática, como já indiquei na Introdução da dissertação.

As reuniões sobre afetividade provocaram múltiplos *afetos*. Se, por um lado possibilitaram que os estudantes compartilhassem suas experiências, se escutassem e *acolhessem* uns aos outros. Por outro, uma das reuniões provocou desconforto em alguns de seus membros, os fazendo sentir-se o oposto de *acolhidos*. Logo, pensar a partir de uma política dos *afetos*, neste contexto, não é olhar apenas para o *acolhimento*, *pertencimento* e identificação, mas refletir, também, sobre as conotações negativas concernentes ao *afeto*. Fazer parte de um coletivo, me parece, não gira em torno apenas de se sentir *acolhido*, mas de estabelecer relações tensas e, em certa medida, conflituosas com outras pessoas que dele fazem parte (Nascimento, B., 2021 1981]; Lima, S., 2020). Afinal, processos de identificação e “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” (Hall, 2008:110).

Em diálogo com o que trago acima, Lima, S., (2020) explicita como os coletivos nos quais realizou seu trabalho de campo contribuíam para a cura, mas também para o adoecimento de alguns de seus membros. Ao descrever este caráter ambíguo, a antropóloga chama a atenção para as complexidades que envolvem as relações estabelecidas no interior dessas organizações. Mesmo que sejam espaços importantes de acolhimento, resistência e formação política, podem contribuir para o afastamento de seus membros, como foi o caso de um dos seus interlocutores. Ayê, uma bixa preta integrante da Frente Negra da UERJ, constatou, em dado momento, não haver mais sentido fazer parte deste coletivo, uma vez que ele estava alinhado com a teoria política pan-africanista e com a Afrocentricidade. Em sua visão, este rompimento aconteceu, pois, a Frente Negra, ao estar alinhada às correntes teóricas e ideológicas elencadas acima, afirmava que sexualidades e identidades de gênero que não estavam em consonância com a heteronormatividade não existiam em África.

Ainda, para Ayê, o processo de adoecimento e a morte de sua amiga trans e estudante da UERJ estariam relacionados à sua participação no mesmo coletivo (*Ibidem*). De acordo com seu relato, o grupo via Ayê, sua amiga e outras pessoas LGBT como embranquecidas – algo que Lima, S., (2020) observou ser uma categoria de acusação mobilizada por ativistas que se reconheciam como afrocentrados em direção aos LGBT –. Grosso modo, é possível dizer que o coletivo ao qual pertenciam negava a sua existência como negros LGBT. A partir das relações de conflito estabelecidas por alguns dos sujeitos da pesquisa de Lima, S., (2020) nos coletivos dos quais faziam parte, lembro-me, mais uma vez, do que

Renato vivenciou na reunião sobre afetividade entre pessoas negras LGBTQIA+, e o quanto aquele momento o fez sentir-se *exotizado*. Para além do que já explicitarei acerca de sua experiência na referida reunião, Renato contou-me o que aquele episódio lhe suscitou. Para fazer-me compreender melhor, em um primeiro momento, ele rememora o caso de Matheusa<sup>99</sup>:

Renato: Esse caso ocorreu alguns dias antes do meu aniversário, uma semana super pesada... eu nunca tinha feito curso de redação antes do cursinho, e era uma coisa que eu tinha certeza que era o meu forte, eu fazia muita redação, eu lia muitos textos, eu não dormia, né? Eu lia, consumia o máximo de coisas que eu podia usar em redação, e a gente fica muito triste tendo conhecimento, né? Eu estava lendo muitos textos sobre opressões, eu estava lendo muita coisa sobre loucura, como os loucos são tratados na sociedade, porque a sociedade não quer avançar no campo epistemológico deles, e eles não conseguem se adequar a nossa. Estava muito triste, assim, e aconteceu o caso da Matheusa. E a Matheusa era negra, né? Ela foi queimada num contexto de maioria negra, foi na favela, no RJ e aí foi nesse momento que eu pensei... ‘caralho’, para a minha família inclusive ‘eu que morra, sabe?’, ‘procurou, ninguém mandou ser assim’, ‘não importa se você é negro e a gente é negro, a gente não vai te proteger’. Isso pega muito porque principalmente num contexto de crescer em periferia, a gente escuta muito Racionais, escuta muito falando sobre ‘acolher os nossos jovens pretos de quebrada’. Vamos acolher. Agora, se ele apanhou porque é viado... aí a culpa é dele. Aí isso me deu estalo na cabeça, ‘putz, eu estou sozinho’, isso é muito ruim, me pega muito. É sobre isso quando falo essas questões do Quilombo, é isso que pega assim, até que ponto eles me defenderiam ou defenderiam qualquer outra pessoa LGBT do coletivo? E se tivesse algum ataque? Eu conheço pessoas do coletivo que já falaram coisas em reuniões... uma pessoa levantou uma discussão super tóxica em um encontro: ‘e aí quem aqui já beijou menino?’ E fazendo zuadinha e piadinha, sabe? Como se fosse o creme da exotividade (Em entrevista realizada em 2021).

A solidão sentida por Renato e as reflexões que realiza acerca do coletivo vão ao encontro de algumas experiências narradas por Lima, S., (2020) em sua tese, que foram vividas por pessoas LGBT que fazem ou faziam parte de coletivos que possuem como pauta central a raça e a identidade negra. Não à toa, alguns de seus interlocutores tinham como escolha integrar grupos que mobilizassem a interseccionalidade em seus modos de fazer política, e não articulassem exclusivamente raça como centralizadora de suas ações. Em vista disso, percebo que para os sujeitos da pesquisa que são LGBT ou mesmo para as mulheres, as relações estabelecidas com o Quilombo Ubuntu são distintas das estabelecidas pelos homens e heterossexuais, por exemplo. Ainda que os primeiros o vejam como um espaço importante de *acolhimento* e de grande importância para a sua permanência na universidade, tais estudantes também se vinculam ao Aquarela ou ao Muda.

Tendo em vista que os coletivos universitários contribuem para o acolhimento, mas ao mesmo tempo, são permeados por tensões e conflitos, Lima, S., (2020) propõe olhá-los como espaços de cura e adoecimento. Assim, articulando o que indica a antropóloga com a minha

<sup>99</sup> Matheusa Passareli teve seu corpo incinerado em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, em 2018, após levar tiros de um traficante. Matheusa era uma estudante negra e não binária do curso de Artes Visuais da UERJ, era ativista pela causa LGBT e atuava em dois coletivos artísticos.

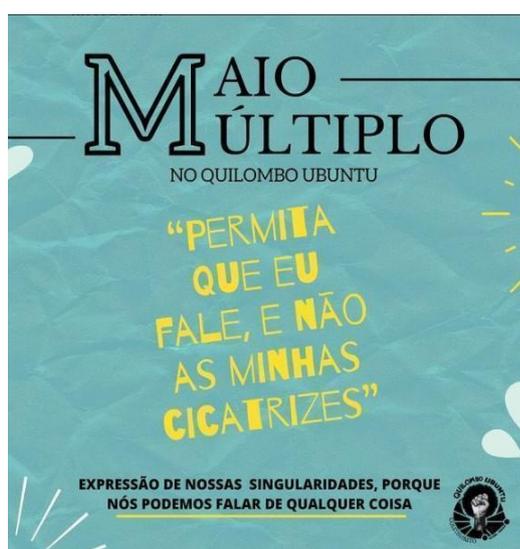
pesquisa, acredito ser possível dizer que o Quilombo Ubuntu também se constitui em um espaço com tais características (*Ibidem*). Ao dizer isso, apenas busco explicitar a complexidade da conformação de um espaço como este. Afinal, ainda que o que une os estudantes seja a identificação em termos raciais, outras diferenças podem também provocar a identificação ou mesmo operar de modo a explicitar desigualdades, como é o caso da sexualidade. É a partir desta relação, por vezes ambígua, que os estudantes passam a refletir criticamente sobre sua participação no coletivo. Em relação a isso, Renato pontua:

William: Você considera que fazer parte do coletivo contribui para o processo de estar na universidade?

Renato: 100%, o fato de eu saber que existe o Quilombo me deixa mais seguro de estar na faculdade, a mesma coisa com os outros coletivos dos quais faço parte. São pontos de encontro de iguais que é bom também saber que tem aquele lugar. Por mais que ele não faça bem sempre. Porque nem sempre vai fazer bem (Em entrevista realizada em 2021).

Apesar das ambiguidades, o Quilombo Ubuntu é visto como um importante espaço de *apoio mútuo*, e também como um espaço que possibilita aos estudantes ressignificar experiências traumáticas vividas ao longo de suas trajetórias. Em maio de 2021, o coletivo lançou uma campanha chamada “Maio Múltiplo no Quilombo Ubuntu: ‘Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes’”. A campanha, que me chamou a atenção quando lançada, tinha o seguinte mote: “Expressão de nossas singularidades, porque nós podemos falar de qualquer coisa”.

Figura 3. Cartaz confeccionado para divulgar a campanha “Maio Múltiplo no Quilombo Ubuntu”



Fonte: página do coletivo no Instagram<sup>100</sup>.

<sup>100</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/COTa8JXH5xn/>>. Último acesso em 30 de novembro de 2021.

Sua proposta foi a de incentivar membros do coletivo a enviar vídeos apresentando os seus talentos, seja na música, dança ou até mesmo na culinária. Ainda que a campanha não tenha tido grande aderência, seu objetivo maior era o de evidenciar que pessoas negras são diversas e podem falar sobre qualquer tema. Dessa maneira, compreendo que esta iniciativa pode ser vista como uma forma de impelir os membros do coletivo a se engajarem em um processo de autodefinição (Collins, 2016 [1986]), estando intimamente ligado ao estabelecimento de relações de *afeto*.

A autodefinição é um dos três temas chaves do feminismo negro norte-americano, os outros são a autoavaliação e a natureza interligada da opressão (Collins, 2016 [1986]). Conforme indica Collins (*Ibidem*:102), a autodefinição “envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana”. Definir-se, portanto, envolve um processo de olhar em retrospecto para os eventos vividos, sejam eles traumáticos ou não. Em suma, resgatar sua própria história e sua ancestralidade, para, então, enunciar-se em seus próprios termos. Envolve, também, um processo de conferir outros significados para as imagens estereotipadas ou mesmo subvertê-las. Percebo este movimento, sobretudo, quando a campanha busca evidenciar que pessoas negras podem falar sobre qualquer coisa e não apenas sobre as suas cicatrizes. O objetivo principal da “Maio Múltiplo” foi o de fazer com que os estudantes, e quem os acompanha nas redes sociais, compreendessem que um universitário negro do Quilombo Ubuntu, e pessoas negras de um modo geral, podem articular muitos assuntos, além de questões concernentes às relações raciais e suas próprias experiências.

Ao longo da pesquisa, percebi que os estereótipos estão constantemente circundando organizações que se reúnem em torno de uma identidade coletiva e, em certa medida, eles podem até ser mobilizados a seu favor. Sob esta perspectiva, ainda que a “Maio Múltiplo” tenha buscado subverter imagens pré-fixadas sobre o negro, percebo que, ao mesmo tempo, os estudantes articulam de maneira estratégica um certo essencialismo, com vistas a conformar a identidade coletiva do Quilombo Ubuntu. Sobre esta questão, Deepika Bahri (2013) indica que os estudos que se debruçam sobre sujeitos que se organizam em torno e a partir de identidades coletivas precisam direcionar a sua atenção para o que ela denomina de “o problema do essencialismo” (*Ibidem*:669). Uma vez que ele marca sujeitos ou grupos a partir de expectativas de invariabilidade e de imagens estereotipadas. Dessa maneira, estereótipos “podem ser e têm sido usados para inferiorizar e privar de direitos, criar hierarquias raciais e explorar” (*Ibidem*:670). Isto significa que é preciso olhá-los, em um primeiro momento, na

maneira como continuam “a funcionar na descrição, feita pelos outros, de determinada coletividade” (*Ibidem*:669). Para, em seguida, compreender como as mesmas categorias podem ser positivadas e mobilizadas pelos grupos de modo a diferenciá-los e sustentar sua própria identidade coletiva.

É sob esta lógica que Bahri (*Ibidem*) sublinha que a estratégia essencialista é, também, utilizada para “justificar agendas de melhoria e desenvolvimento, ou mesmo para compensar as injustiças históricas perpetradas a indivíduos ou grupos” (*Ibidem*:670). Assim, é possível dizer que o essencialismo, não apenas é ambíguo, mas também é uma via de mão dupla e, em certa medida, inevitável. Com vistas a evitar cristalizações, o determinismo histórico e a imutabilidade de sujeitos-em-processo (Brah, 2005), Bahri (*Ibidem*:671 *apud*. Spivak, 1996) pontua que há um uso tático do essencialismo, denominado de essencialismo estratégico. Em suas palavras:

Durante uma disputa com objetivos direcionados e específicos, fica, assim, justificado postular uma identidade de grupo com traços comuns a fim de favorecer seus interesses ao mesmo tempo que se continua a debater e contestar a hegemonia da identidade essencial.

Ao fim e ao cabo, o estabelecimento de identificações, a produção de identidades e diferenças, o *afeto*, o *acolhimento* e o *aquilombamento*, processos e categorias relevantes para o Quilombo Ubuntu, podem ser vistos, também, como resultados de, e resultando em um essencialismo estratégico (*Ibidem*), mobilizado de forma a constituir sua identidade coletiva. Em contrapartida, percebo que os estudantes estão o tempo todo buscando explicitar o que os distingue, a fim de não serem encapsulados por uma identidade coletiva que os homogeniza, em um jogo constante no qual buscam ressaltar os processos de identificação e afirmar suas identidades e diferenças.

Voltando-me para a política dos *afetos*, em novembro de 2021, aconteceu na FMUSP o “I Simpósio de Pesquisas em Saúde da População Negra” organizado pelo Race ID, sobre o qual já tratei a respeito – primeiro evento no qual pude estar de modo presencial ao longo de toda a pesquisa de mestrado, diga-se de passagem –. Sua proposta era a de construir um espaço de discussões e reflexões acerca de pesquisas que estão em andamento e possuem como eixo norteador a saúde da população negra. No primeiro dia do evento havia duas discussões que estabeleciam diálogos diretos com esta pesquisa, e que fizera com que eu me inscrevesse no simpósio para acompanhá-las.

As duas apresentações ocorreram de maneira sequencial. A primeira, “Política de cotas, permanência estudantil, saúde mental e física dos estudantes negros do curso de

medicina”, foi realizada por Larissa Alexandre, uma universitária de Medicina da FMUSP. A segunda, “Só o afeto salva!: A relação entre adoecimento e cura em coletivos negros universitários”, foi realizada por Stephanie Lima – esta última, uma colega de ofício e já referenciada ao longo desta dissertação –. Elas interessavam-me, pois, tratavam dos processos de chegada, permanência e dos modos de fazer política elaborados por estudantes negros com vistas a continuar estudando e transformar o espaço universitário. Ao longo da primeira apresentação e também na segunda, o afeto e o pertencimento foram mobilizados como processos resultantes da identificação estabelecida entre os sujeitos, e cruciais para a permanência na universidade. De acordo com Alexandre e Lima, o sentimento de pertencimento é estabelecido entre os estudantes e com o espaço universitário por meio do afeto. As duas categorias foram mobilizadas pelas palestrantes como fios que costuravam suas próprias experiências universitárias e a de outros discentes negros, e a formação política também foi explicitada como um importante fio que se interconecta ao afeto e ao pertencimento.

Todavia, ainda que a identificação e a constituição de uma identidade coletiva sejam relevantes para os estudantes negros que integram coletivos universitários, as duas expositoras reforçaram que pessoas negras não são blocos unificados que possuem as mesmas demandas. Nesta lógica, Larissa Alexandre conclui: “querem colocar a gente como um caso único, mas é preciso não padronizar nossas histórias. Sou uma estudante negra de Medicina e tenho minha singularidade”.

A partir disso, volto-me para a campanha realizada pelo Quilombo Ubuntu, a “Maio Múltiplo”. Quando os estudantes explicitam que desejam falar para além das cicatrizes perpetradas pelo racismo, pelo machismo e pela LGBTfobia, estão buscando enunciar-se para além dos essencialismos que os cristalizam, e para além do próprio essencialismo estratégico que está por trás da conformação do coletivo. Ao fazer uso de um trecho da música do *rapper* Emicida<sup>101</sup> para compor o mote da campanha, o Quilombo Ubuntu propõe-se a valorizar as singularidades dos estudantes negros do curso de Medicina, muitas vezes homogeneizados e vistos todos como *cotistas* ou como “casos únicos”, conforme enfatizado por Larissa Alexandre. Percebo, então, que existe uma relação de identificação que reúne os estudantes em torno e a partir do coletivo, e que contribui para que se sintam *pertencentes* à FCM e *quilombados*. Mas, há um movimento que busca explicitar a diversidade dos estudantes negros como sujeitos que

---

<sup>101</sup> Emicida é um famoso rapper paulista que, no ano de 2020, lançou um álbum e um documentário pelo serviço de streaming Netflix, ambos foram intitulados de “AmaRelo: é tudo pra ontem”. A música da qual os estudantes retiraram a frase que compõe o nome da campanha realizada chama-se, também, “AmaRelo”.

possuem singularidades, são distintos uns dos outros e, portanto, não podem ser “padronizados”.

“Aquilombar é o que ajuda, é o que dá força”, esta frase foi dita por Heitor em uma entrevista. Fui capturado quando a escutei, e segui, ao longo de toda a pesquisa, refletindo sobre como o *aquilombamento* constitui-se, historicamente, em uma importante estratégia de coletividades negras com vistas a permanecer em espaços de poder e como uma forma de estabelecer relações de afeto (Nascimento, B., 2021 [1981], [1985]). Na mesma entrevista em que Heitor me disse a frase supracitada, ele também me contou que para se *aquilombar* é preciso de engajamento. Contudo, ele próprio não estava tão *engajado* com as atividades do coletivo naquele momento, uma vez que estava envolvido com outras tarefas. Mas, fez questão de reforçar que o Quilombo Ubuntu se constitui em um espaço de grande valor para sua experiência universitária. Foi a partir do *afeto* que atravessa os modos de atuação do coletivo que Heitor deixou de se sentir acuado e *não pertencente* à FCM, passando a transitar e ocupar outros espaços. Acerca disso, o estudante comenta:

Heitor: Hoje, talvez, eu não seja um dos mais participativos, mas por causa disso, porque eu consegui construir outros vínculos. Então, às vezes, eu não estou tão presente, mas é porque eu tenho os meus amigos assim, mas falta às vezes algum estímulo para ir, sempre que eu consigo, que eu posso estar presente, eu fortaleço. Sempre na calourada eu faço questão. Na 58 [turma] eu estava ajudando, na 59 eu ajudei no que eu pude, e eu sempre vou ajudar porque muita gente precisa desse espaço, e muita gente só tem esse espaço de fala. Para mim, foi muito importante ajudar a construir e ajudar que ele exista, porque as pessoas precisam ter onde falar. Então, foi muito importante ajudar a construir, é muito importante para mim muitas vezes participar de uma reunião, às vezes eu quero falar com outras pessoas, às vezes eu quero ouvir outras pessoas. Esse espaço é muito bom e importante de ter dentro da faculdade e eu sinto falta de ações mais externas, eu sinto falta de combater mais o racismo na FCM. Naquele evento, uma das palestras era sobre o racismo na FCM. A gente fez essa palestra e depois fez um evento uma semana inteira e por quê? Porque precisava que os professores vissem, que os professores vissem que mudou, que não dá mais para falar da mesma forma como se a gente não existisse, como se a gente não estivesse lá. Eu acho que o coletivo tem que ser um espaço de resistência, de luta, e eu acho que é uma sementinha que a gente começa, que a gente consegue colher, para quando acontecer esse tipo de coisa a gente se sentir acolhido. Hoje, eu sei que eu tenho para onde correr, sabe? Tenho outras pessoas que vão estar ali junto para me ajudar, para me acolher. Para mim é imprescindível que esse espaço exista e se eu ver que ele está se enfraquecendo, eu vou lá ajudar a fazer com que ele não morra, porque para mim não faz sentido ele não existir. Para mim seria como se a gente fosse apagado, porque a gente acaba sendo engolido pelo conservadorismo que existe na faculdade, como foi por muitos anos antes de entrar essa quantidade de alunos cotistas (Em entrevista realizada em 2021).

Ainda que a relação dos estudantes com os coletivos negros universitários seja ambígua, uma vez que tais espaços podem contribuir para a cura coletiva de seus membros e, por vezes, para o seu adoecimento (Lima, S., 2020), integrá-los faz com que os estudantes se sintam parte de um espaço de *apoio mútuo* com o qual sabem que podem contar e para o qual

podem solicitar auxílio. Mas, não apenas isso, pois o coletivo pode ser visto como um espaço de fala, escuta e *acolhimento*. Espaço que dá força. Diante disso, é possível dizer que o *afeto* entremeia as atividades do Quilombo Ubuntu e os seus modos de fazer política. É ele quem possibilita que aquele espaço seja reconhecido como um território no qual os estudantes podem produzir identificações e forjar suas identidades e diferenças, compartilhar experiências e se autodefinir (Collins, 2019 [2000]). É preciso reconhecer que os coletivos se constituem como pontes pelas quais os estudantes podem atravessar e conhecer novos espaços e sujeitos, estabelecer outros vínculos e identificar outras formas de atuação política que podem satisfazê-los mais em determinados momentos. Coletivos estão em movimento e impelem seus membros a se movimentar também. É tendo isso em vista que irei discorrer, na última seção desta dissertação, sobre os fluxos e sobre a mobilidade dos estudantes por distintos espaços e organizações.

### **Construindo pontes, movendo-se para outros e novos espaços**

Hay tantos muros que dividen a la gente,  
pero por cada muro también hay un puente.

- Gina Valdés

Nós podemos mudar a composição interna da instituição ao permanecermos e trazermos mais algumas de nós para dentro dela. Nós podemos participar na instituição em nossos próprios termos e podemos redefinir como uma pessoa educada deve parecer e falar. Nós podemos questionar que conhecimento é visto como legítimo e como ilegítimo.

- M. Lee, 2012:138

Ao longo de toda sua infância, M. Lee (2012) foi exposta a uma noção de mobilidade social que esteve intimamente relacionada à ideia de ascensão, de “subir na vida”. No entanto, a autora explicita que, ao ingressar no ensino superior, passou a ver que a mobilidade, em seu caso, estava mais relacionada à possibilidade de questionar as hierarquias de classe e ocupar os espaços nos quais pessoas como ela não poderiam estar ou estavam apenas na condição de exceção, do que “subir na vida” em termos econômicos. bell hooks (2017 [1994]), por sua vez, indica que seu ímpeto para ingressar na universidade esteve relacionado à possibilidade de ascender socialmente. Contudo, ao se formar, compreendeu que não havia ascendido em termos de classe, mas estava em uma situação de mobilidade social que lhe permitia ter experiências de classe e ocupar posições que antes não lhe eram possíveis. A mobilidade, em sua perspectiva, estava mais relacionada à possibilidade de se inserir em outros

círculos de sociabilidade, estabelecer relações distintas e disputar os espaços de poder a partir de uma outra posição social.

Há, ainda, um outro elemento que merece atenção quando estamos falando sobre mobilidade social, sobretudo a de pessoas negras. Lee (2012) indica que as crianças negras de sua vizinhança eram dignas de escárnio e reconhecidas pejorativamente como brancas apenas por estarem lendo ou estudando. Em outras palavras, estudar e estar envolvido em uma atividade intelectual denotava um processo de embranquecimento. Em relação a este assunto e suas relações com a ascensão social, o clássico livro de Souza (1983), “Tornar-se Negro: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”, trata, justamente, do intrincado processo de subjetivação vivido por pessoas negras que ascendem socialmente. A entrada em um universo ao qual originalmente não pertenciam demanda uma integração que nunca é efetivada. Tais sujeitos, por vezes, são atravessados por um constante sentimento de deslocamento. Ao passo que nutrem expectativas de serem aceitos em um universo que os quer fora ou os aceita dentro, mas não como semelhantes. Dessa forma, para sentir-se parte, o sujeito negro em processo de ascensão toma o branco “como modelo de identificação” (*Ibidem*:18). É a partir deste perverso jogo que Souza (1983) indica que “a história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais” (*Ibidem*:23).

O trabalho de Souza (1983) é seminal e segue contribuindo para que possamos elaborar reflexões sobre o processo subjetivo de tornar-se negro. Contudo, na contemporaneidade, e após a implementação de políticas de ação afirmativas racialmente orientadas e do processo de politização das identidades negras, há de se sublinhar que ascender socialmente ou ingressar em uma universidade pública, não necessariamente irão fazer com que sujeitos negros tomem o branco como modelo de identificação ou mesmo se embranqueçam. Afirmo isso, sobretudo, amparado nos dados explicitados por Silva, G., e Paixão (2021) e pelo IBGE, que apontam para o aumento do número de sujeitos que estão nas universidades públicas hoje e declararam-se negros. Ou seja, há em curso, no Brasil, um processo de enegrecimento dos estudantes que estão acessando o ensino superior (Silva, G.; Paixão, 2021).

Em seu trabalho sobre mobilidade e classe média negra, Figueiredo (2004, 2012) irá dedicar sua atenção à categoria de acusação de embranquecimento<sup>102</sup>. É válido pontuar que

---

<sup>102</sup>Figueiredo (2012:157) explicita que o embranquecimento “1) é uma proposta ideológica do Estado-nação; 2) o resultado da mestiçagem; e, finalmente, 3) o [...] resultado da adoção de valores éticos e estéticos dos brancos.” A categoria de acusação embranquecido denota que “somente os outros embranquecem, não sendo constatado o uso deste conceito na primeira pessoa” (*Ibidem*:157).

ela não emergiu por parte dos sujeitos desta pesquisa, mas compreendo que ela possui relevância, sobretudo, quando estamos refletindo sobre a mobilidade social de pessoas negras que chegam a um curso universitário altamente concorrido e de prestígio, como o de Medicina. Um curso que tem sido, historicamente e majoritariamente, acessado por pessoas brancas (Scheffer *et al.*, 2020). O embranquecimento, no entanto, é muito mais do que uma categoria de acusação, constituía-se em um objetivo. Em um período não tão longínquo da história do Brasil, ele era tomado como uma estratégia para a constituição de uma identidade nacional “pura”. Tal estratégia esteve intimamente relacionada com a eugenia, que tinha como seus objetos de estudo e intervenção a raça e o negro. Os intelectuais que se baseavam nesta “ciência” para refletir sobre os rumos do Brasil, atrelavam o atraso, a lenta modernização do país, o adoecimento e a degenerescência ao próprio negro recém-liberto do sistema escravista (Machado, 1978; Schwarcz, 1993; Corrêa, 2001; Stepan, 2004).

No entanto, é interessante notar que os sujeitos desta pesquisa – que compõem o contingente de estudantes pretos e pardos que estão audeclarando-se como negros –, mesmo após ingressar em um curso *elitizado e branco* como o de Medicina e, por conseguinte, estarem vivendo um processo de mobilidade social, não embranqueceram. Pelo contrário, enegreceram. (Silva, G., Paixão, 2021). Mesmo aqueles que se reconhecem como *negros de pele clara* e que teriam maior *passabilidade*<sup>103</sup> para serem aceitos no “mundo dos brancos” (Figueiredo, 2004:209). Neste sentido, reforço o que já foi explicitado pelo grupo de pesquisa Perla, pois o aumento de estudantes negros nas universidades públicas não é apenas fruto das ações afirmativas, mas de um processo mais antigo, que tem a ver com a politização da raça e das identidades negras (Munanga, 2001, 2019 [1999]; Gomes, 2012; Jesus, 2021; Silva, G.; Paixão, 2021).

Durante a pesquisa, entrei em contato com um campo surpreendentemente amplo, que vai além do espaço circunscrito pelo Quilombo Ubuntu. Senti-me conhecendo um pouco das particularidades e características de um universo totalmente desconhecido a mim, seja por estar fora da Medicina, seja por nunca ter feito parte de qualquer coletivo ou outra organização política antes. Ao longo do trabalho de campo, defrontei-me com um processo de transformação do perfil dos estudantes de Medicina, que estava reverberando nos saberes e nas práticas

---

<sup>103</sup>Na literatura dedicada a refletir sobre relações raciais, o termo *passing* que, na língua portuguesa, foi traduzido como “passabilidade”, diz respeito à possibilidade que um sujeito, com fenótipos associados às pessoas pretas e pardas menos acentuados, tem de se dizer branco em vez de negro. De acordo com Munanga (2019 [1999]), a passabilidade está intimamente atrelada ao racismo à brasileira, pois este impele os sujeitos a buscarem distanciar-se de uma identidade racial vista como negativa, no caso em questão, a identidade negra.

médicas, algo que também era desconhecido a mim. Pude entender, posteriormente, que tais processos estavam atrelados às mudanças macrossociais, que vão desde a implementação de leis como a PNSIPN e a Lei de Cotas, passando por reivindicações que estão emergindo a partir de ativistas e organizações compostas por estudantes de Medicina e médicas e médicos negros. Constatei que o aumento da presença de universitários negros, a criação do coletivo, suas atividades e os movimentos que os discentes faziam na FCM não eram isolados e estavam contribuindo para gerar questionamentos e reflexões críticas acerca do processo de formação em Medicina e do saber médico.

A universidade é um espaço ambíguo, no qual os estudantes enfrentam desafios, lidam com desigualdades e discriminações, divertem-se, estabelecem relações, estudam, formam-se politicamente, elaboram suas identidades, etc (Gomes, 2006; Lee, 2012; hooks, 2017 [1994]; Lima, S., 2020). O espaço universitário pode ser visto como um terreno fértil, mas que precisa ser cuidadosamente arado, semeado e regado. É preciso, de quando em quando, podar ervas, galhos e plantas que invadem os espaços de suas companheiras, as impedindo de crescer. Percebi que os sujeitos desta pesquisa estão o tempo todo cuidando do solo sobre o qual pisam, para que ele seja firme suficiente, e possibilite a construção de pontes que poderão levá-los a atuar politicamente em espaços que estão para além do Quilombo Ubuntu. Em relação a isso, João comenta:

João: O espaço da Unicamp é um espaço muito fértil, né? De você propor alguma coisa, ou vai aparecer alguma coisa para fazer, vão aparecer pessoas com ideias muito boas. Então acho que esse espaço vai agregar muito, assim, acho que tenho insegurança mas acho que dá para ir com insegurança mesmo (Em entrevista realizada em 2021).

João é o estudante que teve de viver o processo de ter sua declaração racial negada pela CAVU. Mas, após conseguir ingressar no curso, o universitário tem buscado envolver-se com algumas outras atividades. Não só está no Quilombo Ubuntu, como integra o Aquarela e outros espaços de articulação estudantil. João ainda contou que, quando finalmente conseguiu fazer sua matrícula, sentiu-se inseguro, pois considerava que seus colegas não o reconheceriam como negro, haja vista sua declaração racial ter sido reprovada. Contudo, apesar da insegurança, disse para si mesmo que se envolveria com diversas atividades acadêmicas, uma vez que buscou avidamente estar naquele espaço. Algo semelhante ao que Renato e outros estudantes procuraram fazer quando chegaram na Unicamp. Dessa maneira, fazer parte do coletivo e participar de suas ações é apenas uma das atividades para as quais os sujeitos estão se dedicando, uma vez que estão construindo pontes para ocupar outros espaços e estabelecer novas relações e alianças.

Os sujeitos da pesquisa não atuam ou fazem parte apenas do Quilombo Ubuntu, mesmo porque as atividades do coletivo, me parece, tornam-se escassas, sobretudo no segundo semestre. Como justificativa para isso há duas razões: a primeira, diz respeito à carga horária do curso e às demandas depositadas nos estudantes; e a segunda razão está diretamente ligada ao engajamento. Esta foi uma constatação que emergiu a partir de alguns discentes ao longo da pesquisa. Pude perceber que o coletivo costumava iniciar o ano com uma agenda de atividades, mas no segundo semestre elas acabavam por acontecer de maneira mais esparsa. Foi por motivos de falta de engajamento que, na reunião de *acolhimento* em que estive presente, alguns membros do coletivo apresentaram um organograma de sua organização. O intuito, ao apresentar uma estrutura mais formal, foi explicado por Vitória:

Vitória: a gente marcava reunião para decidir como é que vai se estruturar o coletivo, só que eu sabia que ia chegar o dia da reunião e ninguém ia ter pensado em nada. Ia ser aquela discussão tipo ‘nossa tem que ter tal coisa’ e um olha para o outro e ninguém assume nada. [...] mas foi tudo meio assim, não foi nada tipo ‘todo mundo pegou e se engajou’, teve um ponto de partida sim ‘nossa vou fazer uma base, e daqui pra seguir’. Aí, tem o fórum de coletivos negros que trata muito disso, porque tem muito coletivo nascendo na Unicamp, muito coletivo novo e sempre que vai conversar está muito desestruturado. Ano passado eu ia na reunião do fórum e falava ‘gente, Quilombo Ubuntu é o Quilombo Ubuntu’ a gente tem um nome e a gente faz umas reuniões esporádicas. Aí, na última reunião [do Fórum] apareceu ‘Quilombo Ubuntu tem calendário, tem gestão’, eles olharam e falaram ‘ué, o coletivo nem existia’ (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Escutar a estudante dizendo o que pode ser lido no excerto acima fez-me compreender que os coletivos se constituem em formas flexíveis e maleáveis de ação política. Suas maneiras de atuação estão intimamente relacionadas às contingências e às necessidades de seus membros, que estão constantemente se transformando e são situadas. Ainda assim, mesmo que possuam como premissa de sua organização interna e de suas ações políticas a horizontalidade,

muitos deles, apesar de rejeitarem hierarquias, apresentam alguns critérios internos para a construção das figuras de referência, como a antiguidade na universidade ou mesmo a performance da oratória ou a extensão da rede de relacionamentos, ou ainda a maior disponibilidade de tempo (não trabalhar enquanto estuda, por exemplo) (Guimarães; Rios; Sotero, 2020:312).

Em contrapartida, um estudante com quem conversei sobre este assunto, contou-me que não sabia que o Quilombo Ubuntu estava sendo organizado a partir de uma gestão. Quando viu o organograma apresentado na reunião de *acolhimento*, sentiu-se incomodado. Deste modo, fez a seguinte reflexão acerca de como, em sua visão, o coletivo deveria atuar:

Às vezes eu sinto falta do Quilombo tratando melhor as questões no sentido... é porque depende muito do engajamento das pessoas. Eu faço parte de um outro coletivo e lá todo mundo participa das reuniões, todos fazem as coisas, todo mundo sabe o que está rolando, e o Quilombo é um grupo de setenta pessoas e doze vão numa reunião, quinze decidem como vai ser a calourada, oito fazem a calourada e quatro de fato fizeram

acontecer, porque as outras oito ficaram no Google Meet mas não participaram... sei lá. Teve a questão da presidência lá, presidência não, representante do coletivo... eu sou contrário a isso. Tanto que antes vários membros mandavam mensagens no grupo do coletivo para que não tivesse figuras de centralidade. É porque até o coletivo sendo personalizado é muito ruim, porque aquela pessoa, até quando ela não está falando em nome do coletivo, ela está falando em nome do coletivo, e não existe o negro que vai falar em nome de todos os negros (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Ainda que o estudante discorde da maneira como o coletivo foi apresentado na reunião de *acolhimento*, o universitário concorda com o que motivou os outros membros a elaborarem uma estrutura de gestão para o Quilombo Ubuntu: o engajamento, ou a falta dele. Por outro lado, o discente comenta que, no grupo do WhatsApp, há vários participantes, mas são poucos aqueles que contribuem de fato para que as atividades aconteçam, o que acaba gerando desengajamento nos demais. Diante disso, consigo compreender o porquê do movimento realizado por alguns membros para construir uma proposta de estrutura e organização para o coletivo. Segundo Vitória, o Quilombo Ubuntu é muito importante para sua experiência universitária, e a partir do reconhecimento desta importância, a estudante justifica o porquê a proposta de organização foi elaborada:

Vitória: eu continuei fazendo porque eu acredito nesse espaço e daí para frente ele vai tomar pé e caminhar sozinho, e não é desmerecendo os outros não, porque teve muita gente que veio antes de mim para existir esse espaço. Se não fosse eles o coletivo não existiria, se não fosse aquela primeira reunião não tinha eu engajada. Então, eu acho muito bonito isso, mas tem essa parte por baixo dos panos que se não tiver alguém para dar a cara também... (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

Para o estudante que discorda da maneira como o coletivo foi apresentado naquela reunião, os modos como o Quilombo Ubuntu tem se organizado e atuado têm lhe gerado incômodos, ao ponto de fazê-lo se afastar. Já Heitor, por sua vez, indica que sente a necessidade de realizar ações que não estejam direcionadas apenas aos estudantes que fazem parte do coletivo. Em consonância com isso, Isadora sublinha que se afastou das atividades do grupo justamente porque estava procurando discutir e aprofundar-se em questões concernentes às relações raciais de outra maneira. Algo que não estava encontrando no coletivo naquele momento. Por conseguinte, a discente conta: “a galera estava entrando na faculdade, eles estavam passando por esse momento de se enxergar melhor, de se ver nos outros, sabe? Se aquilombar, se agrupar, e aí eu acho que estava uma outra vibe” (Em conversa realizada por WhatsApp em 2021).

A partir do que foi mencionado acima pelos estudantes, é possível constatar, conforme já sublinhou Hall (2008), que a identificação é um processo que pode ser mantido ou abandonado a qualquer momento. Nenhum dos sujeitos supracitados deixaram o Quilombo Ubuntu integralmente, mas no momento em que os encontrei, fazia mais sentido estarem

conectados com o grupo de maneira distanciada, pois estar próximo, conforme já havia indicado Renato quando conversamos, “nem sempre vai fazer bem”. Em suma, é possível dizer que não são apenas os coletivos negros universitários que se constituem em espaços ambíguos, mas a própria relação que os discentes estabelecem com eles também são.

Olhar para o que contam os sujeitos sobre a falta de engajamento e para a escassez de estudantes que “fazem acontecer”, me fez questionar se partir apenas do Quilombo Ubuntu para refletir sobre a chegada e a permanência de estudantes *cotistas* na Medicina, sobre processos de identificação e construção de identidades e diferenças e sobre as disputas epistemológicas que emergem nesta área seria suficiente para as análises que estava me propondo a realizar. Ao refletir cuidadosamente sobre este assunto, constatei que o trabalho de campo acontecia, em grande medida, nas atividades do coletivo e a partir de diálogos informais e entrevistas com seus membros, mas estava além disso. Isto porque o meu olhar, ao longo da pesquisa, ampliou-se com vistas a abranger, não apenas os movimentos do coletivo, mas também dos estudantes com os quais dialoguei. Movimentos estes que me levaram para ações e eventos que não estavam circunscritos apenas aqueles realizados pelo Quilombo Ubuntu. O trabalho de campo no coletivo levou-me em direção a um efervescente debate acerca de como os cursos de Medicina e, conseqüentemente, o saber médico têm passado por transformações. Deste modo, dediquei-me a olhar para outros contextos e utilizá-los como unidades analíticas pois, em minha percepção, eles compõem um campo discursivo de ação (Alvarez, 2014) mais amplo para o qual direcionei minha atenção ao longo de toda a pesquisa.

Não à toa, esta última seção da dissertação está sendo dedicada a refletir sobre as distintas pontes construídas pelos estudantes que fazem parte do coletivo em direção a outros espaços e interlocuções. Os sujeitos estão em movimento, ocupando o CA, o Diretório Científico, a Atlética, a Liga de Saúde da População Negra e outras Ligas Acadêmicas. Fazem-se presentes em instâncias que estão para além do coletivo e da própria FCM, como é o caso de Marcelo, que compõem o comitê/Unicamp da Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA). Tendo em vista toda essa movimentação, quero voltar a minha atenção, neste momento, para a criação da LASPNE. Em sua primeira publicação no Instagram<sup>104</sup>, seus organizadores contam:

Em um país com dimensões continentais, com uma ampla história de colonialismo, escravidão e desigualdades sociais que permeiam até os dias de hoje como o Brasil, é razoável a presunção de que existem diversas populações distintas com demandas também distintas. Entretanto, ao observar o ensino, em especial na área da saúde, percebe-se uma ementa majoritariamente criada e voltada a uma só população. No

---

<sup>104</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/CMGSMN-LYSz/>>. Último acesso em 10 de dezembro de 2021.

Brasil, segundo o IBGE, 56,10% da população é autodeclarada negra (preta ou parda), ainda assim a maioria de nossos protocolos, índices e preceitos relacionados a doenças e promoção de saúde são voltadas à população branca. Uma das formas de diminuir essa discrepância histórica perpassada por um caminho de racismo e opressão, é incentivar que pessoas pretas acessem os espaços de criação e ciência, onde possa existir um olhar voltado aos seus e isso começa por nós, estudantes. Hoje iniciamos isso com uma liga acadêmica na esperança de que amanhã nossa ementa esteja em disciplinas obrigatórias nos cursos da UNICAMP. Pautando-nos na Política nacional de Saúde integral da População negra do Ministério da Saúde, fizemos um projeto de Liga que visa melhorar a visão dos profissionais, de qualquer etnia, que se formarão em nossa instituição para que seus procedimentos sejam mais equitativos e assertivos, visando uma promoção de saúde mais digna para a nossa população.

Figura 4. Cartaz confeccionado para divulgar a aula inaugural da LASPNE



Fonte: página da Liga Acadêmica no Instagram<sup>105</sup>.

Em abril de 2021, a LASPNE organizou sua aula inaugural, que tinha o seguinte título: “Corpos negros: objetificação, sexualidade e afetividade”<sup>106</sup>. Esta primeira aula contou com a participação de Débora Santos – professora coordenadora da Liga – e Alan Santos. Sua mediação esteve sob responsabilidade de Mauro Júnior, um estudante de Medicina que faz parte do Quilombo Ubuntu. A professora contou, no início de sua fala, que a criação da LASPNE se constituiu em um marco histórico naquela universidade, pois trata-se da primeira Liga Acadêmica a dedicar-se integralmente a refletir sobre a saúde da população negra. Ela seguiu dizendo que o seu propósito é o de ser inserida no currículo dos cursos da área da saúde da Universidade. Diante disso, é possível dizer que a LASPNE se propõe a integrar os espaços nos

<sup>105</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/COA8b74nDJJ/>>. Último acesso em 30 de dezembro de 2021.

<sup>106</sup> Para assistir a aula, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=v5MYnPylRiQ>>. Último acesso em 14 de dezembro de 2021.

quais o conhecimento sobre saúde é produzido, partindo da premissa de que, ao fazer-se presente em tais espaços, poderá contribuir para tensionar a produção do saber médico e dos modos como se ensina e pensa sobre a promoção da saúde.

Ao longo do processo de escrita desta dissertação, a Liga realizou as seguintes aulas: “Profissionais de Saúde Negros: Identificação e Importância”, “Nutricídio Entre Pessoas Negras: estratégias de autocuidado” e “Amamentação: direito de quem?”. Todas elas aconteceram via Google Meet, e puderam ser assistidas apenas por pessoas inscritas. Diferentemente da aula inaugural, essas últimas não foram disponibilizadas no YouTube. Em relação à criação da LASPNE, Renato comenta:

Renato: A gente começou a planejar ela no meio do ano passado. A primeira Liga do Diretório Científico que é 100% aberta, todas as aulas, atividades de extensão, vai ser tudo aberto. Alguns alunos negros da Medicina já queriam montar. Daí um dia eu estava conversando com uma amiga e disse que estava pensando em montar, e aí ela falou: ‘a gente pode fazer juntos, né?’. Ela conversou com as amigas dela da Fonoaudiologia e eu conversei com os da Medicina e Enfermagem. A gente constituiu um grupo e começou a organizar. A gente encontrou a Débora Santos, uma professora da Enfermagem que fez uma pesquisa bem famosa sobre mortalidade de gestantes negras no Brasil, e ela tem vários estudos. A gente chamou ela e ela topou, topou ser coordenadora. Ela está montando um curso com uma professora de outra instituição sobre como elaborar currículos antirracista nas disciplinas da área da saúde. Daí vai ser bem legal porque a gente está tentando ver a Liga nisso. Está sendo bem empolgante (Em entrevista realizada em 2021).

Ainda sobre a criação da Liga, Rafael conta:

Rafael: A gente estava pensando em criar uma Liga pensando nesse contexto que agora tem uma inclusão maior na área da saúde de pessoas negras, que tem pautas importantes a serem discutidas e que não eram discutidas antes. Foi a partir daí que a gente começou a pensar nisso na Medicina. E aí, tinha umas meninas da Fonoaudiologia que estavam pensando a mesma coisa, daí juntamos os dois grupos e formamos uma Liga.

William: Então, o ímpeto para construir a Liga também partiu da constatação de que mais pessoas negras estão entrando na Medicina?

Rafael: É que a gente estava com essa ideia de vanguarda, o que que a gente tem que fazer, sabe? Tipo, o que não tinha e por que que não tinha? ‘Ah, não tinha porque não tinha aluno que pensasse nisso, por sei lá, não era a pauta deles, mas agora tem a gente, qual a nossa responsabilidade?’ Não tão pesado assim, mas esse tipo de coisa sabe e a gente estava pensando nisso, agora que tem alunos que fazem parte dessa pauta, a gente acha que seria importante, já que mais de 50% da população brasileira é negra e utiliza o SUS. Foi baseado nisso (Em entrevista realizada em 2021).

A ideia para a criação da Liga, como pode ser visto no que contaram Renato e Rafael, emergiu a partir de alianças estabelecidas entre os estudantes negros dos cursos da área da saúde com a professora negra do curso de Enfermagem Débora Santos. Compreendo que uma das propostas dos discentes é fazer com que temas vistos de forma residual ao longo de suas formações possam estar presentes institucionalmente. Dessa maneira, os estudantes estão

disputando os espaços de poder com vistas a questionar e refletir criticamente sobre a formação médica e a produção do saber sobre saúde, tomando como premissa a própria PNSIPN. Assim, a atuação política que se inicia a partir do Quilombo Ubuntu e da mobilização dos estudantes negros, na FCM, passa a capilarizar-se por outras instâncias a partir do trânsito dos universitários.

Conforme anunciei no início desta dissertação, assinei a *newsletter* da FCM. Ao fazer isso, a minha intenção era manter-me atualizado sobre as atividades da Instituição, e foi por ela que descobri que a aula magna descrita no Capítulo I aconteceria. Eis que, no dia 19 de novembro de 2021, vejo-me diante de uma *newsletter* da FCM em minha caixa de entrada de e-mails. Dentre as notícias divulgadas, encontrava-se o seguinte título: “Coletivo Quilombo Ubuntu, presente! A sala de aula deve ser um reflexo da população brasileira”. Esta foi a primeira vez, ao longo de meu trabalho de campo, que vi o reconhecimento institucional da existência do Quilombo Ubuntu por parte da FCM. Não que isso fosse necessário ou que os estudantes precisassem ou buscassem isso para legitimar sua existência e sua atuação política, pelo contrário. Mas considero representativo que o canal de notícias oficiais da FCM tenha publicado uma nota, um dia antes do feriado da Consciência Negra, dedicada a uma fala do Quilombo Ubuntu justamente para falar sobre esta data.

Figura 5. Matéria publicada na seção “Sala de Imprensa” do portal online da FCM.



Fonte: página oficial da FCM/Unicamp<sup>107</sup>.

No texto publicado, o estudante convidado indica que “é muito importante que alunes negros conquistem cada vez mais espaço na universidade, sobretudo em cursos culturalmente mais elitizados e reservados a uma minoria privilegiada”. Este mesmo universitário afirma que tem percebido o crescimento do número de alunos negros nas três

<sup>107</sup>Para ler o conteúdo da nota pública, ver: <<https://www.fcm.unicamp.br/fcm/comunicacao/18379>>. Último acesso em 02 de dezembro de 2021.

últimas turmas do curso, algo que também foi notado pelos sujeitos desta pesquisa, uma vez que, em 2021, chegou-se ao terceiro ano de cotas raciais no vestibular da Unicamp. Ainda que o processo de enegrecimento do quadro discente do curso de Medicina tenha se iniciado anos antes, não há dúvidas de que a política de ação afirmativa racialmente orientada tem contribuído para a intensificação deste processo.

O processo empreendido pelos universitários com vistas a ocupar outras posições dentro da instituição e de outras organizações fez-me refletir sobre movimento e mobilidade. Nos termos de M. Lee (2012) e bell hooks (2017 [1994]), a mobilidade não diz respeito a conseguir melhores trabalhos ou “subir de classe” por conta da obtenção de um diploma universitário. Quando atrelada ao ingresso ao ensino superior, ela está relacionada também à uma série de processos e experiências que ocorrem durante a chegada e a permanência na universidade, resultando em transformações concernentes a como os sujeitos se enxergam, à maneira como falam, às novas relações estabelecidas, aos vínculos familiares, aos lugares frequentados e, talvez, a melhores trabalhos. A partir de sua própria experiência universitária, hooks (2017 [1994]:241) afirma: “é claro que entrei na faculdade com a esperança de que o diploma universitário promovesse a minha mobilidade social. Mas eu só a concebia em termos econômicos.” No entanto, em se tratando de um curso concorrido e de prestígio como o de Medicina, a mobilidade social está, também, diretamente relacionada com a possibilidade de mudanças significativas na condição socioeconômica dos estudantes.

Por fim, ao longo do trabalho de campo, pude compreender que a mobilidade também diz respeito a um processo que ocorre a partir do movimento dos sujeitos por distintos lugares e a partir das diferentes relações estabelecidas. Tal processo vivenciado pelos universitários está atrelado ao seu trânsito pela própria FCM e por outros coletivos e organizações. Ele ocorre quando passam a ocupar outras posições na instituição ou mesmo quando decidem recuar e voltar-se apenas para o seu processo de formação e interesses pessoais. Em vista disso, a partir das contribuições sobre mobilidade social elaboradas por Souza (1983), Figueiredo (2004, 2012), M. Lee (2012) e bell hooks (2017 [1994]), busquei explicitar nesta última seção como o trânsito dos estudantes levou-me a refletir sobre as muitas estratégias elaboradas para ocupar novos e distintos espaços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 6. Ilustração de um feto negro



Fonte: página do Instagram de Chidiebere Ibe<sup>108</sup>.

Em dezembro de 2021, a ilustração de um feto negro dentro do útero de uma mulher também negra viralizou<sup>109</sup> no Instagram. Muitas páginas da rede social iniciavam seus posts com perguntas como: “você já viu um feto de uma pessoa preta?”<sup>110</sup>, “quantas vezes você já

<sup>108</sup> Para conferir outras ilustrações feitas por Ibe, ver: <<https://www.instagram.com/ebereillustrate/>>. Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

<sup>109</sup> Com o crescimento de usuários nas redes sociais e a profusão de publicações sobre os mais variados temas, o termo “viralizar” passou a ser utilizado para designar os conteúdos que ganham repercussão de maneira repentina e, em algumas situações, inesperadas. Este foi o caso das ilustrações feitas por um estudante de Medicina sobre as quais falarei nestas Considerações Finais. Seu perfil não tinha um número grande de seguidores e, tampouco, ele era uma figura pública. Ainda assim, suas ilustrações, em dezembro de 2021, ganharam uma repercussão inesperada, ao ponto de serem veiculadas em um programa matinal de uma grande emissora norte-americana.

<sup>110</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/CXOg-HtuW4a/>>. Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

viu ilustrações de medicina com pessoas negras?”<sup>111</sup>, “quantas vezes você viu um corpo preto representado no seu livro de biologia dessa maneira ou dentro de um consultório obstétrico, ou médico de forma geral?”.<sup>112</sup> Ainda, em outras páginas da mesma rede social foi possível encontrar frases como: “inclusão médica importa”<sup>113</sup>, “este estudante está levando representatividade para a área médica com ilustrações de pessoas negras”<sup>114</sup>, “eu nunca vi um feto negro ilustrado antes”.<sup>115</sup> Mesmo que todas as indagações e afirmações anteriormente elencadas sejam relevantes, a frase dita pelo apresentador negro Nate Burleson do programa matinal “CBS Mornings”<sup>116</sup> capturou a minha atenção de maneira particular: “Eu não sabia o quanto precisava desta ilustração até o momento em que a vi”<sup>117</sup>, disse ele. Na ocasião, Burleson discutia com os outros apresentadores do programa sobre as ilustrações feitas a partir e sobre corpos negros e sua importância para a área da saúde. O autor da ilustração que viralizou é o nigeriano Chidiebere Ibe. Além de ilustrador, é um estudante de Medicina e aspirante a neurocirurgião na Kyiv Medical School, na Ucrânia. Seu primeiro trabalho foi publicado no Instagram, em julho de 2020. Não obstante, foi somente pouco mais de um ano depois que suas ilustrações viralizaram, chamando a atenção pela sua representatividade.

Acredito que a frase de Burleson tenha me chamado a atenção, pois foi ao encontro de uma pergunta que escutei inúmeras vezes ao longo do trabalho de campo: “Por quantos médicos ou médicas negras você já foi atendido em sua vida?”. Depois de escutá-la, todas as vezes em que eu me direcionava a algum aparelho de saúde, eu permanecia atento para encontrar médicas e médicos negros trabalhando. Diante disso, acredito que a indagação do apresentador do “CBS Mornings” tenha me chamado a atenção exatamente porque eu só tomei consciência da irrisória presença de negros em cursos de Medicina e na área médica após o início de minha pesquisa. Ou seja, assim como Burleson que só constatou a importância da ilustração quando a viu. De minha parte, apenas entendi a relevância da representatividade negra na Medicina depois que me vi diante de um grupo de estudantes negros do referido curso. Desde então, passei a debruçar-me sobre o acesso e a permanência de negros no curso de

<sup>111</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/CXEEeFklmMf/>>. Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

<sup>112</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/CXDm7qprPd0/>>. Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

<sup>113</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/CXbduGcMhiA/>>. (Tradução minha). Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

<sup>114</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/CXErtZyusK0/>>. (Tradução minha). Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

<sup>115</sup> Cf: <<https://www.instagram.com/p/CXbPRy9MgnL/>>. (Tradução minha). Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

<sup>116</sup> Programa da emissora norte-americana Columbia Broadcasting System (CBS).

<sup>117</sup> Cf: <<https://www.cbsnews.com/news/chidiebere-ibe-illustrator-drew-diverse-medical-diagrams/>>. (Tradução minha). Último acesso em 15 de dezembro de 2021.

Medicina da Unicamp, sobre os processos de identificação e elaboração de identidades e diferenças vividos pelos universitários e sobre como esta presença tem contribuído para questionar e refletir criticamente sobre a formação, o saber e a própria imagem do médico que circula no senso comum.

O fato de as ilustrações de Ibe viralizarem em dezembro de 2021 não parece ser apenas coincidência. De fato, estamos diante de um vertiginoso crescimento das discussões acerca das desigualdades existentes para a promoção da saúde de determinadas populações e para o acesso e a permanência de negros nos cursos de Medicina (Milanezi, 2019; Scheffer *et al.*, 2020). É evidente, há passos que vieram de longe (Werneck, 2009), e o processo de racialização da saúde, no Brasil, não é recente. Ele aponta para a importância da formulação de políticas públicas focalizadas para dirimir as desigualdades, ainda hoje existentes, no acesso de pessoas negras aos serviços e à promoção de sua saúde. Por outro lado, com a sistemática adoção de ações afirmativas racialmente orientadas para o ingresso no ensino superior, compreendi ser necessário racializar não apenas a saúde com vistas a formulação de políticas que possam tornar a sua promoção menos desigual, mas os espaços nos quais se formam os sujeitos que a promovem. E é sobre este processo que versou esta dissertação.

Para tanto, foi necessário, no Capítulo I, retomar brevemente as articulações e embates políticos protagonizados pelos movimentos negros, a fim de evidenciar a importância da implementação das ações afirmativas racialmente orientadas para a democratização do acesso à educação e para o combate ao racismo institucional. Em seguida, remontei o processo de mobilização pelas cotas raciais e sua implementação pela Unicamp, de modo a explicitar como sua adoção tem contribuído para as transformações que já vinham acontecendo em seus quadros discentes, sobretudo do ponto de vista racial. Na sequência, descrevi a aula magna realizada em 2021, a fim de analisar o discurso institucional proferido no momento da recepção dos calouros. É nesta aula que percebo que há uma expectativa de que os universitários que ingressam no curso de Medicina sejam *especiais, diferenciados* e tenham um *rendimento excepcional*. Assim, foi necessário realizar reflexões acerca dos distintos estereótipos que atravessam a categoria *cotista* e como tem se dado a atuação política dos estudantes em direção a positivá-la a partir de suas próprias experiências.

Busquei refletir sobre como a chegada dos primeiros estudantes negros que ingressaram por cotas raciais não se deu sem desafios. Isto quer dizer que a sua aparição (Fanon, 2008 [1952]), em um primeiro momento, fez com que se sentissem *não pertencentes* à FCM. Todavia, na perspectiva de pessoas negras que já estavam no curso de Medicina da Unicamp

antes da aprovação da política, sua implementação contribuiu diretamente para a chegada de um maior contingente de estudantes que se identificavam politicamente como negros. Em decorrência disso, este aumento *contrastava* visivelmente o quadro discente da FCM, as salas de aula e os corredores da Faculdade que era composta, majoritariamente, por estudantes brancos. Ao final do Capítulo I, evidenciei como a necessidade de se sentirem *pertencentes* contribuiu para a emergência do Quilombo Ubuntu na FCM. É neste momento que o *aquilombamento* passa a ser uma categoria mobilizada pelos estudantes e torna-se relevante para os seus modos de fazer política.

No Capítulo II, direcionei a minha atenção para a reunião de *acolhimento* realizada pelo coletivo. Busquei explicitar como o *aquilombamento*, na perspectiva dos sujeitos, só poderia ser forjado entre os universitários que integravam o Quilombo Ubuntu por meio do *acolhimento* e do sentimento de *pertencimento*. O campo indicou que essas categorias eram mobilizadas de forma conjunta, evidenciando que estavam intimamente entrelaçadas. Foi levando isso em consideração que refleti acerca de como os processos de identificação estabelecidos entre os universitários contribuíram para que se sentissem *pertencentes*, tanto ao próprio coletivo, como à FCM. Em contrapartida, busquei evidenciar como o encontro entre identidades e diferenças geraram tensões entre alguns membros do coletivo (Brah, 2005; Hall, 2008). Neste ponto, me pareceu relevante realizar uma discussão teórica acerca da interseccionalidade, bem como seus antecedentes e usos. Isto porque as tensões sobre as quais narrei estavam diretamente relacionadas às diferenças de raça e sexualidade em intersecção.

A partir disso, dediquei-me a refletir acerca dos dilemas vivenciados por alguns sujeitos em relação a escolher ou não pelas cotas raciais para ingressar no curso de Medicina. Em diálogo com isso, procurei denotar como tais dilemas estavam intimamente relacionados ao processo de se tornar negro vivido pelos sujeitos da pesquisa (Souza, 1983). Este processo de subjetivação, inclusive, entremeia as experiências dos estudantes antes e depois do ingresso na FCM, e emergiu em muitos momentos ao longo da dissertação. Neste ponto, fui levado a seguir discutindo sobre identidade e identificação (Brah, 2005; Hall, 2008), dando especial atenção para como os sujeitos mobilizavam distintas acepções acerca das identidades negras. Por fim, refleti sobre o impacto que a heteroidentificação tem para a identidade racial de alguns estudantes, sobretudo para os *negros de pele clara*, influenciando a sua autopercepção racial e as maneiras como classificam-se.

No terceiro e último capítulo desta dissertação, dediquei-me a explorar os modos de fazer política do Quilombo Ubuntu e dos próprios estudantes, haja vista que eles integravam

não apenas o coletivo, mas também outras organizações. Iniciei o capítulo final com uma discussão acerca das disputas epistemológicas no âmbito da área da saúde travadas pelo Quilombo Ubuntu e outros atores, de modo a evidenciar que a atuação do coletivo não se dá de forma isolada, uma vez que estão em relação com outros sujeitos e organizações. Procurei sublinhar que tais disputas eram travadas, sobretudo, porque os estudantes sentiam-se *acolhidos* e *pertencentes*. Saber-se parte de um espaço de *apoio mútuo* e sentir-se *quilombado* era o que ajudava e dava força para tanto. Neste ponto, foi relevante dar atenção para as atividades realizadas por outras organizações, como o Race ID e o NegreX. Assim, minha intenção foi a de explicitar ao leitor que o coletivo no qual minha pesquisa ocorreu integra um campo discursivo de ação (Alvarez, 2014) no qual e pelo qual circulam pessoas, discursos, saberes, práticas, sentidos e ideias. Este campo discursivo é abrangente e nessa mesma porção da teia encontram-se os Neabs, as Ligas Acadêmicas, outros coletivos negros da área da saúde e associações científicas como a Abrasco, por exemplo. É um campo que compartilha sentidos e mobiliza categorias que constituem enquadramentos comuns, como o acolhimento, o acesso e permanência de negros na Medicina, a interseccionalidade e a saúde da população negra.

Por conseguinte, mais uma vez, a interseccionalidade emergiu no campo. Não obstante, ela não foi mobilizada pelos estudantes que compõem o Quilombo Ubuntu, mas utilizada para refletir sobre a prática médica em um evento organizado por médicos de família e comunidade. Descrevi tal evento de modo a explicitar a relevância da *interseccionalidade* para a prática médica, conforme indicaram as convidadas do referido evento, mas também para refletir sobre acesso, permanência e a produção do saber médico. Ainda, dediquei-me a discutir sobre a importância do *afeto* para os estudantes e para a ação política do coletivo. Em contrapartida, analisei como a política dos *afetos* pode resultar em identificação e alianças, mas também em tensões, conflitos e diferenças. Ainda nesta seção, busquei explicitar como havia uma nítida importância para os estudantes em elaborar uma identidade negra coletiva em torno do e para o Quilombo Ubuntu. Mas, também, mostrei como os mesmos discentes procuravam o tempo todo reforçar suas diferenças, afinal não eram negros apenas, eram muitas coisas. Em suma, a identidade coletiva, mesmo que necessária, os homogeneizava. Por fim, na última seção do Capítulo III debrucei-me sobre a mobilidade, seus distintos sentidos e sobre os seus impactos para os processos de chegada e permanência na universidade (Souza, 1983; Figueiredo, 2004, 2012; Lee, 2012; hooks, 2017 [1994]). Foi refletindo acerca do que representava a mobilidade para os sujeitos da pesquisa que busquei focalizar os seus movimentos por coletivos e por

espaços nos quais encontravam outras possibilidades para atuar politicamente, refletir criticamente e discutir acerca dos temas que os moviam.

Neste ponto, parece pertinente voltar-me para as ilustrações de Ibe mencionadas anteriormente. Percebo que a comoção ocorrida nas redes sociais em torno de seu trabalho esteve intimamente relacionada à constatação da falta. Uma falta que não diz respeito apenas à ausência de corpos negros ilustrados em livros de anatomia, mas que está intimamente relacionada com o fato de que ainda há um número pouco expressivo de sujeitos negros na área médica (Scheffer *et al.*, 2020). As ilustrações de Ibe denotam como a inserção de sujeitos negros e outros tantos que ainda estão na condição de exceção no ensino superior público, de um modo geral, e nos cursos de Medicina, em particular, contribui para mudanças que não dizem respeito apenas à mobilidade social ou a composição de corpos discentes mais diversos, mas em como o próprio conhecimento é produzido, legitimado e disseminado (Haraway, 1995 [1988]; Fox-Keller, 2006; Collins, 2019 [2000]). Não à toa, o Quilombo Ubuntu e os estudantes que dele fazem parte estão empreendendo – assim como tantos outros coletivos negros universitários e estudantes – um movimento já narrado por Fox-Keller (2006), de acessar, elaborar estratégias com vistas a permanecer, para, então, disputar os espaços de poder.

É válido mencionar que todo o movimento por mim descrito ao longo da dissertação foi observado a partir de meu computador e do interior de minha residência, uma vez que a pandemia de Covid-19 conformou e segue atravessando nossos cotidianos. Felizmente, de maneira menos letal. Ainda assim, tive como intuito trazer movimento para o processo de elaboração desta dissertação e para o texto propriamente dito. A fim de fazer com que o leitor não veja este trabalho apenas como o retrato da emergência e das ações de um coletivo negro universitário, ainda que ele verse sobre isso. Procurei tecer uma etnografia crítica, comprometida com as transformações políticas e sociais empreendidas por estudantes negros que chegam ao espaço universitário e pelas quais vêm passando os cursos de Medicina e a própria prática e o saber médico.

Como pôde ser visto ao longo da dissertação, distanciei-me de afirmações generalistas e procurei deter-me nas ambiguidades. Assim, seguindo as recomendações de Mahmood para a realização de um trabalho etnográfico denso e crítico, procurei deixar em aberto as “certezas políticas e analíticas” (Mahmood, 2006:154), a fim de ser afetado e aprender com o campo e com os sujeitos. No entanto, ao fazer isso não deixei de posicionar-me frente ao que encontrei ao longo do trabalho, mas o fiz de maneira a evitar dicotomias ou oposições simplistas. Por esta razão, a ambiguidade, as nuances e os múltiplos sentidos fazem-se presentes

ao longo do trabalho, não porque quero evitar posicionamentos, mas porque processos e relações sociais, e a produção de identificação, identidades e diferenças não se dão apenas de uma única maneira. Em outras palavras, não estão ou são estanques, transformam-se contingencialmente e contextualmente (Brah, 2005; Mahmood, 2006; Hall, 2008, 2009).

Aprendi com o Quilombo Ubuntu e com os sujeitos desta pesquisa a colocar-me em movimento, a ocupar outros e novos espaços, mas ao mesmo tempo manter os meus pés firmes no chão para que eu possa seguir caminhando. Foi a partir do que narrei até aqui e de um compromisso ético estabelecido com o campo e com os sujeitos que busquei descrever e analisar, mas também, aprender com os estudantes acerca da potência de estar em coletivo, e de como o *aquilombamento* torna-se relevante para os processos de chegada e permanência de negros na universidade pública, para as disputas epistemológicas, para a produção de identificações, identidades e diferenças e, também, para que os sujeitos possam seguir por outros e novos caminhos. Em suma, “Aquilombar é o que ajuda, é o que dá força”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. **A Escrita contra a cultura**. Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, v. 5, n. 8, p. 193-226, 23 nov. 2018 [1991].
- AHLIN, Tanja; LI, Fangfang. **From field sites to field events: creating the field with information and communication technologies (ICTs)**. Medicine Anthropology Theory, v. 6, n. 2, p. 1-24, 2019.
- ALVAREZ, Sonia E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Cadernos Pagu, [online], n. 43, p. 13-56, 2014.
- ANDERSON, Warwick. “Introduction: Postcolonial Technoscience.” Social Studies of Science 32, no. 5–6 (December 2002): 643–58.
- \_\_\_\_\_. “Teaching ‘Race’ at Medical School: Social Scientists on the Margin.” Social Studies of Science 38, no. 5 (October 2008): 785–800
- ANGELOU, Maya. **Carta a minha filha**. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Agir, 2019.
- ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherrie. **The bridge called my back: writings by radical women of color**. – 1st. Ed. – Watertown, Mass: Persephone Press, 1981.
- ARAUJO, Danielle. “**Inclusão com mérito**” e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. Revista Direito e Práxis [online]. 2019a, v. 10, n. 03.
- \_\_\_\_\_. **A cota paulista é mais inteligente”: o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) e o confinamento racial da classe média branca**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, SP : [s.n.], 2019b.
- BACELAR, Gabriela. **(Contra)mestiçagem negra: pele clara, anti-colorismo e comissões de heteroidentificação racial**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.
- BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no pós-colonialismo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.
- BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda. **Saúde da população negra**. 2. ed. -- Brasília, DF : ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.
- BASTOS, Francisco; TRAVASSOS, Claudia. ‘Raça’ e saúde pública: os dilemas da ciência e da prática contemporânea. In: MINAYO, Maria Cecília; COIMBRA JR., Carlos. (orgs.) **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. p. 461 – 471.
- BIEHL, João. **Descolonizando a saúde planetária**. Horizontes Antropológicos [online]. 2021, v. 27, n. 59, p. 337-359, 3 Maio 2021
- BONET, Octavio. **Saber e sentir: uma etnografia da aprendizagem da bioMedicina**. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- BORRET, Rita *et al.* **Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista**. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. 2020a, v. 44, n. Suppl 01, e148. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200405>

\_\_\_\_\_ ; *et al.* **“A sua consulta tem cor?” Incorporando o debate racial na Medicina de Família e Comunidade : um relato de experiência.** Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 2255, 2020b.

BRAGA, Alexandre. **As bancas de heteroidentificação racial: apontamentos a partir da experiência da UFMG.** Revista Em Favor de Igualdade Racial, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 03–16, 2021

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cad. Pagu, Campinas , n. 26, p. 329-376, jun. 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Institui reserva de vagas nas Instituições de Ensino Superior Federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 169, 30 de agosto de 2012. Seção 1, p. 1 – 2

BRAUN, Lundy. **Breathing race into the machine : the surprising career of the spirometer from plantation to genetics.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

\_\_\_\_\_. **Theorizing Race and Racism: Preliminary Reflections on the Medical Curriculum.** American Journal of Law & Medicine 43, no. 2–3 (May 2017): 239–56.

CALDWELL, Kia Lilly. **Health equity in Brazil: intersections of gender, race, and policy.** Urbana : University of Illinois Press, 2017

CAMPOS, Luiz. **O pardo como dilema político.** Insight Inteligência, n. 62, p. 80-9, 2013.

CARNEIRO, Rosamaria. **O peso do corpo negro feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas.** Mediações, Londrina, V. 21 N. 2, P. 394-424, JUL/DEZ. 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Negros de pele clara.** Portal Geledés, 2004.

\_\_\_\_\_. **A batalha de Durban.** Rev. Estud. Fem. [online]. 2002, vol.10, n.1, p.209-214

\_\_\_\_\_. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José. **Usos e abusos da antropologia em um contexto de Tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan/jun 2005.

\_\_\_\_\_. **Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras.** Série Antropologia Vol. 382, Brasília: DAN/UnB, 2005.

\_\_\_\_\_. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro.** Revista USP, (68), 88-103, 2006.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia.** Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, EdUFRJ, 2016.

COLLINS, Patricia H. **Aprendendo com a outsider within\*: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016 [1986].

\_\_\_\_\_. A política do pensamento feminista negro. In: **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. - 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019 [2000]. p. 29 – 60.

\_\_\_\_\_.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

CHOR, Marcos; MONTEIRO, Simone. **Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil**. Hist. cienc. saúde - Manguinhos 12 (2) • Agosto, 2005

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Oxford: Oxford University Press, 230 p.1995.

\_\_\_\_\_. **Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

\_\_\_\_\_. **Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020

DIAS, Luciana. **Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo**. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.16 – 2019

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery; LIMA, Stephanie Pereira. **Movimentos feminista, negro e lgbti no brasil: sujeitos, teias e enquadramentos**. Educação & Sociedade [online]. 2020, v. 41

FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook**. 2017. 1 recurso online (190 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008 [1952].

FASSIN, Didier. O sentido da saúde: antropologia das políticas da vida. In. Saillant, Francine; Genest, Serge. **Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2012. p.375-390. (Antropologia e saúde)

FAUSTINO, Deivison. **A universalização dos direitos e a promoção da equidade: o caso da saúde da população negra**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2017, v. 22, n. 12

FERES JÚNIOR, João e CAMPOS, Luiz. **Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social?** Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2016, n. 99

FERES JÚNIOR, João et al. **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo. Global Editora. 2007.

FIGUEIREDO, Ângela. **Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 23, p. 199–228, 2004.

\_\_\_\_\_.; GROSGOUEL, R. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário**. Sociedade e Cultura, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 223–234, 2010

\_\_\_\_\_. **Classe média negra: trajetórias e perfis**. – Salvador: Edufba, 2012.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. **O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras**. Enfoques – Revista Eletrônica | Rio de Janeiro | v.1 | n. 01 | p. 93 – 117 | 2002

FRY, Peter. As aparências que enganam: reflexões sobre ‘raça’ e saúde no Brasil. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio., (orgs.) **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)**. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. – 28. Ed. – Rio de Janeiro. p. 143 – 170.

FOX-KELLER, Evelyn. “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”. *Cadernos Pagu*, v. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça**. - Sao Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, Sept. 2012

GOMES, Janaina Damaceno. **Elas são pretas: cotidiano de estudantes negras na UNICAMP**. 2008. 156p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

GUIMARÃES, Antônio. **Acesso de negros às universidades públicas**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a2rç4o7/-226080,3 março/ 2003

\_\_\_\_\_. RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. **Negros e novas identidades raciais**. Novos estudos CEBRAP [online]. 2020, v. 39, n. 2, p. 309-327.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008. cap.3, p.103-133.

\_\_\_\_\_. Que “negro” é esse na cultura negra? In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 103 – 133. p. 335 – 349.

HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 1995 [1988].

HINE, Christine. **A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana**. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 29, n. 2, p. e181370, 2020.

HOOKS, bell. **Escolarizando homens negros**. Revista Estudos Feministas [online]. 2015, v. 23, n. 03, p. 677-689.

\_\_\_\_\_. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017

HONORATO, Gabriela; VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. **Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF**. I: 38º Encontro Anual da ANPOCS. XXXVIII, 2014, Caxambu. Anais eletrônicos.

IAZZETTI, Brume. **Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans\***. 2021. 1 recurso online (311 p.) Dissertação

(mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP

INADA, Angélica Kimie. **Quando a Unicamp falou sobre cotas: trajetória de militância do núcleo de consciência negra e da frente pró-cotas da Unicamp**. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. Tradução Vitor Emanuel Santos Lima, Leonardo Rangel dos Reis. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

JESUS, Rodrigo. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?**. 1. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Márcia. **Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil**. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. 16, n. ja 2015, p. 27-43, 2015.

LIMA, Stephanie. **"A gente não é só negro!": interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários**. – Campinas, SP: [s.n.], 2020. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

LINS, Beatriz. A.; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Eliane. T. de. **Estratégias para pensar o digital**. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 29, n. 2, p. e181821, 2020.

LÓPEZ, Laura. C. **"Que América Latina se sincere": uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MAGGIE, Yvonne. **Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas**. Horizontes Antropológicos [online]. 2005, v. 11, n. 23

M. Lee, **"Talvez eu não esteja em ascensão social, talvez esteja questionando as hierarquias de classe": jovens pobres na universidade e a sobrevivência sob a hierarquia**, e-cadernos [Online], 18 | 2012.

MATOS, Lídia. **Transição capilar: cabelos, consumo e interseccionalidade no ciberespaço**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017

MATTOS, Wilson. Ubuntu: por uma outra interpretação de ações afirmativas na universidade. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). 2. ed.; 1. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 319 – 140.

MAHER, Cristina Machado. **"Nem tudo e estar fora": o movimento de mulheres negras e as articulações entre "saúde" e "raça"**. 2005. 146p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MAHMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito**. Etnográfica, vol. 10, núm. 1, mayo, 2006, p. 121-158 Centro em Rede de Investigação em Antropologia Lisboa, Portugal

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. – São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILANEZI, Jaciane. (2019). **Silêncios e confrontos: a saúde da população negra em burocracias do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad**. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 41-65, Jun 2004.

MIRANDA, Ana Paula; SOUZA, Rolf.; ALMEIDA, Rosiane. **“Eu escrevo o quê, professor (a)?”: notas sobre os sentidos da classificação racial (auto e hetero) em políticas de ações afirmativas**. Revista de Antropologia, [S. l.], v. 63, n. 3, 2020.

MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio. (orgs.) **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MOURA, Cristina. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Sociedade e Cultura, vol. 4, núm. 2, julho-diciembre, 2001, p. 31-43. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5.ed. rev.amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [1999].

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. – 3. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 1.ed., 2018.

\_\_\_\_\_. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. In: **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. RATTS, Alex [orgs.]. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021 [1981] p.109-119.

\_\_\_\_\_. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. RATTS, Alex [orgs.]. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021 [1985] p.152-167.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985. p. 67 – 93.

OLIVEIRA E OLIVEIRA, Eduardo. **Mulato, um obstáculo epistemológico**. Argumento, vol. 1, n. 3, 1974.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Ponto Urbe [Online], 2, 2008.

\_\_\_\_\_. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 42, p. 377-391, 2014.

PIEROBON, Camila. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate.** (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2018

PINHO, Osmundo; FIGUEIREDO, Ângela. **Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais brasileiras.** Estudos Afro-Asiáticos [online]. 2002, v. 24, n. 1

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** Imprensa Oficial de São Paulo: Instituto Kuanza, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica.** NGUZU: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011

RIBEIRO, Bruno. **Quem é negro no Brasil? As ações afirmativas e o governo das diferenças.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, 2020.

RIBEIRO, Bruno Nzinga. **Afronta, vai, se movimentar!: uma etnografia da cena preta LGBT da cidade de São Paulo.** 2021. 1 recurso online (165 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP

RIOS, Flavia. **Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000).** Sociedade e Cultura, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 263–274, 2010.

\_\_\_\_\_.; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: CHALHOUB, Sidney, S.; PINTO, Ana Flávia. (orgs.). **Pensadores negros-pensadoras negras do século XIX e XX.** 1a.ed. Belo Horizonte: Traço Fino Ltda, 2016, p. 387 – 402.

\_\_\_\_\_.; MACIEL, Regimere. **Feminismo negro brasileiro em três tempos: mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais.** labrys, études féministes/ estudos feministas julho/ 2017- junho 2018 /juillet 2017-juin 2018

ROBERTO JUNIOR, João; CARIAGA, Diógenes Egidio; SEGATA, Jean. **Antropologia como (In)Disciplina: notas sobre uma relação imprecisa entre campo e escrita.** v. 17, n. 2, p. 101-122, ago./dez. 2015

SANSONE, Livio. **Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda.** Afro-Ásia, [S. l.], n. 18, 1996.

SARTI, Cynthia. **Corpo e Doença no trânsito de saberes.** Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2010, v. 25, n. 74, p. 77-90

SCHEFFER, Mário. *et al.* **Demografia Médica no Brasil 2020.** São Paulo, SP: FMUSP, CFM, 2020. 312 p.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930.** – São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Claudia Cruz *et al.* **Ações afirmativas e formas de acesso no ensino superior público: o caso das comissões de heteroidentificação.** Novos estudos CEBRAP [online]. 2020, v. 39, n. 2.

SILVA, Evandro. **Os negros e os universitários.** Le Monde Diplomatique Brasil. Nov., 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-negros-e-os-universitarios/>. Último acesso em 10 de novembro de 2021.

SILVA, Graziella; PAIXÃO, Marcelo. Misturado e desigual: novas perspectivas sobre as relações etnoraciais no Brasil. In: **Pigmentocracias: etnicidade, raça e cor na América Latina**. TELLES, Edward; SILVA, Graziella; equipe do Projeto sobre Etnicidade e Raça na América Latina (PERLA) (orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. p. 259 – 328.

SILVA, Mário Augusto. Rumos e Desafios das políticas de ações afirmativas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. In: ARTES, A., UNBEHAUM, S., SILVÉRIO, V. R. (orgs.) **Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação**. 01ed. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Carlos Chagas, v. 02, 2016.

SILVA, Monique; SOUZA, Pedro. Luta, resistência e transformação na medicina: um quilombo chamado NegreX. In: **Equidade étnicorracial no SUS: pesquisas, reflexões e ações em saúde da população negra e dos povos indígenas**. [orgs]: CANAVESE, Daniel ... [et al.] – 1.ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. p. 128 – 137.

SILVEIRA, Ana Cláudia, *et al.* **O corte e a corte: o que a crise orçamentária e política da UNICAMP tem a nos dizer sobre injustiça social**. Temáticas, Campinas, SP, v. 24, n. 47, p. 51–64, 2016. DOI: 10.20396/tematicas.v24i47/48.1111

SODJING, Michael. **Racial Bias in Pulse Oximetry Measurement**. The New England Journal of Medicine, 2020.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. Sao Paulo: Ed. 34, 2002. 208 p. (Coleção TRANS)

STRATHERN, Marilyn. O Efeito Etnográfico [1999]. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Cosac & Naify, 2014. p. 345 – 406.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: **Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux** [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009

\_\_\_\_\_. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016

### Sites, portais e reportagens online

AMADO, Guilherme. **Thelma Assis conta sobre episódio de racismo em teste de residência: ‘Enfermeira foi mais cedo’**. O Globo, 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/thelma-assis-counta-sobre-episodio-de-racismo-em-teste-de-residencia-enfermeira-foi-mais-cedo-24674256>>

ARAÚJO, Edna; CALDWELL, Kia. **Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?**. Abrasco GT Racismo e Saúde. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/>>

CARTA CAMPINAS. **Médico da Unicamp diz que cotas é “trocar cérebro por nádegas”; reitoria repudia declarações.** Carta Campinas. Campinas, 2017. Disponível em: <<https://cartacampinas.com.br/2017/06/x-medico-da-unicamp-diz-que-cotas-e-trocar-cerebro-por-nadegas-reitoria-repudia-declaracoes/>>

CARVALHO, Diana. **Coletivos negros na medicina lutam por mais 'Thelmas' e saúde democrática.** Ecoa UOL, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/05/06/coletivos-negros-na-medicina-lutam-por-mais-thelmas-e-saude-democratica.htm?cmpid=copiaecola>>

CERQUETANI, Samantha. **Vidas negras importam? Racismo institucional afeta saúde e diminui expectativa de vida dos negros ao dificultar acesso a tratamentos.** Viva Bem UOL. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/reportagens-especiais/saude-da-populacao-negra/>>

COSTA, Camilla; TOMBESI, Cecília. **Coronavírus: Gráfico mostra tempo que humanidade levou para criar vacinas e recorde para covid-19.** BBC News Brasil. Londres, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55232520>>

DELMONDES, Camila. **Coletivo Quilombo Ubuntu, presente! A sala de aula deve ser um reflexo da população brasileira.** Portal da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) - Unicamp. Campinas, 2021. Disponível em: <<https://www.fcm.unicamp.br/fcm/comunicacao/18379>>

FERRARI, David; TARASIUK, Karina. **Coletivos ajudam estudantes negros na busca de representatividade e acolhimento na USP.** Jornal da USP, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/coletivos-ajudam-estudantes-negros-na-busca-de-representatividade-e-acolhimento-na-usp/>>

FERREIRA, Paula; TATSCH, Constança. **Negros são maioria na universidade pública, mas não nos cursos concorridos.** O Globo. Brasília e Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/negros-sao-maioria-na-universidade-publica-mas-nao-nos-cursos-concorridos-24089329>>

FOLHA DE SÃO PAULO. **Alunos da Unicamp protestam contra corte de verbas e ocupam reitoria.** Folha de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1770130-alunos-da-unicamp-protestam-contracorte-de-verbas-e-ocupam-reitoria.shtml>>

MONTALTI, Edimilson. **Aula da Saudade e Dia do Branco marcam despedida da 48ª Turma de Medicina e entrada dos alunos do 4º e 5º anos no internato.** Portal da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) - Unicamp. Campinas, 2015. Disponível em: <<https://www.fcm.unicamp.br/fcm/noticias/2015/aula-da-saudade-e-dia-do-branco-marcam-despedida-da-48a-turma-de-medicina-e-entrada-dos-alunos-do-4o>>

NETO, Francisco. **Um jornalista que deixou sua marca.** Correio Popular. Campinas, 2020. Disponível em: <[https://correio.rac.com.br/conteudo/2020/06/campinas\\_e\\_rmc/951199-um-jornalista-que-deixou-sua-marca.html](https://correio.rac.com.br/conteudo/2020/06/campinas_e_rmc/951199-um-jornalista-que-deixou-sua-marca.html)>

PALHARES, Isabela. **Suicídio de três estudantes nos últimos dois meses acende alerta na USP.** Folha de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml>>

PAMPLONA, Nicola. **Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet.** Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml>>

PORTAL UNICAMP. **Grupo de Trabalho propõe adoção de cotas étnico-raciais pela Unicamp.** Portal Unicamp, Comunidade Interna. Campinas, 2017. Disponível em: <[https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2017/02/24/grupo-de-trabalho-propoe-adocao-de-cotas-etnico-raciais-pela-unicamp?fbclid=IwAR39bSzV9uy8dmw33m3EK5fNb\\_alSRTM4je4yjfS0EjMvzUyJWm0-Qh4ZtM](https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2017/02/24/grupo-de-trabalho-propoe-adocao-de-cotas-etnico-raciais-pela-unicamp?fbclid=IwAR39bSzV9uy8dmw33m3EK5fNb_alSRTM4je4yjfS0EjMvzUyJWm0-Qh4ZtM)>

REUTERS. **Reino Unido cobra ação contra viés racial em equipamentos médicos.** Folha de São Paulo. Londres, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/11/reino-unido-cobra-acao-contra-vies-racial-em-equipamentos-medicos.shtml>>

ROQUE, Daniel. **Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos.** A Ponte, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/>>

SALDAÑA, Paulo; TAKAHASHI, Fábio; TANAKA, Marcela. **Presença de negros avança pouco em cursos de ponta das universidades.** Folha de São Paulo. Brasília e São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/presenca-de-negros-avanca-pouco-em-cursos-de-ponta-das-universidades.shtml>>

SBARDELOTTO, Moisés. **A importância vital do “Nós”.** Revista do Instituto Humanitas Unisinos. 2010. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3688-mogobemose>>

SPERRY, Luiz. **'Ser cotista não é ser beneficiado', conta estudante negra de medicina.** Viva Bem UOL. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://luizsperry.blogosfera.uol.com.br/2020/06/15/ser-cotista-nao-e-ser-beneficiado-conta-estudante-de-medicina-negra/?cmpid=copiaecola>>

## ANEXO I

<b>PERFIL DE INTERLOCUTORES DA PESQUISA</b>					
<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Identidade Sóciosexual</b>	<b>Identificação Racial</b>	<b>Ano de Ingresso</b>	<b>Modalidade de Ingresso</b>
Isadora	22	Bissexual	Parda-negra	2018	PAAIS
João	23	Gay	Negro	2021	Cotas Raciais
Heitor	26	Bissexual	Negro	2019	Cotas Raciais
Marcelo	19	Gay	Negro de pele clara	2021	Cotas Raciais
Vitória	21	Bissexual	Negra de pele clara	2020	Cotas Raciais
Rafael	21	Heterossexual	Negro	2019	Cotas Raciais
Renato	21	LGBT	Negro não retinto	2019	Cotas Raciais

ANEXO II<sup>118</sup>

<b>QUADRO DE EVENTOS OBSERVADOS</b>		
<b>Data</b>	<b>Nome do Evento</b>	<b>Realizador</b>
Agosto/20	Permanência e autoestima do aluno negro cotista na Unicamp	CADER
Agosto/20	O Racismo na FCM	Centro Acadêmico Adolfo Lutz
Outubro/20	Afetividade Negra LGBTQIA+	Quilombo Ubuntu
Outubro/20	Saúde para quem? Racializando a saúde	Centros Acadêmicos da área da saúde - Unicamp
Março/21	Recepção e aula magna do curso de Medicina FCM Unicamp - Turma 59 - 2021	FCM da Unicamp
Março/21	Mais negras e negros na Medicina, menos corpos negros no necrotério	Pensar Africanamente
Março/21	Recepção de Ingressantes	Quilombo Ubuntu
Março/21	Interseccionalidade na Prática: O caminho da educação médica para promoção de mudanças curriculares e institucionais	GT Populações (In)Visibilizadas e Diversidades da ABEM
Abril/21	Reunião Formativa - Continente Africano: Um panorama do seu passado ao presente	Quilombo Ubuntu
Abril/21	Quando a Unicamp Falou sobre cotas?	Conexão Preta
Abril/21	Papo Aberto - Vivência Moçambicana	Quilombo Ubuntu
Abril/21	Aula Inaugural LASPNE - Corpos negros: objetificação, sexualidade e afetividade	LASPNE
Mai/21	Reunião Formativa - Política dos afetos: Raça, interseccionalidade e emancipação	Quilombo Ubuntu
Agosto/21	Vamos falar da nossa saúde mental?	Quilombo Ubuntu
Novembro/21	I Simpósio de Pesquisa em Saúde da População Negra da FMUSP	Race ID

<sup>118</sup> Com exceção do “I Simpósio de Pesquisa em Saúde da População Negra da FMUSP” realizado pelo Race ID, a minha participação em todos os outros eventos listados na tabela acima se deu de modo remoto.